

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE**

**DENILSON ROBERTO SCHENA**

**O LIVRO DIDÁTICO NOSSA PÁTRIA,  
EXPRESSÃO DE PRÁTICA CULTURAL E LIÇÕES EDUCATIVAS  
DE IDEÁRIO NACIONALISTA (1917 – 1949)**

**CURITIBA - PR**

**2017**

**DENILSON ROBERTO SCHENA**

**O LIVRO DIDÁTICO NOSSA PÁTRIA,  
EXPRESSÃO DE PRÁTICA CULTURAL E LIÇÕES EDUCATIVAS  
DE IDEÁRIO NACIONALISTA (1917 – 1949)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Linha de Pesquisa História e Políticas da Educação, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Lydia Teixeira Corrêa.

**CURITIBA - PR**

**2017**

À Antonia,  
Helena e Henrique,  
por tudo o que representam  
de mais especial em minha  
história.

Conhece-te a ti mesmo.

SÓCRATES

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.

ROGER CHARTIER

## AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente à Profa. Dra. Rosa Lydia Teixeira Corrêa por ter orientado esse trabalho com muita competência, dedicação e paciência. Sua condução sempre segura foi determinante para eu querer seguir em frente nessa caminhada.

Aos membros da Banca Examinadora, Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza, Profa. Dra. Ariclê Vechia, Profa. Dra. Evelyn Orlando e Prof. Dr. Gilson Queluz pelas importantes críticas e sugestões apresentadas no exame de qualificação, fundamentais para a conclusão desse trabalho.

Às Professoras e Professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCPR por terem contribuído de alguma forma com esse estudo. À Solange Corrêa, Secretária do PPGE, à Alessandra D’Amaro pelo apoio e pelo trabalho competente e de qualidade que realizam. Às professoras e colegas que integraram o Grupo de Pesquisa História das Disciplinas Escolares (GPHDE) pelos momentos de estudo e discussão.

Ao Henrique, à Helena e à Antonia de Meira Schena pelo apoio, paciência e compreensão ao longo desses últimos anos.

Aos meus pais José Squina e Regina Melo Squina, meus irmãos Renan e Fernando Schena. Minha primeira e sólida referência de família e amor incondicional.

Aos meus sogros Antonio de Meira e Ada Cabello de Meira que dividiram comigo e com a minha esposa a missão de cuidar dos meus filhos nos vários momentos em que foi necessário me ausentar. Aos cunhados Octávio, Priscila e Ulisses de Meira. Sou grato a eles pelo zelo que tiveram com minha família.

Aos amigos André Almeida, Gleisson Vieira, Mara Motin, Elza da Silva, Doris Monroy e Paula Almeida. Pelos trabalhos realizados em equipe, com muita qualidade e companheirismo. À Fernanda Turina pela amizade e incentivo constante, suas palavras representaram uma injeção de ânimo nessa reta final. À Lucinéa Dobrychlop, pela sua belíssima contribuição à homenagem dos 100 anos do livro Nossa Pátria. À Cynthia Werpachowski pela cessão de obras e pelo incentivo. À Delvana de Oliveira e à Malu Rocha, amigas/irmãs, sempre presentes em minha trajetória. Ao amigo/irmão Claudio Dias sou grato pela amizade histórica e valiosa, apoio essencial hoje e sempre. Agradeço especialmente ao Roberto Eissler, Professor de Matemática, pesquisador da História e da História da Educação, de quem recebi um exemplar do livro didático Nossa Pátria.

Aos Professores de História do Instituto Federal do Paraná (IFPR): Ederson Lima, Edilson Chaves e Thiago de Oliveira pela valiosa amizade, companheiros de trabalho e de estudos. Ao IFPR que proporcionou o meu afastamento das atividades docentes necessário ao desenvolvimento desse estudo.

À Fernanda Lucchesi e à Mariana Tavares por terem compartilhado comigo seus trabalhos de mestrado e graduação, respectivamente,

À Profa. Dra. Terezinha Lima pela revisão do texto. Trabalho realizado com excelência.

À Ruthe Rocha Pombo, sobrinha neta de José Francisco da Rocha Pombo, pelas memórias compartilhadas sobre seu tio avô.

À CAPES e à Fundação Araucária pelo financiamento com bolsa de estudo importante apoio para a conclusão dessa pesquisa.

## RESUMO

Este estudo versa sobre o Livro Didático Nossa Pátria (1917), como expressão de prática cultural, entre os anos de 1917 a 1949. Foi escrito por Rocha Pombo, que adquiriu notável reconhecimento como autor de livro didático, especialmente a partir da publicação dessa obra. A presente pesquisa tem como referência teórica a História Cultural, fundamentada em Chartier (1988), que se propõe a “identificar e explicar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. A articulação do pensamento educativo, presente no livro Nossa Pátria, é considerada por Lucchesi (2004), Silva (2012), Pedro (2016) como a mais importante e conhecida produção didática de Rocha Pombo. Tem-se como tese a ideia de que a elaboração, produção, recepção e a permanência desse livro, durante décadas, na escola primária, deve-se ao ideário educativo nacionalista, de caráter moral cívico patriótico, apreciado, aprovado e propagado por diferentes agentes, que aderiam ao conteúdo do livro e possuíam poder de decisão na elaboração e implementação de programas escolares, assegurando a cada (re)edição demanda potencialmente capaz de recepcionar uma larga tiragem de exemplares para consumo e apropriação. O objetivo geral consiste em analisar o ideário nacionalista contido no livro Nossa Pátria, a fim de compreender de que maneira ele consistia em suporte pedagógico de propagação de ideias e sentimentos de nação nas crianças da escola primária. Os objetivos específicos consistiram em: a) situar a trajetória de Rocha Pombo para compreender as principais práticas culturais empreendidas com sua inserção nas redes de sociabilidade; b) caracterizar as distintas edições do livro didático Nossa Pátria, no período de 1917 a 1949, a fim de observar os elementos que sofrem ou não alterações entre uma edição e outra; c) caracterizar as vertentes nacionalistas da Primeira República e da Era Vargas, para compreender de que maneira a ideia de nação, contida no livro Nossa Pátria contribui para reiterar tais vertentes; d) analisar lições contidas no livro Nossa Pátria que corroboram para disseminar na infância da escola primária o ideal nacionalista, demarcando aspectos que contribuíram para que a obra permanecesse por várias décadas na escolarização primária. O período delimitado nessa pesquisa se justifica com base em dois momentos distintos nos quais a obra esteve em circulação: o primeiro refere-se à data de sua 1ª edição, 1917, contexto de efervescência de ideias nacionalistas da Primeira República, no qual se procurava construir um ideário de nação desde os primeiros anos de escolarização. O segundo diz respeito ao ano de 1949, quando o livro Nossa Pátria alcançou a marca de sua 83ª edição, momento histórico, caracterizado por um determinado nacionalismo, herdado da Era Vargas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de cunho qualitativo. A metodologia adotada procura dialogar com elementos da História Cultural com vistas a compreender em que medida seus conceitos são capazes de explicar as ideias nacionalistas, bem como os elementos que fizeram o livro Nossa Pátria permanecer por várias décadas no mercado editorial. Os resultados da pesquisa indicam que o livro Nossa Pátria contemplava os anseios de uma República que procurava se consolidar por meio de uma ideia coletiva de nação na escola primária.

**Palavras Chave:** Livro Didático; Nossa Pátria; Rocha Pombo; Ideário de Nação.

## ABSTRACT

This study deals with the Didactic Book "Nossa Pátria" (1917), as an expression of cultural practice between the years 1917 to 1949. It was written by Rocha Pombo who acquired remarkable recognition as a textbook author, especially as of the publication of this work. The present research has as theoretical reference to Cultural History based on Chartier (1988), which aims to "identify and explain how in different places and moments a certain social reality is constructed, thought, given to read." The articulation of educational thinking is considered by Lucchesi (2004), Silva (2012), Pedro (2016) as the most important and well-known didactic production of Rocha Pombo. The thesis is that the elaboration, production, reception and permanence of this book for decades in primary school is due to the nationalist educational ideology, of patriotic civic moral character, appreciated, approved and propagated by different agents who adhered to the contents of the book and had decision-making power in the elaboration and implementation of school programs, assuring each reedition potentially capable of receiving a large number of copies for use and appropriation. The general objective is to analyze the nationalist ideology contained in the book "Nossa Pátria" in order to understand the way it consisted of pedagogical support for the propagation of ideas and nationalist feelings in the children of primary school. The specific objectives were: a) to situate Rocha Pombo's journey to understand the main cultural practices undertaken with his insertion in the sociability networks; B) characterize the different editions of the textbook "Nossa Pátria" from 1917 to 1949 in order to observe the elements that change or do not change between one edition and another; C) characterize the nationalist aspects of the First Republic and the Vargas Era in order to understand how the idea of nation contained in the book "Nossa Pátria" helps to reiterate these aspects; D) analyze the lessons contained in the book "Nossa Pátria", which corroborate the dissemination of the nationalist ideal in primary school childhood, demarcating aspects that contributed to the work remaining for several decades in primary education. The delimited period in this research is justified on the basis of two distinct moments in which the work was in circulation: the first refers to the date of its first edition, 1917, a context of effervescence of nationalist ideas of the First Republic, in which an idea of nation could possibly be constructed from the first years of schooling. The second concerns the year 1949 when the book "Nossa Pátria" reached the mark of its 83rd edition, a historical moment which was characterized by a certain nationalism, inherited from the Vargas Era. It is a bibliographical and documentary research of qualitative character. The adopted methodology seeks to dialogue with elements of Cultural History in order to understand to what extent its concepts are capable of explaining nationalist ideas as well as the elements that made the book "Nossa Pátria" remain for several decades in the publishing market. The results of the research indicate that the book "Nossa Pátria" contemplated the yearnings of a Republic that sought to consolidate itself through a collective idea of nation in primary school.

**Keywords:** Didactic Book; "Nossa Pátria"; Rocha Pombo; Idea of Nation.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa do livro didático Nossa Pátria (1917).....	42
Figura 2 - Índice do livro didático Nossa Pátria (32ª ed.,1932).....	44
Figura 3 - Ilustração da capa do livro didático Nossa Pátria (1949) .....	51
Figura 4 - Ilustração da 1ª lição do livro Nossa Pátria .....	96
Figura 5 – Ilustração da 2ª lição do livro Nossa Pátria .....	97
Figura 6 - Representação de José Bonifácio.....	102
Figura 7 - Representação da primeira missa no Brasil.....	104
Figura 8 – Representação dos índios.....	105
Figura 9 – Representação dos africanos.....	107
Figura 10 - Índia e branco .....	109
Figura 11 - Pe. Anchieta.....	110
Figura 12 - Bandeirantes .....	112
Figura 13 - Tiradentes .....	113
Figura 14 - O Grito do Ipiranga.....	114
Figura 15 - A Proclamação da República .....	117
Figura 16 - Pax Concórdia – Quadro de Pedro Américo .....	119
Figura 17 - Representação da bandeira nacional.....	119
Figura 18 - Viaduto da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá (1884) .....	133
Figura 19 - Homenagem à Rocha Pombo (3º a partir da esquerda) .....	163
Figura 20 - Busto de Rocha Pombo .....	166
Figura 21 - Placa de identificação da Rua Rocha Pombo em Curitiba/PR.....	169
Figura 22 - Fotografia do então Ginásio Municipal de Morretes (PR) .....	172
Figura 23 – Fotografia do atual Colégio Estadual Rocha Pombo.....	172
Figura 24 - Praça Rocha Pombo - Morretes/PR.....	176

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Anos e edições de publicação do livro didático Nossa Pátria (1) ....	38
Tabela 2 - Anos e edições de publicação do livro didático Nossa Pátria (2) ....	39
Tabela 3 - Localização dos exemplares do livro didático Nossa Pátria .....	55
Tabela 4 - Teses da I Conferência Nacional de Educação.....	82
Tabela 5 - Lições do livro Nossa Pátria selecionadas para esse estudo.....	95
Tabela 6 - Espaços, logradouros e instituições denominados Rocha Pombo	175

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Associação dos Artistas
ABL	Academia Brasileira de Letras
ALPR	Academia de Letras do Paraná
AP	Arcádia Paranaense
API	Associação Promotora da Instrução
APC	Arquivo Público de Curitiba
APP	Arquivo Público do Paraná
BN	Biblioteca Nacional
BNU	Biblioteca Nacional do Uruguai
BPP	Biblioteca Pública do Paraná
CAP	Confederação Abolicionista Paranaense
CC	Club Curytibano
CE	Clube dos Estudantes
CEB	Círculo de Estudos Bandeirantes
CLP	Centro de Letras do Paraná
CP	Círculo Paranaense
CMC	Câmara Municipal de Curitiba
COLTED	Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGPR	Instituto Histórico e Geográfico do Paraná
IV	Instituto Varnhagen
LPP	Liga Patriótica dos Paranaenses
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
SEED/PR	Secretaria de Estado da Educação do Paraná
SNEL	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UPEL	Universidade Popular de Ensino Livre

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1 LIVRO COMO OBJETO CULTURAL, O LIVRO DIDÁTICO E O LIVRO NOSSA PÁTRIA EM DISTINTAS EDIÇÕES</b> .....	<b>27</b>
1.1 O LIVRO COMO OBJETO CULTURAL .....	27
1.1.1 Sobre o livro didático e o Livro Didático Nossa Pátria.....	29
1.1.2 Estudos sobre livro didático no Brasil .....	36
1.1.3 Nossa Pátria em distintas edições.....	45
1.1.4 Sobre as cenas históricas.....	57
<b>2 O LIVRO DIDÁTICO NOSSA PÁTRIA E O IDEÁRIO DE NAÇÃO</b> .....	<b>62</b>
2.1 ANTECEDENTES: O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO .....	62
2.1.1 Projetos de nação para o Brasil .....	69
2.2 A ANÁLISE INTERNA DO LIVRO DIDÁTICO NOSSA PÁTRIA .....	94
2.2.1 A ideia de pátria, a bandeira nacional, o fato mais importante e o bom exemplo .....	95
2.2.2 Os portugueses: os mais corajosos foram nossos avós.....	102
2.2.3 Os três elementos formadores da nação brasileira.....	104
2.2.5 O Império: formação do Estado Nacional Brasileiro e Abolição ...	115
2.2.6 Paz e Concórdia, enfim a República... ..	116
<b>3 ROCHA POMBO: ASPECTOS DA TRAJETÓRIA NO BOJO DE PRÁTICAS CULTURAIS</b> .....	<b>123</b>
3.1 PRÁTICAS CULTURAIS COMO CONCEITO .....	123
3.2 PERFIL BIOGRÁFICO DE ROCHA POMBO .....	123
3.3 PRÁTICAS CULTURAIS DE ROCHA POMBO.....	128
3.3.1 O professor e o educador .....	130
3.3.2 O jornalista .....	148
3.3.3 O político .....	152

<b>3.3.4 O escritor.....</b>	<b>154</b>
<b>3.3.5 Outras práticas culturais.....</b>	<b>156</b>
<b>3.3.6 O historiador .....</b>	<b>158</b>
<b>3.3.7 O autor de livro didático.....</b>	<b>164</b>
<b>3.3.8 Fim de uma trajetória e o <i>referendum</i> às práticas culturais.....</b>	<b>165</b>
<b>3.4 A MINHA TRAJETÓRIA ATÉ ROCHA POMBO.....</b>	<b>168</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>179</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>182</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>206</b>

## INTRODUÇÃO

O Livro Didático Nossa Pátria, de autoria de Rocha Pombo, foi publicado pela primeira vez em 1917, em São Paulo, pela Editora Weiszflog & Irmãos. Anos mais tarde, essa editora passou por modificações e recebeu outras denominações que culminaram na atual Editora Melhoramentos. Nossa Pátria integrou o catálogo dessa editora até o ano de 1970, atingido um total de 86 edições e mais de 450 mil exemplares impressos<sup>1</sup>. Esses dados sugerem uma longa permanência desse livro na história da escolarização primária brasileira, afinal ele circulou em instituições escolares do País por um período de cinquenta e três anos. Se considerarmos os dados referentes ao número de edições e a quantidade de exemplares impressos do livro Nossa Pátria, é possível afirmar, na esteira de Lucchesi (2004) que ele alcançou sucesso editorial equivalente a um *best seller*, embora fosse apenas um livro didático de História do Brasil voltado para as classes primárias.

Este estudo versa sobre o Livro Didático Nossa Pátria (1917), como expressão de prática cultural e lições educativas nele contidas entre os anos de 1917 a 1949.<sup>2</sup> Foi escrito na perspectiva de entendimento de Rocha Pombo, que a partir da produção desse livro adquire notável reconhecimento na escrita de obras didáticas. Busca-se compreender o pensamento educativo presente na referida obra, que é considerada por Lucchesi (2004), Silva (2012), Tavares (2013), Pedro (2016) como a mais importante e conhecida produção didática de Rocha Pombo.

O período delimitado nessa pesquisa se justifica com base em dois momentos distintos nos quais a obra esteve em circulação: o primeiro refere-se à data de sua 1ª edição, 1917, contexto de efervescência de ideias nacionalistas da Primeira República, no qual se procurava construir um ideário de nação desde os primeiros anos de escolarização. O segundo diz respeito ao

---

<sup>1</sup> Esses dados foram obtidos por essa pesquisa, junto ao Arquivo Editorial/Biblioteca da Editora Melhoramentos, em abril de 2015.

<sup>2</sup> Importa destacar que o Livro Didático Nossa Pátria chegou à 88ª edição em 1970, encerrando seu ciclo de publicações. O maior número de edições se concentra até a década de 1940. No período de 1965 a 1970 o referido livro contou apenas com cinco edições. Outro aspecto que considero relevante em torno do livro, especialmente as cinco edições finais, é o fato de que elas foram revistas e atualizadas por Lourenço Filho, um dos principais representantes da Escola Nova no Brasil.

ano de 1949 quando o livro *Nossa Pátria* alcançou a marca de sua 83ª edição, período histórico, caracterizado por um determinado nacionalismo, herdado da Era Vargas. As reedições recorrentes dessa obra suscitaram o seguinte problema de pesquisa: o ideário de caráter nacionalista pode justificar a longa permanência da obra na escolarização primária brasileira? A quem interessava a permanência indiscutível de uma obra, cujo conteúdo enaltecia heróis e anulava os demais sujeitos que realmente faziam a história? Em que base filosófica o conteúdo do livro se pautava?

O objetivo geral consiste em analisar o ideário nacionalista contido no livro didático *Nossa Pátria*, a fim de compreender de que maneira ele consistia em suporte pedagógico de propagação de ideias e sentimentos de nação nas crianças da escola primária. Os objetivos específicos consistiram em: a) caracterizar as distintas edições do livro didático *Nossa Pátria*, no período de 1917 a 1949, a fim de observar os elementos que sofrem ou não alterações entre uma edição e outra; b) identificar e caracterizar as vertentes nacionalistas da Primeira República e da Era Vargas, para compreender de que maneira a ideia de nação contida no Livro Didático *Nossa Pátria* contribui para reiterar tais vertentes; c) analisar lições contidas no livro *Nossa Pátria* que corroboram para disseminar na infância da escola primária o ideal nacionalista demarcando aspectos que contribuíram para que a obra permanecesse por muitas décadas na escolarização primária; d) situar a trajetória de Rocha Pombo para compreender as principais práticas culturais empreendidas com sua inserção nas redes de sociabilidade.

Diante do exposto, tem-se como tese a ideia de que a permanência do livro didático *Nossa Pátria*, durante décadas, na escola primária deve-se ao fato de o livro possuir ideário educativo nacionalista, de caráter moral cívico patriótico<sup>3</sup>, apreciado, aprovado e difundido por agentes adeptos de diferentes ideologias<sup>4</sup>, responsáveis pela elaboração de programas curriculares escolares.

---

<sup>3</sup> Nesse estudo o civismo e o patriotismo são entendidos como elementos integrantes da cultura escolar.

<sup>4</sup> O termo é aqui tomado no sentido de um conjunto mais ou menos coerente de crenças, valores e princípios básicos de uma determinada sociedade.

A presente pesquisa tem como referência teórica a História Cultural, fundamentada em Chartier (1988), que se propõe a “identificar e explicar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental de cunho qualitativo. A metodologia adotada dialoga com esse e outros autores dessa abordagem, permitindo compreender em que medida os elementos teóricos dos autores são capazes de explicar as ideias nacionalistas, bem como os elementos que fizeram o livro *Nossa Pátria* permanecer por mais de cinco décadas na escolarização primária. Com base nessa teoria busca-se também responder aos demais objetivos dessa tese.

A metodologia utilizada nessa investigação seguiu as seguintes etapas: procedi inicialmente a leitura e análise de um exemplar do livro *Nossa Pátria* referente à 87ª edição (1967) procurando expandir o olhar para exemplares referentes a edições anteriores, tendo em vista a necessidade de compreender as particularidades da materialidade das distintas edições. A pesquisa identificou exemplares distintos do livro analisado, da primeira (1917) até a última (1970), em acervos de bibliotecas, alguns deles adquiridos em sebos físicos e virtuais; outros, cedidos por pesquisadores do campo da educação. A princípio tive o propósito de pesquisar a trajetória do referido livro durante todo o período em que ele circulou, ou seja, de 1917 a 1970, mas decidi por reduzir o recorte temporal, delimitando o período entre 1917 a 1949.

Num segundo momento realizei a identificação de obras, trabalhos científicos e autores que anteriormente já tinham desenvolvido estudos sobre o livro didático *Nossa Pátria* e seu autor. Considerando que o livro está estruturado em cinquenta e uma lições foi necessário selecionar dentre elas quais traziam elementos ligados à ideia de pátria e nação e como essas ideias eram apresentadas no texto. Com esse procedimento, os fragmentos mais relevantes das lições foram transcritos, a fim de comprovar a tese a qual defendo. Para o estudo foram selecionadas vinte e duas lições, que serão indicadas no terceiro capítulo. Realizei, portanto, a leitura, a análise e a interpretação dos textos e imagens dessas lições, com o olhar voltado, principalmente, para a identificação de elementos que contribuíram com a inculcação de valores morais, cívicos e patrióticos nas crianças da escola

primária brasileira. Procurei relacionar os aspectos encontrados nos textos e imagens ao conceito de cultura escolar que Julia (2001, p. 11) considera

como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

Nesse estudo, Julia não abordou exatamente a questão da inculcação dos *habitus*, por exemplo, do *habitus* cristão ou do cívico, tal como ela foi operada no espaço escolar. Apenas sugere a possibilidade de acompanhar, em longo prazo, os manuais de piedade e de civilidade, identificando a evolução dos mesmos e avaliando a atenção que conferem às hierarquias sociais.

O diálogo da História com a área das ciências humanas, por exemplo, com a Antropologia e com a Sociologia, nas últimas décadas, tem favorecido o desenvolvimento de abordagens interdisciplinares na pesquisa. Esta perspectiva permite a utilização de diferentes linguagens na pesquisa histórica, representando avanços metodológicos para a concretização do trabalho do historiador. A partir dos *Annales*, a investigação histórica passou a considerar a importância da utilização de outras fontes documentais, além da escrita, promovendo o aperfeiçoamento dos métodos de interpretação que abrangem os vários registros produzidos, na medida em que outras formas de comunicação como a oral, a gestual, a sonora e a pictórica passaram a ser reconhecidas como contribuições relevantes na reconstrução da História.

Diversas abordagens metodológicas foram sendo gradativamente introduzidas na pesquisa histórica permitindo, dessa forma, a redefinição do conceito do documento, por exemplo. À objetividade do documento, aquele que “fala” por si mesmo, se contrapôs a subjetividade, produto construído e pertencente a uma determinada história. Os documentos passaram a ser considerados apenas a base da construção histórica, mas eles mesmos são entendidos como parte dessa construção em todos os seus momentos e articulações. A partir dessa constatação surge a preocupação em localizar o lugar de onde falam os autores dos documentos, seus interesses, estratégias,

intenções e técnicas (BRASIL, 1999). É o que na visão de Le Goff (1994, p. 549) entende-se por documento/monumento:

O novo documento, alargado para além dos textos tradicionais, transformado [...] em dado, deve ser tratado como um documento/monumento. De onde a urgência de elaborar uma nova erudição capaz de transferir este documento/monumento do campo da memória para o da ciência histórica.

Chartier (1991) desenvolveu importantes reflexões sobre as novas formas de produção e leitura da História. A inovação e o alargamento com relação ao conceito de fontes permitiram a ampliação dos temas e objetos de pesquisa, refazendo relações com a Sociologia e aprofundando outras com a Antropologia, retirando ênfases quanto aos aspectos econômicos, geográficos ou mesmo políticos. As possibilidades de novas abordagens e objetos permitem novos modos de tratamento comuns à Semântica, à Literatura e à Antropologia<sup>5</sup>. O autor verifica que a ligação da História com essas disciplinas apresenta-se como uma nova forma de pensar a sociedade, portanto, de forma positiva.

Por meio dessa renovação na produção da História, definiu-se uma filosofia do sujeito, na qual este não é mais um elemento das determinações coletivas e dos condicionamentos sociais. Nessa produção, procura-se incluir a participação dos distintos sujeitos na História. A abordagem baseada apenas no conceito de classe social tornou-se insatisfatória, o que também ocorreu nas abordagens centradas no Estado, na Política, exclusivamente (BARROS, 2005).

Para Chartier (1991), as mutações ocorridas no trabalho histórico, não estão relacionadas a uma crise das Ciências Sociais, nem mesmo por uma mudança de paradigmas, mas sim nas próprias práticas de pesquisa, em relação aos princípios de inteligibilidade que tinham orientado o historiador há mais de trinta anos: projeto de uma história global, capaz de articular num mesmo apanhado os diferentes níveis de totalidade social; a definição territorial

---

<sup>5</sup> Sobre a possibilidade de novas abordagens e objetos na pesquisa histórica ver BARROS, J. D. A História Cultural Francesa – caminhos de investigação. In: *Revista de História e Estudos Culturais*. out. nov. dez. 2005. v. 2, ano II, n. 4. (p. 1-17).

dos objetos de pesquisa, geralmente identificados com a descrição de uma sociedade instalada num espaço particular que era a condição de possibilidade da coleta e do tratamento dos dados exigidos pela história total; o primado conferido ao recorte social considerado capaz de organizar a compreensão das diferenciações e das partilhas culturais.

Esses paradigmas sofreram abalos exigindo do pesquisador acesso a outras abordagens e compreensões. O rompimento com a descrição da totalidade social abriu caminho para que os historiadores pensassem os funcionamentos sociais para além de uma determinação de tempo e espaço. Temos, portanto, nos últimos anos, novas possibilidades de analisar os aspectos históricos, considerando o papel significativo do indivíduo e sua inserção como agente no processo histórico.

No entendimento de Chartier (1991), a reflexão metodológica, em geral, enraíza-se numa prática histórica particular, num espaço de trabalho específico. O trabalho desse autor organiza-se em torno do estudo crítico dos textos; a história dos livros e dos objetos que contém a comunicação do escrito; a análise das práticas que, diversamente, se apreendem dos bens simbólicos, produzindo assim usos e significações diferenciadas. O autor voltou-se para o estudo do encontro entre “o mundo do texto” e “o mundo do leitor”. Duas hipóteses orientaram a sua pesquisa. A primeira sustenta a operação de construção de sentido efetuada na leitura (ou na escuta) como um processo historicamente influenciado, cujos modos variam de acordo com os tempos, os lugares, as comunidades. A segunda considera que as significações diversificadas e móveis de um texto dependem das formas, por meio das quais é recebido por seus leitores ou ouvintes, se for o caso.

De acordo com Chartier (1991) é preciso considerar que as formas produzem sentido, e que um texto estável, no seu rigor, possui uma significação e um estatuto inéditos quando mudam os dispositivos do objeto tipográfico que propõe à leitura. Considera que a leitura é sempre uma forma que possui gestos, espaços e hábitos. Uma história das formas de ler deve identificar as disposições específicas que diferenciam as comunidades de leitores e as tradições de leitura. Para Chartier (1991) a apropriação visa uma

história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem.

Insatisfeito com a História Cultural francesa o autor verificou que, ao partir dos objetos, das formas, dos códigos e não dos grupos, a história sócio cultural limitou-se a uma concepção fragmentada do social. Ao privilegiar apenas o critério sócio profissional, desconsiderou outros princípios de diferenciação, igualmente sociais, os quais poderiam dar conta, com maior pertinência, dos desvios culturais. Como exemplos, cita as pertenças sexuais ou geracionais, adesões religiosas, tradições educativas, solidariedades territoriais e os hábitos de ofício.

Segundo Chartier (1991) é essencial compreender como os mesmos textos – sob formas impressas diferentes – podem ser diversamente apreendidos, manipulados e compreendidos. Ele entende que existe uma necessidade de serem reconstruídas as maneiras de ler, próprias a cada comunidade de leitores. Uma história da leitura tem o objetivo de redescobrir os gestos esquecidos, os hábitos desaparecidos de cada cultura, em seus diferentes momentos históricos. Um dos desafios que os historiadores têm é o de perceber que cada época possui a sua forma de pensar e de elaborar os seus próprios conceitos.

A leitura implícita do texto, literário ou não, é construída como uma oralização, e seu leitor como um leitor que lê em voz alta e se dirige a um público de ouvintes. Destinada tanto para o ouvido como para o olho, a obra conta com formas e procedimentos capazes de submeter o escrito às exigências próprias do desempenho oral.

Crianças da escola primária brasileira certamente leram, ouviram seus professores lerem para elas, contemplaram e interpretaram imagens do livro Nossa Pátria com o auxílio dos professores, sem o que os propósitos, tanto do autor, como de agentes governamentais, não teriam sido minimamente levados a cabo, nem tampouco internalizados, conforme pretendido pelos idealizadores, amparados pelos editores.

Chartier (1991) propõe rearticular as práticas culturais sobre as formas de exercício do poder. A perspectiva supõe um distanciamento em relação ao “retorno do político”. Quer compreender, a partir das mutações, no modo de

exercício do poder, tanto as transformações das estruturas da personalidade, como as das instituições e das regras que governam a produção das obras e a organização das práticas. Na sua visão,

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1991, p. 17).

Chartier (1991) explica que as ciências humanas se debruçam sobre o significado, assim, trabalham com a compreensão e não com a explicação. A compreensão não é uma atividade dialógica que diante de um texto gera outro(s) texto(s). Compreender significa, no entendimento desse autor, gerar “texto sobre texto”. Há uma busca de significação no texto do outro, considerando que os textos são produzidos por alguém social e historicamente situado, de posse de uma determinada visão de mundo e de sistema de valores. Com efeito, importa destacar que as práticas culturais não devem ser pensadas exclusivamente em relação às instâncias oficiais de produção cultural, mas também às técnicas, objetos e seus usos, bem como os sujeitos produtores de cultura.

Tomo essa acepção de Chartier para situar o que se pode denominar de várias frentes dentre as quais o autor do livro *Nossa Pátria* enveredou, ou seja, para outras áreas além da produção de práticas historiográficas. Assim, adoto como indicação de orientação conceitual a ideia de “prática” como uma ação no mundo que faz reconhecer o lugar social, conforme entende Chartier (1990). E como entendimento de “práticas culturais” interpreto-as “em relação aos usos e costumes que caracterizam a sociedade examinada pelo historiador”, conforme entende Barros (2005, p. 7). Essas concepções deverão permitir a compreensão possível das práticas, neste caso, das múltiplas práticas culturais de Rocha Pombo.

As práticas culturais abarcam a produção e a recepção de objetos culturais. Elas não podem deixar de ser entendidas fora da compreensão cultural, ainda que seja difícil definir cultura (BARROS, 2005). Justamente pelo

fato de que elas são próprias, características de um tempo e da cultura desse mesmo tempo. Carregam suas singularidades e sentidos como bens culturais de uma dada sociedade. Dessa forma, podem ser pensadas como parte de uma teia de significados (GEERTZ, 1987), tecidas em tempos e espaços específicos, próprios a uma dada sociedade.

O livro didático constitui-se num importante instrumento portador de um determinado sistema de valores, de uma ideologia e de uma cultura. Carvalho (1993, p. 20), ao indicar a riqueza de determinadas fontes, bem como, a necessidade de usar a imaginação e a criatividade na sua identificação, aponta a importância do livro escolar, o qual considera "um instrumento estratégico para qualquer regime formar novas gerações dentro de novos valores, dentro do modelo de ser humano que procura inculcar". Com efeito, o livro didático *Nossa Pátria* é, nesse trabalho, fonte de pesquisa e seu principal documento.

Estudos como os realizados por Deiró (1979), Bonazzi; Eco (1980), Chartier (1988, 1999), Faria, (1989), Bittencourt (1998), Corrêa (2000), Choppin (2004) e Melo (2014), dentre outros autores, demonstraram como os textos e as ilustrações dos livros didáticos definiram estereótipos e valores dos grupos sociais dominantes. O livro didático, em determinados momentos históricos, constituiu-se, portanto, num importante porta-voz dos grupos sociais dominantes ligados ao Estado.

Nesse sentido, o presente trabalho trata de uma investigação histórica em torno do ideário nacionalista contido no livro didático *Nossa Pátria*, dessa forma incide sobre a cultura escolar, sobretudo, ao estudo histórico de ideário e saberes.

Esta pesquisa identificou diversos estudos sobre a trajetória de Rocha Pombo e suas obras os quais podem ser divididos, basicamente, em dois grupos distintos: o primeiro deles refere-se a autores que, de certa forma, foram próximos à Rocha Pombo ou de redes de sociabilidade dos quais ele pertenceu, como é o caso, por exemplo, de Piloto (1953; 1983), Cardim (1958) e Vitor (1979). Os escritos desses autores caracterizam-se, de uma forma geral, pelo tom laudatório em torno de Rocha Pombo. Contudo, é necessário reconhecer que são ricos em documentação e trazem um conjunto de informações importantes sobre o autor e seus escritos. O segundo grupo

corresponde a pesquisadores e escritores vinculados à universidades e programas de pós-graduação em História, Antropologia, Sociologia e Educação, localizados em diversos estados do país, dedicados ao estudo de Rocha Pombo, em suas distintas práticas culturais. Dentre esses autores contemporâneos destacam-se, Queluz (1994), Bega (2001), Santos (2009), Lucchesi (2014), Campos (2006), Oliveira (2006), Vianna (2009), Silva (2008, 2012), Tavares (2013), Oliveira (2015) e Pedro (2016). Os estudos mais recentes, que resultaram em monografias de final de curso, dissertações, teses e artigos científicos têm contribuído com a produção de novas abordagens, identificação de fontes, parte delas, até então, inéditas sobre Rocha Pombo e suas distintas produções.

No intuito de compreender e sustentar as análises em torno de Rocha Pombo e suas obras, especialmente as didáticas, foi preciso estabelecer um diálogo por meio de uma revisão bibliográfica com alguns autores contemporâneos, dentre os quais aponto Queluz (1994), que realizou a análise das relações do escritor com a modernidade, no período entre 1880 e 1905, que corresponde à data da sua chegada à Curitiba até a data da publicação do romance *No Hospício*. Queluz parte da hipótese de que as respostas de Rocha Pombo, via obra literária, às transformações econômico-político-sociais, ocorridas na passagem do século XIX para o XX situam-se no campo do romantismo, não como uma tendência literária, mas como uma determinada visão de mundo que se opõe à sociedade capitalista industrial, seguindo a definição de Michael Lowy e Robert Sayre (1993).

Silva (2008) analisou a elaboração de livros didáticos de História do Brasil a partir das articulações entre a expansão do ensino e do mercado editorial na cidade do Rio de Janeiro entre 1870 e 1924. Com base em diversas fontes, como por exemplo, os livros didáticos, o estudo procurou compreender as mudanças e permanências na produção de livros didáticos de História do Brasil, no bojo da popularização da cultura letrada e da ampliação de públicos leitores na cidade. A pesquisa acompanhou as ações dos sujeitos envolvidos nesse processo, dentre eles, autores, livreiros, editores e professores, em busca de suas motivações e dos múltiplos significados envolvidos nas

experiências de vulgarização do conhecimento histórico, através de manuais didáticos e da ampliação do ensino formal.

Vianna (2009) analisou os livros didáticos *História da América e Nossa Pátria*, procurando entender a narrativa do autor presente nessas obras, através de procedimentos de observação e comparação de diferentes edições. Vianna (2009) conclui sua pesquisa afirmando que *Nossa Pátria* não se resume apenas a um livro qualquer de *História do Brasil*, pois tem o claro objetivo de criar nos alunos o sentimento da pátria, atribuindo valorização aos símbolos, como a bandeira nacional, o hino nacional e os heróis da pátria. A história, neste caso, conforme Vianna serve como legitimadora do discurso presente no livro *Nossa Pátria*.

Silva (2012) analisou a viagem que Rocha Pombo realizou aos estados do norte do Brasil como uma estratégia de legitimação no campo intelectual. A autora defende que a travessia realizada aos estados do norte do país representou um momento importante na trajetória profissional de Rocha Pombo, influenciando a revisão de sua escrita historiográfica, no movimento de luta por legitimação como autor de livros de *História* no campo intelectual.

Lucchesi (2014) também refletiu sobre a obra do historiador Rocha Pombo. A autora entende que mesmo não sendo considerado um intelectual de destaque na história do pensamento brasileiro, alguns compêndios de *História do Brasil* por ele escritos, tornaram-se *best sellers*, alcançando um número expressivo de edições, dentre as quais se destaca o livro *Nossa Pátria*. Lucchesi parte da suposição de que, durante muitos anos, o autor contribuiu para formar a representação patriótica que muitos brasileiros adotaram.

Pedro (2016) demonstrou que Rocha Pombo era um dos principais autores de compêndios e manuais didáticos no início do século XX e um agente solidificador de uma ideia de nação e de conformação étnica da sociedade brasileira. De acordo com a autora, as obras de Rocha Pombo obtiveram enorme difusão e foram utilizadas em sala de aula por mais de cinquenta anos, o que o estabelece como um objeto de estudo imprescindível para a história intelectual e para a história da educação e, ainda, para o entendimento da conformação da escrita da história do Brasil, na primeira metade do século XX. Contudo, a autora não esclarece quais foram os motivos

ou aspectos determinantes da permanência do livro *Nossa Pátria* na escolarização primária.

Pedro enaltece as contribuições de Rocha Pombo para o entendimento de raça e de nação. Para ela,

Além de ser um autor muito produtivo, Rocha Pombo conseguiu construir nos 36 anos em que viveu no Rio de Janeiro uma obra histórica e didática essencial para a compreensão de ideias de raça e de nação que se constituíram no Brasil durante a primeira república (PEDRO, 2016, p. 227).

Pedro (2016) limitou seu estudo em três obras de Rocha Pombo: “Compêndio de História da América” (1900), “História do Brasil Ilustrada” (1905-1917) e “Nossa Pátria: narração dos factos da história do Brazil através de sua evolução com muitas gravuras explicativas” (1917). O trabalho teve como objetivo atentar para a discussão sobre a divulgação do conhecimento histórico a partir da formação básica. A autora, em sua pesquisa, faz o reconhecimento de uma proposta de nação concebida por determinado nacionalismo, dessa forma, a nação, na concepção de Rocha Pombo, não constitui a única proposta para a comunidade imaginada, contudo é uma que foi ampla e longamente difundida por meio da produção didática.

Considerando o entendimento de um suposto sucesso editorial do livro *Nossa Pátria* é possível, segundo Pedro (2016), que essa obra seja entendida como uma formadora de conceitos, propagadora e consolidadora da ideia de que existe uma superioridade natural do homem branco, uma relação harmônica entre brancos, negros e indígenas que faz do Brasil um país onde o racismo não ocorre em larga escala. Assim descreve:

*Nossa Pátria* desponta como o criador de uma massa de indivíduos que desde a infância aprende que há desigualdade natural entre os homens, dada pela origem étnica e pela cor da pele, desigualdade essa que se funde e confunde em uma relação harmônica. Tal construção conceitual permite, por exemplo, que ideias como a existência de uma “democracia racial” fossem e continuem a ser – levando em conta que o papel atribuído a negros, brancos e indígenas nos materiais didáticos continua a reproduzir ideias muito próximas às de Rocha Pombo – difundidas e, de certa, naturalizadas por uma grande parte da população brasileira (PEDRO, 2016, p. 232).

Os estudos mencionados não esgotam as possibilidades de abordagem das produções de Rocha Pombo. Pelo contrário, abrem espaço para novas investigações como a que se propõe nessa tese.

Entendo que a investigação científica permite ao pesquisador a ampliação do conhecimento. É nesse sentido que pretendo, também, proporcionar novos olhares e reflexões sobre o livro didático Nossa Pátria, procurando assim contribuir para a compreensão do ideário nacionalista contido nessa obra, que marcou a escolarização primária brasileira durante cinco décadas do século XX. Nessa pesquisa busco, portanto, trazer para a crítica um conjunto de novas reflexões sobre o referido livro e seu autor, Rocha Pombo.

Fontes variadas foram utilizadas nesta investigação. São elas: impressos como os livros didáticos, especialmente o livro didático Nossa Pátria em distintas edições, jornais, revistas pedagógicas e a legislação educacional, de períodos específicos da história da educação brasileira. As referidas fontes foram localizadas na Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, no Círculo de Estudos Bandeirantes, Biblioteca Pública do Paraná (Divisão de Documentação Paranaense), no Arquivo Público do Paraná, no Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, Casa da Memória (Fundação Cultural de Curitiba), Arquivo e Biblioteca da Câmara Municipal de Curitiba, Acervo Editorial/Biblioteca da Editora Melhoramentos, Escola Municipal Júlia Amaral Di Lenna, Centro de Letras do Paraná, Biblioteca Pública de Pelotas, Biblioteca da Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR) e, ainda, nos *sites* da Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital) e da Biblioteca Nacional do Uruguai.

Com o propósito de alcançar os objetivos indicados, estruturei a presente tese em três capítulos. O primeiro, intitulado O livro como objeto cultural, o livro didático e o Livro Didático Nossa Pátria em distintas edições, apresenta algumas considerações sobre o livro didático como objeto cultural nas pesquisas históricas. Nele são abordados aspectos que constam das distintas edições do livro, no recorte cronológico definido, ou seja, o período de 1917 a 1949.

O segundo denomina-se O livro didático Nossa Pátria: ideário nacionalista. Nele tem-se uma análise interna dessa obra através da seleção

de determinadas lições tendo como eixo principal o ideário educativo de caráter nacionalista contido no livro.

O terceiro tem como título Rocha Pombo: aspectos da trajetória no bojo de práticas culturais e aborda o percurso desse autor sobre essas práticas realizadas desde o início de sua carreira, como professor de primeiras letras no *Anhaya* (1875), na cidade de Morretes, até 1933, ano de sua aposentadoria no magistério, de sua eleição na Academia Brasileira de Letras (ABL) e sua morte, no Rio de Janeiro. Dessa forma, estão distinguidas neste capítulo, no universo das práticas culturais de Rocha Pombo, as seguintes: professor/educador, jornalista, escritor, historiador, autor de livros didáticos, dentre outras.

Nas Considerações Finais meu propósito consistiu em destacar os resultados alcançados na pesquisa e demonstrar que os objetivos propostos foram atingidos, permitindo confirmar a tese de que o ideário nacionalista contido no livro didático *Nossa Pátria* contribuiu com a formação de uma infância que parece ter sido capaz de se apropriar dos conhecimentos abordados no livro *Nossa Pátria* sem questioná-los, tomando-os como verdades ou dogmas indiscutíveis, exatamente como pretendiam os seus idealizadores. Os textos e as imagens do livro incutiram um determinado saber escolar com conteúdo moral, cívico e patriótico, de caráter nacionalista, tão útil e necessário, capaz de contemplar os anseios dos grupos dominantes ligados ao Estado durante a primeira metade do século XX.

# 1 LIVRO COMO OBJETO CULTURAL, O LIVRO DIDÁTICO E O LIVRO NOSSA PÁTRIA EM DISTINTAS EDIÇÕES

## 1.1 O LIVRO COMO OBJETO CULTURAL

O livro tem se configurado, nas últimas décadas, como importante objeto de estudo favorecendo, desse modo, o conhecimento de práticas culturais de distintas sociedades, num determinado tempo e espaço.

Barros (2005) acredita que um autor, ao escrever um livro, de forma imediata assume o papel de um produtor cultural. Teorias da comunicação têm demonstrado, recentemente, que ao efetuar a leitura deste livro, o leitor, por sua vez, também está produzindo cultura. Para Barros, cada leitor, dependendo de sua “competência textual” e das suas particularidades, é capaz de recriar o texto original de uma nova forma.

Desta forma, uma prática cultural não é constituída apenas no momento da produção de um texto ou de qualquer outro objeto cultural, ela também se constitui no momento da recepção. Este exemplo, aqui o evocamos com o fito de destacar a complexidade que envolve qualquer prática cultural (e elas são de número indefinido) (BARROS, 2005, p. 4).

A História Cultural enfoca os mecanismos de produção dos objetos culturais e, ainda, os de recepção. Na percepção de Barros (2005), a recepção também é uma forma de produção cultural e pode ocorrer de distintos modos desde o lançamento, no mercado comercial, até sua efetiva apropriação pelo leitor ou órgãos interessados no seu consumo. Ambos os modos, dependendo do potencial de comercialização, suas edições podem alcançar tiragens importantes quantitativamente.

O livro como objeto cultural nos permite transitar por compreensões culturais distintas, sejam elas vinculadas à sua materialidade enquanto obra humana, ou seja, por meio do que pode conter em termos de conhecimento, de saberes que circulam na materialidade. Neste aspecto em particular reside historicamente sua importância derivada de sua repercussão que ganha lugar na memória e justifica sua permanência no tempo. Certamente deste aspecto é

possível compreender as razões que fazem um livro, tornar-se “um clássico”: a permanência no tempo, na memória coletiva, podendo ser representada por um livro científico, um romance, um livro de poesias, enfim, um livro escolar. Mas também as tradições das sociedades leitoras. Certamente, muitos desses aspectos concorrem para o que Chartier (2014) denomina de deslocamentos.

O livro também pode ser compreendido como um objeto cultural por resultar e conter expressões culturais de um dado momento histórico, e ser assim, contemporâneo de seu tempo. As expressões podem ser representadas, sobretudo, por meio de ideias em circulação, delimitando uma dimensão imaterial da cultura, conforme assinala Williams (1992), isto é, dimensionada em sua representação material, o livro em si.

Desde o final da década de 1980 e também na contemporaneidade, os trabalhos de Chartier (1998, 1999, 2007, 2014) têm nos legado uma história do livro como objeto cultural, em distintas interpretações. Entre elas, o percurso de confecção de um livro, antes e pós Gutenberg; os limites da “mão do autor”, diante das condições impostas pelo editor; as possibilidades do que ele dá a conhecer ao leitor, entre outras. Compreensões que nos permitem olhar para um livro, não mais do lugar comum, mas adentrá-lo num exercício interpretativo sem volta, principalmente quando esse suporte é o livro didático e sua permanência social através de muitas edições, conforme ocorre com o livro *Nossa Pátria*, de Rocha Pombo.

### 1.1.1 Sobre o livro didático e o Livro Didático Nossa Pátria<sup>6</sup>

Possivelmente um número significativo de brasileiros e brasileiras, no início de sua escolarização, que passaram há algumas décadas atrás pelas séries iniciais do curso primário, ou após a reforma educacional de 1971, no ensino de primeiro grau, deve ter em mente certas memórias que deixaram marcas nessa fase inicial da vida escolar: das professoras, das aulas e dos livros escolares. Ferro (1983) sugere que não nos enganemos uma vez que a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à história que nos ensinaram quando éramos crianças. Essa história nos marca para o resto da vida, assim explica o autor:

Sobre essa representação, que é para cada um de nós uma descoberta do mundo e do passado das sociedades, enxertam-se depois opiniões, idéias fugazes ou duradouras, como um amor... mas permanecem indeléveis as marcas das nossas primeiras curiosidades, das nossas primeiras emoções (FERRO, 1983, p.11).

Livros escolares e escolarização são dados intrínsecos à vida escolar moderna.

No limiar de sua vida cultural, iniciando a experiência difícil e exaltante da leitura, nossos filhos devem enfrentar os livros didáticos das escolas elementares. Educados nós mesmos com livros muito parecidos com os atuais, com a memória ainda cheia de recordações que são, necessariamente, queridas e repletas de ternura, ligadas às ilustrações e às

---

<sup>6</sup> Um dos pressupostos dessa pesquisa é de que o livro didático *Nossa Pátria* (1917) foi concebido por Rocha Pombo, possivelmente, após a finalização da obra *A História do Brasil*, em 10 volumes, tida como monumental, escrita durante doze anos (1905 a 1917). A obra foi dividida em dez partes: I – O Descobrimento; II – A Terra; III – As raças que se fundiram; IV – A colonização; V – Formação do Espírito Nacional; VI – Integração do território e primeiras ideias de independência; VII – O Brasil – sede da monarquia portuguesa; VIII – A independência; IX – O período regencial; X – O segundo império. Rocha Pombo adverte que, além destas dez partes, a obra destinará uma parte suplementar compreendendo os dez primeiros anos de república. A quinta parte da obra *A formação de espírito de pátria*, compreende os volumes IV e V. Já na edição condensada em 5 volumes, é o 3º deles que tem essa denominação. Nas páginas iniciais desse volume é apresentado o quadro *O Grito do Ipiranga* e os tópicos abordados são *A Partida da Monção*; *Fernão Dias Pais Leme*; *O Tiradentes*; *A Partida do Príncipe Regente de Portugal para o Brasil (1807)*; *Desembarque de S. A. a Princesa Real, no Rio de Janeiro (1807 e Aclamação de D. João VI)*. Os dados sobre o livro didático *Nossa Pátria*, trazidos na sequência deste subitem, têm caráter descritivo, pois visam apresentar as obras em distintas edições e, para, assim, poder destacar semelhanças e diferenças entre elas.

frases daquelas páginas, é-nos difícil instaurar um processo contra o livro de leitura. E isto nos é difícil porque, provavelmente, muitas das nossas câibras morais e intelectuais, muitas das nossas idéias correntes mais contorcidas e banais (e difíceis de morrer) nascem justamente dessa fonte. Portanto, a confiança que temos, instintivamente, no livro de leitura, não é devida aos méritos deste último, mas às nossas fraquezas, que os livros de leitura criaram e alimentaram (BONAZZI; ECO, 1980, p.15).

Desse trecho inferem-se algumas controvérsias do livro didático. Ele, por um lado, faria muito bem pelos seus saberes; mas, por outro, também muito mal por causar certa acomodação a professores e alunos. Ambivalências à parte, o fato é que o livro didático tem um lugar de destaque na escolarização elementar moderna. Chervel (1990) afirma que, no século XIX, o livro didático, a partir do surgimento das disciplinas escolares, passou a ser específico para cada disciplina, diferentemente dos livros didáticos gerais.

Identifiquei um estudo produzido por um grupo de pesquisadores da Unicamp, denominado *O que sabemos sobre livro didático: catálogo analítico*, elaborado a partir dos resultados obtidos no Projeto Material Didático – UNICAMP (1989). Este catálogo reúne um conjunto de informações referentes ao livro didático. Os documentos, organizados por área do currículo escolar, são os livros, teses, artigos de revistas científicas, pesquisas/relatórios de projetos, resumos de anais e outros tipos de documentação que incluem artigos de revistas e jornais, boletins, entrevistas e legislação. Nessa pesquisa, concentro-me na identificação de determinadas obras do referido catálogo analítico nos capítulos destinados ao Livro Didático: Geral e Estudos Sociais.

No Brasil, num primeiro momento, os livros didáticos seguiram os modelos estrangeiros, principalmente franceses e alemães. A partir das décadas de 1870 e 1880, os livros estrangeiros passaram a ser criticados e desde então surgiram obras didáticas nacionais. A defesa do livro didático nacional foi uma bandeira dos políticos liberais tendo em vista a necessidade de viabilizar o seu projeto de nação.

Moreira e Silva (2012, p. 31) mostram que o livro didático nacional, inicialmente, contou com numerosas e sucessivas edições, muitos deles, a exemplo de Lições de História do Brasil, de Joaquim Manuel de Macedo e

História do Brasil, de João Ribeiro tiveram longa permanência na escola, em alguns casos, chegando a permanecer por mais de cinquenta anos na sala de aula.

O livro didático, desde o século XIX, é considerado pelos estudiosos como o principal instrumento de trabalho para professores e alunos em sala de aula, sendo utilizado geralmente como articulador entre o que a proposta oficial do Estado expressa nos programas escolares e o conhecimento escolar ensinado pelo professor. Bittencourt (1988, p. 73) afirma que, para entender o papel que o livro didático tem na cena escolar,

não basta simplesmente analisar as ideologias e as defasagens nos conteúdos em relação à produção acadêmica ou descobrir se o material é fiel ou não às propostas curriculares. Para entender um livro didático é preciso analisá-lo em todos os seus aspectos e contradições.

A propósito dos livros didáticos, de acordo com Choppin (2002) os manuais para os historiadores são fontes privilegiadas de múltiplas possibilidades de estudo, desde o lugar do qual possa ser analisado dada à sua complexidade, muitas vezes despercebida aos olhos contemporâneos e nisso pode residir seu estudo no campo da História da Educação. E também

Nisso pode residir o principal contributo da análise histórica: porque ele se esforça em lançar um olhar distanciado, livre de contingências, sem polêmicas, o historiador pode distinguir e colocar em relação às diversas facetas desse objeto extremamente complexo que é o livro escolar. O manual está, efetivamente, inscrito na realidade material, participa do universo cultural e sobressai-se, da mesma forma que a bandeira ou a moeda, na esfera do simbólico. Depositário de um conteúdo educativo, o manual tem, antes de mais nada, o papel de transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades (mesmo o "saber-ser") os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se (CHOPPIN, 2002, p. 14).

Considero oportuno destacar que o Livro Didático Nossa Pátria pode ser entendido como decorrente da valorização desse tipo de suporte para o aprendizado escolar, em especial, o curso primário. Como frisou Choppin no trecho acima, muitas são as simbologias contidas em um livro didático. Eles tenderão a incorporar, por exemplo, as datas comemorativas, justamente pelo

fato de estarem integradas nos programas escolares e, sobretudo, nesse caso, o nacionalismo a ser fomentado. Nesse sentido cito o decreto nº 4 de 19 de novembro de 1889, do governo provisório da República que designa essa data como a do dia da Bandeira, que desde então passou a ser comemorado. Este dado foi reafirmado pelo decreto nº 155 B de 14 de janeiro de 1890.<sup>7</sup>

Os livros didáticos eram considerados pelo Estado como importante material didático e também divulgador da cultura nacional (RENK, 2014). Bittencourt (2008, p. 151) destaca que as primeiras obras didáticas de História emergiram principalmente,

das regiões onde o processo de “modernização” ocorria de forma mais acelerada, com a expansão da economia cafeeira exigindo mão-de-obra assalariada, com a chegada de imigrantes, e onde o processo de urbanização era mais intenso. São Paulo e Rio de Janeiro foram o *lócus* das obras mais inovadoras da História nacional escolar. Os historiadores do Rio de Janeiro, muitos deles originários de outras regiões do Brasil, buscavam a configuração de uma História nacional, desenvolvendo um espírito de “amor à pátria”, ao evitar regionalismos.

Segundo Nadai (1992/1993, p. 214), os historiadores sediados no Rio de Janeiro, muitos deles originários de outras regiões do Brasil e, ao mesmo tempo, professores de História no Colégio Pedro II ou na Escola Normal, como foi o caso de Rocha Pombo, tinham em comum a escrita de textos escolares sob uma perspectiva mais unitária e centralizada, buscando a configuração de

---

<sup>7</sup> Este decreto foi assinado pelo Governo Provisório da República, que, a época, se compunha dos seguintes cidadãos: Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório; Rui Barbosa, ministro da fazenda; Quintino Bocaiuva, relações exteriores; Benjamin Constant Botelho de Magalhães, guerra; Eduardo Wanderkolk, marinha; Manoel Ferraz de Campos Salles, justiça; Demetrio Ribeiro, agricultura e Aristides da Silveira Lobo, interior. Pelo decreto nº 3 de 28 de fevereiro de 1891 foi também considerando festa nacional o dia 24 de fevereiro pela promulgação da Constituição da República. Foram considerados de festa nacional também os seguintes dias do ano: 1º de Janeiro - Fraternidade Universal; 21 de Abril - Supplicio de Tiradentes; 3 de Maio - Descobrimto do Brasil; 13 de Maio - Abolição da escravatura; 14 de Julho - Consagração à liberdade dos povos americanos; 7 de Setembro - Independência do Brasil; 12 de Outubro - Descobrimto da América; 2 de Novembro - consagração aos mortos; 15 de Novembro - Proclamação da Republica. Para aprofundamento desse tema, ver: CINTRA, A. *Os feriados da republica: explicação histórica dos feriados nacionais*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1934; OLIVEIRA, L. L. As Festas que a República Manda Guardar. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n. 4, p. 172-189, 1989; BITTENCOURT (org.) *Dicionário de datas históricas do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.

uma História nacional e o desenvolvimento de um espírito de “amor à pátria” evitando, de certa forma, os regionalismos. Nesse sentido, Rocha Pombo pode ser entendido como representante de um grupo de autores que buscava contribuir com a construção da identidade e a especificidade do Brasil diante das demais nações. Para Nadai (1992/1993) esses intelectuais que forjaram um tipo peculiar de nacionalismo eram representantes de um setor mais progressista das elites. Defendiam e concebiam o nacionalismo como a busca de uma identidade, como meio de reconhecimento da especificidade da população e da cultura brasileira.

Uma das vertentes da questão nacional buscava uma originalidade nacional capaz de mostrar que o país tinha condições de se equiparar às demais sociedades, sofrendo e assimilando influências de forma recíproca. Conforme Bittencourt (2008, p. 153) os intelectuais que forjaram esse tipo peculiar de nacionalismo eram representantes de um setor mais progressista das elites. Figuras como Sílvio Romero e João Ribeiro defenderam e conceberam o nacionalismo como busca de uma identidade, como meio de reconhecimento da especificidade da população e da cultura brasileira. A História do Brasil tinha como objetivo primordial no ensino situar o Brasil no mundo civilizado e projetar, perante os jovens, a ideia de um futuro independente e, ao mesmo tempo, solidário ao conjunto da humanidade.

As primeiras décadas do século XX no Brasil, em que intelectuais e educadores dividiam-se em relação aos temas como nacionalismo, República e abolicionismo, foram marcadas pela permanência da construção de uma História do Brasil fruto da ação de heróis.

O “herói” apareceu como o construtor da pátria, preocupando-se os autores em compor biografias que pudessem abarcar uma História da unidade do território, de um passado comum, explicando de acordo com a preocupação pedagógica, a divisão dos grandes períodos marcados pelas conquistas territoriais e independência (BITTENCOURT, 2008, p. 154).

Dentre algumas das características do livro didático é que ele é portador de textos que podem auxiliar o domínio da leitura e da escrita aos seus leitores ou usuários. Serve também para ampliar informações e saberes,

transmitidos por meio de uma linguagem mais acessível, ao conhecimento científico. Da mesma forma, permite a articulação entre a escrita com outras formas de linguagem, fornecendo ao aluno certa autonomia frente ao saber. Por intermédio dele, o conteúdo programático de determinada disciplina torna-se mais visível e, assim, pode auxiliar na aquisição de conceitos ditos básicos do saber historicamente acumulado. O livro didático é determinado, também, por razões econômicas, ideológicas e técnicas. Sua especificidade requer, por exemplo, que a linguagem seja de fácil entendimento pelo público escolar, o que, de certa forma, pode resultar em simplificações que, de algum modo, tende a limitar a formação intelectual dos alunos, ou ainda, causar certa dependência tanto do professor como do aluno, pois se torna o único suporte informativo a ser utilizado. Assim, a tendência desse livro é tornar-se um objeto padronizado, condicionado a formatos e linguagens, com a ingerência de diversos interesses em seu processo de produção.

Meu interesse pelo estudo de uma obra didática de Rocha Pombo segue a lógica segundo a qual ela deve ser tomada como fonte de pesquisa em história da educação, conforme entende Corrêa (2000). Esta autora explica que os livros didáticos são testemunhos de conteúdos de natureza diversa no que tange a valores morais, éticos, sociais, cívicos e patrióticos que serviram de guia para professores e alunos e têm muito ainda a ser desvendado. Desvendá-los, para Corrêa, implica a consideração de dois aspectos:

primeiro, trata-se de um tipo de material de importante contribuição para a história do pensamento e das práticas educativas ao lado de outras fontes escritas, orais e iconográficas e, segundo, por ser portador de conteúdos reveladores de representações e valores predominantes num certo período de uma sociedade (CORRÊA, 2000, p. 12).

A função do livro didático na vida escolar pode ser a de instrumento de reprodução de determinadas ideologias e do saber oficial imposto por certos setores do poder e pelo Estado, isto é, o livro didático é um importante veículo

portador de um sistema de valores, de estereótipos<sup>8</sup>, de uma cultura posta em um determinado contexto histórico.

O livro didático de Rocha Pombo intitulado “Nossa Pátria: narração dos factos da historia do Brazil, atravez da sua evolução com muitas gravuras explicativas” evidencia, logo no subtítulo, a importância atribuída à imagem como recurso didático, no início do século XX, apontando para uma tendência que permanece, até hoje, nos livros didáticos brasileiros<sup>9</sup>. A cultura do uso do livro didático nas escolas brasileiras consolidou-se ao longo do tempo e este livro vem protagonizando o ensino nos diferentes segmentos educacionais sendo, inclusive, confundido com o próprio currículo. É bem provável que esse protagonismo também ocorreu com o livro didático Nossa Pátria. O livro ocupou destaque indiscutível, tornando-se quase que onipresente e onisciente, fazendo prevalecer uma única verdade sobre a história pátria. Conforme Bittencourt (1998) foram os pesquisadores franceses, os que mais investigaram as ilustrações em livros didáticos de História. Algumas dessas pesquisas recuperaram, a partir de manuais didáticos do século XIX e início do século XX, o acervo iconográfico que se formou naquele período e o que representou na configuração de uma memória histórica nacional incorporada por distintas gerações escolares. Outras pesquisas abordam os aspectos ideológicos das ilustrações, onde se estuda a galeria de heróis veiculada nas obras didáticas de história.

Em estudo sobre a história do livro didático brasileiro, Bittencourt (1998) acompanhou a trajetória de livros de História da escola elementar e secundária a partir do século XIX. A pesquisa demonstrou algumas características do material pedagógico. A autora verificou, por exemplo, que a influência francesa nas ilustrações é um dos aspectos marcantes nos livros escolares de História. Esse fato se justifica, uma vez que os livros brasileiros

---

<sup>8</sup> Sobre estereótipos em torno da questão de gêneros contidos em livros didáticos consultar MELO, T. S. R. *Estereótipos de gênero em livros didáticos de inglês das décadas de 1960, 1970 e 1990: implicações na prática docente*. Curitiba, 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Escola de Educação e Humanidades. Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

<sup>9</sup> Há muito que a imagem vem sendo utilizada no processo educativo com finalidades pedagógicas. Iohannis Amos Comenius, um dos grandes pedagogos da Modernidade demonstrou na obra *Didactica Magna* (1649), a importância das imagens no ensino. Sobre esse educador ver CAMBI, F. *História da pedagogia*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999. (*Encyclopaideia*)

foram produzidos tendo como referência as propostas curriculares francesas e pelo fato de que esses livros, em sua maioria, eram impressos em Paris até 1930.

De acordo com Choppin (2002), os manuais<sup>10</sup> para os historiadores são fontes privilegiadas de múltiplas possibilidades de estudo, desde o lugar do qual possam ser analisados dada à sua complexidade, muitas vezes despercebida aos olhos contemporâneos, mas pode pontuar seu estudo considerando o lugar da História da Educação.

### 1.1.2 Estudos sobre livro didático no Brasil

É nessa perspectiva que trago o livro didático *Nossa Pátria* para discussão, no intuito de lançar outros olhares e reflexões considerando o lugar do historiador da educação e, assim, apresentar novas possibilidades de entendimento de sua obra escolhida para além de sua materialidade e, sobre a quem e a que projetos o livro serviu no período histórico no qual foi produzido e circulou no interior de instituições escolares primárias.

De acordo com Luchesi (2014), a partir de 1910, beneficiando-se do clima de entusiasmo pela nação e sua história, a produção de compêndios de história do Brasil e de livros de literatura com temática cívico patriótica, destinado ao público infantil, cresce consideravelmente no país. Em 1916, a Editora Weisflog & Irmãos<sup>11</sup>, a exemplo de outras editoras dessa mesma época, aproveitando-se daqueles fortes ventos nacionalistas, decide pela criação de uma Seção Escolar<sup>12</sup>. Decidida a publicação de livros didáticos

---

<sup>10</sup> O sentido aqui na mesma acepção de livro didático.

<sup>11</sup> Segundo Hallewell (2012), a Companhia Melhoramentos de São Paulo é um enorme conglomerado, classificado, em 1917, no 145º lugar entre as quinhentas maiores empresas do Brasil. A Companhia Melhoramentos foi concebida, inicialmente, em 1877, como uma empreiteira de obras públicas, donde se origina seu nome. Contudo, foi constituída formalmente, em 9 de setembro de 1890, para fabricar papel. A parte editorial teve seus trabalhos iniciados em 1915, como firma independente, a Weiszflog Irmãos, e, quando o diretor Alfredo Weiszflog assumiu o controle das fábricas de papel, no início de 1921 deu-se a fusão das duas empresas. Para aprofundar essa questão ver HALLEXELL, L. *O livro no Brasil: sua história*. Trad. Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

<sup>12</sup> De acordo com Donato (1990), a 31 de outubro de 1915 a Editora Weiszflog publica o livro *O Patinho Feio*, adaptado por Arnaldo de Oliveira Barreto, extraído do texto tradicional de Hans Christian Andersen e ilustrado por Franz Richter. Essa obra abriu a série da Biblioteca Infantil. Ela batizou a principal diretriz editorial da casa e deu incentivo ao desenvolvimento da literatura

como resposta às demandas educacionais da época, a seção escolar da editora encomendou a Rocha Pombo a escrita de um compêndio de história do Brasil voltado para o curso primário<sup>13</sup>. Para Lucchesi (2014) o livro didático *Nossa Pátria* possuía todas as características que eram consideradas adequadas aos alunos do curso primário. No tocante à qualidade gráfica e à agilidade da narrativa, a obra se destacava entre suas contemporâneas, um dos motivos que pode, segundo ela, ter levado ao alto número de reedições. Para Lucchesi (2014) *Nossa Pátria* apresenta duas “novidades” que só apareceram com frequência nos livros didáticos de história a partir da década de 1940 e que também podem ter garantido a sua permanência no mercado até 1970. A primeira delas é a presença de um capítulo destinado para cada uma das “raças formadoras”. A segunda, conforme Lucchesi foi a inclusão de dados sobre o mundo da produção. Ao desenvolver a análise de compêndios de história produzidos para o público infantil entre 1917 e 1939, Bittencourt (1988) concluiu que a diferença entre *Nossa Pátria* e os demais compêndios de *História do Brasil* é que no livro didático de Rocha Pombo há a “apresentação de uma história cotidiana às crianças, através de dados sobre um mundo do trabalho “em que todos os agentes estavam representados, incluindo as relações sociais de dominação” (BITTENCOURT, 1988, p. 212).

---

infantil no Brasil. O intento era difundir o livro entre as camadas média e popular àquela altura em amplo processo de urbanização e estratificação social, ingredientes do fermentar político-intelecto-social que enfebrecia o organismo social. Criada em 1916, a Seção Escolar da Weiszflog foi parte dessa disposição. Criança e escola constituíam as determinantes dos seus livros. Quase que paralelo ao *Patinho Feio* foi mandada às livrarias a *Gramática Latina*, de Ladislau Peter, seguida pelos *Quadros para o Ensino da Leitura e Aritmética*, de Mariano de Oliveira, Arnaldo Barreto e Ramon Roca Dordal. Durante decênios era impensável considerar que uma escola brasileira funcionasse sem os quadros e os *Cadernos de Alinhavos*. Sobre esse tema ver DONATO, H. *100 anos da Melhoramentos: 1890 – 1990*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1990.

<sup>13</sup> Ao final de 1917, na área editorial, ganharam destaque diversos títulos didáticos entre o público, os professores e a imprensa. De modo particular, o livro *Nossa Pátria*, de Rocha Pombo e os mapas *Geral do Brasil* e *Geral do Estado de São Paulo*. J. Alves Dias, novo funcionário da Weiszflog, à época, compreendeu a necessidade de uma maior presença da *História do Brasil* no catálogo da editora. Conforme Donato (1990) ele mantinha relacionamento com os principais autores do gênero: Rocha Pombo, Oliveira Lima, Affonso d’E Taunay. Propunha-se, portanto, estabelecer entendimentos com esses autores. Walther, diretor da editora, aceitou a proposta. Cercou-se de alguns daqueles nomes prestigiosos, assim como fez na relação à área didática. Programou, para fins de 1918, os primeiros títulos. Exatamente a *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador e *História do Brasil*, de Rocha Pombo. Contribuíram para o total de 116.000 exemplares impressos ao ano (DONATO, 1990, p. 52).

A Editora Weiszflog & Irmãos, que poucos anos mais tarde daria origem à Edições Melhoramentos, publicou e comercializou, em 1917, o livro didático em sua 1ª edição, conforme mencionado anteriormente, com o nome de capa “Nossa Pátria: narração dos factos da história do Brazil, atravez da sua evolução com muitas gravuras explicativas”. Entre 1917 a 1970, ou seja, mais de cinquenta anos, esse livro didático alcançou a marca de 88 edições, segundo dados fornecidos pela Editora Melhoramentos, em abril de 2015, obtendo a tiragem total de 452 mil exemplares, conforme Luchesi (2014).

Tabela 1 - Anos e edições de publicação do livro didático Nossa Pátria (1)

<b>EDIÇÕES</b>	<b>ANOS</b>
1ª	1917 (ago)
2/21	?
22	1922
23/78	?
79	1939 (fev)
80	?
81	1947 (mar)
82	?
83	1949
84	1965
85	1967 (jul)
86	1967 (dez)
87	1969
88	1970

Fonte: Dados fornecidos pela Editora Melhoramentos (abril/2015)

Para Luchesi (2004), Silva (2012), Tavares (2013), Pedro (2016), dentre outras autoras e autores, o livro Nossa Pátria é a obra didática de Rocha Pombo considerada mais importante e popularizada, sobretudo pelo potencial de circulação que ela alcançou no País.

Durante a realização da pesquisa tive acesso a trinta exemplares referentes às edições 1ª, 10ª, 12ª, 15ª, 20ª, 32ª, 33ª, 34ª, 41 a 50ª, 60ª, 64ª, 67ª, 69ª, 79ª, 81ª, 82ª, 83ª, 84ª, 86ª, 87ª e 88ª publicadas, desde a primeira edição (1917), até a última (1970). Alguns exemplares identificados referem-se a uma mesma edição, como é o caso da 34ª, da 79ª e, ainda, da 83ª. Constatei que algumas das edições identificadas nem mesmo constam no rol indicado

pela Editora Melhoramentos. Nesse sentido apresento, na tabela a seguir, de forma concomitante, parte dos dados informados pela Editora Melhoramentos, juntamente com novos dados dos exemplares identificados nessa pesquisa.<sup>14</sup>

Tabela 2 - Anos e edições de publicação do livro didático Nossa Pátria (2)

EDIÇÕES	ANOS
1	1917
4	1919
10	1920
12	1921
15	1922
32	1932
33	?
34	1925
41 a 50	1930
60	?
64	?
67	?
69	?
79	1939
81	1947
82	194_
83	1949
84	1965
86	1967
87	?
88	1970

Fonte: Dados identificados e organizados pelo pesquisador (abril/2015)

Considerando esses elementos sobre o livro *Nossa Pátria* e compartilhando da reflexão de Tavares (2013) cabe a seguinte questão: qual seria a utilidade de um livro didático de História do Brasil dedicado “à inteligência das crianças e dos homens simples do povo?” (POMBO, 1917, p. 3). Considerando as transformações estruturais pelas quais o Brasil passava na virada do século XIX para o XX, a República necessitava ser representada a partir da produção de uma nova narrativa que abordasse novos valores e um conteúdo moral e cívico responsável pela afirmação de um sentimento

<sup>14</sup> Identifiquei na base de Obras Gerais da Biblioteca Nacional, por meio de consulta *on line*, 18 exemplares referentes à distintas edições do livro didático *Nossa Pátria*. Considerando o fato de não ter tido acesso, anteriormente, à materialidade desses exemplares, estes não serão analisados nessa pesquisa. Para verificação desses dados consultar <[http://acervo.bn.br/sophia\\_web/index.html](http://acervo.bn.br/sophia_web/index.html)> Acesso em: 09/01/2017.

patriótico na sociedade. As primeiras décadas republicanas lançaram, portanto, novas bases para a construção de um “passado histórico nacional” (TAVARES, 2013, p. 40).

O sucesso de venda do livro didático *Nossa Pátria* entre o público leitor, nesse caso, alunos e professores do curso primário, pode ser explicado pelas novas características no que tange a materialidade da obra, ou seja, um livro em formato pequeno (17,5 x 13), no qual os textos e imagens se complementavam, com uma narrativa potencialmente capaz de despertar o interesse e o sentimento de pátria em seus leitores. Para Bittencourt (1988) *Nossa Pátria* tinha como diferencial, em relação à outras obras didáticas, a inclusão de determinados temas e aspectos do cotidiano das crianças e, ainda, a apresentação de elementos do mundo do trabalho. *Nossa Pátria* foi indicada conforme registros dos programas escolares do estado de São Paulo, para a 4ª série do curso primário, isto é, destinados para alunos que contavam, aproximadamente, com 10 anos de idade.<sup>15</sup> Conforme Bittencourt (2008), décadas anteriores ao surgimento do livro *Nossa Pátria*, para as classes infantis, crianças de até 10 anos de idade, aproximadamente, a fórmula encontrada pelos autores, que pareceu mais adequada para o estudo da História Pátria foi a de iniciar pela vida e feitos dos heróis, personagens que poderiam despertar o interesse das crianças, e por narrações nas quais se relatavam curiosidades de figuras históricas famosas.

Na primeira edição da obra (1917) e também nas demais publicadas nas décadas seguintes, consta, nas primeiras páginas, a seguinte apresentação escrita pelas mãos do autor:

Este livrinho é feito para a intelligencia das creanças e dos homens simples do povo. Nestes dias, que alvorecem tão novos, em que se procura crear o culto da patria, penso que o primeiro trabalho para isso é fazer a patria conhecida daquelles que a devem amar. Não se ama uma terra sinão quando alguma coisa sagrada a ella nos prende - algum sacrificio, ou

---

<sup>15</sup> Segundo Leite (1969), por volta dos 10 anos de idade, aproximadamente, a criança sai de uma fase mais egocêntrica e já é capaz de assimilar gradativamente as regras sociais e, ainda, aprender conceitos, valores e a herança cultural do grupo social a qual pertence. Sobre esse entendimento ver LEITE, M. M. *O ensino da História no primário e no ginásio*. São Paulo: Cultrix, 1969.

alguma tradição gloriosa. São essas coisas que firmam a nossa existencia moral. Sentir o que fizeram de grande os nossos antepassados equivale a tomar o compromisso de os continuar na historia. Os nossos annaes, comquanto sejamos novos no mundo, registram lances de que nos podemos orgulhar. Fixa-los, em suas linhas geraes, na alma das gerações, é, pois, o processo mais practico e seguro de nella crear e nutrir o sentimento da patria. É o que procuro aqui fazer com todo carinho. Outros poderão fazer coisa melhor, com mais talento; mas eu escrevi este livrinho com todo o meu coração (POMBO, 1917, p. 3).

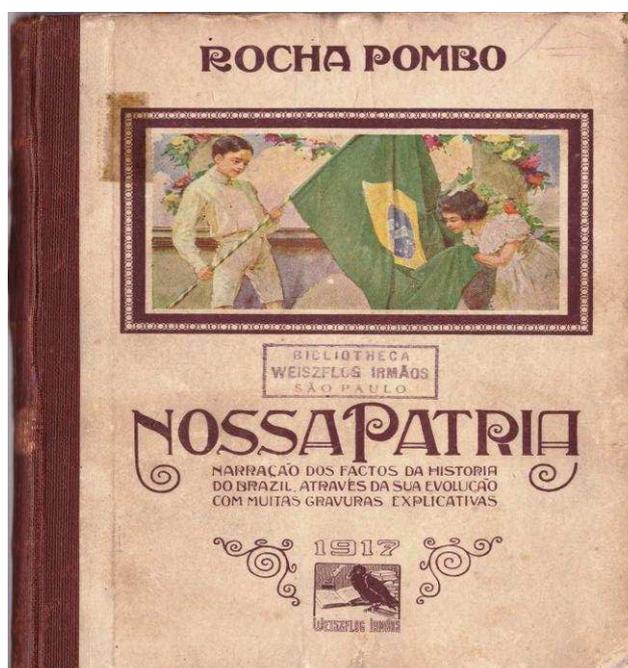
Nessa apresentação do livro didático *Nossa Pátria*, Rocha Pombo (1917) expõe a finalidade da obra a seus interlocutores, “crianças e homens simples do povo”, isto é “fazer a pátria conhecida daquelles que a devem amar”. (POMBO, 1917, p. 3) Segundo o autor, o sacrifício ou uma tradição gloriosa por parte de um antepassado representava algo sagrado e que deveria ligar as novas gerações àquelas. Para ele, as crianças deveriam aprender com seus antepassados, a fim de tomar o compromisso de representá-los na história. Ao afirmar que o livro foi escrito com todo o coração, sinaliza alguns elementos do romantismo presentes, como é possível observar no conteúdo da obra.

Após os anos 1940, essa apresentação não foi mais atribuída ao autor. Ela passa a ser assinada pela “Edições Melhoramentos” (ed. 81 a 88), pois trata-se de um período posterior ao falecimento de Rocha Pombo (1933), no qual a editora confunde-se com o próprio autor, assinando um trecho da obra que originalmente foi escrita por ele. Neste sentido, não seria demais recorrer à Chartier (1998; 1999; 2014) ao demonstrar o quanto as “mãos do autor” estão ligadas à “mente do editor”.

*Nossa Pátria* é, conforme mencionado, um livro com formato pequeno, para uso de mãos pequenas, e relativamente longo por se tratar de um livro didático voltado para as classes primárias, podendo apresentar variações no número de páginas, de 155 a 169, conforme a edição. Até a 83ª edição (1949) constava, numa das páginas iniciais da obra, um retrato do autor, após essa edição ele deixou de figurar no livro. Aqui temos o indício de outra intervenção do editor na obra, que também coincide com o pós-morte do autor, conforme indicado anteriormente.

Ainda do ponto de vista da estruturação do livro *Nossa Pátria*, vale destacar a composição inicial das primeiras páginas, as que antecedem os saberes históricos propriamente ditos, na capa <sup>16</sup>, entre o nome do autor o título e o subtítulo da obra (*Nossa Pátria: narração dos factos da história do Brazil, através da sua evolução com muitas gravuras explicativas*) consta uma emblemática figura, sobre a qual está em destaque a bandeira nacional segurada por um menino e reverenciada por uma menina. <sup>17</sup> Essa imagem ilustra as capas das edições 1ª à 69ª. Ver ilustração da capa do livro a seguir:

Figura 1 - Capa do livro didático *Nossa Pátria* (1917)



Fonte: Acervo do Arquivo Editorial/ Biblioteca da Editora Melhoramentos (POMBO, 1917).

<sup>16</sup> Segundo Cardoso (2005), no que se refere à produção de livros com capas ilustradas, o caso brasileiro é surpreendente e merece destaque tanto pelo caráter pioneiro quanto pela originalidade. Em poucos países pelo mundo desenvolveu-se, tão cedo, de forma rápida e com tanta riqueza de soluções a arte de integrar imagem e texto nas capas de livros. Sobre essa questão ver CARDOSO, R. (Org.). *Impresso no Brasil, 1808 – 1930: destaques da história gráfica no acervo da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2009.

<sup>17</sup> O estilo de capa do livro *Nossa Pátria* se insere em uma estrutura de diagramação considerada mais complexa e consciente, uma visão que começou a surgir no cenário editorial brasileiro por volta da Primeira Guerra Mundial. Posteriormente o conteúdo dessa imagem será melhor explorado. O propósito desse subitem é apresentar a obra *Nossa Pátria* e, posteriormente, no decorrer do capítulo, proceder o detalhamento dela por meio das distintas edições.

Conforme Cardoso (2005, p. 177) a ilustração de capas de livros

está inserida em um amplo esforço para tornar atraentes as novas edições mais baratas em brochura. Distanciando-se do tradicional culto ao livro como objeto de luxo, bem encadernado, com bom papel e acabamento artesanal, as edições populares das décadas de 1910 e 1920 empreendem uma nítida tentativa de compensar com um projeto gráfico vistoso a má qualidade de seus materiais e o seu péssimo acabamento.

Até o início dos anos 1930, o livro trazia, numa de suas primeiras páginas, um pequeno texto no qual Rocha Pombo concedia à Companhia Melhoramentos de São Paulo o direito de utilizar a grafia que lhe conviesse nas obras que ele escreveu e que foram por ela publicadas. Assim é possível perceber que a dimensão de autoria tende a ser fragilizada, de certa forma, quando da submissão do autor aos ditames editoriais, conforme assinala Chartier (1998). Nossa Pátria é, conforme mencionado anteriormente, composto por cinquenta e um capítulos, sendo os quatro iniciais, dedicados especialmente ao tema “pátria”, no bojo da efervescência de ideias nacionalistas em circulação durante a Primeira República. Na tabela a seguir, tem-se os quatro primeiro temas em meio aos demais que compõe a obra:

Figura 2 - Índice do livro didático Nossa Pátria (32ª ed., 1932)

INDICE		PAGS.	INDICE		PAGS.
I . . . . .	Nossa Pátria . . . . .	5	XXXI . . . . .	Não era possível continuar . . . . .	95
II . . . . .	A Bandeira da nossa Pátria . . . . .	7	XXXII . . . . .	O rei no Brasil . . . . .	97
III . . . . .	A nossa independência . . . . .	9	XXXIII . . . . .	Retirada do rei . . . . .	100
IV . . . . .	José Bonifácio . . . . .	11	XXXIV . . . . .	O grito do Ypiranga . . . . .	103
V . . . . .	A Terra e a America . . . . .	15	XXXV . . . . .	Retira-se D. Pedro I. . . . .	106
VI . . . . .	D. Henrique — o Navegador . . . . .	17	XXXVI . . . . .	O governo da Regencia . . . . .	109
VII . . . . .	Descobrimto do Brasil . . . . .	19	XXXVII . . . . .	O governo de D. Pedro II . . . . .	112
VIII . . . . .	A primeira colonia . . . . .	23	XXXVIII . . . . .	Pelos nossos vizinhos . . . . .	115
IX . . . . .	Os indios . . . . .	26	XXXIX . . . . .	Ainda pelos nossos vizinhos . . . . .	118
X . . . . .	Os africanos . . . . .	30	XL . . . . .	Vamos agora libertar o povo paraguaio . . . . .	120
XI . . . . .	Os europeus . . . . .	33	XLI . . . . .	Destruimos a tyrannia de López . . . . .	123
XII . . . . .	Como se começou a fazer o governo da colonia . . . . .	36	XLII . . . . .	Progressos do Brasil . . . . .	126
XIII . . . . .	Os Jesuitas . . . . .	39	XLIII . . . . .	As nossas letras, artes e sciencias . . . . .	128
XIV . . . . .	Fundação de cidades e villas . . . . .	42	XLIV . . . . .	Grandes reformas . . . . .	133
XV . . . . .	Como se vivia nas villas . . . . .	45	XLV . . . . .	A abolição . . . . .	135
XVI . . . . .	A vida nos sitios . . . . .	50	XLVI . . . . .	D. Pedro II e a monarchia . . . . .	138
XVII . . . . .	Quilombos . . . . .	54	XLVII . . . . .	A Republica . . . . .	140
XVIII . . . . .	Tempos que passaram . . . . .	58	XLVIII . . . . .	Organisa-se o governo republicano . . . . .	143
XIX . . . . .	O que era o paiz . . . . .	61	XLIX . . . . .	Firma-se a Republica . . . . .	146
XX . . . . .	Como a terra foi cobizada por estrangeiros . . . . .	64	L . . . . .	Governo da Republica . . . . .	148
XXI . . . . .	Tentativas de francezes . . . . .	66	LI . . . . .	O que é hoje o Brasil . . . . .	151
XXII . . . . .	Tentativas dos hollandezes . . . . .	69	Synopse . . . . .		155
XXIII . . . . .	Sentimento de patria . . . . .	73			
XXIV . . . . .	Os bandeirantes . . . . .	76			
XXV . . . . .	As minas . . . . .	79			
XXVI . . . . .	Como o rei de Portugal governava o Brasil . . . . .	83			
XXVII . . . . .	Os impostos e os abusos . . . . .	85			
XXVIII . . . . .	Como foram os colonos resentindo-se do rei . . . . .	88			
XXIX . . . . .	Como os colonos mostraram os seus resentimentos . . . . .	90			
XXX . . . . .	Ainda outros males . . . . .	93			

Fonte: (POMBO, 1932, p. 163/64)

Ainda na perspectiva de organização didática do livro Nossa Pátria, o autor apresenta os três períodos tradicionais da História do Brasil, numa disposição cronológica, destacando determinados fatos históricos ou, lições, termo comumente utilizado à época. O período colonial é apresentado em vinte e nove capítulos, o império em treze, o período republicano em apenas cinco, ao final da obra. Essa forma de organização das lições pelo autor, possivelmente, reflete maior desenvolvimento de pesquisas históricas até então referentes aos períodos da história colonial e imperial. Nas primeiras décadas do século XX as pesquisas sobre o período republicano eram ainda muito recentes e menos numerosas. Sendo assim, Nossa Pátria destina maior “espaço” aos períodos anteriores à república.

### 1.1.3 Nossa Pátria em distintas edições

No que se refere à 1ª edição (1917), identifiquei a existência de três exemplares em distintos acervos pelo país. O primeiro deles pertence ao acervo do Arquivo Editorial/Biblioteca da Editora Melhoramentos. O segundo está localizado no acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. A encadernação original desse exemplar foi alterada e capa ilustrada foi substituída. O terceiro exemplar integra o acervo da biblioteca do Colégio Pedro II, encontra-se registrado no Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros, do Projeto Livres, coordenado por Circe Bittencourt, da Universidade de São Paulo.

Conforme observado anteriormente na figura 9, a ilustração da capa desse livro, de imediato, pode despertar o interesse e a curiosidade do leitor sendo, portanto, uma eficaz estratégia a fim de despertar a curiosidade e a leitura dos textos históricos.<sup>18</sup> Está em destaque nessa ilustração a representação de duas crianças em idade escolar. Uma delas é um menino, bem trajado, segura respeitosamente a bandeira brasileira; enquanto a outra, uma menina, vestida com traje de festa, beija carinhosamente o estandarte verde e amarelo com especial reverência e adoração.

As edições posteriores mantiveram características dessa primeira edição em vários aspectos, tais como capa, folha de rosto, apresentação do autor e os saberes históricos, propriamente ditos. A sinopse, contendo sete e o índice duas páginas, estão dispostas nessa sequência, respectivamente, posicionadas ao final da obra que na 1ª edição do *Nossa Pátria* é composta por um total de cento e sessenta e duas páginas, (ver anexos A e B).

---

<sup>18</sup> A ilustração de capa da primeira edição do livro *Nossa Pátria* (1917) permaneceu igual até a metade da década de 1940. A pesquisa não identificou nenhum documento que indicasse a autoria da ilustração. Nos exemplares do livro *Nossa Pátria*, analisados na pesquisa, observamos que a editora Weiszflog & Irmãos/Edições Melhoramentos não fez o registro da autoria da ilustração. Nos primeiros anos da editora, a ilustração dos livros de leitura, a exemplo da obra *O Patinho Feio*, ficou a cargo do theco, naturalizado brasileiro, Franz Richter. A comparação entre as imagens dos livros de leitura e dos livros didáticos indica traços e estilos semelhantes, portanto, Franz Richter pode ter sido o autor da ilustração de capa do livro *Nossa Pátria*. Nesse sentido ver ANDERSEN, H. C. *O patinho feio*. Adapt. Tatiana Belinky, ilustrações de Franz Richter. São Paulo: Melhoramentos, 2015. (Clássicos Recontados).

O exemplar da 10ª edição (1920)<sup>19</sup> identificada no acervo do Memorial Lysimaco Ferreira da Costa, em 1993, pertenceu a uma criança dessa família,<sup>20</sup> que estudou no antigo Grupo Escolar Professor Brandão, hoje estabelecimento escolar da rede estadual, localizado na Avenida João Gualberto, próximo da residência da família Franco Ferreira da Costa.

O exemplar da edição 15ª (192\_) compõe o acervo do arquivo das Edições Melhoramentos. Inicialmente essa Editora disponibilizou-me a capa e a folha de rosto dessa edição. A ilustração da capa não sofreu nenhuma alteração, consta a identificação do autor, o título e subtítulo da obra, porém, a data da edição não está mais indicada no rodapé, diferentemente do que consta na 1ª edição. No rodapé é possível observar que essa edição do livro *Nossa Pátria* passou a ser editado pela Companhia Melhoramentos, embora a logomarca da capa estivesse ainda associada a da Weiszflog Irmãos. Na folha de rosto constam o nome do autor, o título e subtítulo da obra, o número da edição acompanhada da logomarca da Weiszflog. No rodapé do livro didático consta a data da edição (1922) e, também, dados referentes à Companhia Melhoramentos de São Paulo.

O exemplar referente à edição 34ª (1925) foi localizado no acervo do Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB)<sup>21</sup>. Na capa da obra consta uma etiqueta do sistema de bibliotecas da PUCPR (CEB) logo abaixo do título, o que impede a visualização do subtítulo e da logomarca da Companhia Melhoramentos de São Paulo. Entre a capa e a folha de rosto, numa das páginas originalmente em branco, consta a identificação do proprietário da obra

---

<sup>19</sup> Essa obra didática foi uma das fontes históricas utilizadas no trabalho de conclusão de curso de graduação. Ver SCHENA, D. R. *O Ensino de História na Primeira República*. Curitiba, 1994. 60 f. Monografia (Graduação em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

<sup>20</sup> O acervo do Memorial Lysimaco Ferreira da Costa, atualmente pertencente aos herdeiros de Lysimaco, após o falecimento de Maria José e de Maria Josefina Franco Ferreira da Costa, filhas de Lysimaco, a família decidiu desativar o Memorial e assim encerrar a visitação e consulta ao seu acervo.

<sup>21</sup> O Círculo de Estudos Bandeirantes foi fundando, em 1929, em Curitiba, por um grupo de intelectuais paranaenses, a maioria dessa cidade. Entre esses intelectuais, estavam: Antonio Rodrigues de Paula, Benedito Nicolau dos Santos, Bento Munhoz da Rocha Neto, um jovem intelectual, grande nome do Paraná; Carlos Augusto de Brito Pereira; José Farani Mansur Guérios; Padre Luis Gonzaga Miele; José Loureiro Fernandes; José de Sá Nunes; Liguarú Espírito Santo; Pedro Ribeiro Macedo da Costa e Waldomiro Augusto Teixeira de Freitas". Desde 1986, o CEB é um órgão cultural da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, cujo objetivo é preservar a memória do Paraná e do Brasil. Para conhecer mais sobre o CEB consultar <<http://www.pucpr.br/circuloestudos/>> Acesso: 06/01/2017

José Pires Braga da cidade da Lapa, com data de 1927. Tanto neste caso como no do registro encontrado na edição referida anteriormente, há indícios de apropriação e uso da obra, certamente por ex-alunos da escola primária do Paraná, daquele período.

Nessa edição constam ainda dois carimbos do CEB e uma assinatura que possivelmente não seria exatamente do proprietário citado. Na folha de rosto, além dos elementos de autoria, título e subtítulo da obra, número da edição, logomarca e demais dados da editora, constam dois carimbos, sendo um deles da Livraria Mundial, da cidade de “Curityba”, que tinha suas instalações na Rua 15 de Novembro, 52, de propriedade de França & Cia Ltda, e o outro, do CEB. Nas duas páginas seguintes está em destaque uma nota constando que a obra foi *“aprovada oficialmente nos estados de S. Paulo, Santa Catharina, Sergipe, Maranhão e adoptada no ensino desses estados e dos de Paraná, Bahia e Rio Grande do Norte”*, e ainda, o retrato do “Dr. Rocha Pombo” como forma de “Homenagem dos editores”. Na página seguinte a apresentação da obra feita pelas mãos do autor com o registro do local e data, Rio – 1917 e a identificação de Rocha Pombo. Na página anterior ao primeiro capítulo, em destaque, uma nota na qual o autor escreve: “Autorizo a Companhia Melhoramentos de São Paulo a usar na composição dos compêndios que para ella tenho escripto, e estou escrevendo, a graphia que lhe convier” (POMBO, 1932, p. 4). Ao final da obra, distribuída em oito páginas, está disposta a sinopse dos cinco séculos da história do Brasil. A última delas, destinada ao quinto século, destaca os personagens e acontecimentos dos anos de 1918 a 1922. A obra conta com cento e sessenta e quatro páginas sendo as duas últimas destinadas ao índice. Outro exemplar do livro, referente à 34ª edição, identificada na BPP, chama a atenção, pois possui a assinatura do próprio Rocha Pombo em duas páginas distintas, a primeira consta posta junto ao retrato do autor, a segunda está registrada na página da apresentação do livro.

Identifiquei, ainda, dois exemplares das edições 41ª a 50 (1925). O primeiro deles integra o acervo da Sessão Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná (SPBPP) e o outro está localizado no acervo da biblioteca do Centro de Letras do Paraná (CLP). No exemplar do acervo da Sessão Paranaense da

Biblioteca Pública do Paraná observa-se que, nas páginas originalmente em branco, há o registro de um pretense proprietário, Alselmo Alberty, e a data de 6/3/30. Na página seguinte há dois carimbos, no primeiro, no alto da página, há a informação de que a obra foi uma doação do Dr. Ary Martins com data de 1996. No outro, constam os dados: Secretaria Geral do Estado – Almojarifado Geral – Estado do Paraná. Nota-se que esse dado sugere uma possível distribuição e circulação da obra pelo estado do Paraná, por meio desse órgão. No exemplar do CLP observa-se, na folha de rosto, o registro de um possível proprietário da obra, ilegível e a data de 1928. Dois carimbos se destacam ainda na folha de rosto. Um deles registra o centenário da emancipação política do Paraná, com as datas de 19 de dezembro de 1853 e 1953. O outro é da Livraria Mundial, da cidade de “Curitiba”. Na folha de rosto observa-se uma assinatura de Rocha Pombo, sem constar o ano da edição. Nas duas páginas seguintes encontra-se uma nota da “Edições Melhoramentos” constando que a obra foi “aprovada oficialmente nos estados de S. Paulo, Santa Catharina, Sergipe, Maranhão e adoptada no ensino desses estados e dos de Paraná, Bahia e Rio Grande do Norte”, como na edição anterior, e ainda, o retrato do “Dr. Rocha Pombo” como forma de “Homenagem dos editores”. Na página seguinte a apresentação da obra pelas mãos do autor com local e data, Rio – 1917 e a identificação de Rocha Pombo. Na página anterior a do primeiro capítulo, consta a nota na qual o autor, como na edição de número 34, autoriza a melhoramentos a publicar o livro. Ao final da obra consta a sinopse dos cinco séculos da história do Brasil que está distribuída em oito páginas. O último deles, destinado ao quinto século, apresenta os personagens e acontecimentos dos anos de 1918 a 1922. Essa edição contém cento e sessenta e quatro páginas sendo as duas últimas destinadas ao índice da obra.

A “Edições Melhoramentos” editou, produziu e comercializou o livro didático em sua 67ª edição.<sup>22</sup> (é provável que a data seja posterior a 1933 devido à homenagem dos editores ao autor). Numa das páginas iniciais uma provável aluna do curso primário, Maria Augusta A. Rheingantz, registrou seu nome e a data 9-3-37. Na folha de rosto, além da identificação do autor, título e

---

<sup>22</sup> É provável que a 67ª edição tenha sido lançada após o falecimento de Rocha Pombo (1933) devido à existência de um texto em sua homenagem prestada pelos editores, posicionada numa das páginas iniciais da obra.

subtítulo, número da edição e dados da editora, observa-se ainda o registro de um carimbo pertencente à Livraria Mundial, da Fonseca & Cia, Ltda, situada à Rua 15 de Novembro, nº 564, Pelotas, Rio Grande do Sul<sup>23</sup>. São dados que também sinalizam para locais de circulação da obra. Em seguida há uma informação em destaque no meio de uma página que a obra didática estava sendo “adoptada em todos os estados do Brasil”. Esta informação, por assim constar, amplia o potencial de circulação do livro, em relação às duas outras edições que estiveram restritas a sete estados brasileiros. Na página seguinte consta também, como nas edições anteriores, ilustração fotográfica do “Dr. Rocha Pombo” como homenagem dos editores. Nesta edição ainda, o texto da apresentação, de autoria do próprio Rocha Pombo, continuava a ser o mesmo da primeira edição (1917). Na página seguinte consta a nota do autor datada do ano de 1925, de autorização de publicação pela Editora Melhoramentos, como consta na edição de número 34<sup>a</sup>. A ilustração da capa permaneceu a mesma em relação às edições anteriores.

No que se refere à edição de número 79<sup>a</sup> (1939) identifiquei cinco exemplares do livro Nossa Pátria, sendo dois pertencentes a acervos particulares de dois pesquisadores (Roberto João Eissler e Edilson Aparecido Chaves), dois na BPP (Biblioteca Pública do Paraná, Seção Paranaense) e um no CEB (Círculo de Estudos Bandeirantes). No exemplar do acervo do BPP, observa-se na folha de rosto que o livro pertenceu a Carlos Coelho, com a identificação inclusive da cidade “Rio”. Ainda, na folha de rosto, consta a identificação do autor, título, subtítulo, o número da edição e dados da editora. Em seguida uma informação em destaque no centro de uma página, constando que o livro didático, à época, estava sendo adotado em todos os estados do País, como na edição de número 67<sup>a</sup>. Na página seguinte uma imagem – fotografia do “Dr. Rocha Pombo” como forma de homenagem dos editores. O texto da apresentação, de autoria do próprio autor, continuava a ser ainda o mesmo da primeira edição de 1917. Na página seguinte não consta mais a

---

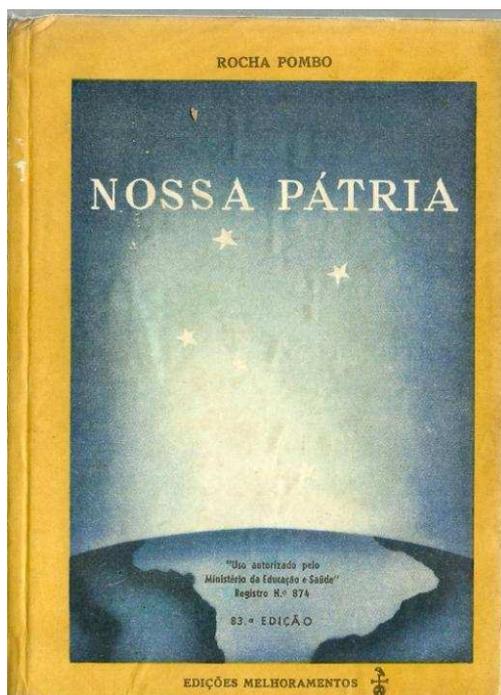
<sup>23</sup> A Livraria Mundial, conforme relato de um dos atuais proprietários, foi fundada em 2 de agosto de 1935 por Alberto Martins Ramos. Estabeleceu-se, desde o princípio, na Rua XV de Novembro, 564, em Pelotas, Rio Grande do Sul, com a venda de livros, material e máquinas de escritório, material escolar e serviços gráficos. A Mundial ainda encontra-se instalada no mesmo endereço onde o referido exemplar do livro Nossa Pátria foi adquirido na década de 1930. Em 2016 a Livraria Mundial completou 81 anos de atividade.

nota de autorização de publicação que constava nas obras desde a edição de número 34<sup>a</sup>. Decorrem seis anos da morte do autor, o que indica que a editora possuía prerrogativas maiores de inserção sobre a obra (CHARTIER, 1998, 2014). A ilustração da capa permaneceu a mesma em relação às edições anteriores. Ao final das lições, a obra contém a sinopse dos cinco séculos da História do Brasil, distribuída em oito páginas, o índice em duas páginas e a lista de gravuras (personagens, quadros, vistas, aspectos geográficos, monumentos e edifícios, mapas dentre outros elementos), distribuídas em cinco páginas.

As “Edições Melhoramentos”, em continuidade a produção e comercialização do livro didático Nossa Pátria publicou mais uma edição, a de número 81<sup>a</sup> (1947), com o nome de capa somente sob o título Nossa Pátria, sendo o subtítulo grafado somente na segunda capa, mais um dado de intervenção do editor (CHARTIER, 1998, 2014). Além da identificação do título, do autor e da editora, é possível observar a informação de que o seu uso era autorizado pelo Ministério da Educação e Saúde, conforme registro nº 874. Este dado remete ao fato de que o potencial de circulação do livro saía da esfera restrita de alguns estados, como parece vir ocorrendo desde a edição de número 67, para ganhar espaços maiores com a autorização do Ministério da Educação e Saúde, que pode ter criado condições para adoção e uso em parte considerável de escolas primárias no país. Não é demais lembrar, conforme destaca Horta (2012), que o Ministério de Educação e Saúde foi criado ainda no governo provisório de Vargas, no âmbito de programa de reconstrução nacional, onde a educação e a saúde eram manifestadas como centrais à edificação moral e social do país.

A ilustração da capa foi substancialmente modificada em relação às edições anteriores. Novamente neste aspecto constatei a mão do editor, interferindo na obra, na sua organização e composição. Não há registros no livro que permitam identificar a autoria da ilustração. Nela, o ilustrador faz com que o leitor se posicione em uma suposta visão espacial, observando diante de si o planeta Terra. O território brasileiro está em destaque na ilustração, sendo o Brasil intensamente iluminado pelo Cruzeiro do Sul. Ver figura a seguir.

Figura 3 - Ilustração da capa do livro didático Nossa Pátria (1949)



Fonte: (POMBO, 1949) - Acervo particular.

Que mensagem essa nova ilustração da capa procurou transmitir a seus usuários, no caso, a alunos das escolas primárias e ao público leitor em geral? Considerando o contexto histórico da publicação da 81ª edição (1947), dois anos, portanto, após o fim da Segunda Guerra Mundial e a queda da ditadura do Estado Novo varguista, entendo que a imagem sugere a ideia de que o planeta Terra, especialmente o Brasil, uma vez que o território brasileiro está em destaque na imagem, vivia um novo momento na história, uma época iluminada pelos novos tempos, diferentemente do período sombrio da guerra, dos regimes totalitários nazi-fascistas e da ditadura varguista no país. Seria talvez a tentativa de difundir uma ideia do Brasil como país do futuro? Ou ainda, a imagem pretendia inculcar na criança a visão de que o País tinha uma missão especial naquele momento da história mundial?

O subtítulo da obra “narração dos factos da historia do Brasil, através da sua evolução” passa a constar somente na folha de rosto. Os termos “atravéz da sua evolução com muitas gravuras explicativas” deixam de compor o subtítulo da obra.

No texto de apresentação da referida edição, o editor faz as seguintes considerações:

“Este livrinho”, declarou o saudoso historiador Rocha Pombo, “é feito para a inteligência das crianças e dos homens simples do povo”. E que, no espírito infantil e na grande alma popular, tem ele encontrado a devida ressonância dão prova as sucessivas edições, que tem merecido, desde 1917. Enquanto viveu, o ilustre escritor, a cada nova edição, propunha uma ou outra emenda, ou breve acréscimo, a fim de manter esta obra sempre actualizada, e de forma “a criar e nutrir o sentimento da pátria, pelo conhecimento de suas grandes tradições e de seus novos feitos”. Desaparecido o grande mestre, esforçamo-nos por manter essa superior intenção, conservando o texto, em todas as suas partes, conforme a sua derradeira revisão, e só ajuntando as informações dos últimos tempos de maneira a mais objectiva. “Sentir o que fizeram os nossos grandes antepassados equivale a tomar o compromisso de os continuar na história”, escreveu ele, ao apresentar este livro, acrescentando também que havia composto estas páginas “com todo o coração”. Nas classes escolares, e entre o grande público, em que cada vez mais se difunde, NOSSA PÁTRIA, fiel ao seu título, faz perdurar essa nobre aspiração de tornar conhecida e amada a existência moral de nossa gente, através de sua evolução, sempre tão bela (EDIÇÕES MELHORAMENTOS, 1947, p. 3).

Diferentemente das edições anteriores, observei que somente a primeira frase da apresentação, originalmente escrita por Rocha Pombo, foi mantida, seguindo-se com certa exaltação a possíveis razões das tantas edições do livro, justificando, também, os motivos das alterações deverem-se a suposta exigência do autor no sentido de mantê-la atualizada. Além disso, há também uma breve biografia de Rocha Pombo.

José Francisco da ROCHA POMBO nasceu em Morretes, Paraná, a 4 de Dezembro de 1857 e faleceu no Rio de Janeiro a 26 de Junho de 1933.

Exerceu, durante toda a sua vida, incessante actividade intelectual, quer na imprensa, redigindo ou dirigindo jornais, quer como professor, quer ainda escrevendo uma série enorme de obras, sobre gêneros os mais variados: ensaios, poemas, romances, obras de história.

A série de seus trabalhos é muito grande, e, entre eles, cumpre destacar os que se referem à História do Brasil, gênero em que o Autor empenhou grande parte de sua existência, em pesquisas minuciosas e criteriosa análise de documentos sobre o nosso passado.

Desta sua actividade ficaram-nos as obras: “História da América (1900), “Nossa Pátria” (1914), já na 81ª edição, “História do Brasil”, em 10 volumes, (1915-17), “História de São Paulo” (1918), “História do Brasil”, Curso Fundamental, “História do Brasil”, Curso Elementar, “História do Paraná”, etc (POMBO, 1949, p. 1).

Nas três páginas que antecedem o primeiro capítulo constam diversas ilustrações da bandeira na história brasileira: era colonial, principado, reino, império e a bandeira do Brasil republicano acompanhada de um “gráfico explicativo da bandeira nacional”. O exemplar apresenta ainda, ao final dos capítulos, uma sinopse dos cinco séculos da história do Brasil, onde cada um dos séculos, do XVI ao XX, é caracterizado de forma sucinta e descritiva, além de um quadro organizado cronologicamente com destaque para os principais acontecimentos históricos. Em seguida consta o índice indicando cinquenta e um capítulos, a lista de gravuras (personagens, quadros, vistas, monumentos, edifícios, mapas e demais ilustrações). Nessa edição do Nossa Pátria (1947), também não constou o subtítulo na capa. A propósito, o subtítulo passou a ser “narração dos factos da historia do Brasil, através da sua evolução”, isto é, não constam mais os termos “com muitas gravuras explicativas”, muito embora permanecessem as mesmas ilustrações das edições anteriores, contudo, sem nenhuma menção ao ilustrador da obra ou mesmo aos artistas estrangeiros.

A 81ª edição reserva, ainda, a última página impressa do livro para a divulgação de quatro obras da “série instrutiva”: Índios de Mato Grosso, de autoria de Erich Freundt, e, Brasil de outrora, de Belmonte; As galinhas do Juca de J. Reis e Índios do Brasil, de Renato Sêneca Fleury e ilustrações de Belmonte.

Importa dizer que as edições de número 67ª e 79ª, embora tenham sido editadas no bojo do período Vargas, somente a do ano de 1947, como vimos anteriormente, sofreu alteração de capa. Provavelmente, talvez, pelas razões sobre as quais conjecturei acima.

Em relação à edição 83ª (1949) a pesquisa teve acesso a dois exemplares da obra. A primeira delas integra o acervo do Arquivo Editorial / Biblioteca da Editora Melhoramentos, em São Paulo, enquanto o outro foi adquirido junto a um sebo virtual. Constatei que a ilustração da capa não foi modificada permanecendo igual a edição 81ª (1947). Na folha de rosto constam

o título e o subtítulo, número da edição, com a observação de que a obra foi revisada e ampliada, contudo essa atualização não foi atribuída a um nome em especial.<sup>24</sup> No rodapé da folha de rosto constam a data (1949) e a identificação das Edições Melhoramentos.

Essa pesquisa teve acesso a trinta exemplares distintos do livro didático *Nossa Pátria*. Uma parte deles integra o acervo de bibliotecas públicas de diferentes estados do País, contudo parte dos exemplares consultados pertencem à pesquisadores ou colecionadores de livros didáticos.

Da 1ª edição do livro (1917) até a metade da década de 1930, aproximadamente, conforme nota da Edições Melhoramentos, situada nas primeiras páginas do livro, informava que a obra foi aprovada oficialmente nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Sergipe e Maranhão. Além disso, mostrava que a obra foi adotada no ensino desses estados e ainda no Paraná, Bahia e Rio Grande do Norte. Ao final da década de 1930, conforme a 79ª edição, nova nota da editora informava que a obra foi adotada em todos os estados do Brasil. Identifiquei exemplares do livro didático *Nossa Pátria* nos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro.

---

<sup>24</sup> As últimas 5 edições (84 à 88) do livro didático *Nossa Pátria* foram revisadas e atualizadas por Lourenço Filho. Chamado para renovar a Biblioteca Infantil da Melhoramentos, Lourenço Filho atualizou a linguagem da obras da referida biblioteca. Assumiu também a tarefa de consultor editorial, emitindo pareceres sobre os originais didáticos e para a infância. Segundo Donato (1990) Lourenço Filho emitiu um total de quase 30.000 pareceres. Para saber mais sobre os trabalhos desenvolvidos por Lourenço Filho na Companhia Melhoramentos de São Paulo ver MONARCHA, C. Lourenço Filho e a *Bibliotheca de Educação* (1927-1941). p. 27 a 57. In: MONARCHA, C. *Lourenço Filho: outros aspectos*, mesma obra. Campinas: Mercado de Letras, 1997.

Tabela 3 - Localização dos exemplares do livro didático Nossa Pátria

Edição	Ano	Quant.	Acervo	Local
1	1917	3	EM, CP II, IHGB	São Paulo / Paraná
10	1920	1	MLFC	Paraná
12	1921	1	BPPRS	Rio Grande do Sul
15	1922	1	EM	São Paulo
32	1932	1	AP	Paraná
33	193_	1		
34	193_	1	CEB	Paraná
41 a 50	1930	3	BPP; EC, CLP	Paraná
60	1933	1	AP, BPPRS	Paraná / Rio Grande do Sul
64		1	Ariclê	Paraná
67	193	1		
69		1		
79	1939	5	BPP, CEB e RE	Paraná, Santa Catarina
81	1947	1	AP	Paraná
82	194_	1		
83	1949	3	EM, BPP,	São Paulo / Paraná
84	1965	1	UTFPR	Paraná
86	1967	1	AP	Paraná
87	196_	1		
88	1970	1	EM, BPP,	São Paulo / Paraná

Fonte: Dados identificados na pesquisa e sistematizados pelo autor.

A fim de compreender determinados aspectos sobre a circulação do livro didático Nossa Pátria, utilizarei, a seguir, o caso do estado do Paraná durante o início da década de 1920, quando o governador era Caetano Munhoz da Rocha, o Secretário Geral do Estado Marins Alves de Camargo e o Inspetor Geral do Ensino era o Professor César Prieto Martinez. No Paraná, de acordo com o relatório apresentado pelo Professor César Prieto Martinez, Inspetor Geral do Ensino, ao Secretário Geral do Estado do Paraná (PARANÁ, 1920) o ensino público ressentia-se da falta de uniformidade dos livros didáticos. “Em uma mesma escola cada aluno tinha um livro diferente, razão porque não podia haver leitura coletiva”. Segundo Martinez muitas escolas ainda se encontravam no mesmo lamentável estado de verdadeira anarquia didática, apesar das medidas que a inspetoria procurou por em prática para sanar a falta dos livros. “Só com o tempo e depois de uma fiscalização rigorosa conseguiremos generalizar a adoção de livros modernos, feitos para a inteligência e para o coração da criança” (PARANÁ, 1920, p. 13). Durante aquele governo a Inspetoria distribuiu o livro “Nossa Pátria, do ilustre historiador paranaense Rocha Pombo”, para o 3º e 4º ano. No 3º e 4º ano “são ainda muito

aconselháveis os episódios heróicos, dignos de imitação; o desprendimento de interesse ou do bem estar próprio em benefício de terceiros, - tudo isso sempre em vista a Pátria e o nosso próximo” (PARANÁ, 1921, p. 25).

Ao final do relatório apresentado pelo Inspetor Geral do Ensino Prieto Martinez, ao Secretário Geral do Estado (PARANÁ, 1921) consta uma relação de livros didáticos e a respectiva quantidade deles que foram destinados às escolas públicas do estado. O livro didático Nossa Pátria integrava essa relação com o registro de dois mil e seis exemplares fornecido pelo Almoxerifado.

O Inspetor Professor Prieto Martinez assim se referiu as festas escolares:

Não se pode compreender a vida de uma escola sem as suas festas escolares. Pode-se dizer que fazem parte da educação, e, portanto, integralizam o conjunto de virtudes necessárias a uma casa, cujo escopo é elevar cada vez mais seus freqüentadores.

As festas reúnem em torno de uma data, de um personagem ou de um princípio as alminhas em flor que se habitam na fraternização do trabalho suave e diário, sobre os mesmos bancos, lendo os mesmos livros, escutando as mesmas vozes, cantando os mesmos hinos e amando a mesma pátria.

Nas vozes dulcíssimas de seus cantos as almas se fundem. Na recitação de poesias e de discursos os corações se irmanam, pulsando os mesmos acordes.

Nos sorrisos, nas palmas e nos vivas, os abraços se estreitam e os peitos se unem.

Eis aí a escola verdadeiramente republicana: o pobresinho, o remediado e o rico se desconhecem, nesses momentos, suas posições para conhecerem apenas o amor e a simpatia que os aproxima. Quando um dia o destino tiver de escolher os eleitos do povo, eles bem sabem que cada um pode ser o chamado, porque todos são iguais.

As festas escolares tomam vulto quando comemoram ou glorificam o passado. Que espetáculo mais sublime do que esse que nos oferece a infância, nos dias de festa nacional? É a esperança abrindo as asas para o futuro, como a dizer: a pátria se perpetuará.

Em todos os municípios do Estado foram condignamente festejadas as principais datas nacionais: 21 de Abril, e a 13 de Maio, 7 de Setembro, 15 de Novembro e o dia da Bandeira. Até as escolas isoladas dos pequenos povoados souberam comemorar esses dias de glória.

O povo, associando-se as festas cívicas da infância, manifestou os seus sentimentos de patriotismo e patenteou o interesse que o liga nos dias presentes às escolas gratuitas oficiais (PARANÁ, 1921, p. 50).

O livro didático *Nossa Pátria* foi utilizado no 4º ano das escolas primárias de São Paulo conforme nota do *Correio Paulistano* denominada “*Pelo ensino primário*” – “*livros escolares adoptados pelas directoria geral da instrucção publica*” que informou que

A Directoria Geral da Instrucção Publica, de accordo com praxe estabelecida, aprovou e mandou que as escolas primarias estaduaes adoptassem os livros que achou de conveniência fossem usados no corrente anno lectivo.

A Companhia Melhoramentos de São Paulo teve a gentileza de enviar ao “*Correio Paulistano*” os seguintes livros de sua edição, que mereceram a indicação da Directoria Geral da Instrucção Publica:

(...)

Para o 3º anno:

Rocha Pombo – “*Historia de São Paulo*”;

Para o 4º anno:

Rocha Pombo – “*Nossa Patria*”; (CORREIO PAULISTANO, 5 de fev. 1930, p. 3).

Considerando a data desse registro do *Correio Paulistano* pude concluir que se trata da edição 41ª a 50ª, do livro *Nossa Pátria*.

O jornal o *Correio Paulistano* (31 de jan. de 1937, p. 32), em nota denominada “*Livros aprovados para uso nas escolas primarias*”, diferentemente do que ocorreu em 1930, o livro *Nossa Pátria* passou a ser utilizado no 3º ano enquanto a *História de São Paulo*, também de autoria de Rocha Pombo, foi usado no 4º ano.

#### **1.1.4 Sobre as cenas históricas**

Uma solução encontrada pelo ensino de História, além de construir a galeria e o culto aos heróis da pátria, foi a utilização de ilustrações nas obras didáticas, uma retomada da tradição dos livros de doutrina cristã que valorizavam as imagens como meio de fixar as mensagens religiosas, conforme destaca Bittencourt (2008).

A partir da década de 1910 a nova organização comercial do meio editorial foi marcada pela encadernação brochura e o formato de livro popular, ou seja, um formato pequeno (18,5 x 13). Além disso, as ilustrações passam a

representar um novo recurso didático e um importante reforço mercadológico à indústria cultural do livro. Os novos projetos gráficos dos livros, a partir daquele período, representam uma estratégia poderosa de comunicação tendo em vista a melhor comercialização do produto. Cardoso (2005, p. 193) ao abordar a noção de projeto gráfico explica que

entende-se não somente a aplicação aleatória de elementos artísticos como a ilustração, mas sobretudo uma tentativa sistemática de diferenciar o livro como produto industrial, agregando-lhe um grau de programação visual capaz de enriquecê-lo como objeto de comunicação não verbal.

Verifiquei que nas distintas edições do livro *Nossa Pátria*, acessadas nessa pesquisa, existem diversas ilustrações de diferentes naturezas ou linguagens. Desde as primeiras até as dos anos de 1940, constam imagens de pinturas, gravuras de autoria de Debret, dentre outros artistas, em geral estrangeiros, como Rugendas<sup>25</sup>, embora a Edições Melhoramentos também tenha reservado espaço para o trabalho de pintores brasileiros, a exemplo de

---

<sup>25</sup> Jean-Baptiste Debret foi um importante desenhista, pintor, gravador e professor francês. Nasceu em 18 de abril de 1768, em Paris. cursou a Academia de Belas Artes e a Escola Politécnica. Em 1816 integrou, juntamente com outros membros, a Missão Artística Francesa ao Brasil, organizada a mando do rei Dom João VI, contratada pelo Embaixador Marques de Marialva por determinação do Conde da Barca. Chegou ao Rio de Janeiro em 1816, ali desenvolvendo intensa atividade pública e particular como professor de pintura. Seu trabalho contribuiu para retratar o cotidiano do Brasil colonial, além de catalogar, por meio de registros de desenhos, a fauna e a flora brasileira. Debret também desenhou a bandeira do Brasil, composta pelo retângulo verde e o losango amarelo. Johann Moritz Rugenda foi pintor, gravador e desenhista, nasceu em Augsburg, Alemanha, em 1802, ele estudou na Academia de Munique. Numa expedição chefiada por Langsdorff veio ao Brasil em 1821, realizando seus primeiros trabalhos no Rio de Janeiro e arredores, até 1824. Percorreu depois as províncias de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Pernambuco, retornando à Europa em 1825, com mais de 500 desenhos sobre o cotidiano da sociedade brasileira. Entre 1845 e 47 esteve no Brasil pela segunda vez, onde visitou, principalmente o Rio de Janeiro e Pernambuco. Com 3.339 esboços, desenhos e aquarelas retornou à Alemanha, enriquecendo o seu acervo artístico. Usou uma centena dos seus desenhos no famoso livro *Viagem Pitoresca ao Brasil*, publicado primeiramente em Paris, em 1827, e do qual em 1835 saiu uma edição alemã. Editado no Brasil em 1946, traduzido por Sérgio Milliet e sob o título *Viagem Pitoresca através do Brasil*, constitui-se em importante documentário e fonte iconográfica. Situado entre o Romantismo e o Realismo, segundo Oberacker Júnior, “não lhe passaram despercebidas nem a crueldade da escravidão, nem as punições severas dos negros, nem os tipos raciais da população, nem a dureza da vida iniciada pelos imigrantes na selva virgem e cheia de perigos, nem as características das vendas dos mercadores nos sertões, nem as miseráveis palhoças sob as palmeiras, nem os palácios opulentos da metrópole. Também deixou fixados a lápis e a pincel a magnificência da natureza brasileira – rios, valados, serranias e mata virgem, como o símbolo do Rio de Janeiro, o Pão de Açúcar”. (OBERACKER JÚNIOR, citado por BANDECCHI, B. et al. *Novo Dicionário de História do Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1970).

Benedito Calixto<sup>26</sup>. Depois desse período, elas sofrem alterações de forma e estilo, sobretudo de modo técnico e não a mão livre como no estilo Debret. Conforme Cruz (2014) o livro *Nossa Pátria* foi fonte de pesquisa relevante para o estudo, pois possibilitou a autora compreender que as representações dos heróis e dos símbolos nacionais foram utilizadas na construção do imaginário republicano.

Conforme Bittencourt (1998), desde o início do século XIX, os livros didáticos de História já possuíam imagens de cenas históricas além de mapas históricos. Jonathas Serrano, professor do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro escreveu que os alunos poderiam aprender História não só pelos ouvidos, que considerava uma maneira enfadonha, mas também pelos olhos. Cada vez mais os livros didáticos passaram a apresentar uma série de ilustrações, chegando, de certa forma, a concorrer com os textos escritos.

A propósito das ilustrações que serão objeto de melhor apreciação no capítulo seguinte, embora já se tivesse um século delas nos livros didáticos demonstrando a importância desse recurso na cultura histórica escolar, pouca análise sobre a sua função no processo de ensino e aprendizagem tem sido feita. É necessário investigar as formas de leitura de imagens utilizadas em sala de aula, principalmente aquelas veiculadas nos livros didáticos. Qual é a real importância da imagem no ensino? Possui um caráter meramente ilustrativo e motivador? Para Serrano, as imagens eram utilizadas para concretizar noções abstratas, proporcionando aos alunos formas de vivenciar situações, espaços e tempos diferentes daqueles vividos por ele. No Brasil, existem trabalhos que procuram analisar a representação de determinados grupos sociais como, por exemplo, as populações afro descendente e a indígena nos livros didáticos. Contudo, não se identifica a existência de pesquisas dedicadas à produção iconográfica, exatamente.

---

<sup>26</sup> Benedito Calixto de Jesus nasceu em Itanhaém, em 1853, é considerado um dos pintores brasileiros mais conhecidos do grande público. Algumas de suas telas foram reproduzidas nos livros didáticos, enciclopédias e publicações comemorativas de datas históricas, mormente as editadas no Estado de São Paulo, a exemplo da sua pintura da fundação de São Vicente, de Brás Cubas, Martim Afonso de Souza, Anchieta, das ruas e edifícios de Santos e São Paulo antigos, e suas famosas marinhas. Sobre esse artista ver ALVES, C. F. *Benedito Calixto e a construção do imaginário republicano*. Bauru, EDUSC, 2003. (Ciências Sociais)

Saliba (1999) dedicou-se aos estudos e análises em torno de imagens canônicas e não canônicas. O objetivo desse autor foi mostrar a importância de desmistificar as chamadas imagens canônicas, as quais nos são impostas, segundo ele, coercitivamente. Para Saliba (1999), ícones canônicos são aquelas imagens-padrão ligadas a conceitos-chaves de nossa vida social e intelectual. Essas imagens são pontos de referência inconscientes, sendo, portanto, decisivas em seus efeitos subliminares de identificação coletiva. São incorporadas em nosso imaginário coletivo, e as identificamos rapidamente. Os livros didáticos, a exemplo do Nossa Pátria, são ilustrados, geralmente, com imagens canônicas.

No entendimento de Saliba a imagem canônica é coercitiva porque nos impõe uma figura reproduzida infinitamente em série, tão repetitiva que não mais nos provoca nenhuma estranheza, bloqueia nossa possibilidade de uma representação alternativa, não nos leva mais a diferenciar, a comparar, a pensar e refletir sobre a imagem.

O pesquisador deve empenhar-se por superar a hegemonia das imagens canônicas, refletindo sobre como estas são produzidas. Saliba (1999) recomenda mostrar que o mais importante no visual é o fato de que as imagens não foram colocadas lá por acaso e que elas obedecem a certas regras e limitações definidas por uma determinada ideologia. Desmistificar as imagens canônicas é mostrar porquê e como elas foram inventadas, que necessidades coletivas elas atenderam e, sobretudo, questionar por que motivo as imagens alternativas produzidas não chegaram até nós? Saliba (1999) faz uma distinção entre o documento e o monumento, concluindo que a transformação daquele neste, é a sua utilização pelo poder. O poder de produção, difusão, edição, manipulação, conservação, reciclagem ou descarte das imagens.

A articulação das imagens não-canônicas com os textos é fundamental, até porque as legendas que acompanham as imagens também são estereotipadas e canônicas. O autor acredita que as imagens não canônicas são estratégias para o conhecimento da história mas não substituem o suporte escrito. As imagens apresentadas sem nenhum comentário podem seduzir, mas não podem informar. O que nos informa, segundo Saliba (1999) sem dúvida nenhuma, são as palavras.

Historicamente, o objetivo fundamental que justifica a inclusão de imagens nos livros didáticos é a possibilidade de “ver cenas históricas”, o que significa que as ilustrações concretizam a noção abstrata de tempo histórico. De maneira geral as gravuras dos livros servem para facilitar a memorização dos conteúdos e também para reforçar o texto escrito.

Analisando os livros didáticos como objeto fabricado, assim como as suas ilustrações, sujeito aos aspectos mercadológicos e técnicos, é possível perceber a limitação do autor da obra quanto à formatação final do livro didático. Atualmente, as editoras possuem técnicos especializados na diagramação, paginação e definição de cores das gravuras. Dessa forma, o autor, na maioria das vezes, pouco interfere na composição final do livro.

Para a produção dos livros didáticos de História do Brasil, os autores tiveram maiores dificuldades em definir as ilustrações que fariam parte das obras, uma vez que não se poderia recorrer às ilustrações dos livros de História Geral. Autores e editores brasileiros precisaram organizar um acervo de ilustrações específicas. E foi a galeria de arte de pintores brasileiros do século XIX que serviu inicialmente de fonte para a composição do acervo de ilustrações, destacando-se os quadros “O 7 de setembro de 1822” de Pedro Américo, e “Primeira Missa no Brasil” de Vitor Meirelles.

## **2 O LIVRO DIDÁTICO NOSSA PÁTRIA E O IDEÁRIO DE NAÇÃO**

O objetivo desse capítulo é apresentar determinados elementos, a fim de compreender o ideário educativo de caráter nacionalista contido no livro didático *Nossa Pátria*, em relação às diferentes vertentes nacionalistas correspondentes aos períodos históricos distintos nos quais o livro circulou, em especial, na Primeira República e na Era Vargas. Pretendo trazer certas questões históricas e culturais anteriores à escrita desse livro didático, aspectos que provavelmente exerceram alguma influência na escrita desse compêndio escolar. Pretendo, sobretudo, destacar e argumentar sobre as razões que podem explicar o sucesso editorial dessa obra didática por aquilo que entendo ser um longo período, perpassando sob diferentes regimes políticos, considerando antes de tudo, a vertente nacionalista que demarca o texto do livro desde a sua primeira edição (1917), no bojo da Primeira República.

### **2.1 ANTECEDENTES: O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**

Em muito as discussões de caráter cívico patrióticas acompanham a constituição da História como disciplina escolar. Esse processo se deu no século XIX de forma concomitante aos movimentos de organização do ideário laicizado sobre a história universal, discurso no qual a organização escolar foi um espaço importante das disputas travadas naquele contexto, entre o poder religioso e o avanço gradativo do poder laico e científico. Assim, para as escolas primárias passou a existir um ensino mais sistemático de História nacional a partir dos anos de 1860.

A História inicialmente estudada no Brasil, no século XIX, foi a da Europa Ocidental, apresentada como aquela que seria a verdadeira História da Civilização. A História pátria surgia como seu complemento, sem apresentar um corpo autônomo e ocupando papel secundário. De forma geral, era relegada aos anos finais dos ginásios, com um número muito reduzido de

aulas, consistia, portanto em um conjunto de biografias de homens ilustres, um repertório de datas e de batalhas.

Na República a preocupação com a constituição da nacionalidade e a consolidação da unidade nacional esteve presente no plano de estudos, sob a denominação “educação cívica e moral da Pátria”, na qual previa-se estudar a “biografia de brasileiros célebres, de notícias históricas do Brasil Colônia e Império e a história da proclamação da República” (MOACYR, 1942, p. 109).<sup>27</sup> Mesmo assim, no início do período republicano, criticava-se de modo enfático a falta de um espírito nacionalista no ensino brasileiro. Segundo Bittencourt (1992/1993, p. 212) o educador José Veríssimo afirmava que os textos e as aulas, tais como eram realizados eram incapazes de despertar qualquer tipo de sentimento nacional nas crianças da escola primária.

Conforme recomenda Nadai (1992/1993), se observarmos as questões postas pelos programas, currículos, materiais de ensino e pelos livros didáticos, a História, como disciplina educativa, ocupou, nas suas origens, em todas as escolas, um lugar bem definido, que pode ser apreendido nas representações que intentavam expressar as ideias de nação e de cidadão embasadas na identidade comum de seus variados grupos étnicos e classes sociais formadores da nacionalidade brasileira.

A República, desde os seus primórdios, encarregou-se de cuidar da constituição da galeria dos heróis nacionais, instituiu feriados e festas cívicas, selecionou criteriosamente personagens a serem cultuados, determinando assim, outra vertente do alcance da história, extrapolando inclusive os próprios muros da escola. Conforme apresentarei mais adiante, foi nesse contexto que

---

<sup>27</sup> Dentre outras obras de Primitivo Moacyr merece destaque *Instrução e a República*, em 4 volumes, publicados pela Imprensa Nacional, do Rio de Janeiro, em 1941. Segundo Fonseca (2003), com o golpe civil militar de 1964, o Estado passou a se preocupar com a necessidade de revigorar o ensino de educação cívica pela lógica da doutrina de segurança nacional, e como contrapartida, se deu a descaracterização e o esvaziamento do ensino de História. O decreto-lei 869, de 12 de dezembro de 1969, foi imposto pelos ministros das Forças Armadas, amparados pelo AI-5 de 1968. O decreto tornou obrigatória a inclusão da moral e cívica como disciplina escolar e também como prática educativa em todos os sistemas e graus de ensino do país. Com o enfraquecimento gradativo da ditadura, na década de 1970 e a emergência do Estado Constitucional nos anos 1980, ocorreu, o que se poderia chamar de efervescência de novas propostas curriculares em todos os estados brasileiros, que procuraram de alguma forma readequar os currículos, programas, métodos e a produção de livros didáticos.

ocorreu a configuração de Tiradentes como o principal dos heróis na História do Brasil, associando-o inclusive à imagem de Jesus Cristo.

A periodização usada e a abordagem do conteúdo conduzem à uma concepção de história da qual sobressai a grande influência do positivismo. O conceito de fato histórico, a neutralidade e objetividade do historiador/professor ao tratar do social, o papel do herói na construção da Pátria, a utilização do método positivo permearam tanto o ensino quanto a produção histórica (NADAI, 1992/1993, p. 152).

Segundo Guimarães (1988) o pensar a história é uma das características do século XIX e esse pensar articula-se num quadro mais amplo, no qual a discussão da questão nacional estava em destaque. No Brasil do século XIX, o lugar privilegiado da produção historiográfica permaneceu, em grande parte, ligado a um grupo restrito, próxima de uma tradição iluminista.<sup>28</sup> E este lugar de onde o discurso historiográfico foi produzido desempenhou um papel decisivo na construção de uma certa historiografia e das visões e interpretações que ela proporá na discussão da questão nacional. Foi durante o processo de consolidação do Estado Nacional brasileiro que se viabilizou um projeto para pensar a história do Brasil de forma sistematizada. Foi pela criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, que se deu, efetivamente, a materialização desse projeto.

Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a 'Nação brasileira', capaz de lhe garantir uma identidade no conjunto mais amplo das 'Nações', de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX (GUIMARÃES, 1988, p. 6).

Segundo Scwharcz (1998, p. 127) o próprio D. Pedro II presidiu quinhentas e seis sessões no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB),

---

<sup>28</sup> Na Europa o processo de escrita e disciplinarização da História ocorreram nas universidades, enquanto no Brasil estas tarefas ficaram ainda conservadas nas academias de tipo ilustrado, criadas no século XVIII, como foi o caso da Academia Brasílica dos Esquecidos e Academia Brasílica dos Renascidos. Essas instituições, de acesso restrito, eram regulamentadas por critérios que passavam pela teia das relações sociais e pessoais. Foi, portanto, o Estado Nacional o eixo central que serviria de fonte para a construção da nossa história. (GUIMARAÊS, 1988, p. 6)

sessões estas que foram realizadas entre dezembro de 1849 até 7 de novembro de 1889, só se ausentando, de fato, em caso de viagem.

A questão colocada por Guimarães (1988, p. 6) é: como esta historiografia definiu a Nação Brasileira? Assim como os historiadores revolucionários franceses não ignoraram o Antigo Regime, a construção da ideia de Nação Brasileira não se opôs à antiga metrópole portuguesa. Pelo contrário, a nova Nação Brasileira se reconheceu enquanto continuadora de uma tarefa civilizadora, iniciada pela colonização portuguesa. "Nação, Estado e Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional".

Francisco Adolfo Varnhagem foi um dos historiadores que apresentou fundamentos através de correspondência à D. Pedro II, definidores da identidade nacional brasileira, enquanto herança da colonização europeia. Foi no mesmo movimento de definição de Nação Brasileira que se definiu também o "outro" em relação à ela, seja no plano interno e externo. Índios e negros ficaram excluídos desse projeto por não serem portadores da ideia de civilização, "o conceito de nação operado é eminentemente restrito aos brancos" (GUIMARÃES, 1988 p. 7).

Considerando que o Estado, Monarquia e Nação constituíam uma só totalidade para a discussão do problema nacional brasileiro, externamente definiu-se o "outro" desta Nação a partir do critério político das diferenças quanto às formas de organização do Estado. Nesse sentido, os países latino americanos, constituídos sob a forma republicana, ideia associada à barbárie, foram considerados os grandes inimigos externos do Brasil.

Foi com base nestas questões que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro encaminhou suas reflexões acerca do Brasil, realizando a tarefa de sistematizar uma produção historiográfica capaz de definir um conceito de Nação Brasileira. Esse projeto consistiu em criar efetivamente uma ideia de novos tempos, cuja marca era a soberania do princípio nacional enquanto critério fundamental definidor de uma identidade social. Guimarães (1988) indica um duplo projeto do IHGB: por um lado, dar conta de uma gênese de Nação Brasileira, nação que deveria surgir como desdobramento de uma civilização branca e europeia. Tarefa, segundo ele, difícil uma vez que a

realidade social brasileira era muito diferente do modelo da sociedade europeia.

Assim como as sociedades europeias deveriam ser vistas como parte do processo de centralização do Estado, e, portanto, com funções de poder muito específicas, o IHGB também pensou em projetos com o objetivo de integrar as diferentes regiões do Brasil, procurando viabilizar efetivamente a existência de uma totalidade "Brasil".

O IHGB tinha como diretrizes centrais para o desenvolvimento dos trabalhos os seguintes pontos: coletar e publicar documentos relevantes para a história do Brasil e incentivar o ensino público. Desta maneira incentivava ainda, a criação de institutos provinciais, procurava manter vínculos com entidades congêneres. No entanto, o IHGB colocou-se sob a proteção do D. Pedro II, o Estado imperial dispensou grande ajuda material para a concretização da tarefa apreendida pelo Instituto. Os esforços do IHGB se direcionaram no sentido de escrever a história brasileira, enquanto um palco de atuação de um Estado iluminado e civilizador. Seus componentes, presos à concepção herdada do iluminismo, de tratar a história enquanto um processo linear e marcado pela noção de progresso, empenharam-se na tarefa de explicitar para o caso brasileiro essa linha evolutiva.

Para a definição do quadro nacional, a História e a Geografia vinham fornecendo o instrumental: "(...) história e geografia enquanto dois momentos e um mesmo processo, ao final do quadro da Nação, na sua integralidade, em seus aspectos físicos e sociais, estaria delineado" (GUIMARÃES, 1988, p. 14).

Muitos dos intelectuais que se ocuparam do trabalho historiográfico no Brasil prestaram também consultas e elaboraram pareceres para órgãos do Estado:

O conhecimento da história adquiriu um sentido garantidor e legitimador para decisões de natureza política, mormente aquelas ligadas às questões de limites e fronteiras, vale dizer, aquelas ligadas à identidade e singularidade física da Nação em construção (GUIMARÃES, 1988, p. 15).

Os historiadores do IHGB engajados na construção do projeto da história nacional deveriam dar conta da totalidade, construindo a Nação em sua diversidade e multiplicidade de aspectos. O Instituto se propunha a premiar

trabalhos que elaborassem planos para se escrever a história do Brasil. Um dos trabalhos vencedores, dizia que o historiador deveria mostrar a missão específica reservada ao Brasil: "realizar a idéia da mescla das três raças", que, segundo Guimarães (1988), este plano foi a base para a construção do mito da democracia racial. Foi através de premiações e concursos que o IHGB e o próprio imperador, pela via do Instituto, incentivaram uma produção de natureza historiográfica. O IHGB financiava viagens e excursões pelo interior do Brasil, com o objetivo de que se escrevesse a história nacional (GUIMARÃES, 1988, p. 16).

O IHGB produziu uma revista com os trabalhos escritos pelos seus pesquisadores. Dedicou-se às biografias que, de certa forma, contribuíram para a construção da galeria dos heróis. Nessa publicação do Instituto mereceram destaque os bandeirantes e também as ordens religiosas. Isso evidencia, portanto, um projeto que estabelecia o branco como civilizador. Sob outra ótica o negro foi visto como um fator de impedimento do processo de civilização.

O IHGB foi, portanto, uma das instituições responsáveis pela construção de uma ideia de Nação, elaborou uma determinada escrita da história brasileira que foi, de certa forma, utilizada mais tarde pelos historiadores republicanos, dentre eles, Rocha Pombo, ideia esta que abordarei mais adiante.

Conforme Trindade (2003) o IHGB, no final do século XIX, empregou uma periodização para História do Brasil que serviu de modelo para as futuras escolas historiográficas, até muito recentemente. Para Nadai (1992/93) este modelo estava fundamentado em três bases: a unidade étnica; unidade administrativa e unidade cultural o que resultava na unidade nacional. Esta concepção pragmática positivista fazia da História enquanto disciplina escolar um instrumento de formação do sentimento nacional brasileiro cujos fundamentos eram: a raça, a língua, a religião e o território com uma única administração.

A equação nação = Estado = povo e, especialmente, povo soberano, vinculou indubitavelmente a nação ao território, pois a estrutura e a definição dos Estados eram agora essencialmente territoriais (HOBSBWAM, 1990, p. 32).

Ainda sobre o lugar do IHGB na produção historiográfica brasileira na passagem do século XIX para o XX, Schwarcz (1993) destaca a missão daquela instituição: “Colletar para bem guardar. Guardar para bem servir”. Estas eram máximas de um tipo de estabelecimento que se manteve bastante ativo até os anos 30 do século XX. A partir desse período, não só começam a espaçar suas revistas, parte dos institutos principiaram a demonstrar com maior clareza suas fragilidades, financeiras e organizacionais.

Nesse novo panorama, as atenções e recursos estaduais parecem se concentrar em outras áreas de competência educacional e cultural, restando às agremiações históricas a reduzida colaboração dos sócios e simpatizantes mais fiéis.

A queda institucional não significou, porém, o colapso imediato dessas associações. Na verdade são os seus colaboradores que passam a compor, em um primeiro momento, os quadros das jovens escolas e universidades criadas nesse período. Por outro lado, a vigência atual dos institutos históricos e geográficos parece significar algo mais do que a mera perpetuação ou o resquício de um modelo totalmente ultrapassado. Guardiões de sua própria memória, ou melhor dizendo, de um certo tipo de história, eles até hoje acolhem aqueles que, resistindo ao tempo, fazem uma história pautada por longas genealogias, vultos históricos e eventos insistentemente retomados.

Existem ainda outros espaços permeáveis a esse tipo de história épica e nacionalista. O modelo tomou-se obsoleto, mas permaneceu bastante hegemônico nos livros didáticos, sobretudo oficiais. Nestes, percebem-se vestígios do projeto patriótico dos institutos, como também um pouco dessa “história da história” da nação (SCHWARCZ, 1993, p. 137).

As questões aqui apresentadas em torno do papel do IHGB na construção de um projeto de história nacional permitem compreender o propósito de escritores e historiadores, como é o caso, por exemplo, de Rocha Pombo. Eles se dedicaram à produção de obras literárias e/ou históricas, didáticas ou não, nas quais foram veiculadas ideias e valores considerados indispensáveis, na passagem do século XIX para o XX, para a construção de um sentimento de nação, projeto esse tão caro aos republicanos.

### 2.1.1 Projetos de nação para o Brasil

Oliveira (1990) dedicou-se à análise do pensamento social brasileiro, tendo como foco principal as concepções sobre a nação. A autora observou que a nação é uma questão presente no pensamento social do país, por outro lado, verificou que nem sempre ela ocupou uma posição privilegiada e o seu significado nem sempre foi o mesmo. Foi nos momentos de crise, sobretudo, que a questão nacional passou a englobar e sintetizar as demais concepções, e o nacionalismo se transformou em um conceito inclusivo.

De acordo com Oliveira (1990), a partir de 1870 surgem os primeiros movimentos de ideias que rompem com a visão romântica, característica do século XIX no Brasil. Nessa perspectiva, Ortiz (2012) afirma que o pensamento brasileiro da passagem do século XIX para o XX fundamentava-se nos conceitos particulares de meio e de raça.

Os parâmetros raça e meio fundamentam o solo epistemológico dos intelectuais brasileiros de fins do século XIX e início do século XX. A interpretação de toda a história brasileira escrita no período adquire sentido quando relacionada a esses dois conceitos-chave (ORTIZ, 2012, p. 15).

Para Schelbauer (1998) o discurso dos republicanos, em âmbito nacional, revelava a importância que o debate educacional adquiria, sob a ótica do interesse público, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Nesse contexto, em contrapartida às transformações que estavam ocorrendo nas relações de trabalho, a reestruturação do Estado apresenta-se como uma questão fundamental na organização do projeto modernizador da sociedade brasileira. A educação pública foi entendida como o germe da regeneração do país e como sólida base onde se firmaria uma nova ordem de coisas nascidas do progresso e da consciência de nação.

Os discursos passaram a girar em torno da crítica às instituições do regime monárquico, as quais eram vistas como pouco democráticas devido à reduzida representatividade política, pela centralização de poderes e pela repressão às liberdades de imprensa e ensino. Mesmo nos momentos finais do regime imperial, a educação da população iletrada passa a ser vista como

condição básica para garantir a participação do povo na condução dos negócios públicos.

O regime monárquico, atacado por vários lados, perdia inevitavelmente a sua estabilidade. Em 3 de dezembro de 1870, no Rio de Janeiro, o jornal "A República" veicula, em seu primeiro número, o Manifesto Republicano, escrito por Quintino Bocaiúva, com a colaboração de Salvador de Mendonça e assinado, conjuntamente, pelos adeptos do Partido Republicano (SCHELBAUER, 1998, p. 57).

A educação do povo passou a ser vista como uma ação essencial na formação da cidadania, uma vez que o Estado seria o responsável pela sua propagação com a finalidade de tornar a sociedade cada vez mais participativa e democrática. Além disso, restava ao Estado criar a unidade nacional, ameaçada pela presença progressiva de imigrantes. A difusão da instrução primária e a criação de um sistema nacional de educação eram exigências de muitos discursos da época, baseados no que já existia em países europeus. Ocorre que este debate sobre a origem de um sistema nacional de educação esbarrava em entraves na discussão constitucional sobre a intervenção do Estado na educação. As divergências de princípios existiam entre os próprios partidos liberais, impossibilitando acordos sobre esta questão. Dentre os grupos de opositores à intervenção do Estado na educação, no Brasil, estavam os republicanos liberais.

O debate sobre um novo regime político mais democrático foi, portanto, foco de intensa agitação nas décadas que antecedem a queda do Império e a proclamação da República, trazendo ao mesmo tempo o problema da educação. A solução para os problemas do país estava sustentada nas reformas das instituições, as quais se tornariam possíveis à edificação de um novo regime político adequado à nova organização do trabalho que estava se estruturando. De acordo com Carvalho (1989, p. 7) a escola foi, no imaginário republicano, o signo da instauração da nova ordem, arma para efetuar no Brasil, o Progresso e a civilização.

Aos olhos da imprensa, dos educadores e dos parlamentares da época, a educação poderia encaminhar a solução para os problemas advindos da precária unidade nacional, através de uma formação comum, de uma alma

comum, considerada como fundamental para conduzir o País ao desenvolvimento e à modernização. Era o Brasil ambicionando seguir, de alguma forma, o modelo educacional em curso na Europa. Segundo Hobsbawm (1988) a era de 1870 a 1914 foi, na maioria dos países europeus, a era da escola primária. Conforme destaca este autor, um sistema escolar nacional organizado pelo Estado necessitava de uma língua nacional para a instrução. A educação somou-se aos tribunais e à burocracia. “Os Estados, portanto, criaram ‘nações’, ou seja, patriotismo nacional, e, pelo menos para certos fins, cidadãos lingüística e administrativamente homogeneizados, com especial urgência e zelo” (HOBBSAWM, 1988, p. 214).

Leite (1969) explica que a educação, durante o Império, era tida como um privilégio, destinada a um número muito reduzido de indivíduos na sociedade brasileira. Foi somente a partir da última década do século XIX que a escola passou a ser vista pelas autoridades políticas e pela sociedade como a instituição responsável pela formação do sentimento de cidadania necessário para colocar o país no rumo do progresso e da civilização. Segundo Schelbauer (1998), verifica-se nos relatórios ministeriais, na fala dos parlamentares, dos educadores e da imprensa, uma acentuada preocupação com o estado precário da instrução pública. Como forma de superar este quadro, a uniformização e a difusão do ensino eram concebidas como condição de ordem social, integridade nacional, civilização e progresso.

Nos primeiros anos do século XX, o pensamento conservador adquire novas roupagens, a nacionalidade passa a ser pensada como resultado das condições naturais da terra. A natureza vista como prodigiosa e abençoada é compreendida como a garantia de um futuro promissor para o Brasil. Diversos autores, dentre eles, Rocha Pombo, fizeram uso dessas representações em suas obras didáticas, a exemplo do livro *Nossa Pátria*.

Outra versão do nacional que participou deste debate no início do século XX foi o ufanismo. Para os adeptos desta corrente, a nacionalidade é pensada como fruto das condições da terra diferenciando-se, portanto, das demais correntes que pensavam a nacionalidade como resultado dos regimes políticos.

A natureza prodigiosa e abençoada garantiria um futuro promissor para além e independente dos regimes políticos e das querelas partidárias. O ufanismo – juntando às qualidades da terra os valores das três raças originárias – operava assim a paz dos espíritos prometendo dias melhores no futuro, já que a natureza dava fundamento a tais esperanças. O ufanismo (...) pode ser visto como a construção simbólica de maior constância e penetração no pensamento social brasileiro da Primeira República (OLIVEIRA, 1990, p. 24).

Para Oliveira (1990), em suas formas de ver e interpretar a nação, o ufanismo, com base em Afonso Celso e Olavo Bilac, dentre outros pensadores adeptos desse ideário, deixou sua marca na cultura brasileira e se fez presente em várias construções simbólicas que pretenderam marcar a identidade nacional.

O advento da República e a presença dos imigrantes contribuíram para fazer emergir a necessidade de criação de uma alma nacional, inexistente aos olhares da época. A preocupação em consolidar a nação brasileira em torno dessa alma incluía também o elemento imigrante, que assimilava a língua e a cultura da nova pátria. Suas pretensões quanto ao futuro não seriam, portanto, influenciadas pelo sentimento de nacionalismo que o ligava ao seu país de origem, do outro lado do Atlântico.

De acordo com Moraes (2000) nas primeiras décadas da República, no caso, após os anos dez, é possível apreender o processo de produção e reprodução ideológica ao nível das ideias sociais, políticas e educacionais. Se por um lado este processo respondeu aos desafios gerados pelas importantes mudanças por que passou a sociedade brasileira no período, por outro, as contribuições intelectuais que trouxe foram, na visão da autora, pouco inovadoras. Moraes (2000) entende que algumas dessas contribuições intelectuais constituíram-se simplesmente numa reelaboração teórica das ideias dominantes da época, efeito da Primeira Guerra Mundial, da Revolução Russa e do fortalecimento de movimentos de direita, sobretudo a ascensão do nazi fascismo.

A agitação social e a efervescência intelectual que marcaram o período não eram particularidades do Brasil, elas apresentavam relações com as transformações que “agitavam” o mundo. A Primeira Guerra chocou a

humanidade ao derrubar o mito iluminista de que o progresso e a paz seriam os resultados naturais e necessários do desenvolvimento da sociedade ocidental; a Revolução Russa apresentava o comunismo como uma alternativa em relação ao modelo da democracia liberal e também aos movimentos de direita na França, na Itália, em Portugal e na Alemanha. Somam-se a eles os movimentos de classe operária, acontecimentos de grande repercussão política como a Guerra Civil Espanhola e a afirmação paulatina dos Estados Unidos como nova hegemonia mundial. Por fim, os grandes impactos da crise de 1929, cujas consequências atingiram todo o mundo de orientação capitalista. (MORAES, 2000)

O pensamento europeu, por meio das vertentes filosófica, econômica, política e educacional questionava esses acontecimentos pelo mundo, redefinindo-os e também incorporando-lhes novas questões. Por sua vez, a intelectualidade brasileira, em sintonia com a realidade europeia pensava em alternativas e soluções para a realidade do país. A partir desse quadro devem ser compreendidas as grandes vertentes de produção intelectual do período.

Na Primeira República, quando o Brasil ainda não se configurava propriamente como uma Nação e apresentava um Estado reduzido ao servilismo político, as questões a referenciar a produção ideológica eram aquelas relativas à Nação, à remodelação do Estado, isto é a modernização da estrutura social e política do país: aí foram forjados os primeiros projetos de construção de nacionalidade que desabrocharam nos anos subseqüentes (MORAES, 2000, p. 113).

Para Moraes (2000) nos anos dez configuraram-se as Ligas de Defesa, as Ligas Nacionalistas, a organização operária, as greves de 1917 e 19. Nos anos 20, a Semana de Arte Moderna, o movimento dos católicos com a fundação da revista A Ordem e o Centro D. Vital, a criação do Partido Comunista Brasileiro e a motivação ideológica dos tenentes. Em suma, toda a movimentação social e intelectual do período traduziu as linhas básicas daquele projeto. Foi nesse projeto de modernização e de construção da nacionalidade que a educação, conforme Moraes (2000) foi entendida como um problema vital do país, sendo assim difundiu-se a ideia de que a solução do

problema educacional dependeria do encaminhamento adequado dos demais problemas do Brasil.

É no processo mais abrangente da “via” brasileira para o capitalismo que se coloca para a sociedade a necessidade da difusão do ensino, elementar na luta contra o analfabetismo, nos anos posteriores à Primeira Guerra Mundial. O movimento de renovação educacional, mediante reformas de ensino estaduais nos anos vinte, e a centralização da política da educação ao nível do executivo federal nos anos trinta, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública.

No Brasil, em torno de 1915 tiveram início as discussões e formas de pressão social visando o desenvolvimento do sistema escolar. Configuraram-se, ainda, esforços para que o Estado centralizasse decisões e assumisse uma atitude de caráter intervencionista nos problemas educacionais. As questões educacionais traduziam as bases da produção ideológicas do período. Ainda que fosse fácil reconhecer nesses debates, o fervor ideológico do final do Império, pois seus defensores agora eram republicanos, porém, ainda bastante desiludidos e descontentes com a nova forma de governo que se constituía do Brasil. No início dos anos 1920, novos movimentos assumiram a dianteira dos debates sobre a nação, como a chamada geração “ilustrada”, na qual outros ingredientes foram produzidos, obrigando a se repensar a ideia de nação. Com a crise decorrente da Primeira Guerra Mundial, novas versões sobre o nacionalismo surgiram no Rio de Janeiro entre a década de 1910 e início dos anos 1920. Era necessário um movimento de “redemocratização da República”, que estava empenhado na difusão do ensino elementar.

A construção da nacionalidade mobilizava políticos e intelectuais preocupados com a atualização do Brasil face às referências europeia e americana. Segundo Moraes (2000), foram diversos os projetos de nacionalidade que se estruturaram, alguns modernizantes, outros até reacionários. Nesse ideário, ao mesmo tempo reformista e salvacionista, as possibilidades apresentadas pelo processo educacional foram estimadas em excesso, pois acreditava-se que a educação, sobretudo na difusão da instrução primária, seria portadora de todas as soluções para os problemas do país. Em suma, a instrução popular passou a ser considerada a principal questão

nacional. Nagle (2009) traduziu esse movimento educacional dos anos dez, vinte e trinta, através de alguns termos, tais como: “entusiasmo pela educação”, “otimismo pedagógico” e “profissionais da educação”.

São ideias, planos e soluções oferecidos. Há aqui uma parcela que se liga ao fervor ideológico do final do Império; mas, agora, este é manifestado pelos próprios republicanos desiludidos com a República existente, República que procuram redimir. Trata-se de um movimento de ‘republicanização da República’ pela difusão do processo educacional – movimento tipicamente estadual, de matiz nacionalista e principalmente voltado para a escola primária, a escola popular (NAGLE, 1985, p. 262).

Oliveira (1990, p. 189) entende que o nacionalismo político, voltado para a construção de Estados nacionais, se faz presente, em todos os momentos em que se faz necessário reestruturar a vida política de um país. No Brasil, a mudança de regime monárquico para o republicano, ou a mudança de regimes autoritários para liberal-democráticos trazem à tona o debate sobre o pacto social básico que fundamentará a vida do país.

A história da luta entre perspectivas nacionais distintas evidencia determinados momentos significativos. O início do período republicano é marcado por dois grandes modelos de interpretação da identidade nacional. Um avaliava de forma positiva o passado colonial e imperial, acreditava na excelência das tradições, fruto da colonização portuguesa e da ação da Igreja Católica. Para este modelo, a nacionalidade simbolizava a defesa e a valorização da referência europeia. Vem desse modelo a repulsa em tomar como ideia a sociedade norte americana, fruto da colonização inglesa e do protestantismo. O outro modelo identificava a República como a ruptura necessária com o passado português corporificado no regime monárquico. O ideal de rompimento com a presença portuguesa na vida sócio econômica do Brasil, ou seja, com o passado histórico, esteve presente nas vertentes republicanas radicais que tiveram um papel marcante na vida da cidade do Rio de Janeiro. Os republicanos desejavam integrar o Brasil ao mundo americano, identificado assim com o regime republicano e com a modernidade. Para os republicanos, a nacionalidade significava o resultado da luta contra o passado,

a construção de uma nova sociedade organizada politicamente pelos nacionais (OLIVEIRA, 1990).

Oliveira (1990) situa, ainda, frente a esta luta no campo ideológico entre conservadores monarquistas e progressistas republicanos, a presença da intelectualidade cientificista da época. Adeptos dos princípios evolucionistas, tendo como um dos fundamentos a desigualdade das raças, foram pessimistas quanto aos destinos do Brasil, uma vez que a miscigenação comprometeria os alicerces da nação.

Considerando o ideário nacionalista como portador de determinados valores morais e cívicos, identifiquei em pesquisa realizada anteriormente (1994) as obras didáticas de Coelho Neto (1915)<sup>29</sup> e Cardim (1916)<sup>30</sup> que procuraram incutir valores com essas conotações nas classes primárias, antes mesmo da publicação do *Nossa Pátria* (1917).

Conforme Coelho Neto (1915, p. 40):

O bom cidadão não se limita a apregoar o seu amor á patria. Esmera-se em servil-a, dignificando-a com os seus sentimentos e com os seus actos. O symbolo da patria é a bandeira nacional, que devemos sempre respeitar e honrar. (...)

A patria não é um systema, nem um monopolio, nem uma fórma de governo; é o céu, o sol, o povo, a tradição, a consciencia, o lar, o berço dos filhos, o tumulo dos antepassados, a communhão da lei, da lingua e da liberdade. Os que a servem são os que não invejam, os que não infamam, os que não sublevam, os que não desalentam, os que não emmudecem, os que não se acobardam, mas resistem, mas esforçam-se, mas pacificam, mas discutem, mas praticam a justiça, a admiração e o enthusiasmo. (...)

No proprio patriotismo armado, o mais difficil de vocação, a sua dignidade não está no matar, mas no morrer.

A guerra legitimamente não pode ser o exterminio, nem a ambição: é simplismente a defesa .

Diferentemente de nação que vincula a ideia de pátria a uma cidadania, para Cardim (1916, p. 3):

<sup>29</sup> NETTO, C. & BILAC, O. *A Pátria Brasileira – moral e cívica* - (Para os alunos das Escolas Primárias). 9. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1915.

<sup>30</sup> CARDIM, C. A. G. *As comemorações cívicas e as festas escolares*. São Paulo: Augusto Siqueira & C., 1916.

O sentimento de pátria e o culto de tudo que diz respeito a essa bela manifestação da alma, devem nascer no lar, desenvolver-se na escola e fructificar na sociedade. Mas para que este facto se manifeste nessa ordem, é preciso supor um trabalho prévio na escola. É necessária que, ali, se tenha formado a alma da criança na escola do civismo, é necessário que se tenha robustecido o seu character na escola do dever, para que depois, se consiga no lar, progenitores capazes de encarregarem-se da nobre missão de desenrolar aos olhos dos filhos o painel sublime da pátria; capazes de segredar-lhes ao coração as bellezas historicas do passado; capazes de desenvolver, os episodios épicos em torno dos grandes vultos do paiz.

E, quando chegarmos a este resultado, a escola será, então, a continuadora do lar no trabalho edificante de firmeza do character e de consubstanciação do sentimento de pátria.

(...)

O papel da escola não póde ser, pois, o de criar o que, de facto, já existe, a sua funcção primordial é a de alimentar, systematicamente, na infancia o lume de seu patriotismo latente.

Segundo Moraes (2000, p. 124), em 1917 e 1920, com a criação da revista *Brasileia*, considerada matriz dos movimentos da Propaganda Nativista e da Ação Social Nacionalista, os grupos a ela ligados pretendiam repensar o Brasil e, ao mesmo tempo, repensar o brasileiro, na intenção de combater o analfabetismo através da difusão da escola primária. Além disso, buscava-se a promoção da língua pátria, da história e da geografia do Brasil.

Souza (2009) defende a ideia de que a principal função atribuída à escola primária foi a formação da nacionalidade e o cultivo de valores morais, cívicos e patrióticos na infância. Essa finalidade da escola elementar foi estabelecida nas legislações do ensino e perpassou vários âmbitos educacionais, presente também nas práticas simbólicas: comemorações e festas cívicas, no escotismo e orfeão escolares, no culto ao pavilhão escolar, entre outras práticas. O cultivo do nacionalismo fez parte também da formação dos professores. O discurso em defesa e do cultivo do nacionalismo na escola circulou também em livros, jornais e revistas dentro e fora do campo educacional.

Compreendo, portanto, a partir do exposto, que nas primeiras décadas do século XX, os projetos educacionais foram marcados por um ideário

nacionalista e “patriótico”. A análise dessas narrativas remete às considerações de Souza (2009) ao caracterizar o ensino na década de 1920 em São Paulo:

Matérias como geografia, história, educação física, instrução moral e cívica deveriam desenvolver nas crianças o sentimento de patriotismo e nacionalismo; deveriam contribuir para a formação moral do povo e, no limite, para a construção da nacionalidade. Essa ênfase no nacionalismo atravessou o século XX embalada por diferentes ideologias e alimentada por distintos interesses (SOUZA, 2009, p. 113).

Segundo Saliba (2015) dados de 1920 indicam que a matrícula nas escolas primárias atendia apenas 29% da população em idade escolar no país. O curso primário tinha uma duração de quatro anos, com um currículo formado por Leitura, Escrita, Língua Pátria, Geografia e História do Brasil, Ciências Naturais, Instrução Moral e Cívica e Ginástica. Segundo esse autor a maior parte do tempo nas escolas era dedicada às repetições em voz alta, o principal método de ensino aplicado aos alunos.

Segundo Hilsdorf (2006) a ideia nacionalista, ganhou urgência em São Paulo, inicialmente, em virtude das greves operárias, o que levou a fundação de uma Liga Nacionalista, em 1917. Contudo antes ainda desse período Olavo Bilac já agitava o país com sua campanha de salvação nacional a partir da alfabetização e do serviço militar obrigatórios, campanha que inspirou, em 1916, a criação de uma Liga de Defesa Nacional<sup>31</sup>. A atuação da Liga atingiu outros estados no período de 1916 a 1924. O seu programa incluía saúde, moral e trabalho e a superação da escola alfabetizadora. O programa visava

a fundação de escolas primárias e profissionais; instrução cívica do povo na obediência às leis e no respeito às tradições nacionais por meio de impressos e conferências; incentivo à educação física, ao escotismo, às linhas de tiro e ao serviço militar, celebração dos fatos nacionais; obrigatoriedade do

---

<sup>31</sup> Reformadores do ensino do estado de São Paulo, a exemplo de Oscar Thompson, Sampaio Dória e Lourenço Filho foram membros de destaque da Liga. Para Hilsdorf (2006) os três partilharam da mesma matriz política nacionalista da pedagogia, permitindo a inserção dessa vertente da escola brasileira da Primeira República no período dos anos 1910 e 1920. A fim de aprofundamento dessa questão ver HILSDORF, M. L. S. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Thomson Learning Edições, 2006. Ver, ainda, SOUZA, R. F. de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998. (Prismas)

ensino da língua, da história e da geografia pátrias na escolas estrangeiras (HILSDORF, 2006, p. 84).

Nos anos 20, outros movimentos intelectuais, a exemplo do modernismo paulista de 1922, fizeram o Rio de Janeiro perder a posição de modelo e de vanguarda das propostas nacionalistas, da década anterior. O Rio de Janeiro, como sede da Academia Brasileira de Letras, foi identificado com o passado. “Se o Rio não deixa de ser o principal centro político e cultural do país, a nacionalidade passa a ser identificada com outros modelos regionais que competem entre si na definição do mosaico da cultura brasileira” (OLIVEIRA, 1990, p. 25).

Nagle (2009) considera que a segunda década do século XX representa um período de fértil desenvolvimento e estruturação de ideais nacionalistas no Brasil que se multiplicaram em direções mais variadas ao longo da década de 1920. Esse nacionalismo poderia conter um sentido patriótico, elementos sentimentais ou românticos. Foi no campo da educação escolar que, as primeiras manifestações nacionalistas ocorreram. De acordo com Nagle (2009) publicaram-se, no Brasil, muitos livros didáticos de conteúdo moral e cívico com ênfase no patriotismo.

A doutrinação nacionalista iniciada na educação escolar teve maior repercussão do que em qualquer outro campo tendo, inclusive, continuidade com o desencadeamento do processo de nacionalização da escola primária, responsável pelo aparecimento de outro foco dos sentimentos nacionalistas.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial fornecera os elementos para se estabelecer, de forma mais objetiva, ideias nacionalistas, permitindo o desenvolvimento de um corpo de doutrina, bem como determinadas estratégias de ação. No dia 7 de setembro de 1916 se deu a fundação da Liga de Defesa Nacional, que pretendia

dentro das leis vigentes do País, congregar os sentimentos patrióticos dos Brasileiros de todas as classes e manter a idéia de coesão e integridade nacional; defender o trabalho nacional; difundir a instrução militar nas diversas instituições; desenvolver o civismo, o culto do heroísmo, fundar associação de escoteiros, linhas de tiro e batalhões patrióticos; avivar o estudo da História do Brasil e das tradições brasileiras;

promover o ensino da língua pátria nas escolas estrangeiras existentes no País; propagar a educação popular e profissional; difundir nas escolas o amor à justiça e o culto do patriotismo; combater o analfabetismo (NAGLE, 2009, p. 58).

No período posterior à Primeira Guerra Mundial, outras ligas foram criadas, contudo, entre elas, não havia muitas diferenças, a pregação nacionalista tinha como objetivo a formação da consciência nacional. Elas defendiam que a disciplina, no entendimento de ordem, era um princípio importante para que pudesse existir a Pátria. Nagle (2009) sugere que o nacionalismo, do ponto de vista brasileiro, possuiu ora caráter conservador, ora progressista.

Na percepção de Leite (1969), entre os anos de 1920 e 1930, diversos estados brasileiros promoveram reformas do ensino primário. Em geral, elas revelavam a preocupação com os altos índices de analfabetismo e com o atraso do ensino brasileiro. As reformas viam a “necessidade de transformar a escola primária em fator de coesão nacional, através do ensino obrigatório em língua portuguesa e do ensino de História e Geografia do Brasil” (LEITE, 1969, p. 18).

No início dos anos 1920, as questões concernentes à educação passaram a ser objeto de considerações em âmbito mais técnico. De acordo com Moraes (2000) as reformas estaduais das escolas primárias e normais seriam colocadas em prática<sup>32</sup>.

A Associação Brasileira de Educação (ABE), desde sua origem, em 1924, sob inspiração de Heitor Lyra da Silva<sup>33</sup>, passou a funcionar como um centro propagador das ideias educacionais da época, o que pode exemplificar,

---

<sup>32</sup> As reformas estaduais na educação ocorreram inicialmente em São Paulo, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Distrito Federal. A esse respeito ver MORAES, M. C. M. de. *Reformas de ensino, modernização administrada: a experiência de Francisco de Campos – anos vinte e trinta*. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 2000. (Teses NUP; 4)

<sup>33</sup> Heitor Lyra da Silva nasceu no Rio de Janeiro em 05 de março de 1887 e faleceu no dia 18 de novembro de 1926, aos 47 anos. A escassa biografia disponível sobre esse reformador é iniciada afirmando que ele fez o seu curso primário sob a direção da própria família. No ano de 1890 ingressou no Colégio Pedro II para continuar seus estudos. Formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, criador da Associação Brasileira de Educação - ABE e membro da Liga Pedagógica de Ensino Secundário. Participou ativamente de todos os eventos educacionais de seu tempo, desde as reformas de ensino, edições de normas, discussão de métodos e apoio a iniciativas tais como o Curso Jacobina e a Escola Regional de Meriti, até o planejamento de bibliotecas (Biblioteca de Educação Ativa).

nas palavras de Saliba (2015, p. 250) “um certo descaso do Estado republicano em relação à área educacional”<sup>34</sup>. A educação naquele período integrava o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, “de cunho político, articulado com as oligarquias dos estados” (SALIBA, 2015, p. 250). Segundo Ferreira (1993) faziam parte dessa associação médicos, engenheiros, advogados, higienistas e educadores.

Esse grupo (...), se propôs, com a criação dessa Associação, centrar num órgão, que não era um órgão de classe, mas, antes, uma organização que encarnava um movimento, as reivindicações desse movimento, reivindicações que pretendiam sensibilizar o poder público e a classe dos educadores para os problemas mais cruciantes da educação nacional e a necessidade urgente de se tomarem medidas concretas para equacionar e resolver esses problemas (FERREIRA, 1993, p. 1).

Em 1927, sob a iniciativa da ABE, foi realizada em Curitiba, capital paranaense, a Primeira Conferência Nacional de Educação. Naquele Congresso foram apresentadas e discutidas cento e treze teses concernentes à educação no Brasil. Essas teses foram escritas por inúmeros profissionais de diversas áreas, sócios ou não da ABE, interessados, de alguma forma, em apresentar soluções para os problemas educacionais brasileiros.

Dessas cento e treze teses apresentadas durante a realização da Primeira Conferência Nacional de Educação, destacarei, a seguir, parte delas e respectivos autores que, de acordo com meu entendimento, defendem um determinado projeto, com o objetivo de formar os futuros cidadãos brasileiros a partir da escolarização primária.

---

<<http://www.abe1924.org.br/quem-somos/galeria-dos-presidentes/106-heitor-lyra>> Acesso em 28/12/106.

<sup>34</sup> Criado pelo decreto 19.402 em 14 de novembro de 1930 o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas. Ver também <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3037/IntelectuaisEstado/MinisterioEducacao>> Acesso em: 21/06/2016.

Tabela 4 - Teses da I Conferência Nacional de Educação

Nº	Tese	Autoria
10	Liga para instrução popular	João Arruda
33	O ensino obrigatório e o civismo nas escolas.	Maria dos Anjos Bittencourt - professora normalista
38	A uniformização dos programas, em seus pontos geraes, contribuindo para a unificação nacional e alfabetização do paíz.	Myrian de Souza
42	A uniformização do ensino primário no Brasil	M. Bergström Lourenço Filho
43	Sobre a unidade nacional: a) pela cultura literária b) pela cultura cívica c) pela cultura moral	Fernando Luis Osório - do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, catedrático de Filosofia no Ginásio Pelotense
44	A unidade nacional pela cultura literária pela cultura cívica e pela cultura moral	Isabel Jacobina Lacombe com a colaboração de Maria Lucia de Almeida Cunha
46	O escotismo e a unidade nacional	Américo Jacobina Lacombe e Victor Jacobina Lacombe
47	O escoteirismo na educação	Amarylio R. Oliveira
48	O que se poderá esperar da educação escoteira para o progresso do Brasil	Altamirano Nunes Pereira - Delegado da União dos Escoteiros Brasileiros no Paraná
54	A unidade nacional a) pela cultura literária b) pela cultura cívica c) pela cultura moral	Manoel Pedro de Macedo
72	A educação moral dos escolares com base no sentimento	J. A. de Mattos Pimenta
86	A unidade da pátria pela moral	Antonio V. C. Cavalcanti Albuquerque - engenheiro civil e membro da ABE
87	O ensino da moral e do civismo	Nelson Mendes - professor
89	Educação moral na escola primária	Palmyra Bompeixe Mello –professora
90	A moral na escola primária	Annete C. P. Macedo
103	A união e a educação nacional	Mario Pinto Serva
104	A cultura literária como fator da unidade nacional	Hermes Lima, livre docente da Faculdade de Direito de São Paulo
110	A unidade nacional pela instrução cívica	Sebastião Pacheco Jordão

Fonte: COSTA, 1997 - Dados selecionados e organizados pelo pesquisador – jul/2016 – a partir dos Anais da Primeira Conferência Nacional de Educação (1997)

A análise dos dados da tabela anterior permite a identificação de distintos temas referentes à educação, como por exemplo, a instrução da população, a obrigatoriedade do ensino, o civismo nas escolas, a

uniformização dos programas escolares e do ensino primário no país, a alfabetização, o escotismo e, por fim, a unificação nacional pela cultura literária, cívica e moral.

Entendo que, durante a década de 1920, as diversas associações e, a exemplo, dos temas presentes nas teses da Primeira Conferência Nacional de Educação, relacionadas anteriormente, verifica-se que a intenção do Estado e dos grupos ligados a ele era a promoção de reformas no ensino nos estados, a fim de manter a unidade nacional a partir de uma educação assentada em bases morais e cívicas a serem ensinadas nas escolas primárias de todo o país. De acordo com Trindade (1992), durante as primeiras décadas republicanas "a escola primária é uma reivindicação constante das autoridades do ensino (...)". Foi ao longo dos anos 1920 e 1930 que teve início a ampliação da rede escolar pública em diversos estados brasileiros<sup>35</sup>, "todavia, uma expansão efetiva e contínua na oferta de vagas públicas só se verifica com números mais expressivos depois da década de 1930" (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 12).

O Golpe de 1937 e a criação do Estado Novo redefiniram o papel da educação no novo projeto de nacionalidade que se procurava construir. Moraes (2000) afirma que os demais projetos de nacionalismo propostos na década de 1930 foram silenciados, propostas da Constituição foram arquivadas e deliberadamente "deixadas de lado", as relações sociais passaram a ser rigidamente controladas. O Estado capitalista brasileiro em formação conseguiu impor-se tanto pela força como pela negação da ideia de conflito.

Leite (1969) afirma que o ensino de História, no curso primário, obedecia a um programa de História do Brasil, do descobrimento aos dias atuais, àquela época. O curso era iniciado na 1ª série por exposições simples

---

<sup>35</sup> Sobre esse tema ver ARAÚJO, J. C. S.; SOUZA, R. F. de; PINTO, R. N. (Org.) *Escola Primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada*. Araraquara: Junqueira&Marin, 2012. MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAÚJO, J. C. S. (Org.) *Reformas Educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2011. (Memória da educação). Ver também SOUZA, R. F. de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998. (Prismas); SOUZA, R. F. de. *Lições da escola primária*. In: SAVIANI, D. et al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 59-107.(Educação Contemporânea); SOUZA, R. F. de. *Alicerces da pátria: história da escola primária no estado de São Paulo (1890-1976)*. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

de alguns acontecimentos da História brasileira. Em geral, o professor acompanhava os feriados nacionais com explicações sobre a origem e o significado das comemorações cívicas. A partir do 2º Ano, a História era apresentada como uma sequência de fatos, que tinha maior desenvolvimento no 4º e 5º anos. No entendimento de Leite (1969) os programas de História na escola primária eram basicamente os mesmos que tiveram origem em décadas anteriores. O programa chegava ao fim com uma lista de presidentes da República e de personagens que tiveram destaque na política, nas letras e na ciência. Grande parte do programa dedicava-se ao período colonial, que provavelmente fora mais estudado. Os temas giravam em torno da ocupação da terra pelos europeus e os tipos de governo que caracterizaram as diferentes etapas da História do Brasil.

Algumas orientações metodológicas que julgavam convenientes, como a repetição era usada, defendiam que o ensino da História deveria ocorrer a partir de sucessivas repetições das datas essenciais da História nacional procurando ampliar os quadros e traços dos personagens já conhecidos dos alunos. As repetições sucessivas e ampliadas procuravam remediar os atrasos causados pela evasão escolar. Pelo menos ao deixar a escola primária o aluno já teria adquirido noções de História pátria, como era denominada no início do século XX.

Diante de um ensino rígido, verbal e repetitivo os resultados obtidos no ensino de História não refletiam os propósitos mais nobres que as escolas pretendiam ensinar. Os professores ofereciam aos alunos informações, aprovação ou rejeição, exigindo deles silêncio, imobilidade, obediência, asseio, ordem e aprendizagem das informações dadas (LEITE, 1969, p. 53).

Segundo Leite (1969) em grande parte das escolas primárias o material didático se reduzia ao livro didático, quadro “negro”, giz, caderno, lápis e caneta do aluno. Assim, o livro didático adquiria expressividade naquele cenário. Além disso, afirma:

Não é apenas um livro entre muitos outros, nem um livro entre mapas, projeções, fitas de cinema ou museus. Tem a importância da palavra impressa e fixa, a que se recorre quando surgem dúvidas nos resumos provisórios, escritos no quadro negro pela professora ou nas perguntas e respostas

escritas a mão, no caderno, pelo aluno. (...) A História é apresentada por uma explicação verbal, resumida no quadro negro por um quadro sinótico, e repetida nos cadernos dos alunos, através das respostas a um questionário. Nestes casos, os livros de História para o curso primário constituem a fonte de informação do professor (LEITE, 1969, p. 56).

Reis (1953) afirma que foi a partir da independência que o Estado passou a "cuidar" da tarefa educativa da população. Tanto a História Geral, como principalmente a História do Brasil, mereceram um lugar destacado no ensino primário e secundário.

A história nacional, sendo o país um Império, naturalmente era tratada de molde a servir ao fortalecimento da Monarquia, do mesmo modo por que era utilizada na formação cívica da mocidade (REIS, 1953, p. 11).

Portanto desde a formação do Estado brasileiro, em 1822, a História tem sido disciplina constante do currículo da escola primária. Esta se destinava a fornecer conhecimentos políticos elementares e uma formação moral cristã aos alunos que tinham acesso à escola. A história compreendia a história civil articulada à história sagrada que se aproximava do conhecimento histórico como catequese, com o propósito de promover a moral cristã. Assim,

O ensino de história, no Brasil, passou a ser delineado logo após a elaboração da Constituição de 1824, pelos liberais brasileiros envolvidos nos debates educacionais. Parte dos intelectuais pretendia construir uma história laica, uma espécie de "ciência social" da nação que se criava sob a dominação de um Estado independente, mas não desejava abolir os princípios educativos da Igreja Católica (BITTENCOURT, 1992/93, p. 194).

Segundo Nadai (1994), a constituição da história como disciplina escolar ocorreu no interior dos movimentos de organização do discurso laicizado sobre a história universal, discurso no qual a organização escolar foi um espaço importante das disputas travadas entre o poder religioso e o avanço do poder laico, civil.

Em 1837, com a criação do Colégio Pedro II, destinado à educação secundária das elites, a história constituiu-se em disciplina autônoma. Sob uma

atmosfera de embate entre concepções científicas com setores vinculados a um ensino moralizante dominado pela Igreja Católica, os programas curriculares incorporaram as disciplinas de ciências físicas, de história natural e a inclusão de tópicos sobre a história e a geografia universal, história do Brasil e história regional. O ensino de história era ministrado através de lições de leitura, as quais abordavam temas acessíveis ao nível de compreensão dos alunos, com a finalidade de fortalecer o senso moral, voltado à instrução cívica, disciplina que viria a substituir a “instrução religiosa”.

Com a reformulação dos currículos ao final da década de 1870, pretendeu-se criar um programa de história laica mais extenso e eliminar a história sagrada. Este fato refletia o contexto político, econômico e social, agitado com o fim do trabalho escravo, a transição do regime político da Monarquia para a República, a separação entre o Estado e a Igreja. Como resultado destas transformações, o ensino laico e a ampliação da educação para outros agentes sociais marginalizados da escola até então, começou a ser estruturado. Desse modo,

A história do Brasil, até a década de oitenta do século passado, limitara-se a criar um tipo de nacionalismo onde aliavam-se Estado-Nação e excluía-se o povo. A partir do final dos anos setenta, com os avanços do processo abolicionista, retomou-se o discurso sobre a democracia, renascendo alguns princípios da Revolução Francesa e tornou-se urgente equacionar a tríade Estado-Nação-povo (BITTENCOURT, 1992/93, p. 213).

Mesmo após a implantação do regime republicano, embora houvesse, do ponto de vista legal, a divisão entre a história profana e a história sagrada, o ensino da doutrina religiosa permaneceu na sala de aula, predominando ainda sobre a história civil nacional. Esta permanência indica que as reformas educacionais não eram implantadas exatamente como queriam e previam os juristas e o poder oficial. Os programas curriculares de história do Brasil baseavam-se no modelo definido pela história sagrada, substituindo as narrativas morais sobre a vida das figuras religiosas por ações históricas realizadas pelos heróis, estes considerados os responsáveis pela formação da nação, especialmente governantes e clérigos.

Segundo Bittencourt (1992/93, p. 210), a apresentação dos conteúdos estava organizada pela sucessão cronológica de reis, governantes e pela luta travada contra os invasores estrangeiros, culminando com os grandes acontecimentos da Independência e da formação do Estado Nacional, responsáveis pela condução do Brasil com destino à civilização.

Rui Barbosa, em 1882, considerou em um dos seus discursos a história que se lhe afigurava ser:

o nexos contínuo, gradual, progressivo da evolução que tudo liga, tudo explica, e eleva a uma superioridade incomparável acima das violências, das conquistas, das efusões de sangue, as influências sólidas, virtuosas e enérgicas da fé (BARBOSA, 1947, p. 366).

O jurista defendeu, dessa forma, a inclusão da educação física, da história e da cultura moral e cívica no programa das escolas primárias.

Parto do entendimento da História como disciplina escolar e a Moral e Cívica, como conteúdo. Assim, compreendo que ambas desempenharam importante papel na formação do cidadão nacional, pode-se verificar o lugar que estes conhecimentos escolares ocuparam nos regulamentos de ensino do Paraná, por exemplo. Ainda, a título de ilustração, em 1890, José Marques Guimarães, Governador do Estado do Paraná, fez expedir o Decreto nº 31 que criou o Regulamento para a Instrução Pública, sendo este, portanto o primeiro regulamento do regime republicano no Estado do Paraná.<sup>36</sup> Nesse sentido,

Embora tivesse muitas das marcas do liberalismo pela liberdade de ensino conferida aos particulares e pelo livre exercício do magistério em qualquer dos níveis de ensino, a filosofia positivista emprestou-lhe seu caráter prático, utilitário, patriótico e antidogmático por meio da obrigatoriedade do ensino moral e cívico, em lugar do ensino religioso, sempre presente nos regulamentos provinciais (OLIVEIRA, 1994, p. 46).

---

<sup>36</sup> O Regulamento de 1890 foi elaborado por uma comissão composta por Eusébio Silveira da Mota, Emiliano David Pernetta, Generoso Marques dos Santos, João Pereira Lagos, José Joaquim Franco Valle e Justiniano de Mello e Silva. Para aprofundamento dessa questão ver PARANÁ. Governador (1890: Guimarães). *Decreto n. 31. Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná*. 1890.

O Regulamento de 1890 (PARANÁ, 1890) estabeleceu o ensino da moral, destinado a completar e consolidar todos os outros ensinamentos da escola. O professor que ficou impossibilitado de doutrinar uma moral teórica, deveria, por outro lado, inculcar no espírito das crianças noções essenciais de moralidade humana, consideradas comuns a todas as doutrinas e necessárias a todos os homens civilizados. Ficou proibida a discussão sobre as seitas ou dogmas religiosos e recomendou-se maior atenção ao desenvolvimento moral dos alunos. Nesse regulamento, não consta a oferta da história como disciplina em nenhuma das séries do ensino primário.

No Ato de 30 de Março de 1891 (PARANÁ, 1911, p. 320), o Governador do Estado do Paraná aprovou o novo regulamento da Instrução Pública. O ensino primário permaneceu dividido em dois graus. O primário, ou elementar, compreendeu basicamente as matérias do Regulamento de 1890 com a inclusão da Geografia e da História, particularmente do Brasil. O segundo, ou complementar, manteve as mesmas matérias do regulamento anterior.

No Estado do Paraná, uma das intenções de Victor Ferreira do Amaral, à frente da Diretoria Geral da Instrução Pública, constituiu na implantação do ensino cívico nas escolas. Tendo em vista o ensino tornar-se leigo, pela extinção do ensino religioso, a instrução cívica seria de grande importância. Assim expressava:

Que o sentimento cívico seja um poderoso imã de coesão, um foco luminoso a irradiar sentimentos nobres, qual uma verdadeira religião erigida nas aras sagradas da pátria. Considerando a educação cívica como o fator mais valioso da formação do caráter nacional, mormente num povo como o nosso oriundo de elementos tão heterogêneos, julguei de indubitável proveito, como fiz há mais de um ano, instituir nos dias de festa nacional conferências de ensino cívico, em lugar público, com assistência dos alunos das escolas públicas e particulares com seus respectivos professores (PARANÁ, 1903a, p. 13).

Pelo Regulamento da Instrução Pública de 1907 (PARANÁ, 1907), a educação moral e cívica não poderia ter o caráter de curso teórico ou filosófico, mas abordada em forma experimental e simples. O ensino público continuou

leigo e gratuito. Cinco anos depois, com a Lei nº 1236 (PARANÁ, 1913b, p. 145), a educação moral passa a ter caráter prático, acompanhando todos os atos das crianças quer pessoais ou em assuntos de outra ordem. Nas vésperas das datas nacionais, feriados instituídos por lei, os professores deveriam concluir os trabalhos escolares expondo, de forma simples, os motivos que determinaram essa comemoração.

Retomando o Código de Ensino de 1915 (PARANÁ, 1915b), observa-se que o programa do ensino primário deveria constar de:

1ª A primeira série constará principalmente:

(...)

3ª Da vida das nações mais importantes e dos seus grandes homens, no passado e no presente, deve a escola dar às crianças algumas noções gerais, tendentes a demonstrar a solidariedade humana, através do espaço e do tempo.

(...)

5ª O ensino da História da Civilização no Brasil, como meio de educação cívica, será sintético e ministrado em lições graduais, adequadas a cada série, limitando-se:

aos fatos que se caracterizam como degraus da evolução social e política da nossa nacionalidade, estudadas as causas e os efeitos principais;

a alguns episódios dos quais resulte ensinamento moral ou cívico;

aos perfis de grandes homens, recomendáveis à gratidão nacional pela sua ação, na paz ou na guerra, em prol dos mais altos interesses da nossa Pátria.

6ª Entre outras matérias do ensino primário, devem ser compreendidas:

Para a 4ª série: - noções fundamentais e práticas das Constituições da República e do Estado, de Economia Privada e Política, de Agronomia, de Higiene e de Música.

7ª A educação moral, de caráter prático, nas quatro séries, acompanhará todos os atos das crianças, quer pessoais, quer em suas relações de qualquer ordem, devendo ser ministrada também por meio de colóquios ou leituras comentadas, sem esquecer a propaganda contra o álcool, o jogo, o fumo, e contra atos de crueldade para com as árvores e os animais (PARANÁ, 1915b, p. 16).

Os “Programas de Ensino” de 1916 (PARANÁ, 1916, p. 4) determinaram, de acordo com cada uma das séries, os conhecimentos que deveriam ser ensinados:

2ª. Série

Noções essenciais de história pátria.  
Pequenas lições de moral e de civismo.

3ª. Série

Noções essenciais da história da civilização no Brasil, especialmente no Paraná.  
Continuação progressiva das noções de moral e de civismo.

4ª. Série

Recapitulação e ampliação da história da civilização no Brasil, especialmente do Estado do Paraná.  
Ampliação das noções de moral e de civismo; estudo dos pontos fundamentais da Constituição da República Brasileira.  
Noções fundamentais e prática de economia individual, doméstica e política

A análise dos programas de ensino de 1915 e 1916 indica que os conteúdos apresentavam um desenvolvimento gradual, iniciando com conhecimentos elementares, ampliados para os mais complexos. A análise destes programas revela que no Paraná houve a preocupação de adequar a História à uma concepção evolucionista da ciência. A História ocupou um lugar expressivo na formação cívica e moral, à medida que estava diretamente relacionada aos conteúdos de educação moral e cívica.

Constatai, a partir da análise dos conteúdos de 4ª série desses programas, a tentativa do estado em transformar o aluno em “cidadão” levando em consideração que este passava a conhecer direitos e deveres constituídos da cidadania brasileira, aprendendo na escola, o significado e a necessidade de se pagar impostos e atuar na sociedade como um “homem civilizado”.

Como decorrência do Código de Ensino de 1917 (PARANÁ, 1917b) foi dada

maior propagação do ensino e à promoção de conferências sobre a instrução pública retratou a postura de valorização da educação, acompanhada da idéia de nacionalidade que foi

praticada nos conteúdos programáticos relativos às disciplinas da Língua Nacional, Geografia e Corografia do Brasil e História da Civilização no Brasil, destacando-se a última, por meio da qual se enfatizaram as idéias de nacionalidade e os estudos propiciadores da formação moral e cívica, com conotações ligadas à idéia de pátria (OLIVEIRA, 1994, p. 54).

Em 1921, a Inspeção Geral do Ensino, dirigida por Cesar Prieto Martinez, publicou as “Instruções aos Professores Públicos do Estado do Paraná”.

A Inspeção Geral do Ensino com o intuito de regularizar a administração dos trabalhos e melhorar, tanto quanto possível, a parte técnica, vem por meio desta prestar-vos todos os esclarecimentos que julga indispensáveis a fim de saberdes como vos deveis conduzir no desempenho do vosso cargo (PARANÁ, 1921b, p. 3).

O analfabetismo era considerado pelas autoridades de ensino como um dos maiores problemas da educação paranaense naquele momento, sendo necessário, portanto, reduzir o espantoso número de crianças que não sabiam ler, escrever e contar e que “sem as luzes da escola cresceriam cegas, privadas de conviver na comunhão dos que usufruem os deliciosos frutos do saber” (PARANÁ, 1921b, p. 3). Aos professores era solicitado cuidar com especial dedicação das crianças que não sabiam ler.

Ao lado da língua materna, a História e a Geografia foram disciplinas consideradas indispensáveis na formação do aluno. Segundo a Instrução, a Geografia e a História proporcionariam à infância os meios indispensáveis para conhecer, compreender e amar o Brasil, do passado, do presente e do futuro. A Instrução recomendava “ensinai pois, a ler, a escrever, e a contar, sem vos esquecerdes que, durante o horário escolar, para amenizar e completar o ensino, deveis lecionar a história, a geografia pátria e todos os conhecimentos que visam preservar a saúde contra as doenças, ou aconselhar a cura dos males que nos afligem” (PARANÁ, 1921b, p.5).

Ainda em 1921, a Inspeção Geral do Ensino fez publicar o “Programa dos Grupos Escolares do Estado do Paraná” (PARANÁ, 1921c, p. 7). De acordo com o programa a história pátria e a instrução moral e cívica apresentavam os seguintes conteúdos:

1º. ANO**HISTÓRIA PÁTRIA**

Conhecimento dos vultos mais notáveis da nossa história: - José Bonifácio, Pedro I, Pedro II, Ozorio, Caxias, Marcílio Dias, Barrozo, Tiradentes, Deodoro, Floriano, Rio Branco, etc.

**INSTRUÇÃO MORAL E CÍVICA**

Pequenas histórias adequadas ao desenvolvimento da inteligência infantil e que sirvam para despertar sentimentos de amor para com os pobres e infelizes, para com os companheiros, irmãos, pais e benfeitores.

Palestras sobre noções de civilidade que a criança precisa aprender a observar nas suas relações sociais.

Observações relativas ao modo de proceder na rua, em casa e na escola.

Como tratar os mendigos, pessoas aleijadas, etc.

Conselhos sobre o tratamento que se deve dar aos animais.

O que representa a nossa bandeira e os deveres que todo o cidadão tem em relação a esse símbolo.

Datas nacionais

2º. ANO**HISTÓRIA DO BRASIL**

Continuação dos estudos iniciados no 1º ano.

Fundação da cidade de São Paulo e do Estado a que deu origem.

Desmembramento e fundação do Estado do Paraná.

Principais governadores do Estado no regime monárquico e na República.

Datas nacionais. Narração de fatos históricos desenrolados antes da Independência, no Império e na República.

**EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA**

Palestras sobre os deveres para com os pais, parentes, professores, colegas, etc. Comportamento das crianças na escola, nas reuniões, nas ruas e nos jardins.

Conselhos repetidos e insistentes sobre o modo de se conduzir nas ruas, nas casas estranhas, etc.

Conselhos sobre o respeito devido às pessoas velhas, aos mendigos e maltrapilhos, idiotas e aleijados.

Conselhos sobre o modo de tratar os animais, bem como as plantas das ruas e jardins.

Conselhos sobre a linguagem a ser usada em qualquer parte, reprovando-se sempre os termos indecorosos e ofensivos a moral.

Conselhos sobre as companhias que se devem procurar.

Conselhos sobre o mau hábito de se riscarem as paredes, os móveis, etc.

A Bandeira como símbolo de todas as aspirações da Pátria; significação de suas cores e de seu dístico. Homenagens que lhe são devidas.

O referido documento orientava aos Grupos Escolares paranaenses que os alunos do 3º e 4º ano possuísem um compêndio de história e um atlas para se habituarem a recapitular as lições em casa. O programa assim se referia aos conhecimentos históricos e geográficos:

os fatos históricos serão reproduzidos pelo educando, em linguagem sua, de modo a ficar bem claro que não os aprende de cor. Os conhecimentos geográficos serão adquiridos à vista do mapa e, nas argüições, deve-se ter em vista que o aluno responda com liberdade, de acordo com o seu pensamento natural (PARANÁ, 1921c, p. 28 ).

Conforme análise do “Programa dos Grupos Escolares”, de 1921, cabia ao ensino de história no 1º ano, mostrar os feitos dos grandes líderes, considerados como construtores da nação brasileira. Já os conteúdos de instrução moral e cívica, 1ª e 2ª anos, pretendiam fazer com que o aluno incorporasse boas atitudes e comportamentos. As datas e os símbolos nacionais foram conteúdos ensinados no 1º e 2º ano, tanto em história como em instrução moral e cívica.

Observei a preocupação do estado e dos grupos sociais ligados a ele de se sustentar um discurso em defesa da unidade nacional a partir de uma educação moral e cívica ensinada nas escolas primárias. A História, desde a sua origem como disciplina escolar, desempenhou papel significativo. Os programas curriculares demonstram que "a história enquanto disciplina educativa ocupou nas suas origens, [...] um 'lugar' específico, que pode ser sintetizado nas representações que procuravam expressar as idéias de nação e de cidadão" (NADAI, 1994, p. 149).

Bittencourt (1990, p. 220), ao analisar o caso do Estado de São Paulo, entende que a história pátria ensinada nas escolas primárias tinha o objetivo de

criar a imagem de um único passado, capaz de esclarecer quem eram as autoridades que no presente e no passado eram responsáveis pelo destino da nação. A construção desse passado, com seus heróis e tradições homogeneizadoras, foi disputada entre os grupos políticos que se revezavam no poder, ou que estavam próximos a ele.

O Estado, figura principal da ação educacional, ligado aos interesses de determinados setores sociais, dispensou certa atenção ao ensino de história. "[...] a seleção do que entrava ou saía dos diversos programas escolares [...] em seu conteúdo foram determinados pelas idéias de nação, de cidadão e de pátria que se pretendiam legitimar pela escola" (NADAI, 1994, p. 149).

Nos primeiros anos da República se desenvolveu um processo de reestruturação ou construção de uma nova identidade nacional, processo atestado pelos programas de ensino e livros didáticos voltados para a socialização das novas gerações. Construiu-se uma história republicana para substituir a imperial. Como afirma Oliveira (1990, p. 143), esta nova história da nação, porém, teve que dialogar com outra, não mais defensora do regime monárquico, mas organizada sobre valores naturais e de longa duração como a terra e o caráter do ser humano que a habita". A interpretação da história da nação pelo modelo "ufanista" está recheada de elementos que reforçam o otimismo, o que fez com que esta corrente tivesse uma grande aceitação.

Compartilho do entendimento de Chervel (1990) quando afirma que os conteúdos de ensino são impostos como tais à escola pela sociedade que a rodeia e pela cultura na qual ela se banha. Portanto, a análise dos regulamentos, dos programas de ensino e dos relatórios do estado do Paraná indica a tentativa dos dirigentes educacionais de se incutir na infância escolar, através do ensino de História, um sentimento de pátria, de unidade e identidade nacional e determinados modelos de heróis.

## 2.2 A ANÁLISE INTERNA DO LIVRO DIDÁTICO NOSSA PÁTRIA

O Livro Didático Nossa Pátria contém cinquenta e uma lições. Considero que elas não estão dispostas na obra de maneira arbitrária. Observa-se que noções de pátria, nação e nacionalismo são apresentadas ao longo das lições a partir de uma determinada lógica. Dessas cinquenta e uma lições destacarei, a seguir, vinte e duas delas. Para tanto utilizei como critério

determinados textos e imagens<sup>37</sup> cujos temas, no meu entendimento, estão ligados, de alguma forma, a ideia de pátria, nação e de povo, enfim, questões que considero significativas a fim de compreender o ideário nacionalista contido nesse livro didático. Em alguns momentos respeitei a sequência original das lições, em outros procedi metodologicamente de acordo com a pertinência de determinadas temáticas.

Tabela 5 - Lições do livro Nossa Pátria selecionadas para esse estudo

	<b>Capítulo</b>	<b>Título</b>
1	I	Nossa Pátria
2	II	A bandeira da nossa Pátria
3	III	A nossa independência
4	IV	José Bonifácio
5	VI	D. Henrique – o Navegador
6	VII	Descobrimto do Brasil
7	IX	Os índios
8	X	Os africanos
9	XI	Os europeus
10	XIII	Os Jesuítas
11	XXII	Tentativas de holandeses
12	XXIII	Sentimento de pátria
13	XXIV	Os bandeirantes
14	XXIX	Como os colonos mostraram os seus ressentimentos
15	XXXIV	O grito do Ipiranga
16	XXXV	Retira-se D. Pedro I
17	XLV	A abolição
18	XLVII	A República
19	XLVIII	Organiza-se o governo republicano
20	XLIX	Firma-se a República
21	L	Governo da Republica
22	LI	O que é hoje o Brasil

Fonte: (POMBO, 1932, p. 163)

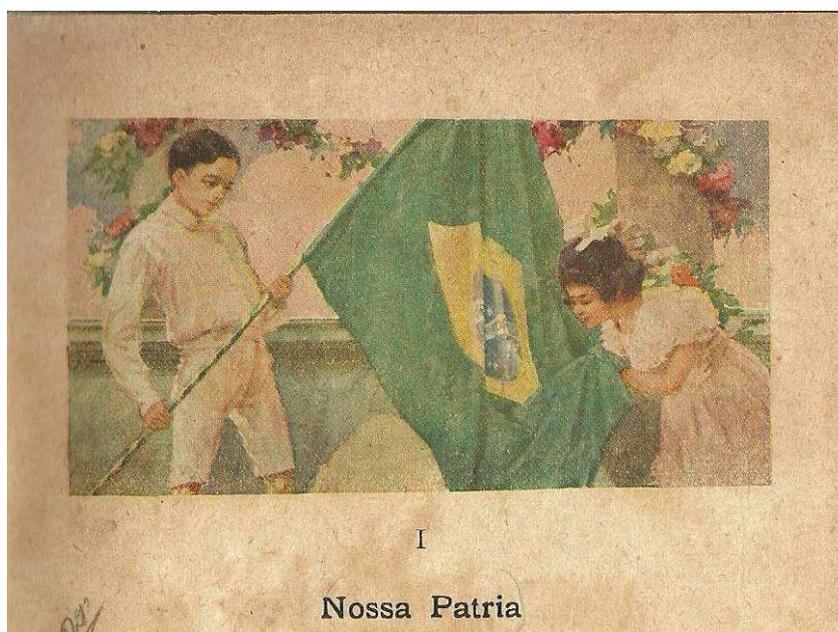
### 2.2.1 A ideia de pátria, a bandeira nacional, o fato mais importante e o bom exemplo

As **lições de 1 a 4**, intituladas Nossa Pátria, A bandeira da nossa Pátria, A nossa independência e José Bonifácio possuem em comum uma escrita que visa aproximar o leitor dos conceitos sobre nação e da importância

<sup>37</sup> Os textos e as imagens selecionadas, para efeito dessa análise, são partes integrantes da 32ª edição (1932) do livro didático Nossa Pátria, exemplar pertencente ao acervo particular desse pesquisador.

do conhecimento sobre os heróis nacionais que teceram as histórias recorrentemente narrada nos livros. Essas lições tratam sobre a visão de pátria, com o uso de uma linguagem bastante simples, acessível e reforçada pelas imagens. Evidentemente, tal combinação não foi feita aleatoriamente no livro, nem tampouco possui intenção de neutralidade na escrita. O objetivo precípuo centrava-se na apropriação do conteúdo histórico da obra. No início da página cinco, acima do título, destaca-se a ilustração da capa, que por sinal, foi a marca registrada do livro *Nossa Pátria* desde a sua primeira edição (1917) até quase o final da década de 1940. Ou seja, a ilustração em cores, na qual duas crianças, um menino e uma menina, ambas vestidas com certa elegância, reverenciam com respeito, a bandeira nacional, que ocupa o centro da composição. Essa imagem sugere uma forma de comportamento a ser adotada perante esse símbolo nacional. Evidentemente a imagem deveria receber os reforços de interpretação dados pelos professores, protagonistas do ensino, que detinham um saber maior. Assim, ficava acessível a memorização da imagem e as explicações.

Figura 4 - Ilustração da 1ª lição do livro *Nossa Pátria*



Fonte: (POMBO, 1932, p.5)

Figura 5 – Ilustração da 2ª lição do livro Nossa Pátria



Fonte: (POMBO, 1932, p.7)

Conforme Pombo, a representação de pátria está ligada basicamente a uma ideia maternal, aquela que, segundo ele, nos alimenta e nos protege, lembra “nossa família”, terra dos “nossos pais” e dos “nossos avós”. Carvalho (1990, p. 2), ao abordar a influência do positivismo na discussão em torno da república, destaca especial importância à ênfase dada por Comte à noção de pátria.

A pátria é a mediação necessária entre a família e a humanidade, é a mediação necessária para o desenvolvimento do instinto social. Ela deve, para atender a tal função, constituir verdadeira comunidade de convivência, não podendo, portanto, possuir território excessivamente grande. A pátria perfeita deveria ter como característica os dons femininos do sentimento e do amor. A boa pátria será a mátria.

Infere-se das palavras de Comte uma certa visão de pátria como representação feminina. Essa representação personifica a pátria, pois atribui a ela características humanas, ou seja, sentimentos de amor e outros dons femininos, constituindo-se em comunidade de convivência. Além disso, os elementos naturais como os campos, florestas, mares e montanhas, formavam o cenário ideal para construir um sentimento de nação, uma extensão do nosso lar. Considerando, ainda, que o entendimento de pátria faz uma associação

àqueles que convivem conosco, trabalham, falam a mesma língua, comungam do mesmo credo, veneram os mesmos antepassados, a lição ensinada aos alunos no primeiro capítulo é de que, pela Pátria, o povo deve sacrificar o sangue e a própria vida. Essa ideia de “entrega e doação” é facilmente apropriada, especialmente pela parte do receptor, no caso os alunos, em tenra infância, que dificilmente eles iriam se contrapor ao que estava escrito, tomando-o como verdade.

Uma representação, em cores, da bandeira nacional do período republicano, na página sete, ilustra a lição 2 denominada “A Bandeira da nossa Pátria”. Nessa lição, a bandeira aparece sem as crianças, porém, em destaque, com toda a sua composição à vista, demarcando o significado de cada figura geométrica que compõe a imagem como um todo. Assim, a flora, as riquezas minerais, o céu estrelado representando os estados da federação, e o dístico “Ordem e Progresso”, de inspiração positivista davam a força da representação imagética. Novamente, esses elementos reforçavam a ideia de grandiosidade da nação, justificando a sua defesa. Além dessa imagem, duas outras ilustram esta lição: a primeira, em preto e branco, é uma representação de Francisco Manuel, maestro e compositor do Hino Nacional. Como compositor e maestro, esse músico consagra aos ouvidos a melodia que daria à nação uma identidade musical. Seu feito foi tão audacioso e perspicaz que o Hino permanece vivo até os dias de hoje. Quando usado em eventos distintos, visivelmente contagia a memória coletiva e devolve até aos mais descrentes a crença na nação. Conforme Carvalho (1990) ao hino de Francisco Manuel foi dada a letra de Osório Duque Estrada. Sua letra, para além de uma poesia de caráter de exaltação do território brasileiro traz um lirismo que aguça o orgulho e o sentimento de nação, em qualquer circunstância.

Em momentos de oposição aos governos militares, o hino serviu muitas vezes de canal para extravasar a emoção cívica de multidões na praça pública. Não é outra coisa que se pede de um símbolo nacional: a capacidade de traduzir o sentimento coletivo, de expressar a emoção cívica dos membros de uma comunidade nacional (CARVALHO, 1990, p. 127).

A segunda ilustração, colorida, é a bandeira do Brasil, da época da Monarquia, essa bandeira permite ao aluno observar as diferenças e semelhanças em relação à bandeira da república. A representação da bandeira nacional, desconsiderando a do Império (p. 08), é apresentada em cinco páginas distintas ao longo da obra. Certamente é a ilustração mais recorrente no livro *Nossa Pátria*. De acordo com Carvalho (1990) o projeto vitorioso da bandeira nacional republicana, existente até hoje, pertenceu aos positivistas. Essa vitória se deveu ao fato de que o novo símbolo incorporou elementos da tradição imperial, contemplou as dimensões do território brasileiro, descreveu a diversidade da nação, e, de quebra, recebeu um hino, de composição distinta, somente para ela. A bandeira carrega uma carga de sentido materno, que provoca sentimentos de proteção, confiança e identidade coletiva e pertencimento à nação brasileira.

*Nossa Pátria*, em sua segunda lição, contém alguns dos símbolos (Ver fig. 5, p. 97), a exemplo da bandeira nacional e do escudo de armas, que foram criados para serem vistos, enquanto o hino nacional foi feito para despertar o entusiasmo “no coração das crianças” e assim continuar a obra dos “maiores antepassados”, ambos atingiam visão e audição respectivamente. Para o autor, crianças e adultos não deveriam somente respeitar, mas também cultuar a bandeira nacional.<sup>38</sup>

Esse culto foi amplamente propagado nos hasteamentos da bandeira e na execução do hino nacional quase que diariamente, numa espécie de ritual

---

<sup>38</sup> De acordo com Bittencourt (2007), em 1889 o chefe do Governo Provisório assinou no dia 19 de novembro, quatro dias depois de proclamado o novo regime republicano no Brasil, o decreto que criou os símbolos nacionais, dentre eles a bandeira nacional. A preocupação dos chefes de governo provisório da República brasileira em instituir oficialmente uma nova bandeira demonstra a importância desse símbolo para a afirmação e consolidação do poder político nacional. Com a criação dos Estados nacionais, a partir do século XVIII, a bandeira passou a se constituir como um dos maiores símbolos da identidade nacional, de um povo, de uma pátria. Conforme a legislação sobre a Bandeira Nacional, esse símbolo obedece a uma série de regulamentos sobre sua confecção, formato, obrigatoriedade e formas de hasteamento em determinados locais e solenidades oficiais. Foi-lhe dedicado um Hino à Bandeira, composto em 1906, com música de Francisco Braga e letra de Olavo Bilac, que procura traduzir o sentimento de identidade nacional patriótico, característico do republicanismo das primeiras décadas do século XX. A bandeira nacional, como principal símbolo do sentimento de nacionalidade, permanece. Seu uso em diversas situações, além daquelas ligadas às solenidades oficiais, demonstra que hoje se trata de uma representação identitária significativa, que pode expressar sentimentos de pertencimento, de necessidades de inclusão dos diversos setores da nação. Para aprofundar análise sobre esses elementos ver o capítulo 5 “Bandeira e hino: o peso da tradição” CARVALHO, J. M. de. *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

que integrava a cultura escolar. A bandeira segue, portanto, ocupando lugar central em edições posteriores, como objetividade e, o mesmo tempo, substrato da noção de pátria.

Considerando que as lições não podem ser entendidas de modo isolado, mas estritamente articuladas em concepção e finalidades, aliam-se certamente em torno da bandeira, para inculcar (Julia, 2001) na mente das crianças da escola primária, a compreensão perene de que a nação tem seus fundamentos. Recorro a Hobsbawm (1990), no entendimento de que a ideia de nação, um conceito moderno, se constitui de muitos elementos que não exclusivamente a língua e a etnia, nesse sentido, o livro *Nossa Pátria*, pode ser tomado como um exemplo.

A lição 3 “A nossa independência”, diferentemente das duas anteriores, não recebeu nenhuma ilustração antes do início do texto. Somente na segunda página da lição é que duas imagens, ambas coloridas, são intercaladas com o texto. A primeira delas é a imagem do Laço nacional e a outra é a Folha da Independência. A Independência do Brasil, no livro *Nossa Pátria*, é considerada o fato mais importante da história do País, muito embora o livro apresente em outros capítulos que o sentimento de pátria foi anterior ainda ao 7 de setembro de 1822. De qualquer forma, o livro afirma que a independência do Brasil foi muito comemorada pelo povo nas ruas. Possivelmente, o sentimento de nação potencializou as comemorações a aprovação em massa da Independência do Brasil. Tudo indica que o despertar de sentimento de nação foi intencionalmente planejado para se consolidar o projeto de Independência. Logo, veio de encontro aos anseios das elites brasileiras.

A lição 4 “José Bonifácio”<sup>39</sup> traz três ilustrações em preto e branco, sobre esse personagem histórico. A primeira delas é uma representação de

---

<sup>39</sup> José Bonifácio de Andrada e Silva foi estadista, escritor, poeta e cientista brasileiro. Nasceu em Santos (SP) em 13/06/1763 e faleceu em Niterói (RJ), em 06/04/1838. Foi vice-presidente da Junta Governativa de São Paulo e ministro do Reino e Estrangeiros (1821), dirigiu os acontecimentos que culminaram na Independência do Brasil. Entretanto, por desentendimentos com D. Pedro I, demitiu-se em julho de 1823, passando-se para a oposição, na Câmara dos Deputados. Dissolvida a Constituinte (12/11/1823), foi preso e deportado para a Europa, deixando por terminar um vasto programa que elaborara para o desenvolvimento do país e o qual incluía, entre outras reformas básicas, a abolição gradual da escravatura, a implantação da siderurgia, o incentivo à imigração e a mudança da capital do país para o Planalto Goiano. Considerado o mais culto brasileiro do seu tempo. Suas Obras Completas foram editadas em 1946 pelo Instituto Nacional do Livro. Cognominado o Patriarca da Independência, tem

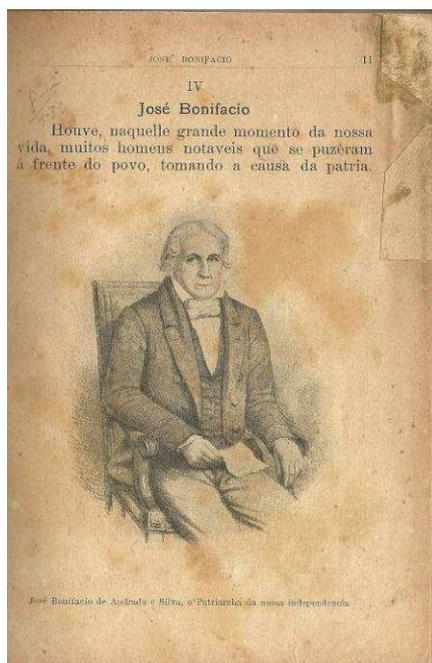
José Bonifácio de Andrada e Silva, sem identificação do artista, cuja legenda é o “Patriarcha da nossa independência”. Essa ilustração ocupa praticamente uma página inteira. A outra se refere ao monumento de José Bonifácio, no Rio de Janeiro e, por fim, uma representação do túmulo do Patriarca, na cidade de Santos. Nessa lição há o entendimento de que não bastava somente a vontade e a participação do povo, mas cabia a alguns homens notáveis, a exemplo de José Bonifácio, o papel de se colocarem à frente do povo e assumirem a nobre causa da pátria. José Bonifácio mereceu destaque por ter estudado em Portugal. Ou seja, um homem, branco, descendente de portugueses, representante das elites, ilustrado e experiente nos assuntos de governo. D. Pedro I, embora portador de um ânimo heroico e corajoso é apresentado no livro didático como imaturo, necessitando, portanto, de um conselheiro experiente. José Bonifácio é apresentado por Rocha Pombo como sendo o maior exemplo dos homens, dos antepassados do povo brasileiro, modelo a ser seguido pelos alunos das escolas primárias.

Esses dois homens foram enaltecidos na história do Brasil, sem que a nação conhecesse demais grupos ou sujeitos que foram, também, responsáveis pelo projeto de Independência. Esse enaltecimento de apenas duas figuras em meio a um projeto extenso que envolvia uma nação inteira, certamente apaga da história os seus verdadeiros heróis.

---

inspirado vários estudos e biografias, entre os quais a de Otávio Tarquínio de Sousa: José Bonifácio e a de Fernando Góis, publicada na obra Homens de S. Paulo (BANDECCHI, 1970, p. 49).

Figura 6 - Representação de José Bonifácio



Fonte: (POMBO, 1932, p. 11)

### 2.2.2 Os portugueses: os mais corajosos foram nossos avós

As lições 6 e 7 abordam, respectivamente, o processo das grandes navegações e o descobrimento do Brasil, fatos históricos atribuídos aos feitos heróicos dos portugueses.

A lição 6 “D. Henrique – o Navegador”. Três imagens, sem a identificação dos artistas, ilustram o capítulo: D. Henrique – o Navegador, O castelo de D. Henrique e a escola para navegantes no promontório de Sagres e Colombo. A narrativa coloca em destaque as características e virtudes do elemento português no processo das navegações. “Os mais corajosos naquelles tempos foram os portuguezes, nossos avós” (POMBO, 1932, p. 17). Continua o texto nessa mesma abordagem “Os portuguezes, homens muito activos, muito religiosos e valentes, sentiram-se logo apertados naquelle pedaço de terra entre a Hespanha e o mar”. Em relação à figura de D. Henrique a narrativa afirma que os portugueses contaram como sendo um grande homem, detentor de muita fé e de grandeza de alma e pelo amor à sua pátria, foi o condutor daquela gente.

É a este homem que a humanidade deve tudo o que se fez no século XV, e daí em diante, na descoberta de novas terras; pois o próprio Colombo, que descobriu a América em 1492, se preparara em Portugal. Por isso é D. Henrique uma das maiores figuras da história nos tempos modernos, e merece por todos os títulos a nossa admiração (POMBO, 1932, p. 19).

A lição 7 “Descobrimento do Brasil” apresenta cinco ilustrações, todas em preto e branco: imagem de Vasco da Gama, imagem Luis de Camões, Monumento de Cabral, no Rio de Janeiro. Vasco da Gama - Luis de Camões - Monumento de Cabral – Rio – A primeira missa - Quadro de Victor Meirelles.<sup>40</sup> O texto desse capítulo mostra como Portugal se colocava no comando do processo das navegações e à frente de uma importante fase cultural na Europa. O texto procura evidenciar um tom de inovação e fascínio pelo desvelamento do mundo e também reitera imagens do maravilhoso fato que representou a descoberta do Brasil. Nossa Pátria apresenta a teoria sobre o descobrimento, de certa forma até avançada para a época, na qual os portugueses já cogitavam a existência de terras à oeste do continente africano, indicando, portanto, que a descoberta do Brasil não se deu ao acaso como algumas obras didáticas contemporâneas a ela sugerem, mas que a chegada dos portugueses foi uma estratégia planejada pelo governo de Portugal. Essa lição é ilustrada por uma representação do quadro A Primeira Missa, de Victor Meirelles.

A ideia de pátria, de nação, se inculca também com exemplos de grandes homens e seus feitos, certamente uma de suas compreensões mais objetivas, concretas, pois disso precisa o infante para tomá-los como exemplo.

---

<sup>40</sup> Conforme Schwarcz (1998), *A primeira missa no Brasil*, quadro de Victor Meireles de Lima é uma obra inspirada no livro de Gonçalves de Magalhães, *Confederação dos Tamoios*.

Figura 7 - Representação da primeira missa no Brasil



Fonte: (POMBO, 1932, p. 21)

### 2.2.3 Os três elementos formadores da nação brasileira

As **lições 9 a 11** do livro abordam sobre os índios, os africanos e os europeus. A lição 9 “Os índios” é ilustrada por 6 imagens: Índios brasileiros, Taba, Índios pescando, Instrumentos de pesca, arcos e flechas; Bororós guerreando e Guaicurús em guerra. Nossa Pátria traz uma representação dos índios como uma população de outra raça que já vivia nesse território, mesmo antes da chegada dos europeus, contudo, era uma raça, que na visão do autor, se encontrava muito atrasada quanto à civilização. No livro, a descrição dos índios e seu estilo de vida rudimentar destaca seu caráter selvagem, uma vez que eram dados à guerra. Para Pombo isso era visto como natural, pois só o homem civilizado seria, de fato, o portador da razão e assim poderia resolver os conflitos por meio do direito e não pelas armas, a exemplo dos índios. O caráter bélico dos índios é reforçado por três das imagens que ilustram a lição.

Nesse sentido, pode-se, entre outros, falar do caráter ideológico do livro didático (CORRÊA, 2000). A razão por ser civilizada justificaria distintos modos de dominação e os normalizaria. Inculca, por assim dizer, na criança, a compreensão de que esse tipo de irracionalidade torna esses grupos étnicos menos capazes, inferiores e, por isso, necessários à subalternização. Naquela época, possivelmente com poucas bases antropológicas, os colonizadores

adotaram o preconceito para subjugar e submeter os índios a uma cultura, envolvendo língua, religião e outros costumes diferentes, tidos como superiores. Esse processo de aculturação, que dizimou do território brasileiro grande parte da população indígena, ainda hoje não foi superado. Os remanescentes das nações indígenas ainda estão em busca de sua identidade cultural, perdida pelas constantes intervenções do chamado “homem branco civilizado”, que ainda se considera superior a essa etnia.

Figura 8 – Representação dos índios



Fonte: (POMBO, 1932, p. 29)

A lição 10 “Os africanos” é ilustrada por meio de três imagens: Escravização dos índios; Aldeia africana, Moinho de mandioca. Conforme Pombo (1932), os africanos são caracterizados como sendo “gente também selvagem como os índios, e vivia lá quase como os índios viviam aqui”. A visão determinista, característica de obras da época, contida nesse livro didático pode ser exemplificada quando é explicado que “o africano é preto por causa do clima da África que é muito quente”. Ao concluir a frase o autor destaca, por outro lado, uma virtude do africano: “mas é uma raça muito boa, de bom coração”. Na sequência, embora mencione a questão do sofrimento pelo qual passaram os africanos, a narrativa destaca, em grande parte, aspectos positivos da escravidão. E como forma de justificar a escravidão no Brasil, o autor dá a entender que todos os países fizeram uso do trabalho escravo. Assim escreve:

Quasi todos, em vez de odiar, ficaram querendo bem aos seus senhores. Sobretudo as mulheres foram as grandes amigas das crianças. Trabalhadores, obedientes e espertos, os africanos fizeram muito pelo progresso do nosso país. Sofreram bastante saindo lá do meio dos seus; e às vezes o sacrifício para eles eram tão grande que chegavam a morrer de saudade. Por estarem distantes de suas origens era normal que morressem de saudade. Afinal a raça foi recompensada, pois os descendentes daqueles pobres escravos hoje são iguais aos antigos senhores, e sem dúvida muito mais felizes do que os seus parentes que ficaram na África. Em todos os países da América, e até na Europa, se fez isto (POMBO, 1932, p. 32).

O sofrimento ou a causa da morte dos africanos foram atribuídos, na narrativa, basicamente ao banzo, era como se chamava o sentimento de melancolia em relação à terra natal, ou seja, era como se o escravo não morresse por motivos de maus tratos ou por outros tipos de violência praticados pelos senhores, morria-se simplesmente de saudades. Correntes, gargalheira, tronco, algemas, peia, máscara, anjinho, bacalhau, palmatória, golinha, ferro para marcas, nenhum desses instrumentos de suplício ou aviltamento compuseram a lição sobre os negros. Nessa lição também não se faz nenhuma referência à reação dos africanos à escravidão. As fugas, o assassinato dos senhores, o suicídio, as revoltas ou mesmo a prisão não são mencionadas pelo autor. Ao concluir a lição, o autor não menciona nenhum prejuízo aos africanos como herança dos três séculos de escravidão, uma vez que hoje “somos todos como irmãos”.

Figura 9 – Representação dos africanos



Fonte: (POMBO, 1932, p. 32)

A lição 11 “Os europeus” é ilustrada com as imagens de João Ramalho - Parte de um quadro de Parreiras, Caramuru, da estátua Fl. Peixoto, no Rio de Janeiro e Diogo Alvares, o *Caramuru*, e a sua mulher Paraguassu – nenhuma delas com a identificação de autoria<sup>41</sup>. Os europeus, chegados ao Brasil durante o período colonial, são apresentados em Nossa Pátria como aqueles que sempre foram respeitados pelos índios, pois, eles ensinavam muitas coisas aos nativos, ajudando inclusive nas guerras. Os ensinamentos europeus consistiam em ensinar aos índios conhecerem novos objetos, como por exemplo, espelho, facas, roupas, instrumentos de trabalho etc... tais objetos atraíam os olhares dos índios que, sem ter consciência começavam a sofrer a sua maior violência simbólica da sua história, que mais tarde, viria a desagregá-los de suas comunidades de origem, corrompendo, sem precedentes, sua identidade cultural.

<sup>41</sup> A união do Caramuru com a índia Paraguaçu refere-se a uma gravura do século XVII. Ver RAMOS, F. P.; MORAIS, M. V. *Eles formaram o Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016. Sobre o capítulo destinado à Caramuru.

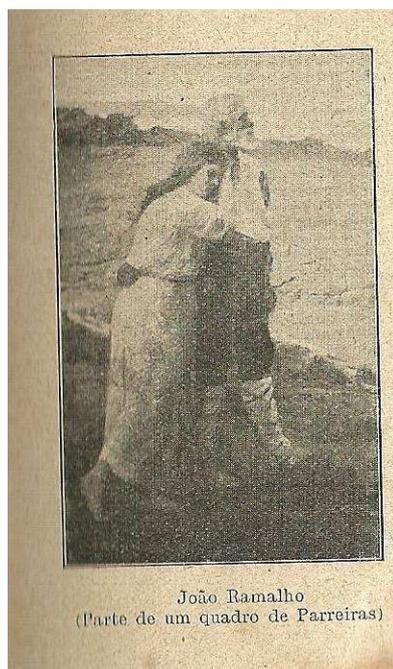
Sobre a formação do povo brasileiro, Nossa Pátria destaca as virtudes de cada uma das raças: do índio, a altivez; do africano, a amorosidade, e, por fim, do europeu, a inteligência.<sup>42</sup> A capacidade europeia a coloca em situação vantajosa em relação às demais etnias em vários aspectos, mas, sobretudo, no que tange a questões políticas, econômicas e culturais. Com este aparato ideológico é possível afirmar que o entendimento evolucionista entre etnias prevaleceu em favor dos europeus. De acordo com Ortiz (2012) o evolucionismo, do ponto de vista político, vai possibilitar à elite europeia uma tomada de consciência de seu poderio que se consolida com a expansão mundial do capitalismo. O evolucionismo, ao menos em parte, legitima ideologicamente a posição hegemônica do mundo ocidental. A “superioridade” da civilização europeia, portanto, é um dos pressupostos, do evolucionismo. De outro modo, cria margem para uma narrativa histórica positiva sobre as relações entre as diferentes etnias, justificando a ausência de conflito no interior dessas relações.

Tanto a ilustração posicionada no início da lição 11 (p. 33), ver imagem a seguir, quanto ao final - o *Caramuru*, e a sua mulher Paraguassu - sugerem a possibilidade de união e convívio entre brancos e índios. União pacífica, na qual inexisteriam dados de subjugo, dominação, exploração e subserviência (SCHWARCZ, 1998). Nesse sentido, torna-se difícil dimensionar o “peso” desse tipo de compreensão como decorrente de um processo de inculcação de valores, sentimentos, entre outros.

---

<sup>42</sup> De acordo com Ortiz (2012) o evolucionismo, do ponto de vista político, vai possibilitar à elite europeia uma tomada de consciência de seu poderio que se consolida com a expansão mundial do capitalismo. O evolucionismo, ao menos em parte, legitima ideologicamente a posição hegemônica do mundo ocidental. A “superioridade” da civilização europeia, portanto, é um dos pressupostos, do evolucionismo.

Figura 10 - Índia e branco



Fonte: (POMBO, 1932, p. 33)

#### 2.2.4 A fé, o sentimento de nação: forças civilizadoras

As lições 13, 22 e 24 tratam, respectivamente, sobre os jesuítas, a expulsão dos holandeses e sobre os bandeirantes. A lição 13 “Os Jesuítas” é ilustrada por meio de quatro representações religiosas: Padre José de Anchieta da estatua Fl. Peixoto, Rio de Janeiro; Padre Anchieta – Quadro de B. Calixto; O Poema de Anchieta – Quadro de B. Calixto e Pe. Antonio Vieira. Os padres, na obra, representavam fé, paciência, coragem e dedicação. Virtudes “como não se tinha visto ainda no mundo”. Os padres jesuítas teriam vindo ao Brasil somente com o pensamento de ensinar, civilizar e proteger os índios.<sup>43</sup>

Não se pode negar que a presença de figuras religiosas nessa lição, cujo caráter e retidão eram indiscutíveis, fortalece a propagação do ideário de nação além de expandir o catolicismo, que, a todo custo, era “repassado” aos índios e negros. Essa aculturação religiosa, embora tenha causado estranhamento, sobretudo para os índios, não impediu que os valores e regras

<sup>43</sup> Sobre a escola jesuítica no seu contexto colonial ver PAIVA, J. M. Educação jesuítica no Brasil colonial. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 43 – 59. (Historial, 6)

do cristianismo fossem repassadas como dogma. Novamente a cultura dos índios e negros, nas suas diversas manifestações, é negada para dar lugar a cultura europeia, que caminhava paralela a ideia de superioridade de raças que acompanhava os europeus. Os jesuítas, embora expulsos, mais tarde, do Brasil, deixaram seu legado que perdura até os dias de hoje. Os sermões, especialmente do padre Antônio Vieira eram de grande repercussão, dada a sua capacidade de persuasão e eloquência.

Figura 11 - Pe. Anchieta



Fonte: (POMBO, 1932, p. 41)

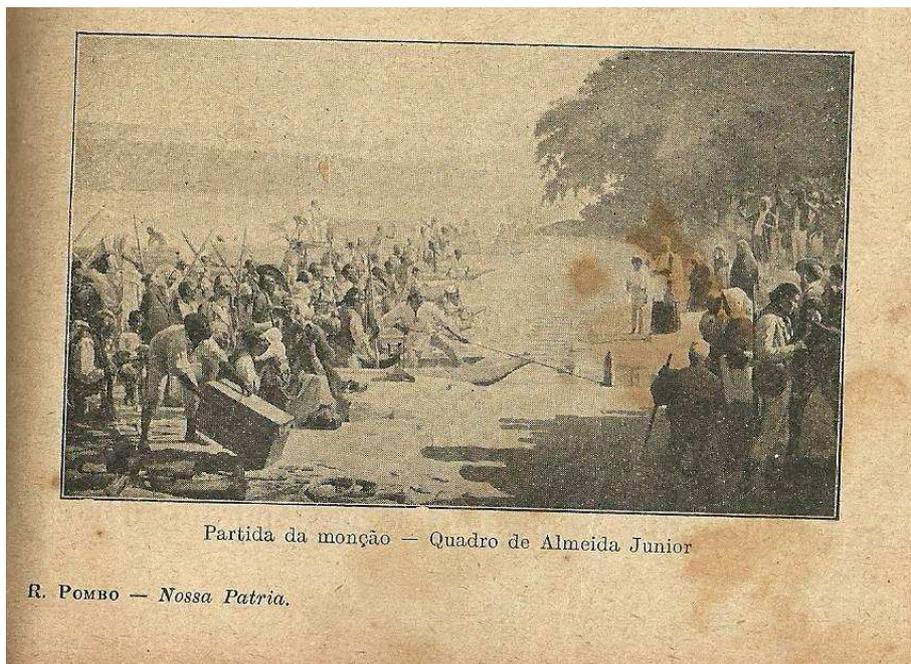
A lição 22 “Tentativa dos holandeses” é ilustrada por meio de 4 imagens: Mauricio de Nassau, Primeira batalha dos Guararapes – Quadro de Victor Meirelles e uma pequena galeria com a imagem de João Fernandes Vieira, André Vidal, Henrique Dias e Felipe Camargo. Todas as imagens sugerem a reiteração de heróis nacionais que resistiram a ocupação holandesa. Esses poucos heróis enaltecidos na narrativa, tem, inicialmente, a prerrogativa de representar os demais sujeitos que participaram da luta de resistência, estes são ignorados nessa lição. Os vultos heroicos carregam a fama da bravura e do heroísmo em detrimento da luta negada dos demais sujeitos que permanecem invisíveis. De acordo com Gonçalves (2007), influenciado por uma historiografia nativista do século XIX, Nossa Pátria mostra que a expulsão dos holandeses marcou o surgimento de uma identidade brasileira, considerando que as três etnias (índio, negro e o branco) que deram

origem ao povo brasileiro estiveram unidas na luta contra os holandeses, considerados usurpadores.

A lição 24 tem o título “Os bandeirantes”. Em torno dessa narrativa há três representações que são usadas para ilustrar o modo de viver dos bandeirantes. Durante os primeiros tempos, praticamente a população vivia à beira mar e pouco explorava as terras. O sertão provocava medo entre os colonos. Havia muita coisa a temer no interior, que ninguém sabia o que era, e de onde se contavam coisas extraordinárias. Além de bichos estranhos que por lá se encontravam, como serpentes imensas, jacarés, tigres e outros, havia ainda o perigo dos índios, e o risco de encontro com os espanhóis, que iam entrando pelo rio Paraguai. À medida que foram superando essas adversidades, os colonos foram se sentindo mais fortes e adentrando, cada vez mais, no meio das florestas. “Iam, assim, combatendo os índios, guerreando com os hespanhoes, descobrindo explorando terras que estavam desconhecidas” (POMBO, 1932, p. 77). Ao final da lição os bandeirantes são representados como sendo os verdadeiros heróis do Brasil daquela época.

Muitas terras, no interior da colônia portuguesa e espanhola, foram desbravadas pelos bandeirantes, que naquela época, caçavam índios e capturavam os negros escravizados. Em seguida, apossavam-se das terras e as exploravam para obter riquezas como ouro, metais preciosos que seriam levados ao rei de Portugal. O ouro, por sua vez, era monopólio da coroa portuguesa. Os bandeirantes também são vistos como heróis e portadores de uma certa ideia de civilização. Embora mercenários e rudes acabam caindo “nas graças” do governo português, que vê nesses sujeitos a segurança e proteção dos interesses da coroa. De alguma maneira, os bandeirantes acabam contribuindo para o projeto de nação, pois promovem a expansão do território, impulsionam certas atividades econômicas lucrativas ao governo metropolitano. A expansão do território torna-se motivo de orgulho e, conseqüentemente fortalece a ideia de nação grandiosa.

Figura 12 - Bandeirantes



Fonte: (POMBO, 1932, 77)

As lições **29** e **34** tratam, respectivamente, sobre as revoltas do período colonial e sobre a independência do Brasil. A lição 29 intitulada “Como os colonos mostraram os seus ressentimentos” é ilustrada pelas seguintes imagens: Execução de Felipe dos Santos, Tiradentes e monumento de Tiradentes Ouro preto. Felipe dos Santos liderou uma revolta contra o governo português e por isso foi morto e esquartejado, conforme sugere o quadro de Quadro de A. Parreiras; Tiradentes foi um dos integrantes do movimento Inconfidência Mineira e foi igualmente condenado a morte e esquartejado. A imagem de Tiradentes tem origem a partir da identificação construída pela população, sobretudo pelo fato de ter sido ele supliciado, conforme a tradição, em nome de uma nobre causa. Esse fato o aproxima da representação de Jesus, numa sociedade com fortes marcas do imaginário cristão. Contraditoriamente ela serve de exemplo, para o educando, tanto de heroísmo e, subterraneamente de herói, cujo feito, não devesse ser seguido, incorporava aspiração de muitos, de sentimento cívico, de liberdade (CARVALHO, 1990).

Figura 13 - Tiradentes



Fonte: (POMBO, 1932, p. 91)

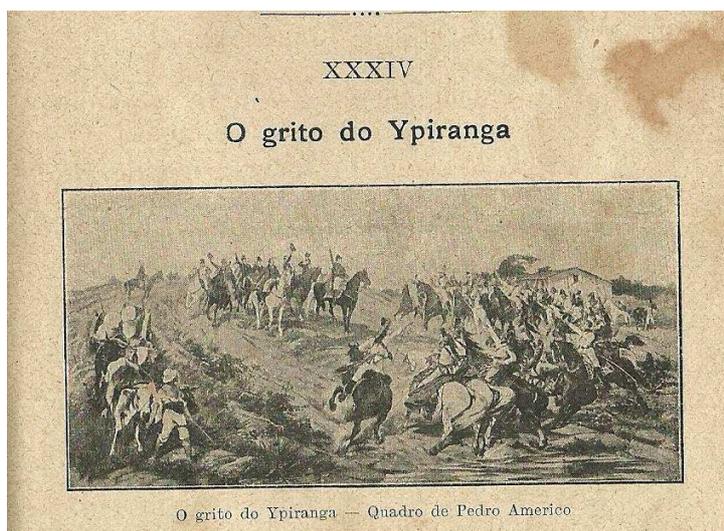
A lição 34 “O grito do Ypiranga”, é ilustrada com as seguintes imagens: O grito do Ypiranga – Quadro de Pedro Américo, Monumento do Ypiranga que são símbolos da independência do Brasil. Oliveira (2007) considera que a data 7 de setembro é a mais conhecida e celebrada do calendário nacional.<sup>44</sup> Conforme mencionei anteriormente, o próprio Rocha Pombo, na terceira lição do livro *Nossa Pátria* afirmava que a independência era “o fato mais notável da nossa história” (1932, p. 9). Com a organização do regime republicano, esse dia passou a figurar como a mais significativa data da história brasileira, sendo festejada anualmente com desfiles militares e outras manifestações. Essas tradições celebrativas se consolidaram em 1922, por ocasião do Centenário da Independência, momento em que foi oficialmente instituído o Hino Nacional cantado até hoje (OLIVEIRA, 2007, p. 208).<sup>45</sup> Nessa configuração segue a

<sup>44</sup> Conforme Oliveira (2007, p. 208) com a organização do regime republicano, o dia 7 de setembro passou a figurar como a mais significativa data da história brasileira, sendo comemorada anualmente com desfiles militares e outras manifestações, como as festas escolares, por exemplo. Essas tradições celebrativas se consolidaram em 1922, por ocasião do Centenário da Independência, momento em que foi oficialmente instituído o Hino Nacional cantado até hoje. Sobre esse tema ver OLIVEIRA, C. S. 7 de setembro de 1822: independência do Brasil. In: BITTENCOURT (org.) *Dicionário de datas históricas*. São Paulo: Contexto, 2007.

<sup>45</sup> Entre 1885 e 1890, na cidade de São Paulo, realizaram-se as obras de construção do Monumento do Ipiranga, palácio com características renascentistas, edificado no local do “grito”, e que após a Proclamação da República passou a ser o Museu Paulista, ou, Museu do Ipiranga, como é mais conhecido.

lógica positiva de pátria, nação progressiva, ordeira e disciplinada. Com a Independência, a ideia de nação se consolida de fato. O Brasil passa a ter uma identidade definida, com um governo autônomo, território constituído e um povo soberano em sua pátria. A independência ainda não finda as batalhas e presencia as chamadas guerras independentes, pois Portugal não aceita a ideia de independência de sua principal colônia. Mesmo assim, o país segue como nação autônoma. Mais tarde, os brasileiros, já imbuídos de sentimentos nacionalistas, tomam a pátria para si, e expulsam as forças portuguesas, mas ficam com uma herança cultural que envolve língua, costumes e novas práticas socioculturais.

Figura 14 - O Grito do Ipiranga



Fonte: (POMBO, 1932, p. 103)

Schwarcz (2015) considera *O grito do Ipiranga* o quadro mais famoso sobre a Independência do Brasil. Ele foi concluído em 1888, sessenta e seis anos após a data a que ele se refere. O quadro foi uma encomenda de Pedro II à Pedro Américo, um dos artistas protegidos e financiados pelo Estado Imperial. A cena do quadro é engrandecedora, contudo, em nada reflete a realidade. Aspectos como as vestes de Pedro I e da comitiva, a quantidade de pessoas, o riacho, e, também a colina foram inspiradas em um quadro de Ernest Meissonier, *Batalha de Friedland*, que retrata Napoleão Bonaparte e seu exército.

A tentativa de eternizar o feito histórico fez com que Pedro Américo reproduzisse uma cena que pouco representava os verdadeiros acontecimentos daquele dia 7 de setembro de 1822. Mais tarde, percebeu-se que Pedro Américo havia se inspirado no quadro que retratava a cena de Napoleão Bonaparte em uma de suas batalhas pela Europa. Embora não retratando fidedignamente as cenas que marcaram a independência, o fato é que o quadro, até hoje, não foi colocado em dúvida, sendo contemplado por todos aqueles que encontram nele resquícios da história e “compram” a representação como fidedigna ao fato histórico.

### **2.2.5 O Império: formação do Estado Nacional Brasileiro e Abolição**

O livro *Nossa Pátria* destina quatorze **lições (34 a 46)** sobre o período monárquico. Dessas lições selecionei duas: O primeiro reinado e A abolição da escravatura. A lição 35, cujo título é *Retira-se D. Pedro I* é ilustrada com uma representação da Estátua de D. Pedro I – Rio de Janeiro. D. Pedro I, caracterizado no livro como um jovem inquieto e imprudente, não possuía as qualidades necessárias para representar o “altivo” povo brasileiro. Evidenciando um caráter centralizador ao determinar o fechamento da assembleia constituinte, ele perdera a confiança depositada nele pelos brasileiros. As medidas autoritárias passaram uma imagem muito negativa do imperador. Apesar disso, Rocha Pombo destaca que o povo soube reconhecer a sua importância para a formação da pátria, erigindo uma estátua no Rio de Janeiro em sua homenagem. A lição 45 *A abolição* é ilustrada pelas seguintes imagens: Patrocínio, Luiz Gama, Joaquim Nabuco, Princesa Isabel, Euzébio de Queiroz e Visconde do Rio Branco. Segundo Pombo (1932) a maior das reformas dos tempos do Segundo Império foi a das leis referentes aos escravos. Nesse sentido são apresentadas as leis que, gradativamente, colocaram fim à escravidão no País: 1855 – Lei Euzébio de Queiroz; 1871 – Lei do Ventre Livre; 1885 - Lei dos Sexagenários; 1888 – Lei Áurea. A narrativa atribui força aos “Homens com a coragem e talento como Patrocínio, Joaquim Nabuco e Luiz Gama” (POMBO, 1932, p. 137), no processo que culmina com a abolição dos escravos. Ainda que o autor comente minimamente sobre as

fugas dos escravos dos engenhos e das fazendas, fica o entendimento de que a libertação dos escravos foi uma concessão do governo imperial e não um resultado da resistência e da luta dos negros ao regime escravocrata.

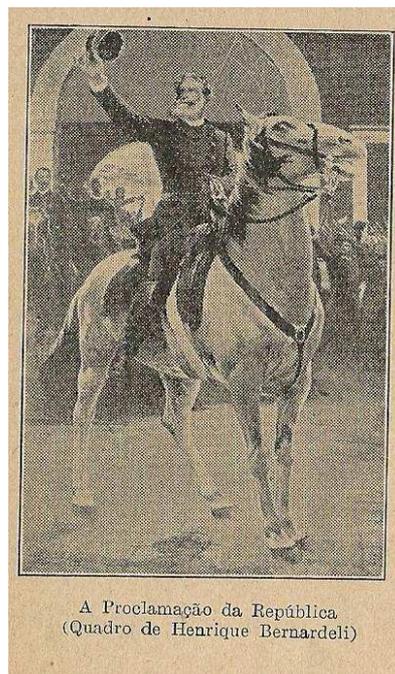
### **2.2.6 Paz e Concórdia, enfim a República...**

As últimas cinco **lições 47 a 51** tratam sobre: o processo que resultou na proclamação da república, a organização do governo republicano, a consolidação da república e o que era o Brasil nas primeiras décadas do século XX.

A lição 47 República é ilustrada pela representação de duas imagens isoladas, sendo uma de Visconde de Ouro Preto e outra de Marechal Deodoro da Fonseca. Além dessas há um a composição com a tríade Quintino Bocayuva / Benjamin Constant / Campos Salles / Marechal Deodoro. Nossa Pátria apresenta a República como resultado de um desgaste da Monarquia, nesse caso, um governo fechado em instituições fechadas e que estava condenado a ser substituído pelo novo governo, a República. Segundo Carvalho (1987) a República apresentou-se como o regime da liberdade e da igualdade, como o regime do governo popular.

A lição 48 tem como título Organiza-se o governo republicano e é ilustrada pelas seguintes imagens: A Proclamação da República – Quadro de Henrique Bernardelli, e uma fotografia de Marechal Floriano Peixoto. O autor destaca que a República era “coisa nova no Brasil”, uma vez que não se estava acostumado com ela, nos primeiros momentos do novo regime, “algumas desordens; mas, depois, tudo endireitou” (POMBO, 1932, p. 143). O autor não detalha quais teriam sido essas “desordens” ocorridas no país por conta da mudança de regime, contudo emprega a ideia de “ditadura” o governo de Marechal Deodoro. Nas palavras de Carvalho (1987, p. 13) a proclamação, afinal, resultou de um motim de soldados com o apoio de grupos políticos da capital. Ou seja, o novo regime foi proclamado sem a iniciativa popular.

Figura 15 - A Proclamação da República



Fonte: (POMBO, 1932, p. 143)

A lição 49, Firma-se a República, é ilustrada por duas imagens: o Monumento de Floriano Peixoto, no Rio de Janeiro e Prudente de Moraes. Nossa Pátria apresenta essa lição explicando que o Brasil, naquele momento, caracterizava-se por divergências entre os próprios republicanos, fato que favoreceu, “certas desordens em quasi todos os Estados, e até revoltas de militares” (POMBO, 1932, p. 146).<sup>46</sup>

A lição 50, Governo da República, é ilustrada por três imagens: Campos Salles, Rodrigues Alvez e Affonso Penna, todos ele presidentes da República. Esta lição resume-se a uma “lista” de presidentes e vice-presidentes que governaram o País de 1898 a 1922. Consiste numa breve narrativa fortemente marcada por uma história política que destacava os presidentes e seus feitos. São apresentados sucintamente fatos políticos e econômicos que caracterizaram o país naquele contexto histórico. Episódios como a greve

<sup>46</sup> Uma dessas revoltas a que o autor de refere trata da Revolução Federalista (1893 a 1895), que tomou proporção de luta armada entre os federalistas e o governo do Rio Grande do Sul. Os federalistas desejavam uma maior autonomia e a descentralização do poder da então recém proclamada República. A guerra terminou com a vitória das tropas governistas. No Rio de Janeiro, capital da República, ocorreu a Revolta da Armada.

operária de 1917, por exemplo, não são mencionados, simplesmente, fazem parte da ideia genérica de “desordens políticas”.

A lição 51 recebeu como título O que é hoje o Brasil, ilustrada por três imagens: uma fotografia do Barão do Rio Branco, Pax-Concordia<sup>47</sup>, tela de Pedro Américo e, por fim, uma representação da bandeira do Brasil. Dessas três imagens somente a da bandeira é colorida.

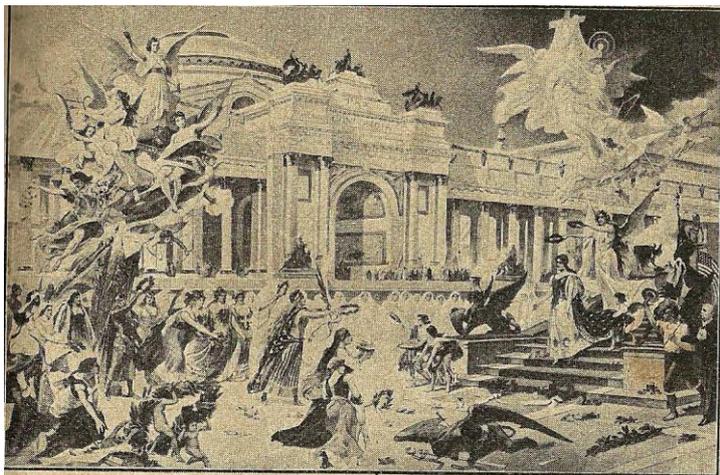
O autor sugere que para compreender o Brasil no final da década de 1910, era preciso lançar um olhar para os acontecimentos anteriores a esse período. Nesse sentido, seria possível ver como o povo brasileiro nunca fracassou no esforço de criar uma civilização que fizesse honra ao continente americano. A justiça sempre foi a regra da existência do País. Para justificar essa visão, Rocha Pombo mostra que algumas questões que existiam com alguns povos vizinhos foram resolvidas pacificamente, celebradas por meio de tratados, por exemplo.

O personagem histórico que ilustra essas passagens no livro é o Barão do Rio Branco, “símbolo de inteligência e grandeza de alma”. A justiça, a concórdia e a fraternidade são apontadas por Pombo como princípios que regiam a vida do brasileiro no trabalho. Para o autor, o Brasil seguia rumo ao futuro com toda a coragem, motivado pelos dizeres “Lá fora, acima de tudo – a humanidade, que vai para Deus: aqui dentro, na grande Patria nossa tão amada – o culto que lhe devemos” (POMBO, 1932, p. 153).

---

<sup>47</sup> Em Pax-Concordia (1895), quadro de Pedro Américo, a figura da Paz representaria a figura da República e seu estabelecimento significando uma era de ouro para o Brasil. Sobre essa análise ver <[http://www.dezenovevinte.net/obras/obras\\_paxconcordia.htm](http://www.dezenovevinte.net/obras/obras_paxconcordia.htm)>. Acesso em: 28 jan. 2017.

Figura 16 - Pax Concórdia – Quadro de Pedro Américo



Fonte: (POMBO, 1932, p. 153)

Nessa última lição do livro *Nossa Pátria*, o autor conclui o texto afirmando que é muito natural que todo o entusiasmo do brasileiro se volte para a bandeira nacional, e que ela seja saudada com orgulho por todos, porque segundo o autor, ela representa para o brasileiro o passado, o presente e o futuro. A bandeira, considerada um dos maiores símbolos nacionais, foi novamente situada na obra para consolidar com “chave de ouro” o ideário nacionalista.

Figura 17 - Representação da bandeira nacional utilizada para ilustrar a última lição do livro *Nossa Pátria*



Fonte: (POMBO, 1932, p. 154)

A análise das lições referentes ao Segundo Império do livro *Nossa Pátria* permite o entendimento de que o governo de D. Pedro II foi positivo, devido ao bom senso do monarca, ao seu amor à pátria e ao seu sentimento de justiça. O período ainda é caracterizado por grandes progressos alcançados pelo Brasil, como a construção de estradas de ferro, a instalação dos telégrafos, uso da navegação a vapor, construção de fábricas, oficinas, e fazendas produtoras de café e açúcar. D. Pedro II é representado como amigo e protetor das artes, das letras e das ciências, mecenas de muitos jovens que desejavam estudar. Ao final da 47<sup>a</sup> lição, a imagem positiva do Segundo Império é reforçada, quando se afirma que o Brasil, em cinquenta anos, fez mais progressos do que em todos os três séculos de vida colonial. A perspectiva europeia da história predomina em grande parte das lições até a *Inconfidência Mineira*. A partir daí são acentuados os traços do nacionalismo e ao mesmo tempo acompanhados por certa hostilidade dos brasileiros a Portugal.

A formação da sociedade brasileira se deu a partir do índio, do branco do negro e do mestiço. Esse tema aparece ao menos em três distintas lições. Os índios são apresentados na obra como elementos que dificultaram a colonização portuguesa. Pombo afirma que quando os europeus chegaram ao Brasil, os índios já eram habitantes destas terras. O índio é entendido como originário de uma raça inferior e considerado atrasado quanto à civilização. As referências à contribuição dos africanos em *Nossa Pátria* são mais limitadas se comparadas aos índios. Os africanos são definidos como o tipo de escravo ideal para a lavoura, necessários para a substituição dos índios que não se submetiam aos trabalhos característicos de uma vida sedentária.

A abolição da escravatura é apresentada pelo autor como resultado de um processo legislativo brasileiro, no qual os senhores brancos foram garantindo a liberdade aos escravos de forma gradativa ao longo de cinquenta anos. A abolição é, portanto, compreendida como um presente aos negros pelo Império, em especial pela princesa Isabel. Os mestiços aparecem apenas como resultado de cruzamentos étnicos, sem indicar sua distribuição pelo território brasileiro, através das migrações internas e de novos cruzamentos com outros povos.

Quanto às nações vizinhas, o livro *Nossa Pátria* apresenta como se deu a relação delas com o Brasil em diferentes momentos históricos. As tendências imperialistas dos governos brasileiros são mencionadas em algumas lições. Já as guerras platinas são sempre justificadas e explicadas pelo desrespeito aos direitos brasileiros pelas nações vizinhas. O Brasil, muito embora tenha se envolvido em guerras com a Argentina, Paraguai e Uruguai, foi apresentado como um país amante da paz, sempre agredido, segundo Rocha Pombo, de forma injusta.

A última lição deixa claro para os alunos das classes primárias que o Brasil era uma espécie de terra prometida e que aqui se formava uma civilização que honrava o continente americano. Valores e virtudes do País e do povo brasileiro como trabalho, esforço, raça, civilização, justiça, direito, razão, concórdia e fraternidade se destacam na narrativa que conclui a obra. Essas características atribuídas ao Brasil e ao seu povo, pelo autor, mascararam sobremaneira a realidade pela qual o País passava naquela metade dos anos 1910, quando o livro *Nossa Pátria* foi lançado no mercado editorial, além é claro, durante todo o período delimitado nessa pesquisa. Crises políticas e econômicas, conflitos sociais no campo e na cidade e um regime de governo liderado pelas elites rurais e urbanas que excluía deliberadamente o povo da cena política: essas eram algumas das características do Brasil da primeira metade do século XX. Contudo, esses elementos não se harmonizavam com os ideias de pátria e de nação propostos por Rocha Pombo.

As lições analisadas apresentam um estilo narrativo, cujo enredo é apresentado de forma a não deixar dúvidas no leitor quanto a verdade dos fatos que são, cronologicamente, descritos com recursos narrativos intencionalmente articulados. São recursos de retórica de um autor, no caso Rocha Pombo, que conhece seu público e sabe como convencê-los das verdades que conta. Todas as imagens que ilustram as lições servem como recurso complementar ao texto escrito que, a partir delas, ganha maior credibilidade, as próprias imagens, por si só, são portadoras de fortes mensagens, consistem em grandes textos, carregados de múltiplos sentidos, em busca de leitores.

A associação texto escrito/imagem atrelada aos recursos narrativos, como por exemplo, a descrição dos fatos com detalhes capazes de aguçar os sentidos e sobretudo o contato físico com os símbolos nacionais, ou seja, tudo era muito real. Assim a capacidade de traduzir em palavras os acontecimentos e provocar no leitor a imaginação/visualização das cenas históricas garante o reconhecimento do historiador, no caso Rocha Pombo.

Nossa Pátria possui até mesmo um tom romântico, característica de um romancista, mesmo quando se está narrando fatos trágicos. O leitor fica contagiado pelo otimismo narrativo e isso direciona a uma certa aceitação inquestionável do conteúdo do livro. Há que considerar também a idade dos infantes, tenra, e por vezes, inocente quanto às possibilidades de crítica.

Para todos os conteúdos apresentados nas lições selecionadas o autor faz uso dos mesmos recursos narrativos, alternando episódios heroicos positivos e negativos para a nação brasileira, bem como distencionando a narrativa com imagens de símbolos e personalidades políticas de destaque, geralmente, heróis, expressões suaves, destaque para qualidades dos índios negros e europeus, sem perder de vista o seu maior propósito: “[...] fazer a pátria conhecida daqueles que a devem amar. [...] Sentir o que fizeram de grande os nossos antepassados equivale a tomar o compromisso de os continuar na história” (POMBO, 1932, p. 03).

Desse modo, contando a história pátria e propagando um ideário nacionalista, o autor e a Editora Melhoramentos mantém o livro em circulação durante décadas para um público forjado que se renova a cada geração. Somado a isso, o ideário de nação propagado e internalizado pelos leitores, até mesmo por aqueles que não leram Rocha Pombo, mas que ouviram suas histórias pelas lentes de quem o leu, era de interesse das elites e grupos ligados ao Estado. Isso fez com que o livro *Nossa Pátria*, pelo teor de seu conteúdo, fosse considerado imprescindível para a formação da ideia de nação e garantiu a sua permanência nas escolas primárias durante várias décadas.

### 3 ROCHA POMBO: ASPECTOS DA TRAJETÓRIA NO BOJO DE PRÁTICAS CULTURAIS

#### 3.1 PRÁTICAS CULTURAIS COMO CONCEITO

As práticas culturais não devem ser pensadas, exclusivamente, em relação às instâncias oficiais de produção cultural, mas também às técnicas, objetos e seus usos e os sujeitos produtores de cultura. Assim, nesta tese, adoto como indicação de orientação conceitual a ideia de Chartier (1990) que considera a prática como uma ação no mundo que faz reconhecer o lugar social e as práticas culturais “em relação aos usos e costumes que caracterizam a sociedade examinada pelo historiador” (BARROS, 2005, p. 7).

As práticas culturais abarcam a produção e recepção de objetos culturais. Conforme Barros (2005) afirma, elas não podem deixar de ser entendidas fora da compreensão cultural, ainda que seja difícil definir cultura. Justamente pelo fato de que elas são próprias, características de um tempo e cultura. Carregam suas singularidades e sentidos como bens culturais de uma dada sociedade, neste sentido, podem ser pensadas como parte de uma teia de significados (GEERTZ, 1987), tecidas em tempos e espaços específicos, próprios a uma dada sociedade.

#### 3.2 PERFIL BIOGRÁFICO DE ROCHA POMBO

José Francisco da Rocha Pombo foi professor, jornalista e historiador. Para Muricy (1979, p. 25) um dos mais importantes do Brasil, além de ter apresentado grandes contribuições à poesia, à ficção e à cultura, com versos, romances, contos e ensaios, conforme Cardim (1958), Pilotto (1953) e outros biógrafos e estudiosos de Rocha Pombo.<sup>48</sup> Nascido em Morretes, região litorânea da província do Paraná, a 04 de dezembro de 1857, Rocha Pombo era o mais velho dentre os dez filhos do professor primário Manuel Francisco

---

<sup>48</sup> Para aprofundamento dos temas cultura e educação no Paraná ver TRINDADE, E. M.; ANDREAZZA, M. L. *Cultura e educação no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001. (História do Paraná – textos introdutórios)

Pombo, natural de Cascais (Portugal) e de Angélica Maria Pires, natural de Antonina, cidade vizinha de Morretes. Segundo Bega (2003), seus irmãos eram: Maria do Carmo, Maria das Dores, Maria Rosa, Maria Thereza, Maria América, Maria Júlia, Maria Clara, Lindolpho e Antônio.

Sua família é de professores no litoral paranaense e, considerando a estrutura social da época, em pleno regime escravocrata, poderíamos defini-la como de classe média, sem possuir capital econômico de importância, funcionando como “prestadora de serviços” (educação) para a burguesia do mate (BEGA, 2003, p. 483).

De acordo com duas matérias, a primeira publicada no *Correio de S. Paulo* (São Paulo, 27/6/1933, p. 1), e a segunda em *O Paranaense* (Curitiba, 12 de out./881), Rocha Pombo estudou as primeiras letras com o professor Manoel Libanio de Souza e fez o curso de humanidades com o professor Joaquim Serapião do Nascimento. Sobre a instrução pública em sua cidade natal Rocha Pombo (1980, p. 122) diz o seguinte:

Nos bons tempos de Morretes, por volta de 1870 ou 1871, o distinto professor JOAQUIM SERAPIÃO DO NASCIMENTO, um homem de mérito real e tão digno pela sua coragem de lutador impertérito, fundou ali o COLÉGIO SERAPIÃO, estabelecimento que foi utilíssimo a grande número de filhos daquela terra.

De acordo com Corrêa (2006) Rocha Pombo era um adolescente quando, em 1870, a Guerra do Paraguai chegou ao fim. O Brasil viveu naquele contexto um momento de entusiasmo com a vitória diante do país vizinho, caracterizado por um otimismo e um patriotismo sem precedentes.

Em 1875, aos dezoito anos de idade, substituindo seu pai, começou a lecionar primeiras letras em uma escola rural, de Morretes, numa localidade denominada *Anhaya*. Sendo o filho mais velho de uma família numerosa, Rocha Pombo teve de se inserir na atividade do magistério, profissão comum aos jovens letrados de então. Este fato foi registrado no jornal *Dezenove de Dezembro* (15 de set./1875, p. 1), quando, ao publicar uma nota referente a parte oficial do governo providencial “que no dia 9 do corrente (agosto) entrou

no exercício de professor de instrução primária no bairro do *Anhaya*, José Francisco da Rocha”.<sup>49</sup>

Na revista *A Escola*<sup>50</sup> do Rio de Janeiro (1877, p. 275), seção denominada “Comunicado”, localizei um artigo, sem identificação do autor, onde a revista se dirige a ele como “um nosso amigo residente na província do Paraná”. O autor tece considerações a respeito de um professor, o Sr. Rocha, que teria feito muitos esforços em sua comunidade para fazer com que a escola fosse atrativa aos alunos. Descreve o desconhecido autor, mencionando o empenho do “Sr. Rocha” e suas ações em prol da escolarização das crianças no município de Morretes:

Um nosso amigo residente na provincia do Paraná escreveu-nos: ‘Se não sou professor, já o fui, como sabe, e, ou pelo habito ou por natureza, interesse-me sempre por tudo quanto respeita á instrucção publica, e muito me apraz ver o que os meus collegas fazem a bem do ensino, mórmente quando o fazem só para satisfação de consciencia e dignidade de sua classe. N’este caso está o professor de Anhaya, em Morretes, que executa tudo o que lhe suggere a imaginação para tornar a escola attractiva aos alumnos; para augmentar a frequencia anda elle de porta em porta convencendo os paes, e d’esse modo tem enchido a escola de alumnos, etc. A folha official d’esta provincia já fallou d’isso, e com muitos louvores e encarecimentos ao dito professor, a quem não conhece pessoalmente e que está longe de suppor que esta hora um seu desconhecido lhe faz estas honrosas ausencias. Queira publicar estas linhas, não tanto para louvar o Sr. Rocha, que aliás o merece, como para ver se se propaga tão bom exemplo, ao menos entre os professores que tem consciencia de sua nobillissima missão [...] (A ESCOLA, Comunicado, 1877, p. 275).

---

<sup>49</sup> Sobre a educação na Província do Paraná, no contexto da segunda metade do século XIX, ver OLIVEIRA, M. C. M. de. *Ensino Primário e Sociedade no Paraná durante a Primeira República*. São Paulo: USP, 1994. 311f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

<sup>50</sup> *A Escola*, Revista Brasileira de Educação e Ensino, do Rio de Janeiro, foi editada por Serafim José Alves, e teve como redator Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira. A revista contava com a colaboração de vários professores e literatos do final da década de 1870. A Escola circulou nas províncias do país durante os anos de 1877 e 1878. Os objetivos da revista eram ministrar um meio de instrução para as classes menos favorecidas da fortuna, reunir para o professorado as notícias, informações e esclarecimentos que pudermos obter em referência aos sistemas de educação e métodos de ensino, defender os direitos e legítimos interesses do magistério, público e particular. O lema da revista era “Para formar um povo nobre, morigerado, laborioso, só há um meio – é educá-lo” (A ESCOLA, 1877, ed. 1, p. 2).

Embora o autor anônimo desse artigo não tenha registrado o nome completo do professor em questão, simplesmente “Sr. Rocha”, considero que se trata da pessoa de José Francisco da Rocha Pombo, que no ano de 1877 contava com, aproximadamente, 20 anos de idade. As ações desse professor relatadas no artigo indicam que se tratava de um jovem professor, idealista, e, ao mesmo tempo, com iniciativa, senso prático e objetivo, ou seja, alguém que concebia algumas ideias, nesse caso, em torno do ensino, e as colocava em ação. De acordo com o artigo, o Sr. Rocha teve, inclusive, o reconhecimento por parte da “folha oficial” da Província do Paraná. Assim, a ação pedagógica do referido professor, parece ter tido alguma repercussão em toda a Província e, ainda, na capital do Império, bem como em outros centros do país, através da nota publicada na revista *A Escola*.

Outro indício de que o artigo poderia estar se referindo à Rocha Pombo refere-se à forma como este assinou seus dois artigos *Duas palavras sobre instrução publica* (1877) e *As filhas brasileiras* (1878), ambos publicados na mesma revista, *A Escola*. Ao final desses artigos o jovem professor assinou José Francisco da Rocha, omitindo dessa forma o sobrenome Pombo e, ao invés de indicar a cidade de origem da escrita do artigo, no caso o município de Morretes, ele registrou a localidade *Anhaya*<sup>51</sup>. Ao informar sobre a nomeação do professor de instrução primária, a nota do jornal *Dezenove de Dezembro*, como é possível observar, também registrou o nome José Francisco da Rocha. Um jovem professor idealista que ambicionava atingir o maior número de crianças em idade escolar através da sua atitude de bater “de porta em porta”, fazendo o convencimento dos pais, a fim de aumentar o número de alunos nas escolas.

Outro elemento também que me leva a acreditar que o Sr. Rocha, conforme artigo citado anteriormente, tratava-se efetivamente de Rocha Pombo constitui-se no fato de que em 1879 ele fundou o primeiro jornal de Morretes - *O Povo* – periódico com fortes tendências republicanas e abolicionistas num momento histórico no qual o Brasil ainda adotava a forma monárquica de governo e o trabalho escravo movia a economia e a sociedade brasileira.

---

<sup>51</sup> A propósito não seria demais lembrar que *Anhaya* era uma área rural da então Vila de Morretes.

Num pequeno texto poético com o título “Brasileiros” publicado no jornal morretense *O Povo*, de propriedade de Rocha Pombo, (6 de jul./1879, p. 2), sem identificação do autor, pode-se observar a defesa da República por parte desse periódico numa fase já de crise da ordem imperial brasileira.

#### Brasileiros

Já em vosso coração ferve o sangue de patriotismo.  
 A's armas ! vinde vingar vossa honra ultrajada por mercadores  
 do vosso brio!  
 Lembrai-vos que usurpão-vos o direito, a reivindicai-o!  
 A's armas! cidadão, o momento de vingança vos veio bater a  
 porta!  
 Às armas! Calquemos grilhão que nos opprime!  
 Proclamemos o governo do povo pelo povo.  
 A assemblea brasileira de 1879 apresenta o aspecto da  
 assemblea franceza de 1789.  
 Façamos vigorar esta data memorável!  
 As armas! preparemo-nos para a lucta!  
 Hoje o nosso brado deve ser de revolta.  
 A revolução é um direito do povo: é o direito que destroe para  
 melhor construir.  
 Portanto reconstruamos o Brasil.  
 Abaixo a tyrania!  
 Viva a República!  
 (POMBO. Brasileiros, O POVO, 6 de jul./1879. p. 2).

Essa iniciativa seria mais um elemento que permite identificar em Rocha Pombo um homem inquieto com as características políticas, sociais e culturais do seu tempo. Ainda na juventude fundou o jornal *O Povo*, no qual passou a fazer a defesa da República, nove anos após a publicação do Manifesto Republicano (1870) e dez anos antes da proclamação do novo regime (1889), num momento histórico no qual o Brasil ainda adotava a forma monárquica. Embora o autor tenha idealizado “a revolução como um direito do povo” ela, de fato, não aconteceu, a proclamação da República foi um golpe de Estado resultado da conjugação de interesses da oligarquia cafeeira e do Exército.<sup>52</sup>

Zaina (1957) traz, numa breve passagem, aspectos da infância e primeiros anos de magistério de Rocha Pombo ainda na cidade de Morretes:

<sup>52</sup> Conferir nesse sentido CARVALHO, J. M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

A sua infância decorreu tranquila como a de todos os meninos de sua idade, - ora preocupada com os folguedos infantis, ora com os trabalhos escolares, - já então entregues a hábeis professores e onde o pequeno Rocha Pombo foi aquirir os conhecimentos que lhe permitiriam, aos 18 anos de idade, assumir a regência de uma cadeira de ensino primário, na própria localidade em que nascera.

O exercício do magistério, conduzido com a compreensão e a seriedade com que tão alta missão deve ser encarada pelos que se dedicam à orientação da infância, terá exercido forte influência sobre seu espírito, orientando-o para a nobilitante carreira das letras.

Observa-se, portanto, que, mesmo tendo em conta o momento histórico, há indicadores de que Rocha Pombo assumiu o labor do magistério com certa prematuridade.

### 3.3 PRÁTICAS CULTURAIS DE ROCHA POMBO

Em se tratando da trajetória de Rocha Pombo, além de consumidor, ele foi produtor de cultura, de distintas motivações pessoais e profissionais. No entendimento de que o conceito de prática, conforme Japiassú e Marcondes (2008) refere-se à ação, ação que o homem exerce sobre as coisas, ou ainda, a aplicação de um conhecimento em uma ação concreta e efetiva, teremos oportunidade de constatar, no decorrer deste trabalho, que Rocha Pombo em sua trajetória de vida foi múltiplo. Realizou distintas inserções sócio-culturais, por meio de práticas diferenciadas, o que permite então adjetivá-lo como um homem inquieto, sobremaneira preocupado com questões do seu tempo e de seu País.

Segundo Bega (2013), Rocha Pombo é um personagem da história paranaense e brasileira que pode ser abordado em diversas facetas: jornalista político, historiador oficial na República Velha, deputado provincial pelo Partido Conservador e, mais tarde, deputado federal pelo Paraná, filólogo e professor. Para essa autora, Rocha Pombo foi um romancista com extensa produção e com uma das poucas obras de prosa de ficção simbolista, bem como com incursões no ideário socialista e reformador social. Devido às múltiplas práticas sócio-culturais realizadas por ele, Queluz (1994) identificou paradoxos e

ambiguidades que marcaram a sua vida e obra. Autores a exemplo de Queluz (1994), Oliveira (2011) e Bega (2013), dentre outros, destacam as várias frentes empreendidas por Rocha Pombo ao longo de sua trajetória. Nesse sentido, destacarei as práticas culturais desenvolvidas por ele ao longo de sua trajetória, iniciando com a de professor e educador, desde sua juventude no *Anhaya*, profissão que exerceu até 1933, ano de seu falecimento. Na sequência, o jornalismo, a prática de escritor, de historiador e a de autor de livros didáticos de História que colocaram o seu nome em evidência no cenário cultural brasileiro e que contribuíram significativamente com a eleição à Academia Brasileira de Letras. Optei por apresentar essas práticas, através dessa disposição, com o objetivo de auxiliar o leitor no entendimento das diversas frentes empreendidas por Rocha Pombo, sendo assim, a estratégia possui tão somente um caráter didático. Considero que essa escolha foi necessária para diferenciar esse trabalho de outros autores nos quais a trajetória e o perfil biográfico de Rocha Pombo são apresentados em caráter de estudo longitudinal. Este subitem, em especial, apresenta algumas das práticas culturais de Rocha Pombo na tentativa de compreendê-lo para além de simples indicadores biográficos exclusivamente.

### 3.3.1 O professor e o educador

José Francisco da Rocha Pombo, nasceu em 1857, no *Anhaya*, área rural do município de Morretes, na então província do Paraná<sup>53</sup>. A partir de 1865, aproximadamente, parece ter iniciado sua escolarização naquela cidade. Ele nasceu quatro anos após o Paraná ter conquistado sua emancipação da Província de São Paulo, em 1853. Essa Província, naquela época, ainda era pouco promissora. O Paraná havia iniciado há pouco tempo essa trajetória de província autônoma e procurava se fortalecer em diversas frentes como a econômica, política e social, principalmente, para levar a cabo uma perspectiva de território responsável por suas próprias conquistas.<sup>54</sup>

Morretes, situada no litoral do Paraná, era então um centro econômico, de projeção na vida provincial. Era um ambiente de prosperidade e de progresso econômico, com manifestações de ilustração e cultura para um seleto segmento dos seus habitantes. Segundo Cardim (1958), por ocasião da Emancipação Política do Paraná (1853), encontravam-se quarenta e sete engenhos de erva-mate em Morretes. Como ainda não existia a estrada de ferro, a erva mate descia em batelões pelo rio *Nhundiaquara*, que circunda parte da cidade. Isso beneficiava Morretes, trazendo fartura, bem-estar e oportunidades de trabalho aos seus moradores. Porém, com a implantação do transporte ferroviário<sup>55</sup> levando a erva-mate diretamente aos pontos de embarque, Morretes foi gradativamente perdendo sua influência fazendo com

---

<sup>53</sup> A fundação de Morretes se deu em 1733 e durante o II Império a cidade teve importância comercial e social. De acordo com o *Almanak da Província do Parana* (p. 232), a Vila de Morretes foi criada pela lei da Província de São Paulo nº 16 de 1º de Março de 1841, sendo instalada a 16 de junho do mesmo ano. Esta vila foi elevada à categoria de cidade pela lei n. 188, de 24 de maio de 1869, com a denominação *Nhundiaquara*. Voltou à denominação Morretes pela lei n. 227 de 7 de abril de 1870. A distância entre Morretes e a cidade de Curitiba, capital do Paraná, é de 66 quilômetros.

<sup>54</sup> Sobre o Paraná no que se refere às questões de política e governo, ver BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. *História do Paraná*. v. 1. Curitiba: Grafipar, 1969. Ver também MAGALHÃES, M. B. de. O Paraná reinventado: política e governo. IPARDES: Curitiba, 1989; MAGALHÃES, M. B. de. Paraná: Política e Governo. Curitiba: SEED, 2001. (História do Paraná – textos introdutórios).

<sup>55</sup> Os melhoramentos da infra-estrutura, que alteraram a fisionomia social paranaense, ocorreram em virtude do avanço do setor erva-mateiro. A primeira ferrovia no Paraná, a estrada que liga Curitiba ao porto de Paranaguá, só foi construída em função da necessidade de melhorar o escoamento da produção destinada à exportação. Esta obra é, até hoje, considerada por especialistas como uma grande proeza de engenharia, pois, contando apenas com os recursos técnicos da época (entre 1880 e 1885), cruza o relevo muito acidentado da Serra do Mar.

que muitas pessoas partissem para outras cidades, dentre elas Rocha Pombo, conforme veremos adiante.

Segundo Dorfmond (1958), quando o Paraná constituiu-se na mais nova província do Império brasileiro, contava apenas com duas cidades, Paranaguá e Curitiba; sete vilas, sendo elas Antonina, Morretes, Guaratuba, S. José dos Pinhais, Lapa, Castro e Guarapuava; seis freguesias: Campo Largo, Palmeira, Ponta Grossa, Jaguariaiva, Tibagi e Rio Negro. Curitiba, naquela época, não contava com mais de nove ou dez ruas. A população, contando inclusive com os agrupamentos mais afastados, chegava, de acordo com Dorfmond, próximo de 25.000 habitantes. Era uma população de descendência dos povoadores portugueses, castelhanos, índios e africanos, prevalecendo a população caucasiana.

No artigo intitulado “Paraná” assinado por Marianna Coelho,<sup>56</sup> no jornal da cidade de Curitiba *Diário do Comércio* (23 de nov./ 1893. p. 1), quarenta anos após a emancipação, a autora descreve esse estado considerando cidades tais como Curitiba, Morretes, Antonina e Paranaguá, e apresenta sua impressão sobre a Serra do Mar. No texto é possível identificar temas ligados aos aspectos humanos (operários), e sociais (a hospitalidade), elementos naturais (clima, geografia, rios, serras e montanhas) e obras de engenharia (locomotiva, estrada de ferro, túneis, pontes e viadutos). Estes últimos evidenciando muitas características de modernização no Paraná do final do século XIX<sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> Marianna Coelho foi jornalista, professora, educadora, escritora, ensaísta e é também reconhecida como uma das pioneiras do movimento feminista no Brasil. Escreveu, entre outros os livros: *O Paraná mental* (1908), *Linguagem* (1937) e *Cambiantes* (1940). Sobre Marianna Coelho ver SEIXAS, L. S. *Subsídios para a sua história: as ideias feministas de Mariana Coelho nas primeiras décadas do século XX*. 69 f. UFPR: Curitiba, 2006. História/UFPR. <[http://www.historia.ufpr.br/monografias/2006/1\\_sem\\_2006/larissa\\_selhorst\\_seixas.pdf](http://www.historia.ufpr.br/monografias/2006/1_sem_2006/larissa_selhorst_seixas.pdf)>. Acesso em 12/09/15

Ver ainda a monografia de SILVESTRIN, M. L. *Do bom uso da palavra: o intelectual na obra de Marianna Coelho*. UFPR: Curitiba, 2006. História/UFPR. 79 f.

<[http://www.historia.ufpr.br/monografias/1999/monia\\_luciana\\_silvestrin.pdf](http://www.historia.ufpr.br/monografias/1999/monia_luciana_silvestrin.pdf)>

Acesso em 12/09/15. Ver também SCHUMACHER, S; BRAZIL, E. V. (org.) *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade* biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Consultar também o site < <http://www.coletivomarianas.com/mariana-coelho>>. Acesso em 03/01/2017.

<sup>57</sup> Sobre o tema modernização do Paraná, ver OLIVEIRA, D. *Urbanização e industrialização no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001. (História do Paraná – textos introdutórios)

Primeiramente a autora destaca alguns aspectos geográficos do Paraná:

O Paraná (eu até acho este nome doce de pronunciar) tem variados e optimos climas, que podem considerar-se muito semelhantes ao nosso – principalmente na parte denominada serra acima, cujo *plateau* fica 900 Metros acima do nível do mar, e aonde esta situada a cidade de Curityba, esperançosa capital d'este Estado.

No interior, porem, a altura maxima é de mil e tantos metros. Conhecedora apenas d'uma das principaes belezas naturaes d'esta fertilíssima região, e talvez a mais imponente que até hoje tenho visto no Brazil, não posso eximir-se à tentação de descrevel-a conforme as minhas debeis forças intellectuaes o permitirem; pois que, mesmo a penna mais habil e o mais artístico pincel, ficariam muito á quem da verdade, na arrojada e alludida descripção ou pintura. Refiro-me á estrada de ferro, na Serra do Mar, que liga as cidades de Paranaguá e Morretes á Curityba, e de cuja linha de extensão total é de 110 kilometros (COELHO, 1893. p. 1).

Em seguida Coelho faz um relato sobre a estrada de ferro Curitiba-Paranaguá que, embora longo, importa ser referida pela riqueza de detalhes apresentadas pela articulista.

Cortada por vinte e tantos rios têm, além de muitas outras obras d'arte, 71 pontes e viaductos.

Absorveu a uma companhia franceza bagatela de 16:500 contos e centenares de vidas lhe servem de base! Os operarios, só suspensos de cordas é que podiam ali trabalhar! Desde o Kil. 42.400 onde começa a subida da serra na altura de 12m, 50 sobre o mar, até o kil. 80, aonde attinge a altura de 955 m é esta estrada uma perfeita maravilha que tem atrahido muitos apreciadores estrangeiros á sua contemplação.

Parece incrível que o homem levasse até á conclusão uma estrada cercada de tantos e tão enormes principios, costeando e atravessando uma cordilheira de soberbas e escarpadas montanhas, bellas no seu grandioso aspecto ao mesmo tempo atrahente e terrifico, alliando todas as belezas imagináveis do abysmo, que se impoem ao viajante como um dos mais tocantes e encantadores attractivos do Bello!

A impressão que se sente em face d'este raro prodígio da natureza, é realmente indiciptivel!

Á medida que a locomotiva avança, aparece e desaparece por entre os 45 tuneis que perfuram engraçadamente estes assombrosos morros e rochedos, desenrola-se sucessivamente á vista do espectador o quadro mais variado e surpreendente que se possa imaginar – embellezando ainda pela vista delliciosa e lindas catadupas despenhando-se em

cachões alvíssimos e ruidosos, e dos rios que serpeam cristalinos ao fundo d'aquellas collosaes montanhas !

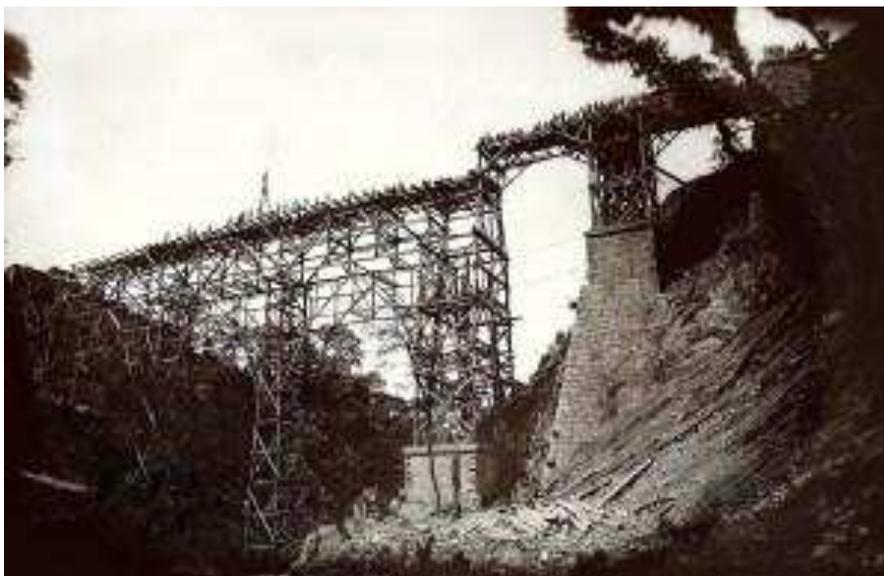
Uma optima merenda fornecida generosamente na cidade de Antonina, (que o caminho de ferro liga á Morretes), pela família Oliveira Marques, - que está ligada á minha, teve de succumbir n'uma viagem d'estas á força do melhor dos aperitivos: - o ar puríssimo da serra que ali se respira a plenos pulmões.

Affinal tudo desaparece e traz da locomotiva na aproximação da estação de Paranaguá, aonde ela chega, enfim, vencedora, vertiginosa e soluçante, n'um mixto de riso e pranto, vomitando uma intensa nuvem que se estende em direção oposta á sua marcha semelhante uma cabelleira enorme que fluctua, com exquisita elegância, impelida pela força da aragem provocada pela velocidade do trem.

Desculpem os meus leitores se, na exaltação, a quem me leva tão grata recordação, eu me torno por ventura importuna; creiam, porém, que no meu logar cederiam como eu a impressões d'esta natureza, que ficam gravadas eternamente na alma porque ellas as recebe do que é grande e sublime !  
Marianna Coelho (COELHO, 1893. p. 1).

Nove anos antes de fazer parte dos escritos da jornalista, o Viaduto da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, em fase de construção em 1884, foi fotografado por Marc Ferrez (2013, p. 258)

Figura 18 - Viaduto da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá (1884)



Fonte: FERREZ (2013)

Sobre a ocupação do território paranaense, um tema de grande importância para um estado em formação, Coelho faz algumas considerações sobre os diferentes grupos de imigrantes, principalmente em relação às mulheres, que vinham ocupando o território paranaense, desde os anos de 1870.<sup>58</sup>

A colonização do Paraná é já importante, mas há ainda necessidade de augmental-a quanto seja possível. A colonia mais numerosa é a polaca; segue-se-lhe a italiana e depois a allemã.

A das outras nacionalidades são relativamente pequenas.

A polaca é sem dúvida a mais infeliz pela sua ignorância, salvo raríssimas excepções.

Referindo-me ainda aos europeus, tenho notado que as mulheres de formosura mais atrahante são, em geral, as italianas.

As alemãs destacam-se principalmente pelo seu desenvolvimento físico; são corpulentos e d'uma estrutura mais varonil que feminina. Muito brancas, de olhos azues e cabellos loiros, envolvem-se n'uma serenidade aparente ineimtavel (sic). Quanto as damas curitybanas, são geralmente bonitas e apresentam-se com *toilettes* irreprehensíveis (COELHO, 1893. p. 1).<sup>59</sup>

A partir desse trecho da articulista convém depreender o aspecto referente à diferenciação étnica em relação às mulheres polonesas, italianas e alemãs. Dorfmond (1958) destaca que no Paraná, ainda na condição de comarca de São Paulo, existiam apenas três núcleos de imigrantes: Rio Negro, constituído de alemães; Ivaí, com os franceses e Guaraqueçaba, com suíços. Depois da instalação da Província em 1853, novos contingentes de imigrantes da Europa central e oriental foram encaminhados para o Paraná.

Ao final de sua apreciação sobre o Paraná, Marianna Coelho destaca a condição de terra promissora desse estado, sobretudo as suas riquezas naturais, característica essa que colocaria o Paraná à frente ainda de outros estados da federação.

<sup>58</sup> A respeito da ocupação do território paranaense, população e migrações ver NADALIN, S. O. *Paraná: ocupação do território, população e migração*. Curitiba: SEED, 2001. (História do Paraná – textos introdutórios).

<sup>59</sup> Sobre esse tema ver TRINDADE, E. M. de C. *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República*. São Paulo: 1992. Tese (Doutorado) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

É o Estado do Paraná uma verdadeira fonte de riquezas inexgotáveis ainda muito por explorar, tornando-se, portanto, superior á maior parte dos outros Estados do Brazil. Estão a aparecer constantemente jazidas metalúrgicas de toda a qualidade, principalmente de ferro e carvão de pedra; também de mármore, sal gemma, etc., etc., além de tudo o mais que proporciona a feracidade do solo (COELHO, 1893. p. 1).

Com uma perspectiva, até certo ponto ufânica, a articulista se refere de modo enfático, sobre algumas possibilidades econômicas diversificadas que o Paraná ofereceria para o restante do País. É, portanto, nesse contexto da segunda metade do século XIX, que surge o personagem principal desta tese.

Pouco tempo depois de ter ingressado no magistério, Rocha Pombo escreveu dois artigos Duas palavras sobre instrução publica – (1877 e 1878), e As filhas brasileiras – (1878) - ambos escritos no *Anhaya*. Estes artigos foram publicados na revista fluminense, *A Escola*.<sup>60</sup>

O artigo Duas palavras sobre a instrução publica foi escrito por Rocha Pombo, entre os meses de outubro de 1877 a março de 1878. Nele, o autor procurou analisar as causas do atraso ou o estado deficiente da educação pública no Brasil daquela conjuntura histórica. Segundo ele, a instrução pública em fins do século XIX precisava ser vista pela sociedade como um assunto importante que esperava merecer ainda mais consideração do que aquela que geralmente se empregava. Na opinião dele, todos fingiam interessar-se pelo seu desenvolvimento, todos emitiam considerações sobre o seu estado, porém nenhuma consequência vantajosa, em prol da educação, ocorria efetivamente.

---

<sup>60</sup> (POMBO. *A Escola*, 6 jul./1877, p. 163); (POMBO. *A Escola*, 23 fev./1878 p. 122-123) Posteriormente, o primeiro deles (POMBO. *La Revista del Plata*, 28 nov/1877. p. 370) foi reproduzido pela *La Revista del Plata*, de Montevideú.<sup>60</sup> Ainda a propósito do primeiro, alguns autores indicam que um artigo de Rocha Pombo, sem mencionar nem mesmo o título, havia sido publicado na revista *A Escola*, sendo esse reproduzido na *Revista del Plata*, de Buenos Aires. Foi realizado um primeiro contato por meio de mensagem eletrônica junto ao Serviço de Informação e Consulta da Biblioteca Nacional do Uruguai sobre a existência do artigo “Duas palavras sobre instrução publica” na referida revista, no qual este respondeu o seguinte: “depois de uma pesquisa do título ‘*La Revista del Plata*’, a nível de registros internos e verificação direta do exemplar, encontramos este: Sua colocação 29/2 Est 3. Verificou-se visualmente o exemplar e foi encontrado: Artigo: ‘Duas palavras de instrução’ em publicação de 28 de novembro de 1877 página 370.” Tudo leva a crer que os estudiosos de Rocha Pombo possivelmente não tiveram conhecimento da existência do artigo “As filhas brasileiras”, pois de uma forma geral eles mencionavam somente a publicação de apenas um artigo na revista *A Escola*, do Rio de Janeiro.

Neste trabalho, entendo Rocha Pombo também na prática cultural de educador, homem preocupado com o seu tempo e a educação no país. Exercita, nessa ótica, uma prática cultural mais ampla, de comunicação, como tantas outras que fará posteriormente. Rocha Pombo escreveu esse artigo em reação a um discurso de um parlamentar, que embora não tenha sido identificado no texto tratava-se de “um dos mais prolectos professores do Brasil”, no qual este atribuiu o atraso da instrução pública aos professores brasileiros, nas palavras do autor “ouveu-se... uma injuria irrogada aos professores brasileiros!” (POMBO, 1877, p. 163). De acordo com o autor, foi dolorosa a comoção produzida por tal injustiça. O fato de se estudar as causas do atraso da instrução pública de forma superficial, levava a atirar à face dos professores os resultados negativos. O atraso da instrução pública na opinião dele, portanto, não procedia da incapacidade dos professores.

Existia uma expectativa por parte de certos setores da sociedade de que o Brasil pudesse rivalizar em matéria de ensino com os países mais adiantados da Europa ou com os Estados Unidos. Para Rocha Pombo “isso era uma aspiração excêntrica, ilógica!” (POMBO, 1877, p. 163)

Uma das questões levantadas pelo autor seria quanto ao baixo índice demográfico da população brasileira se comparada a outros países.

No Brasil, ao contrário da França, Alemanha, Estados- Unidos, etc., a população é pequena, e se acha dispersa pelo seu imenso território. A população relativa não atinge a 50 habitantes! (POMBO, 1877, p. 163).

Outro aspecto que ele se refere é ao número de escola por número de habitantes:

[...] no Brasil, há uma escola para 1.350 habitantes, ao passo que, nos Estados- Unidos ou na Prússia, por exemplo, ha uma para 150 ou 160 habitantes (POMBO, 1877, p. 163).

O fato de existir uma disparidade entre o número de escolas e a população, seria impossível no Brasil conseguir regularizar o ensino, por ser a população rara e dispersa por um grande território. Pergunta Rocha Pombo: “Não procederá o atraso da instrução da deficiência de população?” Segundo

ele, no Brasil só a décima parte da população escolar frequentava a escola. Entretanto, nas povoações que contavam mais de vinte meninos, existia um professor. A grande questão que se colocava era: quantos lugares existem que contavam menos de vinte alunos e não tinha uma escola sequer?

Rocha Pombo defendeu a tese de que quando o povo estivesse mais reunido ou aglomerado, não seria tão improba a tarefa de desenvolver a instrução. Contudo, entendia ele, era muito difícil para o governo prover a educação do povo. Para reafirmar essa tese, explica que, na América, sendo a única exceção os Estados Unidos, não existia país que tivesse conseguido o desenvolvimento da educação do povo; porque, segundo ele, países muitos extensos, escassos de população, “nesta parte do mundo não se conseguirá vantagem em materias de ensino, sem que se realice a propagação ou aumento da população.” “[...] “A falta de povo suscita o atraso da instrução” (POMBO, 1877, p. 165).

Conforme Faria Filho (2000) a lei de 15 de novembro de 1827 <sup>61</sup>, em seu artigo 1º, dizia que “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haverão escolas de primeiras letras que forem necessárias”.

Essa lei é contemporânea de um lento, mas paulatino, fortalecimento de uma perspectiva político-cultural para a construção da nação brasileira e do Estado Nacional que via na instrução uma das principais estratégias civilizatórias do povo brasileiro, tal qual frações importantes da elite recebiam e propunham-se a organizar. Instruir as “classes inferiores” era tarefa fundamental do Estado brasileiro e, ao mesmo tempo, condição mesma de existência desse Estado e da nação (FARIA FILHO, 2000, p. 137).

Como é possível considerar, a partir do trabalho de Almeida (1989), mesmo sendo uma grosseira aproximação, que de certo modo os argumentos de Pombo (1877) trazem alguma coerência. Embora a Lei de 1827 tivesse há muito prescrito, a obrigatoriedade da escola primária “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos”, nos últimos tempos do Império pouco se avançou nesse sentido.

---

<sup>61</sup> Lei de 15 de novembro de 1827, tida como a primeira, e única lei geral sobre instrução primária no Brasil durante o período imperial.

A partir dos argumentos postos no artigo, é possível inferir que o jovem professor Rocha Pombo procurou, de alguma forma, colocar em debate novamente o que rezava a lei de 1827, mesmo já tendo passado meio século desde a sua criação. O autor indicou também que outra causa do atraso na instrução pública era a educação familiar. Esta seria a base não somente para o bom desempenho do aluno na escola, mas também para sua vida em sociedade.

Quasi geralmente, a entrada de um menino na escola, é considerada como uma transicção difficillima. Na verdade, o menino sem educação familiar vê-se obrigado a realizar uma *penosa* reforma em sua vida; tem de passar do seio da familia, aonde lhe prodigalisam todos a maior tolerância ás suas insubordinações, os mais insensatos carinhos ás suas travessuras, para uma escola que deve representar a sociedade, a nobre sociedade humana em miniatura. Entre a família o menino sempre é *bom*, é *santinho*, etc.: o amor encendrado dos pais e dos parentes lhe assegura todas estas qualidades. Mas, na escola é preciso que ele seja realmente bom, dócil, morigerado; que tenha bons costumes, que tenha aquelle sentimento de fraternidade que deve distinguir a sociedade de hoje; que possua todos aquelles elementos da civilidade indispensaveis a manutenção da affeição e estima, que todos os homens se devem reciprocamente; enfim, é preciso que tenha realmente um coração nobre e bem formado. E não ha isto, infelizmente, em nosso paiz! (POMBO, 1877, p. 225).

Na visão de Rocha Pombo, o dever do professor era formar bons cidadãos. “Se queremos cidadãos, (...) dedicados sinceramente á causa social, devemos creal-os e organizal-os na infância” (POMBO, 1877, p. 225). Para ele a educação, dita, “doméstica” tinha poderosa influência no desenvolvimento moral do povo. Entendia ele que a família deveria zelar pela educação religiosa, e que esta não poderia ser de competência da escola. Dizia: “Quantos meninos vão para as mãos do professor, sem saberem o *Padre Nosso*.” Neste caso, as representações, conforme Chartier (1991), são construídas e veiculadas por ele sobre o professor atribuem-lhe papel e função centrais na moderna sociedade republicana brasileira como o responsável por formar para a cidadania. Já que a ele compete transmiti-la às novas gerações. Tal posicionamento também se acha presente em trechos a seguir.

Para o bom êxito da instrução elementar no Brasil, o magistério deveria ser entendido, na visão desse autor, como um sacerdócio e não como um meio de vida, uma profissão.

Só aquelle que tiver vocação, e bastante coragem para supportar esse sacrificio, esse ostracismo, e que tiver muito amor á infância, á causa do futuro da patria, se deve propôr ao professorado. Seria admirável e até espantoso ver que a classe esquecida, a classe dos pariás, era buscada como meio de vida (POMBO, 1877. p. 226).

No entendimento do Pombo (1877, p. 226) o professor deveria ter em mente só o bem do povo. Não deveria ser não animado por um plano profissional, remunerado. “É preciso que, ao menos no professorado, haja esse patriotismo acrysolado, que é tão raro e insólito em nosso paiz.” Para melhorar a instrução pública no Brasil, seria necessário amor sincero sobre a nobre causa da infância. Segundo o autor, o melhor método era o que resultava da vocação e vontade do professor. Por fim, quem se propusesse ao magistério deveria possuir certas qualidades que não se adquiriam pelo estudo normal. Eram elas: vocação, tendência ou propensão natural para ensinar.

Vale destacar que em fins do Império, Rocha Pombo ainda se encontrava residindo na Província do Paraná. Assim, nesses tempos, essa província caracterizava-se por certos atrasos em termos de ensino em relação às demais províncias como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

O segundo artigo “As filhas brasileiras”, foi escrito por Rocha Pombo, em fevereiro de 1878, em Morretes, naquela época, ainda Província do Paraná. Nele o autor dedicou-se à questão da educação feminina no contexto do final do século XIX no Brasil. O autor faz uma convocação diretamente às mulheres, a quem ele chama de “as filhas brasileiras”. Concebe que o futuro do Brasil dependia da conquista de maiores espaços na sociedade pelas próprias mulheres. De acordo com Almeida (2006) é importante destacar que, mesmo na Europa, somente nas primeiras décadas do século XX é que se iniciaram os primeiros movimentos pela liberação feminina. Ou seja, Rocha Pombo teve a preocupação de refletir sobre a educação da mulher num momento histórico ainda anterior.

Para Almeida (2006, p. 70) a educação, que teoricamente se pretendia igual para os dois sexos, na prática diferenciava-se nos seus objetivos, pois, de acordo com o ideário social, o trabalho intelectual não devia fatigar o sexo feminino, nem se constituir num risco a uma constituição frágil e nervosa.

O fim último da educação era preparar a mulher para o serviço doméstico e o cuidado com o marido e os filhos. A mulher educada dentro dessas aspirações masculinas seria uma companheira mais agradável para o homem, que transitava regularmente no espaço urbano, diferentemente da prática do período colonial, com seu recolhimento e distanciamento do espaço da sociabilidade. A mulher-mãe deveria ser pura e assexuada, e nela repousariam os mais caros valores morais e patrióticos.

Rocha Pombo iniciou o artigo afirmando estar convicto de que a regeneração da sociedade brasileira dependia do desenvolvimento intelectual dos indivíduos. Segundo ele, em diversos campos da sociedade, a mulher foi sendo deixada de lado pelo brilho masculino, ainda que muitos deles não tivessem propriedades superiores para a ilustração em relação às mulheres. Pergunta o jovem professor: “Accaso todo o talento feminino, todo o gênio, se resumirão em Semiramis, em Stael, em George Sand?”<sup>62</sup> Responde ele: “- Não. A mulher ainda tem gênio, tem talento como o homem. Sabeis o que falcta? – É educação.”

Continuando, diz ele:

Tenha a mulher educação, e será *estadista*, será *publicista*, será tudo. Tenha a mulher educação, e teremos a família perfeita e feliz, a sociedade alta, íntima, inabalável. Tenha a mulher educação, e será duplicada a força das nações, será garantida a salvação da humanidade até ao seu postremo porvir. Tenha a mulher educação, e será mais um indivíduo restituído á sociedade das letras, das idéas, será mais um paladino na lueta grandiosa do pensamento. Tenha a mulher educação, e contemplaremos a maravilhosa confraternização da humanidade. Tenha a educação, e poderá contribuir com as

---

<sup>62</sup> Semiramis foi uma rainha mitológica que de acordo com as lendas gregas e persas foi fundadora da Babilônia e de seus jardins suspensos. Anne-Louise Germaine Necker, baronesa de Staël-Holstein (1766-1817) foi romancista e ensaísta francesa; incorporou o espírito do Iluminismo francês. George Sand é o pseudônimo de Amandine Aurore Lucile Dupin, baronesa de Dudevant (1804-1876), romancista e memorialista francesa, considerada a maior escritora da França e uma das precursoras do feminismo.

flores de seu gênio e de seu talento para a sublimação do homem (POMBO, 1878, p. 122).

Para Rocha Pombo, as mulheres tinham uma função muito bem definida em relação à pátria brasileira:

Lembrae-vos dos destinados de vossa pátria, do povo de que hoje sois filhas e de que amanhã sereis mães... Ajudae-o na missão ingente de engrandecer o Brasil...  
 É tempo de desforçar-vos do ostracismo doloroso a que tendes sido condenadas por tão prolongadas durações... Deixe esse retraimento mal entendido, que constringe as vossas aspirações com tanto prejuízo para a humanidade.  
 É tempo de aparecer a mulher na imprensa, na tribuna...  
 É tempo de, com sua palavra angélica, irresistível, falar às gerações que vierem... É tempo de ampliar a educação da mulher, de descortinar os mais largos horizontes á sociedade (POMBO, 1878, p. 122).

As mulheres, para o autor, “tinham nas mãos o futuro do nosso adorado Brazil. De que modo o haveis de saudar? Como sacerdotisas de certo de nossa regeneração social [...]” (POMBO, 1878, p. 123).

Embora o autor fosse um defensor do ideário republicano, antes mesmo da proclamação da República no Brasil (15 de novembro de 1889), como vimos a partir do jornal *O Povo* que finalizou o seu artigo afirmando: “Educar a mulher é salvar o Imperio. Educae-vos, pois [...] Em vós deposita o Brazil firme confiança [...] Não canseis [...] Não recueis da grandiosa missão [...]”. (POMBO, 1878, p. 123).

O interesse de Rocha Pombo por questões femininas situa-se num conjunto multifacetado por outros temas, além da educação, tais como: a imigração, a literatura, a industrialização, o comércio, a filologia, a indústria, a cultura, a abolição dentre outras questões consideradas significativas no seu tempo.

No campo cultural foi um dos idealizadores da ideia de cultura autenticamente paranaense, a qual resultaria, anos mais tarde, no Movimento Paranista<sup>63</sup>, cujo propósito era destacar a contribuição original do estado do

---

<sup>63</sup> No Paraná, com a necessidade de criar uma história regional, por iniciativa de Romário Martins foi criado, em 1900, o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, cuja principal

Paraná no âmbito cultural nacional, além de ter forte aproximação com o Simbolismo<sup>64</sup>. Nesse período, contribuiria, ainda, com o periódico *Aurora*, de Paranaguá. Suas obras mais conhecidas: *História do Brasil* (1905-1917) em dez volumes; *No Hospício* (1905) e *Nossa Pátria* (1917).

Nesse sentido Oliveira (2011, p. 282), o caracteriza como um produtor cultural, entusiasta da educação e da cultura, defensor de valores e do esclarecimento como potencializador dos “espíritos livres”, não estranha que o autor acreditasse que o estudo do passado serviria para a melhora e transformação do presente e para a construção do futuro.

Na percepção de Oliveira (2011, p. 275), como político, Rocha Pombo não teve sucesso devido aos seus projetos reformistas não terem agradado ao Partido Conservador, ao qual era ligado sendo eleito deputado para a Assembleia Provincial. Possuía uma retórica “modernizadora”, fundada na industrialização, na educação (esclarecimento geral), no republicanismo, na defesa da democracia e da redefinição da grande propriedade. Esses princípios se opunham à organização política e econômica então vigente na Província do Paraná, uma vez que condenava o latifúndio, a falta de iniciativas em prol da industrialização, as relações de poder baseadas no clientelismo e a falta de oportunidades educacionais.

Os resultados dessa investigação sugerem o entendimento de que Rocha Pombo, ao considerar a importância da educação popular, defendeu também que, no Brasil, a mesma poderia ser efetivada e efetiva, desde que, estivesse aliada às políticas governamentais de povoamento do território brasileiro, pois, “a falta de povo suscita o atraso da instrução”. Em outras palavras, Rocha Pombo via com bons olhos as políticas de imigração do governo imperial brasileiro como estratégia de ocupação de determinadas regiões com baixo índice populacional, a exemplo da região sul do país, uma

---

preocupação, em um período de grande imigração, era a de aglutinar a diversidade étnica presente no Estado na construção de uma identidade regional para os paranaenses.

<sup>64</sup> Rocha Pombo, em 1892, foi o primeiro idealizador da criação de uma universidade no Estado do Paraná. Campos (2008), considera que antes dele nenhum intelectual teve a iniciativa de propor um projeto nesse sentido, como ele o fez. Sobre essa questão ver: CAMPOS, N. de. José Francisco da Rocha Pombo: trajetória intelectual e a ideia de universidade (1879-1892). Revista FAEEBA, v. 17, p. 215-231, 2008b. Ver também BEGA, M. T. *Letras e Política no Paraná: simbolistas e anticlericais na República Velha*. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

das regiões que foram contempladas naquele contexto histórico pelas medidas governamentais. Além disso, o autor defendeu que o atraso da instrução pública no Brasil não poderia ser atribuído aos professores e sim a “indiferença dos maiores da nação” e também ao descaso da família para aquilo que ele chamava de “educação doméstica”. A essa época a Província do Paraná contava com baixíssima densidade demográfica o que levava as autoridades políticas a defenderem as teses imigrantistas.

O Estado monárquico, para ele, deveria garantir o acesso da mulher na educação formal. Ao mesmo tempo, o autor fez, através do segundo artigo, uma convocação diretamente às mulheres - “Esforçae-vos pela vossa educação, oh filhas brasileiras!” (POMBO, 1878, p. 123), propondo que elas mesmas fossem lutar pela conquista da sua própria escolarização e do seu espaço na sociedade brasileira

Portanto, este jovem professor, fazendo emergir preceitos liberais, mesmo ainda no Império, defendia a educação como direito de todos, na emergência da construção de uma cidadania nacional, necessária ao progresso do Brasil no cenário modernizador, em fins do século XIX. Em 1882, Rocha Pombo publicou *A Supremacia do Ideal* (Estudos de educação), pela Typografia Echo dos Campos, de sua propriedade, em Castro/PR.

Em 1887, ano em que voltou a residir em Curitiba continuou a atuar no magistério. Ele foi professor de Português no Colégio Parthénon Paranaense, conforme nota do jornal *A Vida Litteraria* (1887, p. 4):

Acha-se actualmente nesta cidade, onde pretende fixar sua residência, este talentoso moço. Rocha Pombo é um dos filhos desta terra muito tem feito por ella, dedicando-se ás letras com o entusiasmo de um coração moldado ás santas revoluções deste século. Um aperto de mão ao jovem litterato.

Foi também professor de História Universal na Escola Realista, em 1890. Nesse mesmo ano elaborou novamente mais um projeto sobre instrução pública: a lei orgânica do ensino primário. Em 1892 obteve a aprovação da lei que permitiu a criação de uma universidade no Paraná, projeto apresentado

pioneiramente também por ele. Em 1893 foi lançada a pedra fundamental para a construção da Universidade do Paraná.<sup>65</sup>

No dia 3 de abril foi lançada a primeira pedra para a construção d'uma Universidade – que é um considerável melhoramento para esta terra, empreendido e conseguido principalmente pelo distinto jornalista paranaense, Rocha Pombo, redactor principal do *Diário do Commercio* – jornal sensato e neutral que se publica n'esta cidade (COELHO, 1893. p. 1).

Conforme o jornal A República (18 mai 1894, p. 2.), em 1894 atuou como professor do curso de Instrução Secundária no Colégio S. Helena, onde Lindolpho Pires da Rocha Pombo, irmão de Rocha Pombo, foi diretor.<sup>66</sup>

A cidade de Curitiba paulatinamente se modernizava com a construção contínua de novas casas. Ruas se alargavam e novos bairros surgiam somando-se aos já existentes como o Batel, Juvevê, Água Verde, Portão, Cabral, Ahú, Cajuru, Fontana (Glória), Assungui (Mateus Leme), colônia Argelina (Bacacheri), Campo da Galícia e Taboão. Havia, ainda os que então eram chamados de “colônias” por concentrarem os colonos imigrantes de diversas origens étnicas, principalmente poloneses (Abranches), italianos (Santa Felicidade), alemães, franceses e ingleses distribuídos por outras colônias que formavam assim um anel periférico na capital.

É na descrição entusiasta do próprio Rocha Pombo (1980) que podemos ter uma ideia da cidade de Curitiba, em fins do século XIX: já era “suntuosa, com suas grandes avenidas e *boulevard*, suas amplas ruas alegres, suas praças, seus jardins, seus edifícios magníficos”, e seu tráfego diário com bondes e veículos diversos. No *Diário Popular* (7 de nov. 1887, p. 2) dirigido por Rocha Pombo podemos observar na matéria “Grande melhoramento” um exemplo disso:

Deve inaugurar-se amanhã, ás 11 horas, a linha de bonds de que é proprietaria a empresa Curitybana.

<sup>65</sup> Sobre o projeto de formação da primeira Universidade do Paraná ver CAMPOS, N. de. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950)*. Curitiba: Ed. UFPR, 2008.

<sup>66</sup> O Colégio Santa Helena, dirigido por Lindolpho Pires da Rocha Pombo, funcionava como internato e externato para meninos e meninas. O colégio, conforme destacavam os anúncios publicitários da época, adotava o método intuitivo e sintético analítico.

O digno gerente da empresa, o Sr. B. Clapp, deve estar satisfeitíssimo ao ver coroados enfim os seus esforços e graças a eles, dotada a capital de um melhoramento importantíssimo.

Há de ser uma festa ruidosa que tomara parte Curityba em peso, dando expansão às alegrias e entusiasmos que o progresso desperta sempre em todos os corações.

Do ponto de vista econômico, o Paraná de uma forma geral, no início do regime republicano, segundo Wachowicz (2001, p. 209), não despontava como um estado produtor de café.

A base da economia paranaense continuava sendo a produção da erva-mate, apesar das crises sucessivas que enfrentava no seu instável mercado. Em 1902, o mate representava ainda 31% do orçamento do Estado. A indústria de manufaturas dava seus primeiros passos. As maiores fábricas do estado eram a de fósforos, de excelente qualidade, de sabão e velas, massas alimentícias e cerâmica, nos arredores da capital.

Os avanços promovidos pelo desenvolvimento econômico na província paranaense, por volta da metade do século XIX, repercutiram ainda nos meios sociais. Dessa forma, passa-se a observar a criação de diversas entidades, clubes, associações, dentre outros movimentos. Nesse sentido, cabe destacar, conforme nota do jornal *A República* (2 de abr./1888. p. 3) que Rocha Pombo foi membro da Confederação Abolicionista Paranaense (CAP) na qual exerceu a função de orador em 1888. Esta confederação destinava-se à causa da libertação dos escravos da província do Paraná. Dentre outras atividades a CAP promovia encontros em defesa da abolição, discursos fervorosos na voz deste jovem, dentre outros partidários da causa abolicionista, foram proferidos naquele contexto. A matéria "*Meeting* abolicionista" publicada no jornal *A República* nos dá uma ideia mais detalhada do acontecimento:

A confederação abolicionista realizou hontem um meeting no passeio publico ás 5 horas da tarde.

Havia grande concurrencia de povo, notando-se numero avultado de senhoras.

Orou ás massas em primeiro distincto e altivo moço sr. Rocha Pombo, orador oficial da Confederação.

O seu discurso foi brilhantíssimo e merecidamente applaudido por todos os que o ouviram.

Possuido do mais alto entusiasmo disse o orador que a abolição era a iniciação de outras formas necessárias ao paiz, as quaes hão de vir porque o povo levanta-se começando a compreender os seus direitos.

Qualificou os dous partidos de pequenos, sem ideal politico, reduzindo-se a meros ajuntamentos de indivíduos sem uma aspiração comum, a não ser a de usufruir os proventos do poder.

O orador endeusou o ministério actual, no que sentimos não acompanhá-lo pois que qualquer ministério que viesse actualmente, faria a abolição.

Ao terminar a sua brilhante e entusiastica oração foi o orador saudado com um salva de palmas.

Seguiram-se com a palavra os srs. Leoncio Corrêa, Gabriel Pereira, Nestor Victor. Corrêa e por fim o sr. Albino Silva, distinto professor de Campo Largo, não regateando o auditório aplausos aos distintos tribunos do povo.

Não podemos terminar essa ligeira noticia sem exprimir um sincero voto de louvor ao tão modesto quão sympathico e distinto Major Fredorico Solon, por ter tão inteligentemente compreendido o terreno em que se deve colocar a propaganda abolicionista, desviando-a das inspirações do officialismo, para collocá-la no coração do povo, desse povo que não corrompe, d'esse povo sequioso de justiça e liberdade (*MEETING ABOLICIONISTA*, 1888, p. 3).

Na capital federal Pombo lecionou na Escola Normal entre os anos de 1898 a 1933. Por proposta do Superintendente da Instrução Pública Ubaldino do Amaral, Rocha Pombo foi nomeado professor do curso noturno da escola Senador Correia, diretor de um Grupo Escolar em Niterói. Em 1900 publicou *O Grande Problema*. Em 1904, juntamente com Martins Fontes, médico e poeta anarquista e Fábio Luz, também médico e escritor, fundou a Universidade Popular de Ensino Livre<sup>67</sup> de tendência anarquista<sup>68</sup>. Nesse mesmo ano falou nesta instituição do “palpitante assumpto” a Guerra Russo Japonesa.

---

<sup>67</sup> Sobre o envolvimento de Rocha Pombo com a fundação de universidades no país a exemplo da Universidade Popular de Ensino Livro, ver SILVA, A. L. da; AMORIN, S. R. M. de. Professores em trânsito: parcerias e redes de sociabilidade nas trajetórias de Nestor Lima e Rocha Pombo (1913-1923). In: Cerecedo, A. C.; *et all. Anais do XI Congresso Iberoamericano de historia de la educación latinoamericana*. El Colegio Mexiquense. Toluca, 2014. Chama atenção a presença de Rocha Pombo no movimento anarquista uma vez que esse, conforme Carvalho (1989) atacava de forma explícita a ideia de pátria, considerada por eles instrumento de dominação dos patrões, instrumento do controle de mercados e da divisão da classe operária. Já na visão de Hardman (1987), Rocha Pombo, como historiador didático, enveredou pelos rumos mais tradicionalistas, factuais e personalistas de nossa historiografia, a julgar pelos vários manuais por ele postos à luz

<sup>68</sup> De acordo com Nagle (2009) a principal fase de difusão do anarquismo ocorreu durante os dois primeiros decênios do século XX. Manifestou-se sob a forma de organizações beneficência, de socorros mútuos e de resistência, de lutas reivindicatórias e de comícios e,

Em 1906 Rocha Pombo participou de um concurso para a cadeira de História do Colégio Pedro II no qual não foi classificado. Felisberto Freire e José Veríssimo foram os primeiros colocados. O próprio Capistrano de Abreu, presidente da banca do concurso, reconhece que ali teve início a animosidade pelo paranaense. Ou seja, Rocha Pombo, além de não ter sido classificado naquele concurso passou a contar com uma certa inimizade e indiferença nos meios intelectuais do qual Capistrano de Abreu fazia parte.

Em 1907 no campo da educação, publicou o artigo *A Escola Modelo Anglo-Saxonica*, na revista *A Escola*, do Paraná, na qual foi um dos colaboradores durante os poucos anos de circulação da revista<sup>69</sup>.

Rocha Pombo foi professor de História geral e do Brasil, no Ginásio Pio Americano, considerado na época, de acordo com um anúncio publicitário, como “uma das casas de instrução mais brilhante e conceituada no Brasil” (A RUA, 24 mar. 1916. p. 5).

Em 1930 foi professor de História no Colégio Batista.<sup>70</sup> Tomou posse na cadeira de História na Escola Superior de Comércio onde, em 1931, recebeu o título de doutor *honoris causa*. Em 1932 foi também nomeado professor assistente, interino na cadeira de História da Escola Secundária do Instituto de Educação e, em 1933 aposentou-se como professor do Instituto de Educação do Distrito Federal, ano em que foi instituído o Dia do Professor, no Distrito Federal. Em julho daquele mesmo ano Rocha Pombo faleceu. Foram mais de cinquenta anos dedicados à atividade do magistério, grande parte de sua trajetória profissional foi múltipla, contudo o magistério sempre esteve

---

ainda, na organização de movimentos grevistas. Sobre esse tema ver também RAGO, M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Estudos brasileiros, v. 90)

<sup>69</sup> De iniciativa do Grêmio dos Professores do Estado do Paraná, a revista “A Escola” foi dirigida inicialmente pelo professor Sebastião Paraná e em seguida pelo professor Dario Vellozo. Os editores da revista contaram com a colaboração de expressivos escritores paranaenses: Sebastião Paraná, Dario Vellozo, Dr. Emiliano Pernetta, Azevedo Macedo, Euclides Bandeira, Nestor de Castro, Leôncio Correia, Rocha Pombo, Nestor Victor, Antonio Braga, Generoso Borges, Domingos Nascimento, Cônego Braga, Serafim França, Ricardo de Lemos, Dr. Ermelino de Leão, Alluizio França, Jullio Pernetta, Dr. Claudino dos Santos, Carvalho de Mendonça, Chichorro Junior, Romário Martins, Lucio Pereira, Lysimaco Ferreira da Costa dentre outros. (Grifo nosso). Sobre a Revista, a Escola do Paraná, ver SCHENA, D. R. *O lugar da escola primária como portadora de um projeto de nação: o caso do Paraná (1890-1922)*. Curitiba, 2002. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

<sup>70</sup> [http://batista.br/portal/?page\\_id=3476](http://batista.br/portal/?page_id=3476). Acesso em: 23/09/15

presente em sua vida, desde o ambiente familiar no *Anhaya* até o Rio de Janeiro. O professor Rocha Pombo não chegou a receber, em vida, os cumprimentos dos seus pares, alunos e alunas, pelo Dia do Professor naquele 15 de outubro do ano de 1933<sup>71</sup>.

### 3.3.2 O jornalista

Em 1879, procurando possivelmente obter melhores condições de vida material e maiores oportunidades de trabalho, Rocha Pombo passou a residir em Curitiba. Em 1881 na capital, da ainda província do Paraná, fundou a Tipografia Verdade. Nesse mesmo ano publicou na *Revista Paranaense* (15 jan. 1881) o artigo “A questão negra”, antecipando-se em dois anos a reconhecida obra *O Abolicionismo* de Joaquim Nabuco, publicada em 1883<sup>72</sup>. Nesse mesmo ano publicou o romance *A Honra do Barão*, sendo reproduzido também no jornal *La Patria* de Montevideu sob a forma de folhetim. A direção do jornal *O Paranaense* (12 de out./1891) informou seus leitores que foi oferecido pelo sr. Rocha Pombo um exemplar do seu romance – *A Honra do Barão*. O jornal, naquela ocasião, saudou efusivamente o jovem morretense por sua estreia literária. Teve, ainda, publicações na *Revista Paranaense*; na *Gazeta Paranaense*, na *Vida Literária*, na *A Aurora*, no *O Itiberê*, no *O Paraná*, e, ainda, no *Álbum do Paraná*.

Em 1882 casou-se com Carmelitta Madureira Azambuja, de família tradicional de fazendeiros da cidade de Castro, localizada na região dos Campos Gerais, no Paraná, onde passou a residir. Os filhos do casal eram:

---

<sup>71</sup> De acordo com Vicentini (2007, p. 245), em 1933, a Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal (APC-DF) teve a iniciativa de festejar, no país, o Dia do Primeiro Mestre em 15 de outubro, que deu origem ao Dia do Professor, uma estratégia que se consolidou como forma de dar alguma visibilidade à categoria. A data escolhida para o referido dia correspondia à “primeira lei sobre o ensino primário”, que, em 1827, criou as escolas de primeiras letras, e também, determinou um vigário para as paróquias existentes no país, selando a aliança Igreja e Estado. Com o intuito de congregar em nível nacional o magistério católico, a APC-DF lançou um apelo para que tal celebração ocorresse em todo o território nacional e a população expressasse sua gratidão ao primeiro professor, visitando-o, enviando-lhe flores ou um cartão de felicitações e, no caso de ele estar morto, depositando flores em seu túmulo ou dedicando-lhe uma prece. O Decreto 52.682, de 14 e outubro de 1963, assinado pelo Presidente da República João Goulart, declara feriado escolar o dia do professor.

<sup>72</sup> Sobre esse tema ver FERRARINI, S. *A Escravidão Negra na Província do Paraná*. Curitiba: Litero-Técnica, 1971.

Maria Julia, Marietta, José Francisco da Rocha Pombo Filho, Julia, Regina, Victor e Carmelita.<sup>73</sup> A fim de sustentar a sua família, implantou em Castro uma escola de nível primário e secundário. Conforme Franciosi (2009), a cidade de Castro<sup>74</sup>, a exemplo de Paranaguá, disputou com Curitiba a condição de capital da Província do Paraná. Por volta da Emancipação Política do Paraná, Castro contava com uma população de 5899 habitantes. Tanto do ponto de vista econômico quanto populacional a cidade de Castro era até mais expressiva do que Curitiba que contava com uma população estimada em 5819 habitantes.

Ainda em Castro dirigiu, não mais de um ano, o jornal *Echos dos Campos*,

um semanário mal paginado e mal impresso, tido, porém, como o primeiro exemplar da imprensa de Castro, editando cada vez 25 exemplares, de distribuição gratuita, passado à noite por baixo da porta das residências mais ilustres da cidade (PINTO, 2010, p. 117).

Em 1884, transferiu-se para a cidade de Ponta Grossa, no segundo planalto da província paranaense, permanecendo ali somente por dois anos. Segundo Sabóia e Fernandes (1970), em Ponta Grossa, Rocha Pombo escreveu e publicou ensaios literários e novelas.

Em 1886 voltou a residir em Curitiba onde empreendeu em diferentes frentes além do magistério. Nessa cidade foi professor, jornalista, político e participou também da vida literária paranaense. O jornal *A Vida Litteraria* apresentou uma nota denominada “Rocha Pombo” na qual destaca esse fato:

Acha-se actualmente nesta cidade, onde pretende fixar sua residência, este talentoso moço. Rocha Pombo é um dos filhos desta terra muito tem feito por ella, dedicando-se ás letras com o entusiasmo de um coração moldado ás santas revoluções deste século. Um aperto de mão ao jovem litterato (ROCHA POMBO, 1887. p. 4).

---

<sup>73</sup> A pesquisa concluiu que as filhas de Rocha Pombo, Julia e Marietta, faleceram quando ainda eram crianças. As crianças foram homenageadas em obras de autoria de Rocha Pombo. José Francisco da Rocha Pombo Filho faleceu jovem.

<sup>74</sup> Em 1882, Rocha Pombo escreveu “Memória de Castro” dedicando esse relato ao Sr. Antonio José de Madureira. O texto, escrito a mão pelo autor, contendo 26 páginas, está organizado em dez tópicos: 1 – Situação e topografia; 2 – Viação Pública; 3 – Serras, campos, rios etc; 4 - Fructas e produção agrícola. Indústrias; 5 – Madeiras; 6 – Minerais; 7 – Clima e salubridade; 8 – Instrução; 9 – Divisão judiciária; 10 – Parte histórica. Para acessar o referido documento ver: <<http://www.memoria.pr.gov.br/biblioteca/index.php>> Acesso em: 28/12/2016.

No jornalismo, na cidade de Curitiba, Rocha Pombo teve publicações na *Gazeta Paranaense* (1886); escreveu para o jornal *Diário da Tarde* (1886); foi diretor e depois proprietário do jornal *Diário do Comércio* (1892). Teve publicações, ainda, na *Galeria Ilustrada* e no jornal *A República*. Dirigiu, em 1888, o jornal *Diário Popular*; publicou no *Almanaque Paranaense*, no *Almanaque do Paraná*, no *O Sapo* e ainda no jornal *A Vida Literária*. Em 1893 assumiu também a função de primeiro secretário da *Companhia Typographica*.<sup>75</sup>

Em nota intitulada “Diario Popular” o jornal *Der Pionier* fez as seguintes considerações sobre Rocha Pombo e do jornal do qual ele foi proprietário e redator:

Está se publicando nesta cidade uma folha diária com o título acima.

É redactor e proprietário o nosso distincto aamigo o Sr. Rocha Pombo, moço infatigável, incansável mesmo no jornalismo, talento que faz honra a província do Paraná.

O programma do Diario Popular, é simples, porém, exprime com vastidão de ideas, em poucas palavras, as suas tendências e os seus designios. Não se diz o que faz e o que fará: os seus actos, seus esforços, sua atividade, o dirão. Quer ser um jornal moderno, e o será e nós o diremos.

O Sr. Rocha Pombo representa a atividade máscula dos tempos hodiernos.

Moço, com tanta coragem para os altos empreendimentos, já tem sabido lutar, e nessa lucta da imprensa, em que tem entrado com tanta galhardia, pode-se dizer que pouco hão tirado louros tão virentes.

Elle representa a mocidade paranaense, essa mocidade ardente que rebrilha ao sol dos vastos horizontes desta pátria, essa mocidade que nos alenta e que nos afirma a grandeza do porvir.

Com o pouco espaço que temos não nos é possível dar uma notícia mais detalhada a respeito do aparecimento do “Diario Popular”, folha de grande formato, lucidamente redigida e que tanto vem satisfazer as necessidades da sociedade.

Felicitemos ao nosso honrado amigo Sr. Rocha Pombo, e desejamos prósperos e longos annos ao – Diario Popular – (DER PIONIER, 1887. p. 5).

<sup>75</sup> Sobre esse tema ver CORRÊA, A. S. *Imprensa e Política no Paraná: Prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX*, 2006, e também CARNEIRO, N. *As artes gráficas em Curitiba*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1975.

No contexto da Revolução Federalista<sup>76</sup> os jornais eram, no Paraná, deliberadamente a favor ou contra o governo em questão e, cada um a sua forma, era de posição extremada. Para o jornal *Diário do Paraná* em matéria sobre a história da imprensa no estado, não havia ambiente para moderação naquela época. Por esse motivo, as iniciativas de Rocha Pombo, dentre outros proprietários, fracassaram quando pretenderam fundar jornais neutros ou de caráter popular. Segundo o *Diário do Paraná* (29 de mar. 1970, p. 6). *A neutralidade era difícil, se não impossível.*

Sobre a imprensa<sup>77</sup> no Paraná Rocha Pombo faz o seguinte relato:

No mesmo dia em que se instalava a antiga província – 19 de dezembro de 1853 – aparecia o 1º número do Dezenove de Dezembro, como órgão oficial. (...) Durante muitos anos, o Dezenove de Dezembro publicou-se hebdomadariamente e em formato pequeno. (...) Cessou a publicação em 1889, ao cabo, portanto, de 36 anos de existência. Além da matéria oficial, o *Dezenove* publicava artigos variados sobre história, sobre interesses econômicos e sobre literatura; e foi por muito tempo o único jornal do Partido Conservador a *Gazeta Paranense*, redigida sob a responsabilidade do próprio Dr. EUFRÁSIO CORREIA, chefe do mesmo partido. Por seu lado, os liberais nem sempre andavam satisfeitos com o *Dezenove de Dezembro*, com o qual não podiam contar, exatamente nos dias mais difíceis; e procuravam manter um jornal seu, a *Província do Paraná*, fundada pelo digno cidadão JOSÉ FERREIRA PINHEIRO. Esta folha teve existência penosa, mas a perseverança do seu proprietário pôde mantê-la durante muitos anos (POMBO, 1980, p. 100).

Segundo Bega (2003) o ano de 1886 marcou o apogeu do jornalista Rocha Pombo, firmando-se no cenário paranaense como um dos maiores intelectuais, atuando ainda no ensino e na política provincial. Tais atividades consolidadas permitiram-lhe a ascensão social necessária para que atingisse a vida política, como veremos a seguir.

---

<sup>76</sup> Sobre o contexto histórico da Revolução Federalista ver ECHEVERRIA, M. S. *Rocha Pombo, Relato e Testemunho da Revolução Federalista no Paraná em 1894*. Curitiba: UFPR, 2009., Ver também a clássica obra de POMBO, J. F. da R. *Para a história: notas sobre a invasão federalista no estado do Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1980.

<sup>77</sup> Sobre esse tema ver MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

Sua experiência prematura no jornalismo ainda em terras paranaenses o levou a exercer, mais tarde, no Rio de Janeiro, a função de secretário de redação do *Jornal do Povo* (1901), dirigido pelo amigo pessoal Leôncio Correia.<sup>78</sup> Foi também colaborador no jornal *Correio da Manhã* (1903). Em 1916 teve artigos publicados na *Revista Americana* (A RUA, 17 de out./16, p. 2). Em 1917, publicou artigo na *Revista Brazílea*. Segundo Martins (2010b, p. 92) esta revista tinha como objetivos: manter a religião católica apostólica romana; nacionalizar, quanto possível, o Brasil, estudando as nossas forças econômicas, a nossa capacidade étnica, desenvolvendo as nossas energias pela educação militar – nacionalizando o comércio a retalho; nacionalização absoluta da imprensa; sustentar a todo o transe a ordem constitucional republicana; fazer a propaganda do Brasil dentro do Brasil; estreitar a federação política e espiritual, divulgando a obra eminentemente pura e piedosamente humanista do maior pensador brasileiro, o insigne filósofo Raimundo de Farias Brito. Em 1922, Rocha Pombo teve artigo publicado no *Almanaque do Vigogenio*.<sup>79</sup>

### 3.3.3 O político

Rocha Pombo teve duas inserções na vida política paranaense e nacional, em momentos distintos. Na primeira delas, ainda durante o Império, o jornal *Dezenove Dezembro* (26 fev. 1886, p. 1), órgão do Partido Liberal, informou que a assembleia provincial ficaria constituída por doze deputados liberais e dez conservadores, dentre esses Rocha Pombo. No jornal *Sete de Março* (16 mar. 1889. n. 48), órgão oficial do Partido Conservador, criado,

<sup>78</sup> No Rio de Janeiro, Rocha Pombo ligou-se ao grupo do qual era parte o seu conterrâneo Nestor Vítor. Integravam esse grupo: Gustavo Santiago, Oliveira Gomes, Artur de Miranda, Maurício Jubim e Tibúrcio de Freitas.

<sup>79</sup> Napolitano (2016) afirma que, via de regra, os jornais diários eram ligados a famílias tradicionais e veiculavam ideias liberais com o objetivo de intervir na vida política brasileira. Eram periódicos que expressavam opiniões, além de veicular notícias de aspectos do cotidiano. Segundo ainda esse autor, as revistas literárias e de “intervenção intelectual” também foram fenômeno marcante da Primeira República. O *Almanaque Brasileiro Garnier* (1903-1914) e a *Revista do Brasil* (1916-1925, refundada em 1926-1927) foram importantes periódicos na formação de um público leitor e no debate de ideias sobre o Brasil. Olavo Bilac, Sérgio Buarque de Holanda, Monteiro Lobato, Mário de Andrade foram alguns dos colaboradores dessas revistas. Rocha Pombo teve textos de sua autoria publicados em almanaques do Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo.

portanto, para apoiar a política do ministério, podemos observar uma matéria na qual são indicadas algumas ideias que caracterizam o gabinete do partido do qual Rocha Pombo fez parte, a saber:

A nossa mais ardente aspiração é a de todos os bons paranaenses, - ver a província livre, prospera e feliz.  
Queremos as liberdades locais, a difusão do ensino, o alargamento do sufrágio, a imigração, a grande naturalização e todos os melhoramentos que nos ponham à par dos povos mais energicos e adiantados.  
O benemérito gabinete de 10 de Março, que tem por lema – liberdade, instrução e progresso, merece sempre o nosso respeito e admiração.

Em 1886, com apenas vinte anos de idade, atuou como deputado na assembleia provincial. Conforme nota do jornal *Dezenove de Dezembro* (23 de dez./1886, p. 1), Rocha Pombo propôs um projeto de instrução pública, contudo “a comissão de instrução publica da assembléa provincial, apesar de ver no projecto do Sr. Rocha Pombo consignadas idéas liberaes e adiantadas, considerou-o inoportuno e de pessimos resultados práticos. O projeto objetivava, nesse caso, que o governo provincial arcasse com vencimentos aos diretores de escolas. Alguns anos depois, em 1915 já na República, mesmo residindo no Rio de Janeiro, foi mais uma vez eleito, mas nessa oportunidade para deputado federal pelo estado do Paraná, para o exercício de 1916 a 1918, representando os interesses dos grupos comerciais paranaenses na câmara federal (A RUA, 20 de jan. 1916, p.2).

Bechara (2011) acredita que, na arena política partidária, Pombo se viu impotente para inverter suas posições diante das poderosas tramas parlamentares de uma política, em geral, distanciada do interesse público.

Segundo Franciosi (2009, p. 65), o final do século XIX trouxe à Curitiba, além da República, um conjunto de iniciativas, realizações e novidades que a transformaram de pacata cidade numa capital de fato, cujo progresso era cantado em verso e prosa por seus filhos mais ilustres, que orgulhosos, aguardavam o alvorecer dos novecentos com imenso entusiasmo.

A jornalista Marianna Coelho ao descrever a capital paranaense naquela conjuntura histórica esclarece:

Para dar uma ideia aproximada do desenvolvimento progressivo d'esta capital – que é ainda muito nova, bastará provar quanto n'ella augmentam e se desenvolvem o commercio e a industria.

A maior parte do commercio é alemão, e creio poder affirmar que as principaes fortunas pertencem aos europeus.

Conta já muitas e importantes fabricas, cujo numero augmenta dia a dia, sendo – de cerveja, licores, vidro, sabão, tijolo, café, algodão, calçado, banha, carros, olaria, etc., etc., e grandes oficinas, incluindo serralheria e fundição a vapor.

A indústria actualmente aqui mais desenvolvida é a da herva-matte, de que fazem grande exportação e de que ha vários e importantes engenhos.

Terminando, resta-me dizer que esta capital é iluminada a luz electrica, que tem três theatros, linhas de *bonds* (americanos) que circulam d'um ao outro extremo da cidade, clubs, um bellissimo jardim publico todo serpeado de lagos, e que se presta a muitos outros melhoramentos que sucessivamente se vão pondo em pratica – o que faz confiar n'um prospero e ridente futuro. Marianna Coelho (COELHO, 1893, p. 1).

A propósito das indicações da articulista, Curitiba já mostrava sinais de modernização, no final do século XIX, evidenciando assim as transformações econômicas e culturais pretendidas pelas elites agrárias, nesse caso, os ervateiros, mas também grandes comerciantes e alguns poucos industriais, projeto este almejado desde a emancipação política do Paraná, em 1853.

### 3.3.4 O escritor

Na prática cultural de escritor, no campo das letras, Rocha Pombo publicou *Dadá ou a Boa Filha* (romance), em homenagem à sua filha Maria Julia e *A Religião do Belo*, em 1883.

Na poesia e na literatura, o autor publicou *Nova Crença* em 1887; *Visões* (contos e poesias), em 1888; *A Guayra* (poema em 12 contos pela Typografia da Companhia Industrial de São Paulo), em 1891; *Petrucello* (romance), em 1892; *In Excelsis*, 1895. O jornal *A Tribuna* anunciava as obras *Visões* e *Petrucello*. A nota "Litteratura paranaense" dizia o seguinte:

Acha-se á venda em todas as livrarias desta capital, dois mimosos trabalhos literários do distincto escriptor paranaense Rocha Pombo. *Petrucello* e *Visões* têm por titulo esses dois bem trabalhados livros, dos quaes desistimos da ideia de fazer reclamo, pois já são conhecidos, e o nome de Rocha Pombo é

por demais distinto para que delle necessite. Os amantes dos bons livros já sabem, pois, onde podem encontrar as *Visões e Petrucello* (LITTERATURA PARANAENSE, 1895. p. 2).

A *Tribuna* (19 de nov./1895, p. 1), apresentava ainda *Visões e Petrucello* como leituras indispensáveis e que as mesmas poderiam ser adquiridas na Livraria Econômica de Anibal Requião & Cia. O falecimento de uma de suas filhas inspirou o poemeto *Marietta*, em 1896. Em nota do jornal *A República* (6 de dez. 1889, p. 2.) denominada “Anjo” constata-se que Rocha Pombo havia perdido outra filha em dezembro de 1889. “Ergueu-se antehontem às regiões celestes a inocente filhinha do nosso estimável amigo Rocha Pombo, cujo coração deve estar despedaçado por tão doloroso golpe”. Conforme O Palládio (set. 1920) escreveu, ainda, o soneto *Deserto de almas* de 1897.<sup>80</sup>

É Rocha Pombo quem nos apresenta outro panorama de publicações em torno da literatura em Curitiba em fins do século XIX:

Só entre fins de 1898 e princípios de 1899 foram publicados em Curitiba nada menos de uns dez livros. Mas livros, sem contar panfletos de propaganda ou de polêmica, almanaques com larga seção literária etc. E isto – atenda-se – numa terra onde não há grande público leitor para obras literárias e onde não é fácil encontrar-se editores (POMBO, 1980, p. 127).

Já residindo no Rio de Janeiro o autor passa a integrar o grupo de escritores simbolistas cariocas, a convite do crítico Nestor Vitor.<sup>81</sup> Para Luchesi (2014) a produção literária do autor resume-se ao romance *No Hospício* (1905)<sup>82</sup> e contos e poemas escritos entre 1901 e 1905 que deram origem à

<sup>80</sup> Sobre a vida literária de Rocha Pombo ver QUELUZ, G. L. *Rocha Pombo: romantismo e utopias* (1880-1905). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998. Ver também Bega, M. T. S. *Letras e Política no Paraná: simbolistas e anticlericais na República Velha*. Curitiba: Editora UFPR, 2013, em especial o capítulo I A Terra do Futuro, que trata sobre Rocha Pombo.

<sup>81</sup> Conforme Victor (1914, p. 300) entre os paranaenses que residiam no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX destacam-se Ubaldino do Amaral, Rocha Pombo, Emilio de Menezes, Gastão Bouquet, Leoncio Corrêa, João Itiberê, Leonidas de Barros, Miranda Rosa Junior, Brasílio Itiberê, Moyses Marcondes, dentre outros.

<sup>82</sup> Muito embora a referida obra conste neste e em outros estudos como pertencente ao simbolismo, muitas vezes foi ignorado na história desse movimento. No entanto, conforme destacado por HALLEWELL (2012, p. 285), o nome de Rocha Pombo aparece registrado na requintada Loja Garnier, do Rio de Janeiro, ao lado de outros simbolistas, como Gustavo

obra *Contos e Pontos* (1911). Em 1918 publicou *Notas de Viagem. Norte do Brasil*, publicado pela Benjamin de Águila. Teve também seu nome destacado no campo da filologia tendo publicado em 1914, pela Editora Francisco Alves, o *Dicionário de Sinônimos da Língua Portuguesa*. A 2ª edição do Dicionário, datada de 2011, foi editada pela Academia Brasileira de Letras.

### 3.3.5 Outras práticas culturais

Em 1888, Rocha Pombo foi membro e também presidiu a Associação dos Artistas (AA) que tinha como finalidade defender os interesses da classe artística paranaense. Da mesma forma foi membro e também presidiu a Liga Patriótica dos Paranaenses (LPP) em 1889, associação destinada a angariar donativos para o pagamento da dívida interna brasileira. Em 1890 tornou-se sócio honorário do Club Curytibano (CC) onde proferiu em certa ocasião, conferência sobre ensino e trabalho. Foi membro ainda do movimento chamado Arcadia Paranaense (AP), na qual desempenhou, como de costume, a função de orador. A Arcádia Paranaense foi uma associação científico literária existente na então Província no final do século XIX. No jornal *A Idea* (1 de jan. 1889. p. 4), órgão do Clube dos Estudantes (CE), na nota denominada “Arcadia Paranaense” há um registro das qualidades do jovem orador em destaque:

Abriu a sessão o Dr. Balbino Cunha, presidente da província e da Arcadia, proferindo um discurso despido de importância. O Sr. Rocha Pombo, orador da Arcadia, pronunciou habilmente um bom discurso, que foi calorosamente aplaudido.

Em novembro de 1889, quando se deu a proclamação da República, Rocha Pombo residia na capital paranaense<sup>83</sup>. No Paraná, a queda da

---

Santiago, João Ribeiro, Maximino Maciel, Múcio Teixeira, Fábio Luz, Pedro Couto, Nestor Vítor e Xavier Pinheiro.

<sup>83</sup> Sobre o contexto da Proclamação da República no Brasil conferir as seguintes obras: CARVALHO, J. M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, e CARVALHO, J. M. *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

monarquia e, por efeito, a implantação da nova forma de governo foi motivo de comemoração por parte da população em diversas cidades do Estado.

A notícia da proclamação da República Brasileira, foi recebida nesta cidade com o mais vivo júbilo e delirante entusiasmo. O povo em massa reunido no Club Litterario Campo Languense saudava com delírio esse acontecimento grandioso que aponta para a nossa querida pátria um horizonte cheio de felicidade, dando vivas a República Brasileira, aos milhares e ao partido republicano. Durante o resto do dia o movimento pelas ruas era extraordinario com o entusiasmo de alegria que enchia todos os corações (A REPUBLICA, 21 de nov.1889, p. 2).

Em 1892 foram eleitos Francisco Xavier da Silva, presidente, e Vicente Machado da Silva Lima, vice-presidente do Estado do Paraná. Nessa gestão surgiram importantes obras como a abertura de estradas, escolas, construção de edifícios a partir de projetos arquitetônicos apropriados para o Ginásio Paranaense, Secretarias de Estado e Quartel da Polícia Militar.

Em 1894, o Paraná foi ocupado pelas tropas federalistas vindas do sul do país, sob a liderança de Gumerindo Saraiva. Esse episódio repercutiu não só na história do País como um todo, mas na vida de muitas pessoas, dentre elas, Rocha Pombo.

De acordo com o *Dicionário histórico-biográfico do Paraná* (1991. p. 376-380), em 1896, Rocha Pombo transferiu-se para Paranaguá, cidade vizinha de sua terra natal, também no litoral do estado do Paraná, onde atuou ali como funcionário de um escritório de despachos no porto. A essa época Paranaguá não almejava mais disputar com Curitiba ou Castro a sede política administrativa do Estado do Paraná, contudo mantinha ainda certa expressão econômica e cultural. Sobre a importância da cidade de Paranaguá desde o século XVIII, a matéria Uma cidade contada em famílias, do jornal *Gazeta do Povo* (2014), destaca que

Além do cosmopolitismo, a localização geográfica de Paranaguá a colocava em uma posição muito favorável para atividades portuárias e comerciais, atraindo e fixando na região muitas pessoas e famílias tradicionais, abastadas e influentes.

Rocha Pombo permaneceu durante pouco tempo em terras parnanguaras, mudou-se, no ano seguinte com sua família para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal. A pesquisa não encontrou as razões que melhor explicam a mudança de Pombo do Paraná para o Rio de Janeiro. Há autores que cogitam a ideia de que ele não teria se adaptado ao clima da capital paranaense e, por outro lado, os ares do distrito federal poderiam ser mais favoráveis à sua saúde, outros acreditam que ele deixou as terras paranaenses pela ausência de apoio político de seus conterrâneos para a implantação do projeto de instalação da Universidade do Paraná. Qualquer que tenha sido o real motivo dessa mudança, vale destacar que o Rio de Janeiro, capital da República, era o centro polarizador e divulgador do que se pretendia novo, a caixa de ressonância, “*locus* privilegiado da consagração de autores, o sonho de todo intelectual de província” (OLIVEIRA, 1990, p. 23).

Em 1901 proferiu conferência popular sobre o tema “educação feminina” na Associação Promotora da Instrução (API), tema que Rocha Pombo já havia abordado na revista Escola do Rio de Janeiro, em artigo de 1878, como vimos anteriormente.

### 3.3.6 O historiador

Conforme Carvalho (1990, p. 32) a busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, seria a tarefa que perseguiria a geração de intelectuais da Primeira República. Rocha Pombo, dentre outros historiadores, participaria dessa tarefa. Para esse autor, no Brasil do início da República, inexistia o sentimento de nação.

Havia, sem dúvida, alguns elementos que em geral fazem parte de uma identidade nacional, como a unidade da língua, da religião e mesmo a unidade política. A guerra contra o Paraguai na década de 1860 produzira, é certo, um início de sentimento nacional (CARVALHO, 1990, p. 32).

Gomes (1996) afirma que Rocha Pombo, sem berço e sem relações sócio-políticas valiosas, não viajou e não pesquisou em arquivos fora do Brasil. Nos trabalhos por ele produzidos serviu-se dos materiais levantados e

publicados por outros historiadores. Ele é considerado pelos comentaristas como exemplo de historiador que se dedicou a estudar a formação da nacionalidade. De acordo com Cardim (1958) Pombo adotou o conceito do historiador inglês Buckle sobre a História<sup>84</sup>. No Brasil, segundo Araújo (2010), Buckle teve uma recepção estrondosa a partir de 1870, o que explica a tradução integral de sua *História da civilização na Inglaterra*, em 1882, por Adolpho J. I. Melchert.

Transferindo-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1897, onde, segundo Bechara (2011), Rocha Pombo poderia obter mais recompensa da sua maturidade intelectual, continuou a sua dedicação ao magistério, ao jornalismo e à literatura, contudo foi na condição de historiador que seu nome alcançou mais notoriedade e projeção não só na capital federal bem como também nos demais estados brasileiros. Segundo Luchesi (2014) durante o período em que viveu no Rio de Janeiro, ele foi reconhecido pelos seus pares e pela imprensa como historiador, contudo fez parte de uma chamada “segunda linha” de historiadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Em agosto de 1897 Rocha Pombo, sob o pseudônimo Colombo, ganhou um prêmio com a aprovação do *Compêndio de História da América* concedido pelo Conselho Superior de Instrução Pública do Distrito Federal, no

---

<sup>84</sup> As leis fundamentais da história no conceito de Buckle são: 1ª – os progressos do gênero humano dependem do sucesso das investigações no domínio das leis dos fenômenos da natureza, e da proporção em que se divulga o conhecimento dessas leis; 2ª – para que possam começar essas investigações, é fundamental que exista o espírito de dúvida, o qual, provocando as pesquisas científicas, é por sua vez, alimentada por elas; 3ª – as descobertas assim obtidas aumentam a influência das verdades intelectuais, e diminuem relativamente, não absolutamente, as verdades morais, porquanto estas, não podendo ser tão numerosas, são mais estacionárias do que as verdades, intelectuais; 4ª – o grande inimigo desse movimento, e conseqüentemente o grande inimigo da civilização, é o espírito protetor, isto é, a convicção de que a sociedade só pode prosperar, se o Estado e a Igreja dirigirem os nossos passos mais insignificantes, o Estado pela determinação do que devemos fazer, a Igreja pelo ensino do que devemos crer. No volume de 1908 da Revista do IHGB era publicado um artigo que apontava para uma grande revisão na historiografia atual. Com o título “A história antes e após Buckle; reflexões sobre o conceito de história”, Pedro A. Carneiro Lessa elaborava um vasto panorama da historiografia mundial até chegar ao modelo determinista de história, considerado pelo autor como “o único científico”. Segundo Schwarcz (1993, p. 116), Lessa introduzia no IHGB as interpretações do famoso historiador inglês, autor de *History of the English civilization*, conhecido na época por sua defesa do predomínio dos fatores geográficos sobre a história, e de suas conclusões sobre as deficiências do Brasil e de sua população. Mesmo tendo chegado com um certo atraso ao IHGB, a obra de Buckle causou um grande impacto. O uso de um discurso determinista e científico, que combinava a segurança das leis com a objetividade de uma ciência cujos parâmetros estavam dados pela regularidade dos fenômenos da natureza, parecia constituir a fórmula ideal para lidar com complexas questões locais.

valor de 4:000\$000 (quatro mil réis) e o poder público encarregou-se pela impressão da primeira edição – mil exemplares – e distribuição para os professores do nível primário, normal e profissional. A obra, com finalidades didáticas, foi escrita de acordo com as bases do concurso daquele Conselho. Conforme Cardim (1958, p. 27) *História da América* foi o primeiro reconhecimento nacional do valor de Rocha Pombo.<sup>85</sup>

Em 1898 escreveu a obra *Para a História: notas sobre a invasão federalista no estado do Paraná* que só viria a ser publicada em 1980 pela Fundação Cultural de Curitiba. Nota do jornal *A República* (8 de nov./1899, p. 1) informo que Rocha Pombo, em 1899, escreveu *História da América* pela Editores Laemmert & C. Em 1900 escreveu *O Paraná no Centenário*<sup>86</sup> e, em 1905, iniciou a elaboração da *História do Brasil* em dez volumes, cada um com seiscentas páginas, obra considerada monumental por muitos estudiosos de Rocha Pombo, que viria a ser concluída em 1917, doze anos depois.<sup>87</sup>

Tendo publicado em 1900 uma História da América em nível didático, José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933) voltou, cinco anos depois, com a série famosa da História do Brasil, que, na forma original, teria dez volumes (há edições posteriores, em quatro, e, mesmo, em um volume, sem as notas e ilustrações). Esse foi o tratado pelo qual, durante muitos anos, numerosas gerações de brasileiros aprenderam tudo o que jamais vieram a saber sobre o passado nacional; Rocha Pombo terá concorrido mais do que qualquer outro para constituir, no espírito do público não especializado, a nossa visão da história do Brasil (MARTINS, 2010a, p. 301).

Uma das obras mais expressivas de Rocha Pombo, iniciada em 1905, foi *História do Brasil*, em 10 volumes, publicada em 1915 e 1917, tratava dos temas da conquista da terra, da criação de uma economia interna no país e do

<sup>85</sup> Sobre a obra História da América ver Oliveira, M. A. T. de. Rocha Pombo: a “invenção” de uma cultura americana no livro didático. In: leite, J. L.; Alves, C. *Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e política*. Vitória: EDUFES, 2011. p. 273 – 300. (Horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil; 10). Ver também BITTENCOURT, C. M. F. *Livro didático e saber escolar (1810-910)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (História da Educação)

<sup>86</sup> Sobre essa obra ver RODRIGUES, M C. *Rocha Pombo e “O Paraná no Centenário (1500-1900)*. Maringá: UEM, 2011.

<sup>87</sup> PILOTTO, W. Rocha Pombo. Curitiba: s.d., 1953; CARDIM, E. *Rocha Pombo: o escritor e o historiador*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1958. MACHADO, B. P. In: POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1980, dentre outros.

desenvolvimento do espírito da nacionalidade da colônia ao período republicano<sup>88</sup>. O conceito de História no qual Rocha Pombo fundamentou-se consiste na visão de que o historiador deve recolher “cada vez mais com mais precisão e o mais nitidamente possível as relações entre os factos humanos, para sabermos cada vez melhor e com mais segurança, em que sentido elles se vão desdobrando” (POMBO, 1905, p. xxi). A trajetória desse autor nos permite situar os critérios que eram exigidos pela produção historiográfica realizada nos fins do século XIX até os anos 30 do século XX. Com a chegada do século XX, uma nova forma de

entender a história começa a se destacar. Rocha Pombo, na prática cultural de historiador, viveu um período em que escrever a história nacional significava tomar parte de um debate sobre os problemas do momento e das incertezas do futuro, e se inteirar dos avanços científicos da época (SCHWARCZ, 1993, p. 116).

Em 1905 Rocha Pombo publicou *Paraná-Santa Catarina – questão de limite*. Em 1922 publicou a *História do Rio Grande do Norte*, a pedido do então governador daquele estado, em comemoração ao centenário da Independência do Brasil. Em 1927, ele escreveu o prefácio da obra *O Padre Cicero e a População do Nordeste* (Elementos de defesa, historia, folklore e propaganda), de autoria de Antonio Carlos Simoens da Silva.<sup>89</sup>

No campo da história Rocha Pombo participou e atuou de forma direta em diversas entidades no Rio de Janeiro e, indiretamente, no Paraná. Em 1900 foi admitido como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) vindo a ocupar a suplência de secretário dessa instituição em 1903. Em 1905 foi membro do Círculo Paranaense (CP), sendo Leôncio Correia, presidente e ele orador. Em 1906 exerceu a função de 1º Secretário do Círculo

---

<sup>88</sup> No prefácio da *História do Brasil*, Rocha Pombo informa que a obra se divide em dez partes. A nona parte aborda o Período Regencial. O autor apresentou o “sentimento nacional e o espírito de ordem” passando pela agitação política e social que marcou o período. Segundo Rocha Pombo a fase da Regência, mais do que a da independência, foi a fase heróica da nacionalidade. O autor procurou dar destaque aos estadistas que naquela época “ilustraram” a história do país.

<sup>89</sup> É provável que esse prefácio seja desconhecido dos pesquisadores da obra de Rocha Pombo, pois não foi constatada nenhuma referência a ele nas publicações das pesquisas recentes.

Paranaense. Conforme o jornal *A Rua* (20 de fev.1916, p.3), em 1916, Rocha Pombo foi homenageado em sessão solene no Centro de Letras do Paraná (CLP), onde foi diplomado sócio benemérito juntamente com Carlos Cavalcanti, presidente do Estado do Paraná. Em 1919 proferiu conferência da série “Palestras Brasileiras”, na A Colmeia, sociedade de campanha nacionalista. Em 1925 foi eleito presidente honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR)<sup>90</sup>.

Em agosto de 1920 Pombo proferiu a conferência denominada “As constituintes ethnograficas do povo brasileiro” no Curso Jacobina Lacombe. Em abril de 1926 foi empossado na Academia de Letras do Paraná (ALPR) vindo a ser eleito presidente de honra da Academia. Em 1922 foi empossado presidente do Instituto Varnhagen (IV), triênio 1922/25. Em 1923 se deu a inauguração dos trabalhos desse Instituto. Em 1933, dia 16 de março, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras (ABL)<sup>91</sup> na qual ocupou a cadeira nº 39. Bega (2003) esclarece como se deu o desenrolar desse processo:

a primeira tentativa de ingressar na ABL ocorreu em 1928, quando da vacância da cadeira 39, com a morte do seu primeiro ocupante Oliveira Lima, e cujo patrono é o historiador Varnhagen. Perde para Alberto de Faria. Em 1931, com a morte de Faria, concorre novamente à vaga e ocorrem várias tentativas de eleição nos anos de 1931 e 1932, sem que nenhum candidato consiga maioria absoluta. Somente em 1933 Rocha Pombo consegue se eleger, mas morre antes da posse (BEGA, 2003, p. 489).

Em 1933 Rocha Pombo recebeu homenagem no Colégio Baptista, Rio de Janeiro, por ocasião de sua eleição para a Academia Brasileira de Letras.

---

<sup>90</sup> No Paraná, com a necessidade de se criar uma história regional, por iniciativa de Romário Martins foi criado, em 1900, o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, onde a principal preocupação, em um período de grande imigração, era a de aglutinar a diversidade étnica presente no Estado na construção de uma identidade regional para os paranaenses.

<sup>91</sup> Conforme Napolitano (2016, p. 47) a Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897, acabou congregando os escritores e intelectuais mais prestigiados do começo da República. A ABL era a “torre de marfim” a partir da qual o letrado deveria olhar o mundo, e, no seu abrigo, representá-lo literariamente. Machado de Assis, José Veríssimo, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco estavam entre os seus 30 membros fundadores, aos quais se acrescentaram mais 10 nomes. Na ABL, monarquistas e republicanos, cientificistas e escritores poderiam compartilhar uma república de iguais, a “República da Letras”.

Figura 19 - Homenagem à Rocha Pombo (3º a partir da esquerda)



Fonte: <<http://triaquimalucelli.blogspot.com.br/2013/06/fotos-antigas-de-morretenses.html>> Acesso em: 23/09/2015

Entendo que a relação e participação de Rocha Pombo nessas instituições dentre outras, constituíram redes e espaços de sociabilidade as quais contribuíram para que ele alcançasse, de alguma forma, um reconhecimento social maior nas primeiras décadas do século XX, principalmente na produção historiográfica e, também, na escrita de livros didáticos de História do Brasil e história regional, destinadas ao ensino primário, ao secundário e, ainda, ao ensino superior, publicadas em grande parte pela Edições Melhoramentos.

No que se refere à formação acadêmica de Rocha Pombo, sabe-se que, em 1912, com aproximadamente 55 anos de idade, ele se graduou bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (Faculdade Teixeira de Freitas). Esse fato evidencia e pode reafirmar que Rocha Pombo apresentou acentuado autodidatismo ao longo de sua trajetória cultural. Em 1918 publicou *Notas de Viagem. Norte do Brasil* – editado pela Benjamin de Águila.

Ele esteve presente em importantes eventos do campo da História. Participou do Primeiro e do Segundo Congresso de História Nacional, realizados em 1914 e 1931, respectivamente. Em 1918, juntamente com Dario Velloso, Sebastião Paraná, Romário Martins e Nestor Victor, foi nomeado por decreto para compor uma comissão que viria a representar o estado do Paraná no Congresso Internacional de História da América, na capital federal, em 1922.<sup>92</sup>

Para Gomes (1996) Rocha Pombo foi um historiador reconhecido pelos poucos comentaristas do suplemento literário Autores e Livros do jornal *A Manhã* que indicam a pequena atenção que seus livros suscitaram na época em que foram publicados.

### **3.3.7 O autor de livro didático**

Segundo Martins (1995) Rocha Pombo é autor de obras didáticas da história regional, brasileira, americana e da história geral. “Sua contribuição nesse ramo de conhecimentos é a maior dentre autores brasileiros. Maior e mais completa” (*A MANHÃ*, 1944, p. 111). Nesse mesmo entendimento Bega (2003, p. 489) defende que Rocha Pombo foi o divulgador da história pátria em caráter pedagógico, considerando a longevidade das edições das principais obras didáticas dele.

Pedro (2016) contabilizou um total dez obras didáticas de autoria de Rocha Pombo, grande parte publicada pela Edições Melhoramentos.

O *Compêndio de História da América* (1897) foi o primeiro livro didático escrito por Rocha Pombo. A obra e a premiação o colocaram em evidência junto à editores, leitores, professores e alunos, enfim, ao mercado editorial do Distrito Federal. Conforme o jornal *A República* (4 de abr./1903, p.2), em 1903 publicou *História da América*, destinada à escola primária, que nas palavras do próprio autor, o fim principal seria inculcar o “meu livro à infância patrícia”.

---

<sup>92</sup> Sobre essa questão ver SANTOS, I. N. *A historiografia amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República*. 195 f. Dissertação. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2009.

Em 1917 publicou *Nossa Pátria: narração dos fatos da história do Brasil, através da sua evolução com muitas gravuras explicativas*.<sup>93</sup> Este livro didático foi editado inicialmente pela Weisflog irmãos.<sup>94</sup> Em 1918 publicou *História do Brasil* (curso secundário); em 1919 a *História de São Paulo (resumo didático)*; em 1924, embora alguns dos dados encontrados indiquem o ano de 1926, publicou *História do Brasil* (curso superior). Cardim (1958) atribui à Rocha Pombo a autoria de *Instrução Moral e Cívica (1927)*, contudo a referida obra não foi identificada nessa pesquisa. Em 1930, *História Universal e História do Paraná (resumo didático)*, conforme relatório expedido pela Biblioteca/Acervo editorial da Editora Melhoramentos.<sup>95</sup>

### 3.3.8 Fim de uma trajetória e o *referendum* às práticas culturais

Em 1933, no dia 26 de junho, Rocha Pombo faleceu no Rio de Janeiro três meses após a sua eleição na ABL. Seu corpo foi sepultado no cemitério de Inhaúma, em modesta cerimônia, a que estiveram não mais que cinco acadêmicos, conforme relatos da época.

A morte de Rocha Pombo ocorreu em um momento político, econômico e cultural no qual se iniciaram importantes mudanças no Brasil e no mundo. No caso brasileiro, no bojo do período intervencionista de Vargas, imediatamente após a eclosão da Revolução de 1930.

Conforme Muricy (1972) em agosto de 1950 foi inaugurado no Largo do Machado, Rio de Janeiro, um busto de Rocha Pombo, de autoria do escultor paranaense João Turim<sup>96</sup>. Em 1966 os restos mortuários de Rocha Pombo foram trasladados para a cidade de Morretes, sua terra natal, onde foram depositados junto ao busto do historiador, também de autoria de João Turim,

<sup>93</sup> Sobre essa obra didática de Rocha Pombo ver Vianna (2009)

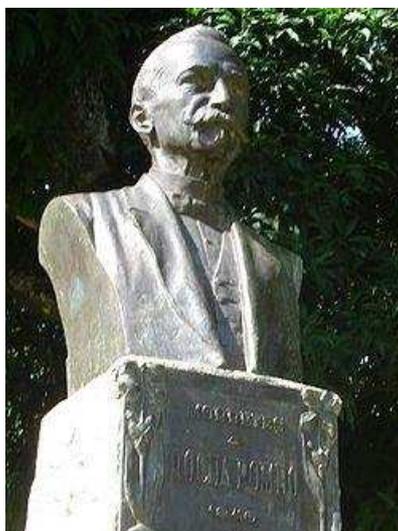
<sup>94</sup> Em 1920, a Editora Weisflog & Irmãos incorporou a Companhia Editora Melhoramentos de São Paulo.

<sup>95</sup> Sobre a série “resumo didático” produzida pela Companhia Melhoramentos ver OLIVEIRA, M. A. *Os intelectuais e a produção da série Resumo Didático pela Companhia Melhoramentos de São Paulo. 1918-1936*. Tese de doutoramento. São Paulo: FEUSP, 2006.

<sup>96</sup> Segundo Ruth Rocha Pombo, não se sabe a respeito desse busto de Rocha Pombo que teria sido retirado daquele local por causa das reformas urbanas no Rio de Janeiro em épocas posteriores.

em praça pública batizada em sua homenagem<sup>97</sup>. A seguir, ilustração do referido busto:

Figura 20 - Busto de Rocha Pombo do escultor João Turim



Fonte: <<http://triaquimalucelli.blogspot.com.br/2013/06/fotos-antigas-de-morretenses.html>> Acesso em: 23/09/2015

Machado (1980, p. x) ao apresentar Rocha Pombo no prefácio da obra *O Paraná no Centenário* lembra que ele

foi um intelectual típico dos escritores da primeira fase da República. Nascido na província, viveu seus primeiros 40 anos na sua terra natal, participando de toda a cultura popular, da cultura intelectual e do cotidiano do provinciano. Conservou sempre a marca de sua sociedade e da posição que ocupava dentro dela. (...) foi homem simples e austero - como nos relata um cronista do meio literário do Rio no virar do século. Rocha Pombo se apaga no entrelaço dos diletantismos e dos cabotinismos da república das letras. E, talvez por isso mesmo, a sua obra literária não foi peneirada pela crítica da época. Mesmo a crítica atual dos historiadores das letras e da cultura brasileira mal tocadas em seus livros. Apenas sua obra histórica sofreu o impacto das competições de oficiais do mesmo ofício.

Cem anos após o nascimento de Rocha Pombo, ele e Emílio de Menezes, expressivos escritores paranaenses, foram lembrados na

---

<sup>97</sup> A Praça Rocha Pombo está localizada ao lado da Estação Ferroviária e também em frente ao prédio atual da Prefeitura Municipal de Morretes.

composição de um sambista paranaense. No jornal *Paraná Esportivo* identifiquei a nota denominada “Comentando” que apresentou na íntegra a letra do samba-fantasia de Paulo Aguiar ‘Sinfonia Paranaense’, para conhecimento dos seus leitores:

No meu samba, eu desejo exaltar, como faz gente bamba,  
A riqueza, o encanto a beleza e a minha magia  
E o que digo, modéstia à parte, neste lindo samba  
É somente, um pequeno perfil, da minha fantasia

Onde é que a lourinha faceira, de face rosada  
Perambula, com “dengo” e com graça, pisando a calçada?  
Onde é que o pinheiro gigante, audaz se levanta?  
Onde é que a magia de Deus deu a graça que encanta?

Venham vêr que fez **Rocha Pombo**, Emílio de Menezes  
Cujos passos pisaram meu solo milhares de vezes.  
Trago em mim, uma ardente esperança que não cessará,  
Me apresento: - Senhoras! Senhores ! Eu sou PARANÁ !!! [...] (PARANÁ ESPORTIVO, 20 de jul., 1957, p. 3 – grifo meu)

Nesse samba percebe-se a relação que o compositor Paulo Aguiar estabeleceu entre o estado do Paraná e alguns dos seus nomes mais expressivos no campo da cultura, nesse caso, Emílio de Menezes e Rocha Pombo<sup>98</sup>. Em outras palavras, não seria possível, segundo o compositor, conhecer, ao menos um pouco da história do Paraná, sem passar pela produção desses autores que muito fizeram pelo estado, sempre exaltando a terra, a gente e a cultura paranaenses.

Contudo, o reconhecimento recebido possivelmente não tenha sido tão justo dadas as suas intensas contribuições e trabalhos. O autor teve, sim, indiscutível participação nos processos de promoção humana, especialmente no que se refere a produção de obras didáticas. O seu “estar no mundo” tinha objetivos claros, coerentes e sua percepção de educação para a época mostrava-se além do seu tempo. Tudo indica que suas posições ideológicas e políticas ameaçavam os projetos de nação idealizados pelas elites, por essa

---

<sup>98</sup> A propósito desse gênero musical, o samba constitui uma das mais importantes expressões da música popular brasileira, um dos maiores patrimônios históricos e culturais do País. Em 2017 o samba completa 100 anos de existência. Pelo Telefone, é considerado o primeiro samba gravado, composto por Donga e Mauro de Almeida, em 1917, foi um marco na história da formação do gênero, nascido junto com a indústria fonográfica brasileira.

razão, não conseguia levar adiante suas ideias progressistas de caráter inclusivas, como no caso da escolarização para as mulheres.

Compreendi que, diante do exposto, Rocha Pombo viveu e presenciou momentos históricos importantes do Brasil, como por exemplo, a abolição da escravidão, o fim da monarquia, o advento da república e toda a pujança da Primeira República. Entretanto, mesmo tendo falecido em 1933, sua obra seguiu circulando em todo o país.

### 3.4 A MINHA TRAJETÓRIA ATÉ ROCHA POMBO

Durante a minha Iniciação Científica, na atividade de pesquisador, participei do projeto de pesquisa *História da Infância no Paraná Republicano (1890-1964) - Levantamento de Fontes* (TRINDADE; SCHMIDT, 1994)<sup>99</sup>. Esse estudo permitiu-me compreender que o propósito do Estado em formar cidadãos a partir de um perfil específico de mentalidade e de comportamento, por meio do processo de escolarização, tem a sua historicidade. Nesse sentido, conclui que não foi o regime civil militar de 1964 que concebeu esse projeto, ele simplesmente resgatou um projeto muito anterior àquela data, "1964 nada mais fez do que enfatizar um processo de ensino de História que já vinha de longa data" (NADAI, 1985/86, p.105). De qual conjuntura histórica esse projeto civil militar foi resgatado? E quais nuances ele apresenta?

A análise de determinadas fontes referentes ao período da decadência da monarquia no Brasil deixa claro que adeptos e simpatizantes do ideal republicano se utilizaram de diversos meios e estratégias, a exemplo do jornal *A República*, que no dia 03 de dezembro de 1870 publicou o Manifesto Republicano com o propósito de divulgar a ideia de república aos concidadãos brasileiros.<sup>100</sup> Várias foram também as instituições que atuaram no sentido de concretização desse projeto após 1889. Ainda da sua criação, em 1832, o

---

<sup>99</sup> O referido projeto deu origem à duas teses de doutorado SCHMIDT, M. A. M. dos S. *Infância, sol do mundo*. Uma concepção de infância nas teses da 1ª Conferência Nacional de Educação. Curitiba, 1997. Tese (Doutorado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná e TRINDADE, J. M. B. *Metamorfose: De Criança a Menor* (Curitiba, início do século XX). 1998. Tese (Doutorado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

<sup>100</sup> < <http://www.aslegis.org.br/images/stories/cadernos/2009/Caderno37/p42-p60manifestorepublicano.pdf> > Acesso em: 10/04/2016

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) já possuía como uma de suas finalidades formar uma ideia de nação brasileira, conceito que será mais tarde tão caro aos defensores da república. Em relação a outras instituições, identificamos associações, clubes e a instituição escolar engajadas nesse projeto. Foi através do processo de escolarização, e um ensino de distintas disciplinas, que várias gerações de alunos foram instruídas a partir de certos valores morais, cívicos e patrióticos.

Entre 1985 a 1988, trabalhei numa empresa que funcionava na Rua Marechal Hermes, no bairro Centro Cívico, em Curitiba. Nas minhas andanças pelas ruas da capital paranaense, em decorrência da atividade profissional, por volta da metade dos anos 1980, pela primeira vez tive contato com um certo nome de um personagem, que somente alguns anos mais tarde teria a compreensão a respeito de quem se tratava, o nome em questão era “Rocha Pombo”. Naquela época, certamente, eu não poderia imaginar que ele viria a ser um personagem histórico importante em minha formação acadêmica e, sobretudo, durante a pós-graduação. Nesse primeiro contato, Rocha Pombo era, no meu caso, simplesmente o nome de batismo de uma rua, no bairro Juvevê, junto ao Centro Cívico, em Curitiba, rua pela qual passava com frequência, e, possivelmente desconhecida de considerável parte dos habitantes dessa cidade.<sup>101</sup>

Figura 21 - Placa de identificação da Rua Rocha Pombo em Curitiba/PR



Fonte: <<https://www.google.com.br/search?q=rua+rocha+pombo+curitiba&espv=2&biw=1280>> Acesso em: 08/08/2015

<sup>101</sup> A obra *Almas das ruas* de Maria Nicolas (1969) reúne uma série de pequenas biografias de personalidades consagradas que emprestam seus nomes às vias da cidade de Curitiba, além de *Páginas curitibanas*, de 1973 também de sua autoria. Ver ainda a *Coleção Bairros de Curitiba*, especialmente o volume 2, que trata sobre os bairros Cabral/Juvevê: FENIANOS, E. Curitiba: UniverCidade, 1995.

Durante a minha graduação em História/UFPR (1991-1994) desenvolvi a pesquisa sobre o ensino da História na Primeira República. O perfil biográfico de Rocha Pombo e o livro didático *Nossa Pátria* fizeram parte daquele estudo.<sup>102</sup> Dentre os diversos arquivos consultados para a realização daquele trabalho, considero que o Memorial Lysimaco Ferreira da Costa foi determinante na minha trajetória de pesquisador. Na sequência, à convite de Maria José Franco Ferreira da Costa, filha de Lysimaco e principal idealizadora do museu no qual a memória de seu pai foi preservada<sup>103</sup>, passei a trabalhar como pesquisador por alguns anos na minha juventude. Dez anos, aproximadamente tinham se passado quando voltei a trabalhar naquele mesmo bairro, no Centro Cívico, exatamente na mesma rua, na Rua Marechal Hermes, endereço do então Memorial Lysimaco Ferreira da Costa.

Todos os livros que passam pelas nossas mãos têm uma determinada história... de como chegamos a ele... ou, vice versa<sup>104</sup>. No acervo bibliográfico daquele importante espaço da história, memória e cultura paranaense e brasileira, localizei numa das estantes, junto a muitas outras obras raras, um livro didático antigo que chamou minha atenção despertando interesse. Era o livro didático de História do Brasil *Nossa Pátria*, de autoria de Rocha Pombo, destinado aos alunos da escola primária. A imagem da capa<sup>105</sup> também chamou a atenção, causando grande curiosidade. Apesar da ilustração, dos personagens e demais elementos representados na capa serem coloridos, o tempo e o uso do livro tinham se encarregado de deixar suas marcas, e as cores, portanto, já se mostravam desgastadas, contudo sem terem perdido a capacidade de despertar certa nostalgia em seus usuários. Tratava-se de um exemplar da 10ª edição (1920).

Desde a metade dos anos 1990 aos dias atuais, Rocha Pombo e suas obras, em especial, as obras didáticas, passaram a ter um significado cada vez

---

<sup>102</sup> Naquele período participei como pesquisador do referido projeto de iniciação científica, o qual contribuiu com a produção da minha monografia de final do curso SCHENA, D. R. *O Ensino de História na Primeira República*. Curitiba, 1994. 60 f. Monografia (Graduação em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

<sup>103</sup> O Memorial Lysimaco Ferreira da Costa, nos últimos anos, desativou suas atividades, não permitindo aos pesquisadores a realização de estudos e pesquisas em seu acervo histórico.

<sup>104</sup> A esse respeito ver BARBIER, F. *História do livro*. Coord., trad. e revisão técnica de Valdir Heitor Barzotto e outros. São Paulo: Paulistana, 2008.

<sup>105</sup> Ver a referida ilustração p. 42.

mais importante em minha trajetória acadêmica. Por ocasião do doutorado outras inquietações e novas leituras foram realizadas sobre o autor e suas obras, advindo daí, portanto, o meu interesse pessoal no ideário educativo nacionalista contido no livro didático *Nossa Pátria*.

Através de uma consulta a um *site* de busca, a partir das palavras chave Rocha Pombo fui remetido à esse verbete numa enciclopédia digital. Na sequência Rocha Pombo é vinculado ao nome de logradouros em várias cidades brasileiras (além daquela rua anteriormente citada, em Curitiba), avenidas, praças, escolas, nome de bibliotecas, centro de difusão de cultura, nome de diretório acadêmico, grêmio estudantil, dentre outros lugares e espaços de memórias referidas.

De acordo com o *site* oficial da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR), é possível identificar sete estabelecimentos de ensino (estaduais e municipais) com a denominação Rocha Pombo nesse estado.<sup>106</sup>

A seguir apresento duas fotografias, de momentos históricos diferentes, pertencentes ao edifício escolar Rocha Pombo, no município de Morretes, terra natal do autor.

---

<sup>106</sup> Até o ano de 2007 existia ainda mais uma escola estadual Rocha Pombo no município de Guaraniaçu, mas esse estabelecimento foi rebatizado passando a chamar-se Professor Albano Tomasini, em homenagem a um professor daquele município. Considerando, portanto, mais essa informação, podemos afirmar que no Paraná existiram no mínimo oito escolas denominadas Rocha Pombo, simultaneamente. Sobre a história da Escola Estadual Rocha Pombo da cidade de Guaraniaçu (PR), atualmente Professor Albano Tomasin, ver trabalho de conclusão de curso de Tatiane Zanin *A História da Escolarização de Guaraniaçu: da colonização aos nossos dias*. 154 f. Cascavel. UNIOESTE, 2010.

Figura 22 - Fotografia do então Ginásio Municipal de Morretes (PR)  
Ginásio Estadual Rocha Pombo, atualmente Colégio Estadual Rocha Pombo  
Ensino Fundamental e Médio, Morretes (PR)



Fonte: sem identificação do fotógrafo e ano  
<<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=185023828321433&set=a.104284213062062.7471.100004414506486&type=1&theater>> Acesso em: 21/09/15

Figura 23 – Fotografia do atual Colégio Estadual Rocha Pombo  
– ensino fundamental e médio Morretes (PR)



Fonte: sem identificação do fotógrafo e ano  
<<http://www.mesrochapombo.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=11>>  
Acesso em: 21/09/15

Além dos oito estabelecimentos denominados Rocha Pombo, no estado do Paraná, identifiquei mais oito distribuídos nos seguintes estados: Rio Grande do Sul (Crissiumal e Augusto Pestana) dois, Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) um, Minas Gerais (Juiz de Fora) um, Rondônia (Porto Velho e Nova Brasilândia d' Oeste) dois, PiauÍ (Guadalupe) um, Rio Grande do Norte (Pedro Velho) um; Santa Catarina (São Joaquim) perfazendo um total de 16

estabelecimentos escolares públicos, denominados Rocha Pombo, em sete estados da Federação.<sup>107</sup>

Localizei também três bibliotecas municipais denominadas Rocha Pombo, todas em cidades paranaenses (Curitiba, Umuarama e Sarandi) e um centro de difusão cultural em Minas Gerais (Juiz de Fora). Foi identificado um diretório acadêmico na Faculdade de Filosofia de Curitiba (PR), um Círculo de Estudos na cidade de Ponta Grossa e um Grêmio Escolar Rocha Pombo, na cidade de Apucarana. Em Morretes (PR) a Secretaria de Turismo e Cultura está sediada na Casa de Rocha Pombo, tombada pelo patrimônio do Estado do Paraná em 19 de julho de 1973, sendo proprietária a Prefeitura Municipal de Morretes.

Constatai ainda quarenta e três ruas com o nome do autor nas seguintes cidades: Araruna, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Campo Largo, Campo Mourão, Cascavel, Castro, Colombo (2), Cornélio Procópio, Curitiba, Engenheiro Beltrão, Figueira, Guarapuava, Jacarezinho, Mandaguari, Matelândia, Paranaguá, Paranaíba, Paraíso do Norte, Toledo (PR); Joinville e Rio do Sul (SC); Porto Alegre, Caxias do Sul, Alvorada e São Leopoldo (RS); Campo Grande (MS); São Paulo, Osasco, Sorocaba, São Carlos, Santo André (SP); Rio de Janeiro, São João de Meriti (RJ); Belo Horizonte (MG); Vila Velha (ES); Feira de Santana (BA); Goiânia (GO); Fortaleza (CE), Recife (PE); Natal (RN) e São Luís (MA). Além dessas ruas foram também identificadas três travessas com a denominação Rocha Pombo em Feira de Santana, Salvador (BA) e São José dos Campos (SP). Foram identificadas ainda quatro avenidas com a denominação nas cidades de Cascavel, Ponta Grossa, São José dos Pinhais (PR) e em Praia Grande (SP). Três praças públicas nas cidades de Londrina, Maringá e Morretes (PR). Diretório Acadêmico Rocha Pombo, de História, na Universidade Estadual de Londrina (PR). Identifiquei também uma loja maçônica, denominada Rocha Pombo, na cidade de Curitiba (PR)<sup>108</sup>.

---

<sup>107</sup> Assim como ocorreu na escola de Guaraniaçu, a escola Rocha Pombo, da cidade de São Joaquim (SC), criada em 16 de outubro de 1961, foi rebatizada passando a chamar-se Martinho de Haro (2005), em homenagem a um personagem local.

<sup>108</sup> De acordo com Vechia (1998) o pensamento na cidade de Curitiba, por volta do ano de 1876, era em grande parte, norteado pelos princípios filosóficos maçons. Naquela época, a maçonaria congregava intelectuais e políticos locais. Esses membros atuavam em diversos setores da sociedade curitibana, eram professores, profissionais liberais, presidentes de outras

Localizei em Londrina (PR) o Teatro Universitário Rocha Pombo, da Faculdade de Filosofia de Londrina. Foi um dos primeiros grupos de teatro estudantil criado naquela cidade, conforme matérias jornalísticas da época. (DIÁRIO DO PARANÁ, 19 de mar., 1970. p. 9).

Por fim, identifiquei um time de futebol amador, conhecido como “futebol menor”, da década de 1950, em Curitiba. A origem do nome dessa equipe possivelmente é uma referência à Rua Rocha Pombo, no bairro Juvevê, dessa cidade. A seguir apresento uma nota do jornal *Paraná Esportivo* que pode confirmar essa informação pelo teor do relato da cena de um jogo, no mínimo curiosa a respeito de um campo de futebol de um bairro da cidade de Curitiba da década de 1950.

DOMINGO último, passando pela Rua Rocha Pombo, parei para assistir por minutos uma pelada, com 7 jogadores para cada lado... A pelada, jogada em pleno banhado, com sapos pulando de todos os lados, até que estava bastante animada. Depois, ali por quarta-feira, deparei em cima da mesa, uma notinha [...] “Espetacular vitória conquistada sobre o G. E. Rocha Pombo, pelo XV de Novembro... em comemoração ao seu X.o aniversário [...] É o caso de se dizer, que os “sapos” pagaram pela “pelada”, “o que não deviam [...] (PARANÁ ESPORTIVO, 22 de mar. 1957, p. 3).

Se por um lado os jogadores do “Rocha Pombo” não eram considerados uma boa equipe de futebol, conforme sugerem algumas notas da imprensa esportiva; por outro, o patrono do time notabilizou-se pelos seus escritos em distintas práticas culturais. Para uma melhor visualização e detalhamento dos lugares, logradouros, instituições e dos dados quantitativos referentes à apropriação da memória de Rocha Pombo, apresento a seguinte tabela:

---

associações. Segundo a autora, as lojas maçônicas estavam sempre representadas em bailes, festas oficiais e cívicas e em inaugurações de associações culturais ou sociais, ocasiões em que seus membros difundiam suas ideias. Para aprofundar esse estudo ver VECHIA, A. *Imigração e educação em Curitiba – 1853 – 1889*. Tese (Doutorado em História). São Paulo, 1998. 339 f. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Lucchesi (2004), em consulta ao *site* da Loja Maçônica Rocha Pombo, Nº 78, afirma que Rocha Pombo teria ingressado na maçonaria em 1879, fato que significava um trânsito importante junto a elite litorânea. Corrêa (2006) afirma que, em 1879, o autor teve sua iniciação maçônica na loja Modéstia, de Morretes (PR). A Loja Rocha Pombo Nº 78 foi fundada em 11 de janeiro de 1989, na cidade de Curitiba (PR).

Tabela 6 - Espaços, logradouros e instituições denominados Rocha Pombo

	Quant	ESTADOS DA FEDERAÇÃO															
		RS	SC	PR	SP	MS	RJ	MG	ES	GO	RO	BA	RE	CE	PI	RN	MA
Escolas	17	2	1	8			1	1			2				1		1
Bibliotecas	3			3													
Centro de cultura	2			2				1									
Ruas	43	4	2	21	5	1	2	1	1	1		1	1	1		1	1
Travessas	3				1							2					
Avenidas	4			3	1												
Praças	3			3													
Diretório Acad.	1			1													
Grêmio Estudantil	1			1													
Círculo de Estudos	1			1													
Teatro universitário	1			1													
Loja Maçônica	1			1													
Time de futebol	1			1													

Fonte: Tabela sistematizada pelo pesquisador (julho/2015).

Essas informações organizadas e apresentadas nessa pesquisa permitem refletir sobre a trajetória de Rocha Pombo, e por quais instituições a memória dele foi, de certa forma, apropriada. A matéria de um folheto denominada *Pró-Monumento de Rocha Pombo* (1957), trata a respeito da criação de uma estátua que viria a ser erigida no centro da praça, da cidade de Morretes, que tinha o nome do autor. A referida praça está localizada junto à Estação Ferroviária e a atual sede da Prefeitura Municipal daquela cidade. A matéria assim descreve:

Morretes, a terra onde nasceu o maior historiador da America Latina, vae, com o apoio patriotico de seus filhos e preciosa coadjuvação de todos os paranaenses e de todos os admiradores do imortal Rocha Pombo, erigir em seu seio, no centro da nova e linda praça que tem o nome do grande

morretense, como mãe amantíssima que no coração coloca seu filho posteridade, um monumento onde reviva aos olhos da historia o glorioso nome do notável escriptor brasileiro.

Figura 24 - Praça Rocha Pombo - Morretes/PR



Fonte: <<http://www.nossolitoral doparana.com/atrativo/lista/7/36>>  
Acesso em: 13/09/2015

Nomes de batismo de escolas e logradouros públicos ou privados, em geral, fazem referência a uma determinada memória, seja de uma personalidade, de um fato ou de uma data histórica. Num dos meus estudos realizados anteriormente (2002) ao tratar das datas cívicas, dos símbolos e dos heróis nacionais, já havia desenvolvido uma análise em torno da memória. Por considerar aquelas reflexões pertinentes para o presente estudo, trouxe algumas questões em torno dessa categoria. Nora (1993) organizou um estudo sobre a constituição da memória da república francesa e os caminhos trilhados por ela na formação do cidadão e de seu espírito cívico republicano. O trabalho traçou um painel histórico dos elementos constitutivos de uma memória nacional. Nora (1993) estudou o símbolo da república e realizou análise histórica dos elementos considerados fundantes da nação.

Os historiadores procuraram encontrar os lugares onde se alojavam os elementos mais significativos da memória republicana na França, configurando os traços mais marcantes para a formação da cidadania. Analisaram os símbolos republicanos, a bandeira, o calendário, os monumentos, a pedagogia usada dentro e fora das escolas e as grandes comemorações. Os historiadores

procuraram apreender esses suportes pouco estudados da memória coletiva, mas que se constituem em elementos importantes para a formação do cidadão.

O esforço do trabalho representou uma tentativa de resgate de uma memória coletiva espontânea produzida por símbolos, comemorações, livros e monumentos e que conservou lugares apropriados por meio de vivências. Para De Decca (1992), a memória coletiva encontra-se em grande parte refugiada em lugares pouco visíveis, preservada por meio de rituais e celebrações restritos a determinados grupos, onde alguns deles a mantêm resguardada do assalto da história, ou então, em lugares mais imperceptíveis ainda, como nos gestos, nos saberes de nosso silêncio e nos hábitos.

Considerando ainda a ideia de memória, reportamo-nos a Pollak (1992) quando afirma que, a princípio, a memória parece constituir-se num fenômeno individual, da natureza de cada pessoa. No entanto, compartilhando com Halbwachs (1990), defende a tese de que a memória deve ser compreendida sobretudo como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente sujeito a constantes transformações.

Segundo Pollak (1992), os elementos constitutivos da memória individual e coletiva são os acontecimentos vividos pessoalmente e os acontecimentos “vividos por tabela”, isto é, acontecimentos vividos pelo grupo ao qual a pessoa se sente pertencer. Esses são acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, adquiriram tamanha importância que ela passa a se sentir como testemunha de determinado acontecimento. Aprofundando este elemento, os acontecimentos vividos indiretamente, ou por tabela, conforme Pollak (2012), vêm se juntar a todos os eventos que não se situam dentro do espaço de uma pessoa ou grupo social.

Possivelmente, através da socialização política ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com um determinado passado, tão forte que é possível falar numa memória quase herdada. A escola tem sido uma das instituições responsáveis por manter um passado vivo por meio de várias gerações que herdaram uma determinada memória. Além desses fatos a memória é formada por pessoas e personagens. Aqui também é possível fazer a mesma relação, falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens “frequentadas por

tabela”, indiretamente, mas que se transformaram quase em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram, necessariamente, ao tempo-espaço da pessoa. Além dos acontecimentos e das pessoas, pode-se falar dos lugares. Existem lugares de memória relacionados a uma lembrança baseada no tempo cronológico ou num determinado espaço. Na memória mais pública pode haver lugares de apoio da memória que são os lugares de comemoração. Os momentos cívicos podem servir de base a uma relembração de um período que a pessoa viveu de forma indireta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ideário nacionalista contido no livro didático *Nossa Pátria*, portador de uma moral cívico patriótica, explicaria a permanência da obra, evidenciado pela sua longa duração na cultura escolar brasileira, na primeira metade do século XX? Em outras palavras, o ideário nacionalista explicaria a permanência dessa obra durante distintos momentos históricos e regimes políticos? Ao longo dessa pesquisa procurei reunir um conjunto de elementos para responder essas questões, dessa forma o trabalho versou sobre o livro didático *Nossa Pátria*, de *História do Brasil*, sobretudo ao ideário nacionalista nele contido como responsável por inculcar um sentimento de nação nas crianças da escola primária, no período entre 1917 a 1949. Procurei defender a tese de que o caráter nacionalista do livro didático *Nossa Pátria* foi responsável por inculcar uma moral de conteúdo cívico patriótica, nas crianças da escola primária, que contemplava os anseios e interesses de determinados grupos sociais ligados ao Estado durante a primeira metade do século XX.

Essa investigação teve como objetivo geral analisar o ideário nacionalista contido no livro didático *Nossa Pátria*, a fim de compreender de que maneira ele consistia em suporte pedagógico de propagação de ideias e sentimentos de nação nas crianças da escola primária. Os objetivos específicos consistiram em situar a trajetória de Rocha Pombo para compreender as principais práticas culturais empreendidas com sua inserção nas redes de sociabilidade; caracterizar as distintas edições do livro didático *Nossa Pátria*, no período de 1917 a 1949, a fim de observar os elementos que sofrem ou não alterações entre uma edição e outra; caracterizar as vertentes nacionalistas da Primeira República e da Era Vargas, para compreender de que maneira a ideia de nação permanece na obra; identificar os principais aspectos que contribuíram para que a obra permanecesse por mais de cinquenta anos na escolarização primária.

Compreendi que Rocha Pombo, o autor do livro didático *Nossa Pátria*, e a Edições Melhoramentos, contribuíram para o fortalecimento e predomínio da chamada história política na produção didática, fato este que permitiu a preservação da galeria de personagens da vida política administrativa do país

até recentemente. O positivismo, de modo implícito, esteve presente no livro *Nossa Pátria*, em todas as distintas edições. O modo como os heróis foram apresentados nas narrativas impedia que a sociedade identificasse os demais sujeitos envolvidos nas práticas e feitos desses heróis. Assim o reconhecimento se dava no campo individual, colocando à margem os sujeitos que fazem a história. Considero que as imagens de determinados acontecimentos históricos que foram apresentadas aos alunos e ao público leitor por meio do livro didático *Nossa Pátria* tiveram uma clara finalidade educativa, e que essas imagens, ainda presentes nesse tipo de suporte educativo, se tornaram estereotipadas e, até porque não dizer, canônicas.

Importa ressaltar que entre uma edição e outra as mudanças eram sutis, geralmente se limitaram na materialidade do livro, pouco relevantes. Ou seja, tudo se fez para perpetuar o ideário positivista de nação. As mudanças identificadas no conteúdo foram igualmente lentas e de quase nenhuma notoriedade. Assim os conteúdos permaneceram com as mesmas roupagens e ensinavam o entusiasmo da classe dominante que tinha na permanência do livro *Nossa Pátria* a herança cultural nacionalista que consideravam pertinente que fosse registrada na mente das diversas gerações que entraram em contato com a obra. Criou-se uma consciência de nação, ou melhor, uma pseudo consciência de que tudo na História do Brasil era belo, superior, grandioso e sem conflitos.

Os resultados alcançados nesse trabalho indicam que o livro didático *Nossa Pátria* foi adotado durante várias décadas nas escolas brasileiras com um propósito bem definido pela Editora Melhoramentos, sobretudo, por certos grupos sociais ligados ao Estado. Compreendi que esse livro didático de História do Brasil, voltado para as classes primárias, contemplava em grande parte os ideias e anseios de uma república que buscava se consolidar através de várias estratégias, atingindo com isso diversos grupos sociais. Os diferentes regimes políticos que caracterizaram o Brasil, da década de 1910 a 1940, se apropriaram dessa obra didática de acordo com seus próprios interesses. O conteúdo histórico nela transmitido servirá de base elementar para a formação do cidadão nacional. Ao mesmo tempo em que a escola primária, ao fazer uso dos livros didáticos, tinha como propósito ensinar o público escolar infantil a ler

e contar, ela também tinha como missão assegurar a veiculação de um determinado saber histórico, um discurso legitimador, que fosse transmitido e assimilado de forma eficaz pelos alunos. Eis aí a importância do livro didático. Assim, as diversas gerações de crianças que passaram pelos bancos da escola primária e foram atenciosos leitores de Nossa Pátria, possivelmente aprenderam a amar a pátria brasileira, cultuar seus símbolos e reverenciar seus heróis.

Muito embora essa pesquisa tenha ficado restrita ao final da década de 1940, cabe destacar que em 1970, Nossa Pátria alcançou, finalmente, a sua última edição, a 88ª. A partir da década de 1970 o ensino de História no Brasil passou por transformações em decorrência do gradativo avanço teórico proporcionado pelo estudo de novas correntes historiográficas em âmbito acadêmico, dentro e fora do país, fato este que repercutiu também na elaboração dos programas de ensino e na produção de novos livros didáticos de História do Brasil. Dessa forma, novos conceitos e abordagens passaram a representar uma ruptura com uma visão historiográfica herdada ainda do século XIX. Além disso, não se pode descurar do duro golpe sofrido pela disciplina com a instituição do golpe civil-militar de 1964 quando os saberes históricos e geográficos foram mesclados originando os Estudos Sociais.

Considerando que o livro didático Nossa Pátria alcançou a sua última edição no ano de 1970, entendo que essa obra didática permaneceu por mais alguns anos nos acervos das bibliotecas escolares, na cultura escolar. Não obstante a emergência de reformas curriculares que ocorreram em vários estados brasileiros desde a década de 1980 e a produção de novos livros didáticos de História do Brasil decorrentes dessas reformas, o conteúdo da “história pátria” transmitido naquelas páginas, hoje, certamente, amareladas, ainda se faz presente aqui ou acolá, ecoando em algumas escolas de ensino fundamental ou mesmo na fala de alguns brasileiros que tiveram a oportunidade de ler e aprender a História do Brasil através das lições do Livro Didático Nossa Pátria, de Rocha Pombo. Mais do que formar cidadãos essa obra exaltou, principalmente os ditos grandes feitos dos heróis da pátria.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, D. et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 59-107.(Educação Contemporânea)

ALVES, C. F. **Benedito Calixto e a construção do imaginário republicano**. Bauru, EDUSC, 2003. (Ciências Sociais)

ANDERSEN, H. C. **O patinho feio**. Adaptação de Tatiana Belinky, ilustrações de Franz Richter. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2015. (Clássicos Recontados).

ARAÚJO, J. C. S; SOUZA, R. F. de; PINTO; R. N. (Org.) **Escola Primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada**. Araraquara: Junqueira&Marin, 2012.

BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná**. v. 1. Curitiba: Grafipar, 1969.

BANDECCHI, B. et all. **Novo Dicionário de História do Brasil**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1970.

BARBIER, F. **História do livro**. Coord., trad. e revisão técnica de Valdir Heitor Barzotto e outros. São Paulo: Paulistana, 2008.

BARBOSA, R. **Discursos parlamentares (Câmara dos Deputados). Obras completas**. v. VI e VII, tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

BARROS, J. D. A História Cultural Francesa – caminhos de investigação. In: **Revista de História e Estudos Culturais**. out. nov. dez. 2005. v. 2, ano II, n. 4. (p. 1-17)

BECHARA, E. Apresentação. In: POMBO, J. F. da R. **Dicionário de sinônimos da língua portuguesa**. [apresentação, Evanildo Bechara]. 2 ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011. (Antônio de Moraes Silva; 10)

BEGA, M. T. S. No centro e na periferia: a obra histórica de Rocha Pombo. In: Lopes, M. A. (Orgs.). **Grandes nomes da história intelectual** (pp. 481-493). São Paulo: Contexto, 2003.

BEGA, M. T. S. **Letras e Política no Paraná: simbolistas e anticlericais na República Velha**. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

BITTENCOURT, C. M. F. **Pátria, civilização e trabalho**: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: Edições Loyola, 1990b.

BITTENCOURT, C. M. F. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 25/26, set. 92/ago. 93, 193-221.

BITTENCOURT, C. M. F. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe. (Org.) **O saber histórico na sala de aula**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1998. (Repensando o Ensino)

BITTENCOURT, C. M. F. 19 de novembro (1899) – Dia da Bandeira. In: BITTENCOURT (org.) **Dicionário de datas históricas**. São Paulo: Contexto, 2007.

BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e saber escolar (1810-910)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (História da Educação)

CURITIBA. **Boletim Casa Romário Martins**. Memória da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 30, n. 133, mar. 2007. (Memória Institucional)

BONAZZI, M.; ECO, U. **Mentiras que Parecem Verdades**. Trad. Giacomina Faldini. São Paulo: Summus, 1980. (Novas buscas em educação; v. 6)

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais**: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

BUCKLE, H. T. **Historia da Civilização na Inglaterra**. Trad. Adolpho J. I. Melchert. v. I. São Paulo: Casa Electica, 1882.

CAMPOS, N. de. **Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950)**. Curitiba: Ed. UFPR, 2008a.

CAMPOS, N. de. **José Francisco da Rocha Pombo**: trajetória intelectual e a ideia de universidade (1879-1892). Revista FAEEBA, v. 17, p. 215-231, 2008b.

CARDIM, E. **Rocha Pombo**: o escritor e o historiador. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1958.

CARDOSO, R. (Org.). **Impresso no Brasil, 1808 – 1930**: destaques da história gráfica no acervo da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2009.

CARNEIRO, N. **As artes gráficas em Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1975.

CARVALHO, M. M. C. de. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Tudo é História, 127)

CARVALHO, A. M. M. de. Livros Didáticos dos Anos 30/40 e o Ensino de História. In: **Cadernos de História**. V. 5, n. 5, jan./dez. 1994. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1994. p. 41 a 50.

CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, J. M. de. **A Formação das Almas**: O Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, J. M. de. A Nova Historiografia e o Imaginário da República no Brasil. In: **Revista do Curso de Pós-Graduação em História**, Porto Alegre, n. 1, p. 11-21, 1993.

CARVALHO, J. M. de. Entre a Liberdade dos Antigos e a dos Modernos: A República no Brasil. In: **Pontos e Bordados** (pp. 83 – 106). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

CHARTIER, R. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

CHARTIER, R. O mundo como representação. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan.-abr.1991.

CHARTIER, R. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998. (primas)

CHARTIER, R. **A ordem dos livros**. Trad. Mary Del Priori. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

CHARTIER, R. Uma trajetória intelectual: livros, leituras e literaturas. In: ROCHA, J. C. C. (Org.) **A força das representações**: história, e ficção. Chapecó: Argos/Unochapecó, 2011, p. 28.

CHARTIER, R. **Inscrever e apagar**: *cultura* escrita e literatura, séculos XI-XVIII. Trad. Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: UNESP, 2007.

CHARTIER, R. **A mão do autor e a mente do editor**. Trad. George Schlesinger. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CHOPPIN, A. O historiador e o livro escolar. In: **História da Educação**. Trad. Maria Helena Camara Bastos. ASPHE/FaE/UFEL, Pelotas (11), abril, 5-24, 2002.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.

- COELHO, M. Paraná. **Diario do Commercio**. Curitiba, p. 1, 23 nov.1893.
- COMTE, A. **Curso de filosofia positiva; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista**. Trad. José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Pensadores)
- CORDEIRO, J. M. **A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- CORRÊA, A. S. **Imprensa e Política no Paraná: Prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX**, 2006.
- CORRÊA, R. L. T. O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. In: **Caderno Cedes**, Campinas, n. 52, nov., 11-24, 2000.
- COSTA, M. J. F. F da; SCHENA, D. R.; SCHMIDT, M. A. M. S. **Primeira Conferência Nacional de Educação**. Brasília: INEP, 1997.
- CRUZ, P. L. C. A. da. **A educação como instrumento na construção do imaginário republicano: Grupo Escolar Barão de Mipibu (1909-1920)**. Natal, 2014. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte).
- DECCA, E. S. de. Memória e cidadania. In: **O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania / DPH**. São Paulo: DPH, 1992.
- DONATO, H. **100 anos da Melhoramentos: 1890 – 1990**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1990.
- ECHEVERRIA, M. S. **Rocha Pombo, Relato e Testemunho da Revolução Federalista no Paraná em 1894**. Curitiba: UFPR, 2009.
- FARIA, A. L. G de. **Ideologia no livro didático**. 8 ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989. (Polêmicas do Nosso Tempo, 7)
- FARIA FILHO, L. M. de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO; VEIGA, C. G. (Org.) **500 anos de educação no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 135-150. (Historial, 6)
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. 12 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, I)
- FENIANOS, E. E; SADE, S. **Cabral/Juvevê, a casa do urbanismo curitibano**. Curitiba: UniverCidade, 1995. (Bairros de Curitiba, 2)
- FERRARINI, S. **A Escravidão Negra na Província do Paraná**. Curitiba: Litero-Técnica, 1971.

FERREIRA, S. da C. **A I Conferência Nacional de Educação contribuição para o estudo das origens da Escola Nova no Brasil**. Brasília: INEP, 1993. (Eventos, n.6)

FERREZ, M. **O Brasil de Marc Ferrez**: fotografias do acervo do Instituto Moreira Salles. Textos: Sergio Burgi; Museu Oscar Niemeyer, Instituto Moreira Salles. Curitiba: Museu Oscar Niemeyer, 2013.

FONSECA, S. G. **Didática e prática de ensino de história**: experiências, reflexões e aprendizados. Campinas: Papyrus, 2003. (Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

FONSECA, Thais de Lima. 21 de abril de 1792 – Tiradentes. In: BITTENCOURT, C. (org.) **Dicionário de datas históricas**. São Paulo: Contexto, 2007.

FRANCIOSI, E. **Uma crônica**: Curitiba e sua história. Curitiba: Esplendor, 2009.

FREITAS, M. C. de; BICCAS, M. de S. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica da história da educação brasileira; v. 3)

GONÇALVES, N. G.; RANZI, S. M. F. (org.). **Educação na ditadura civil-militar: políticas, ideários e práticas** (Paraná, 1964-1985). Curitiba: Ed. UFPR, 2012.

GONÇALVES, R. C. 25 de janeiro de 1654 - fim do domínio holandês. In: BITTENCOURT, C. (org.) **Dicionário de datas históricas**. São Paulo: Contexto, 2007.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALLEXELL, L. **O livro no Brasil**: sua história. Trad. Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

HARDMAN, F. F. **Nem Pátria, nem Patrão!** (vida operária e cultura anarquista no Brasil). São Paulo: Brasiliense, 1984.

HILSDORF, M. L. S. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Thomson Learning Edições, 2006.

HOBSBAWM, E. **A era dos impérios**. Trad. Sieni Maria de Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWM, E. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Trad. Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HORTA, J. S. B. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2012. (Educação contemporânea)

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

JULIA, D. **A cultura escolar como objeto histórico**. Trad. de Gizele de Souza. In: Revista Brasileira de História da Educação. Campinas: Autores Associados, n. 1, 9 – 43, 2001.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994. (Repertórios)

LEITE, M. M. **O ensino da História no primário e no ginásio**. São Paulo: Cultrix, 1969.

LUCCHESI, F. **A história como ideal**: reflexões sobre a obra de José Francisco da Rocha Pombo. São Paulo, 2004. 168 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade de São Paulo.

MACHADO, B. P. In: POMBO, José Francisco da Rocha. **O Paraná no Centenário**. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1980.

MAGALHÃES, M. B. de. **O Paraná reinventado**: política e governo. IPARDES: Curitiba, 1989.

MAGALHÃES, M. B. de. **Paraná**: Política e Governo. Curitiba: SEED, 2001. (História do Paraná – textos introdutórios)

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, C. R. K. **O Ensino de História no Paraná, na década de setenta**: legislações e práticas. Curitiba, 1999. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

MARTINS, R. **Terra e gente do Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995. (Coleção Farol do Saber)

MARTINS, W. **História da Inteligência Brasileira**: volume 5: 1897-1914. 3 ed. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2010a.

MARTINS, W. **História da Inteligência Brasileira**: volume 6: 1915-1933. 3 ed. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2010b.

MELO, T. S. R. **Estereótipos de gênero em livros didáticos de inglês das décadas de 1960, 1970 e 1990**: implicações na prática docente. Curitiba, 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Escola de Educação e Humanidades. Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAÚJO, J. C. S. (Org.) **Reformas Educacionais**: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946). Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2011. (Memória da educação)

MOACYR, P. **A Instrução e a República**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

MOACYR, P. **A instrução pública no Estado de São Paulo**: primeira década republicana (1890-1893). v 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

MONARCHA, C. Lourenço Filho e a Bibliotheca de Educação (1927-1941). p. 27 a 57. In: MONARCHA, C. **Lourenço Filho**: outros aspectos, mesma obra. Campinas: Mercado de Letras, 1997.

MONTEIRO, A. M. Ensino de História e História da Educação: um diálogo necessário e profícuo. In: MIGUEL, M. E. B.; CORRÊA, R. L. T. **A educação escolar em perspectiva histórica**. Campinas: Autores Associados, 2005. (Memória da Educação)

MORAES, M. C. M. de. **Reformas de ensino, modernização administrada**: a experiência de Francisco de Campos – anos vinte e trinta. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 2000. (Teses NUP; 4)

MURICY, J. C. de A. **Panorama do conto paranaense**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1979.

NADAI, E. A Escola Pública Contemporânea – propostas curriculares e ensino de História. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 99 - 116, set. 1985/fev. 1986.

NADAI, E. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 25/26, set. 92/ago. 93, p. 143-162.

NADALIN, S. O. **Paraná**: ocupação do território, população e migração. Curitiba: SEED, 2001. (História do Paraná – textos introdutórios)

NAGLE, J. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, B. (dir.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III: O Brasil Republicano. 3 ed. 2 v. Sociedades e Instituições (1889-1930). São Paulo: DIFEL, 1985.

NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

NICOLAS, M. **Almas das ruas**. s.e. Curitiba, 1969a.

NICOLAS, M. **Páginas curitibanas**. s.e. Curitiba, 1973b.

NORA, P. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. In: **Projeto História: Revista de Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História da PUC**, São Paulo, v. 10, p. 7-29, dez. 1993.

OLIVEIRA, C. S. 7 de setembro de 1822 – Independência do Brasil. In: BITTENCOURT, C. (org.) **Dicionário de datas históricas**. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, D. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001. (História do Paraná – textos introdutórios)

OLIVEIRA, L. L. **A Questão Nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, M. A. **Os intelectuais e a produção da série Resumo Didático pela Companhia Melhoramentos de São Paulo**. 1918-1936. Tese de doutoramento. São Paulo: FEUSP, 2006.

OLIVEIRA, M. A. T. Rocha Pombo: a “invenção” de uma cultura americana no livro didático. In: LEITE, J. L. e ALVES, C. (Orgs.) **Intelectuais e História da Educação no Brasil: poder, cultura e políticas** (pp. 273-300). Vitória: EDUFES, 2011. (Horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil; 10)

OLIVEIRA, M. C. M. de. **Ensino Primário e Sociedade no Paraná durante a Primeira República**. São Paulo: USP, 1994. 311f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

PAIVA, J. M. Educação jesuítica no Brasil colonial. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 43 – 59. (Historial, 6)

PENNA, L. de A. Positivismo. In: ABREU, A. A. (Coord.) **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República** [Recurso eletrônico]: 1890-1930, 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

PEREIRA, L. F. **Paranismo: o Paraná inventado; cultura e imaginário no Paraná da I República**. 2 ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

PINTO, R. C. **Molduras Paranaenses: cenas da nossa história**. Curitiba: Instituto Memória, 2010.

PINTO, R. C. **Terra de todos, história de poucos**. Curitiba: Edição do Autor, 2015.

POLLACK, M. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos: Teoria e História**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POMBO, R. Duas palavras sobre Instrução Publica. **A Escola**, Rio de Janeiro, p, 163, 6 jul./1877.

POMBO, R. As filhas brasileiras. **A Escola**, Rio de Janeiro, p. 122, 23 de fev./1878.

PUNTONI, P. 22 de abril de 1500 “Descobrimento” do Brasil. In: BITTENCOURT, C. (org.) **Dicionário de datas históricas**. São Paulo: Contexto, 2007.

QUEIROZ, S. R. 15 de novembro de 1889 – Proclamação da República. In: BITTENCOURT, C. (org.) **Dicionário de datas históricas**. São Paulo: Contexto, 2007.

QUELUZ, G. L. **Rocha Pombo: romantismo e utopias (1880-1905)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Estudos brasileiros, v. 90)

RAMOS, F. P.; MORAIS, M. V. **Eles formaram o Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.

REIS, A . C. F. **O Ensino da História no Brasil**. México: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1953.

RENK, V. E. **As escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná**. Curitiba: Appris, 2014.

RODRIGUES, M C. **Rocha Pombo e O Paraná no Centenário (1500-1900)**. Maringá: UEM, 2011.

SALIBA, E. T. As imagens canônicas e o ensino da História. IN: SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. R. (Orgs.) **III Encontro: Perspectivas do Ensino de História**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

SANDES, N. F. 7 de abril de 1831 – abdicação de D. Pedro I. In: BITTENCOURT, C. (org.) **Dicionário de datas históricas**. São Paulo: Contexto, 2007.

SANTOS, I. N. **A historiografia amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República**. 195 f. Dissertação. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2009.

SANTOS, C. R. A. dos. **Vida material e econômica**. Curitiba: SEED, 2001. (História do Paraná – textos introdutórios).

SCHELBAUER, A. R. **Ideias que não se realizam**: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 à 1914. Maringá: EDUEM, 1998.

SCHENA, D. R. **O Ensino de História na Primeira República**. Curitiba, 1994. 60 f. Monografia (Graduação em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

SCHENA, D. R. **O lugar da escola primária como portadora de um projeto de nação: o caso do Paraná (1890-1922)**. Curitiba, 2002. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

SCHMIDT, M. A. M. dos S. **Infância, sol do mundo**. Uma concepção de infância nas teses da 1ª Conferência Nacional de Educação. Curitiba, 1997. Tese (Doutorado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

SCHMIDT, M. A. M. dos S.; ABUD, K. (orgs.) **50 anos da ditadura militar**: capítulos sobre o ensino de História no Brasil. Curitiba: W&A, 2014.

SCHUMAHER, S; BRAZIL, E. V. (org.) **Dicionário Mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, L. M. **As barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, A. L. da. **Para As Crianças e Homens Simples do Povo**: uma análise a partir dos livros didáticos de história do Brasil. In: *História & Ensino*, v. 18, p. 161-178, 2012.

SILVA, A. L. da. **Escritas de viagem, escritas de história**: estratégias de legitimação de Rocha Pombo no campo intelectual. Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Rio de Janeiro.

SILVA, A. L. da; AMORIN, S. R. M. de. Professores em trânsito: parcerias e redes de sociabilidade nas trajetórias de Nestor Lima e Rocha Pombo (1913-1923). In: CERECEDO, A. C.; *et all.* **Anais do XI Congresso Iberoamericano de historia de la educación latinoamericana**. El Colegio Mexiquense. Toluca, 2014.

SILVA, A. L. da. Do fazer-se professor: autodidatismo e docência na experiência de Rocha Pombo. **Territórios e Fronteiras** (Online), v. 8, p. 40-56, 2015.

SOUZA, R. F. de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998. (Prismas)

SOUZA, R. F. de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, D. et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 59-107.(Educação Contemporânea)

SOUZA, R. F. de. **Alicerces da pátria**: história da escola primária no estado de São Paulo (1890-1976). Campinas: Mercado de Letras, 2009.

SZTUTMAN, T. **Ensino de História no Primário**: depoimentos de ex-alunos do período de 1930 a 1960. São Paulo. USP, 2014. Dissertação.

TAVARES, M. R. **Trajetórias cruzadas**: Rocha Pombo e o seu “Paraná no Centenário” em Oitenta Anos de História. Niterói, 2013. 88 f. Monografia (Graduação em História). Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

TERRA, A. 13 de maio de 1888 – abolição da escravatura. In: BITTENCOURT, C. (org.) **Dicionário de datas históricas**. São Paulo: Contexto, 2007.

TREVISAN, G. H. **Concepções de educação e de história e saberes de formação do professor de História no Brasil, em Curitiba, entre as décadas de 1970 e 1980**. Curitiba, 2010.169 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Teologia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

TRINDADE, E. M. de C. **Clotildes ou Marias**: mulheres de Curitiba na Primeira República. SP: 1992. Dissertação (Doutorado) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

TRINDADE, E. M.; ANDREAZZA, M. L. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001. (História do Paraná – textos introdutórios)

TRINDADE, J. M. B. **Metamorfose**: De Criança a Menor (Curitiba, início do século XX). 1998. Tese (Doutorado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

TRINDADE, J. M. B. O livro didático e a produção historiográfica: reflexões sobre a dissensão. In: RIBEIRO, M. M. T. **Portugal-Brasil**: uma visão interdisciplinar do século XX. Actas do Colóquio, 2 a 5 de Abril de 2003. Coimbra: Quarteto, 2003.

TRINDADE, J. M. B.; SCHMIDT, M.A. M. dos S. **História da Infância no Paraná Republicano (1890-1964)** - Levantamento de Fontes. 1994. (Projeto de Pesquisa) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Biblioteca Central. Serviço de Informação sobre Livro Didático. **O que sabemos sobre livro didático**: catálogo analítico. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

VECHIA, A. **Imigração e educação em Curitiba** – 1853 – 1889. Tese (Doutorado em História). São Paulo, 1998. 339 f. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

VIANNA, J. G. X. V. **A Produção Didática de Rocha Pombo**: Análise de História da América e Nossa Pátria. (Monografia em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2009.

VÍCTOR, N. **Obra crítica**, 3 v. Rio de Janeiro: MEC; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1969.

VICTOR, N. Curitiba e o seu meio intelectual. In: **Almanaque Brasileiro Garnier**. Rio de Janeiro: Garnier, 1906. n. XI, ed. 17, p. 297 a 300.

WACHOVICZ, R. **História do Paraná**. 9 ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001. (Brasil Diferente)

WILLIAMS, R. **Cultura**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ZAINA, E. **Rocha Pombo**. Curitiba: s.n., 1957.

ZANIN, T. **A História da escolarização de Guaraniaçu**: da colonização aos nossos dias. UNIOESTE, 2010. Monografia.

## ACESSO DIGITAL

POMBO, R. Duas palavras sobre instrução pública. **A Escola**. Revista Brasileira de Educação e Ensino. Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, 6 jul. p. 163, 1877. Disponível em: <<https://www.bn.br>> Acesso em: 23 mai. 2015.

POMBO, R. As filhas brasileiras. **A Escola**. Revista Brasileira de Educação e Ensino. Rio de Janeiro, n. 8, v. 8, 23 fev.,/ 1878, p. 122-123. Disponível em: <<https://www.bn.br>> Acesso em: 22 mai. 2015.

POMBO, R. Dos palabras sobre instrucción. **La Revista del Plata**, Montevideu, 28 nov./1877, p. 370. Disponível em: <<http://www.bibliotecadelbicentenario.gub.uy/innovaportal/file/55042/1/clasicos-uru-vol23.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2015.

<[http://www.historia.ufpr.br/monografias/2006/1\\_sem\\_2006/larissa\\_selhorst\\_seixas.pdf](http://www.historia.ufpr.br/monografias/2006/1_sem_2006/larissa_selhorst_seixas.pdf)> Acesso em: 12 set. 2015

<[http://www.historia.ufpr.br/monografias/1999/monia\\_luciana\\_silvestrin.pdf](http://www.historia.ufpr.br/monografias/1999/monia_luciana_silvestrin.pdf)> Acesso em: 12 set.2015

<<http://www.aslegis.org.br/images/stories/cadernos/2009/Caderno37/p42-p60manifestorepublicano.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2016

<[https://www.google.com.br/search?q=rua+rocha+pombo+curitiba&espv=2&biw=1280&bih=699&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0CAcQ\\_AUoAmoVChMIh5W45r2byAIVxBaQCh2c3AXW#imgrc=qRCMVp9EcLHLsM%3A](https://www.google.com.br/search?q=rua+rocha+pombo+curitiba&espv=2&biw=1280&bih=699&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0CAcQ_AUoAmoVChMIh5W45r2byAIVxBaQCh2c3AXW#imgrc=qRCMVp9EcLHLsM%3A)> Acesso em: 08 ago 2015.

<[http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas/f/fcls/estado/escolas/en\\_dereco.xhtml](http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas/f/fcls/estado/escolas/en_dereco.xhtml)> Acesso em: 08 ago 2015.

<<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=185023828321433&set=a.104284213062062.7471.100004414506486&type=1&theater>> Acesso em: 21 set. 2015

<<http://www.mesrochapombo.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=11>> Acesso em: 21 set. 2015.

<<http://triaquimalucelli.blogspot.com.br/2013/06/fotos-antigas-de-morretenses.html>> Acesso em: 23 set. 2015.

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/IntelectuaisEstado/MinisterioEducacao>> Acesso em: 21 jun. 2016.

<<http://www.gazetadopovo.com.br/viver-bem/comportamento/uma-cidade-contada-em-familias/>> Acesso em: 21 jun. 2016.

## FONTES

### 1 - RELATÓRIO

PARANÁ. Governador (1920: Rocha). **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário Geral do Estado pelo Professor César Prieto Martinez Inspetor Geral do Ensino**. Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado, 1920.

PARANÁ. Governador (1922: Camargo). **Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros 1892 a1930. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado pelo Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado do Paraná**. Segunda Sessão da 14ª Legislatura em 1º de Fevereiro de 1919. p. 5.

### 2- LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Presidente (1980: Figueiredo). **Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1917**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: MEC, 1980.

### 3 – REGULAMENTOS E PROGRAMAS DE ENSINO:

PARANÁ. Governador (1890: Guimarães). **Decreto n. 31. Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná**. 1890.

PARANÁ. Governador (1916: Camargo). **Programas de ensino e sua execução nos institutos públicos do curso primário**. Curitiba: [s.n.], 1916.

PARANÁ. Governador (1921: Rocha). **Instruções aos professores do Estado do Paraná**. Curitiba: Livraria Econômica, 1921a.

PARANÁ. Governador (1921: Rocha). **Programa dos Grupos Escolares do Estado do Paraná**. Curitiba: Irmãos Guimarães & Cia, 1921b.

### 4 – JORNAIS:

A Idea, Curitiba, n. 7, 1 de jan.,1889. ano i, p. 4. Arcadia Paranaense.

A Idea, Curitiba, n. 8, 16 de jan.,1889.ano i, p.2. (nota)

A Notícia, Rio de Janeiro, n. 146, 21/22 de jun.,1901. ano viii, p. 2.

A Notícia, Rio de Janeiro, n. 146, 16/17 de abr.,1903. ano x, p. 4. (anúncio publicitário do livro História da América para uso da escola primária)

A Notícia, Rio de Janeiro, n. 215, 6,7 de set., 1905. Ano xii, p. 2. (nota)

A República, Curitiba, n. 3, 15 de jan.,1888. p. 2. Dez annos depois...

A República, Curitiba, n. 3, 30 de jan.,1888. p. 2. Dez annos depois...

A República, Curitiba, n. 11, 15 de mar.,1888. p. 2. Festa republicana.

A República, Curitiba, n. 13, 27 de mar.,1888. ano III, p. 2; 3. Confederação Abolicionista do Paraná. Ao commercio de Curytiba.

A República, Curitiba, n. 14, 3 de abr.,1888. ano III. p. 3. Confederação Abolicionista.

A República, Curitiba, n. 15, 9 de abr.,1888. ano III. p. 3. Meeting abolicionista.

A República, Curitiba, n. 17, 27 de abr.,1888. ano III. p. 3. Associação dos Artistas.

A República, Curitiba, n. 27, 23 de jul.,1888. ano III. p. 3. "Diario Popular"

A República, Curitiba, n. 56, 6 de dez.,1889. ano IV. p. 2. Anjo.

A República, Curitiba, n. 64, 15 de dez.,1889. ano IV. p. 1. Expediente do mez de Novembro.

A República, Curitiba, n. 44, 21 de nov., 1889. ano IV, p. 2. À redacção da Republica.

A República, Curitiba, n. 68, 20 de dez.,1889. ano IV. p. 2. Arcadia Paranaense.

A República, Curitiba, n. 75, 28 de dez.,1889. ano IV. p. 2. Orçamento para 1890.

A República, Curitiba, n. 36, 12 de fev.,1890. ano V. p. 2. Conferencia.

A República, Curitiba, ,n. 92. 18 de abri.,1890. ano V. p. 2. Communicado. O Littoral do Paraná e a Sociedade Central de Imigração.

A República, Curitiba, n. 97, 24 de abr.,1890. ano V. p. 2; 3. Communicado. O Littoral do Paraná e a Sociedade Central de Imigração. II

A República, Curitiba, n. 135.10 de jun.,1890. p. 1. Parte official do governo do estado – expediente do mez de Maio de 1890. Dia 30. Actos.

A República, Curitiba, n. 152, 1º de jul.,1890.ano V,.p. 1 e 2. Decreto n. 90.

A República, Curitiba, n. 156, 5 de jul.,1890. p. 3. Passageiros.

A República, Curitiba, n. 187, 12 de ago.,1890. p. 3. Telegramas.

A República, Curitiba, n. 629, 6 de mar.,1892. ano VII. p. 1. Folhetim.

A República, Curitiba, n. 163, 5 de ago.,1893.ano VIII. p. 2. Secção Livre. Diario do Commercio.

A República, Curitiba, n. 830, 11 de dez.,1892. ano VII. p. 2. Leis sancionadas.

A República, Curitiba, n. 830, 11 de dez.,1892. ano VII. p. 2. Bonds.

A República, Curitiba, n. 830, 11 de dez.,1892. ano VII. p. 2. (nota)

A República, Curitiba, n. 831, 13 de dez.,1892. ano VI. p. 2. Parte Official. Governo do Estado.

A República, Curitiba, n. 85, 23 de abr,1893. ano VIII. p. 3. Universidade.

República, Curitiba, n. 96. 10 de maio.,1893. ano VIII. p.1;2. Parte Official. Governo do Estado. Secretaria das obras publicas.

A República, Curitiba n. 97,, 11 de maio.,1893. ano VIII. p. 2. “Companhia Typographica”

A República, Curitiba, n. 163, 5 de ago.,1893. ano VIII. p. 2. Secção livre. Diario do Commercio.

A República, Curitiba, n. 119, 24 de maio.,1895. ano X. p. 1. Diario do Commercio.

A República, Curitiba, n. 219, 20 de set., 1895. Ano X. p. 1. Serra Mar IV.

A República, Curitiba, n. 74, 4 de abr., 1897. ano xii. P. 1. (nota)

A República, Curitiba, n. 74, 4 de abr., 1897. ano xii. P. 1. (nota)

A República, Curitiba, n. 77, 4 de abr., 1903. ano XVIII. p.2. Rocha Pombo.

A República, Curitiba, n. 37, 14 de fev.,1906.ano XXI. p. 1. Circulo Paranaense.

A Rua, Rio de Janeiro, n. 320, 19 de nov.,1915. ano II. p. 2. O Dr. Alfredo Varella elogio o esforço de um editor.

A Rua, Rio de Janeiro, n. 21. 22 de jan.,1916. ano III. . p. 3. Deputados estadoaes que chegam ao Paraná.

A Rua, Rio de Janeiro, n. 90, 24 de mar.,1916. ano III. p. 5. O Gymnasio Pio Americano.

A Rua, Rio de Janeiro, n. 46, 16 de fev.,1917. p. 2. ano IV. Novas & Ecos.

A Rua, Rio de Janeiro, n. 190. 14 de jul.,1917. ano iii. p. 1.O centenário de nossa independencia. Rocha Pombo vae colligir no Norte dados para uma obra commemorativa. O programma do historiador

A Rua, Rio de Janeiro, n. 193. 17de jul.,1917. ano IV. p. 2. Obra commemorativa.

A Rua, Rio de Janeiro, n. 194. 18 de jul.,1917. ano IV. p. 4. O centenário da independencia. Rocha Pombo vae colher dados para a sua obra

A Rua, Rio de Janeiro, n. 197. 21 de jul.,1917. ano IV. p.2. O historiador Rocha Pombo embarcou para o norte.

A Rua, Rio de Janeiro, n. 197. 21 de jul.,1917. ano IV. p.5. Notas sociaes. Viajantes.

A Rua. Rio de Janeiro, n. 212. 5 de ago.,1917. ano IV. p.2. O historiador Rocha Pombo, na Bahia.

A Rua, Rio de Janeiro, n. 246. 8 set.,1917. ano IV. p.2. O centenario da independencia e a peregrinação de Rocha Pombo.

A Rua, Rio de Janeiro, n. 258. 21 de set.,1917. ano IV. p.2. O historiador Rocha Pombo chegou à Parayba.

A Rua, Rio de Janeiro, n. 259. 22 de set.,1917. ano IV. p.2. O Dr. Rocha Pombo na Parayba.

A Rua, Rio de Janeiro, n. 260. 23 de set., 1917. ano IV. p.2. Rocha Pombo na Parayba.

A Rua, Rio de Janeiro, n. 264. 27 de set.,1917. ano IV. p.3. Homenagem a Rocha Pombo na Parayba.

A Rua, Rio de Janeiro, n. 265. 28 de set.,1917. ano IV. p.5. A viagem do historiador Rocha Pombo

A Rua, Rio de Janeiro, n. 275. 8 de out.,1917. ano IV. p.4. O historiador Rocha Pombo é bem acolhido no Ceará.

A Rua, Rio de Janeiro, n. 323, 25 de nov.,1917. ano IV. p.2. O historiador Rocha Pombo regressa amanhã

A Rua, Rio de Janeiro, n. 325. 27 de nov.,1917. ano IV. p.5. O historiador Rocha Pombo em viagem

A Rua, Rio de Janeiro, n. 332. 4 de dez.,1917. ano IV. p.4.O regresso de Rocha Pombo – o que o grande historiador diz do norte

A Rua, Rio de Janeiro, n. 334. 6 de dez.1917. ano IV. p.4. É pena que o Sr. Wencesláo não possa ser reeleito durante vinte annos !

A Rua, Rio de Janeiro, n. 111. 5 de maio.1920. ano VI.. p.2. Na escola normal.

A Rua, Rio de Janeiro, n. 157. 28 de jun. . ano VI. p.2. As conferencias do curso jacobina.

A Rua, Rio de Janeiro, n. 85. 10 de abr., ano XI. p.3. O Paraná já tem a sua academia.

A Tribuna, Curytyba, n. 18.17 de out.1895. ano I. p. 2. (nota)

A Tribuna, Curytyba, n. 23. 29 de out.1895. ano I. p. 2. Litteratura Paranaense.

A Tribuna, Curytyba, n. 30. 19 de nov.1895. ano I. p. 1. (nota)

A Tribuna, Curytyba, n. 34. 28 de nov.1895. ano I. p. 1. (nota)

A Tribuna, Curytyba, n. 42. 17 de dez.1895. ano I. p. 3. Collegio Santa Helena.

A Vida Litteraria, Curityba, n. 4. 29 de jul.1887. ano 1, p. 4. Rocha Pombo.

A Vida Litteraria, Curityba, n. 4. 29 de jul. 1887. ano 1, p. 4. Perfil litterario.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, n. 10964. 18 de set. 1930. ano xxx. p. 5. (nota)

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, n. 11.188.7 de jun.1931. ano xxx. p. 6. Homenagens

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, n. 11.468.1º de maio. 1932. ano xxxi.p. 3. (nota)

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, n. 11.830. 27 de jun. 1933. ano xxxiii. p. 3. Um escriptor illustre que desaparece.

Correio do Paraná, Curityba, n. 178. 19 de dez.,1932. ano i. O futuro do Paraná.

Correio do Paraná, Curityba, n. 227.14 de fev.,1933. anno ii. Uma homenagem a Rocha Pombo.

Correio do Paraná, Curityba, n. 334. 27 de jun.,1933. anno ii. p. 1. Rocha Pombo.

Correio do Paraná, Curityba, n. 337. 30 de jun.,1933. anno ii. p. 2 . Morretes.

Correio do Paraná, Curityba, n. 352. 14de jul.,1933. anno ii. p. 2. Morretes.

Correio do Paraná, Curityba, n.. 361. 26 de jul.,1933. anno ii. p. 2 . Um novo gremio.

Correio do Paraná, Curityba, n.. 541. 4 de mar.,1934. anno iii. p. 4 . Uma grande casa de ensino.

Correio Paulistano, São Paulo, n. 16536, 20 de ago., 1909. p. 1. (nota)

Correio Paulistano, São Paulo, n. 23,17 de fev.,1929. 180. p. 12/13. Nomeações.

Correio Paulistano, São Paulo, n. 23.780. 5 de fev.,1930. p. 3. Pelo ensino primario.

Correio Paulistano, São Paulo, n. 24.189. 31 de jan.,1935. anno lxxi. p. 11. Ruas novas.

Correio Paulistano, São Paulo, n. 24.811. 31 de jan.,1937. anno lxxiii. p. 32. Livros aprovados.

Correio Paulistano, São Paulo, n. 25.287. 16 de ago.,1938.. anno lxxv. p. 7.Historia do Brazil de Rocha Pombo.

Der Pionier, n. 46, 19 nov., 1887. 5/8. Diario Popular.

Dezenove de Dezembro, Curytiba, n. 1640.15 de set.,1875. ano xxii. p. 1. Parte Official. Governo Provincial. Extracto do expediente da presidencia do mez de agosto. Dia 18.

Dezenove de Dezembro, Curytiba, n. 46, 26 de fev. 1886. ano xxxiii, p. 1.

Dezenove de Dezembro, Curytiba, n. 248, 23 de dez. 1886. ano xxxiii, p. 1.

Dezenove de Dezembro, Curytiba, n. 7, 11 de jan. 1887. ano xxxiv, p. 4.

Dezenove de Dezembro, Curytiba, n. 7.11 de jan.,1887. ano xxxiv. p. 4.

Dezenove de Dezembro, Curytiba, n. 112, 11 de set.,1889. ano xxxvii. p. 1.

Dezenove de Dezembro, Curytiba, n. 183, 11 de dez.,1889. ano xxxvii. p. 1. Liga Patriótica dos Paranaenses.

Diario Carioca, Rio de Janeiro, n. 565. 20 de abr., 1930. ano iii. p. 1. A data comemorativa da execução de Tiradentes. A conferência de Rocha Pombo no Collegio Souza Marques.

Diario Carioca, Rio de Janeiro, n. 566. 22 de abr.,1930. ano iii.. p. 3. O aniversario da execução de Tiradentes.

Diario Carioca, Rio de Janeiro, n. 577. 4 de maio., ano iii. p. 10. Carta aberta.

Diario Carioca, Rio de Janeiro, n.11468. 1º de maio. 1932. Ano xxxi, p. 3. (nota)

Diario Carioca, Rio de Janeiro, n. 1414. 18 de mar.,1933. ano vi. p. 3. O novo immortal. O Sr. Rocha Pombo.

Diario Carioca, Rio de Janeiro, n. 1500. 27 de jun.,1933. ano vi. p. 2. Falleceu ontem o notável historiador Rocha Pombo

Diario Carioca, Rio de Janeiro, n. 1503. 30 de jun., 1933. ano vi. p. 3. Uma eloqüente despedida aos despojos illustres de Rocha Pombo.

Diario Carioca, Rio de Janeiro, n. 1506. 4 de jul.,1933. ano vi. p. 3. Rocha Pombo. Uma homenagem do Collegio Batista.

Diario Carioca, Rio de Janeiro, n. 1865. 28 de jan.,1934. ano vii.. p. 22. Rocha Pombo.

Diario Carioca, Rio de Janeiro, n. 1865. 18 de jun.,1938. ano vii.. p. 6. Protecção legal aos intellectuaes.

Diario da Noite, Rio de Janeiro, n. 371, 3 de mar.,1933. ano v.. p. 2. A aposentadoria do Professor Rocha Pombo.

Diario do Commercio, Curityba, n. 735. 23 de nov.,1893. ano iii. p. 1. Paraná.

Diário do Paraná, Curitiba, 11 de ago.,1956. p. 7. Centenário de Rocha Pombo.

Gazeta Paranaense, Curitiba, n. 63. 19 de mar.,1889. ano xiii. p. 2 . Exposição annual.

Gazeta Paranaense, Curitiba, n. 118. 28 de maio.,1889. ano xiii. p. 3. Conferencia.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, n. 216, 4 de ago.,1900. ano x. p. 3. Associações. Instituto Histórico – sessão ordinária em 3 de agosto de 1900.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, n. 288, 15 de out.,1900. ano x. p. 3. Associações. Associação Promotora da Instrucção.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, n. 164, 13 de jun.,1901. ano xi. p. 3.

Associações. Associação Promotora da Instrução.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, n. 79. 19 de mar.,1904. ano xiv, p. 3. O operariado. Universidade Popular de Ensino Livre.

O Combate, São Paulo, n. 658, 17 de jul.,1917. ano iii.. p. 2. Obra comemorativa.

O Combate, São Paulo, n. 781, 13 de dez.,1917. ano iii. p. 4. Nótulas de ocasião. Uma tristeza contemporânea.

O Paranaense, Curitiba, n. 161, 12 de out.,1881. ano v.

O Povo, Morretes, n. 19, 6 de jul., 1879. , ano I. p. 2.

Paraná Esportivo, Curitiba, n. 2530, ano x, 1952 a 1963, p. 9. XV de Novembro 3 X Rocha Pombo 1. a

Paraná Esportivo, Curitiba, n. 2531, 22 de mar., 1957, ano x, 1952 a 1963, p. 3. (nota) b

Paraná Esportivo, Curitiba, n. 3.142, ano xii,. 1952 a 1963, p. 3. Rua Rocha Pombo ou avenida queijo de minas. c

Paraná Esportivo, Curitiba, n. 3.165, ano xii, 1952 a 1963, p. 3. Rocha Pombo e o “caminho do inferno”. d

Paraná Esportivo, Curitiba, n. 3.165, 20 de julho de 1957, p. 3, ano xii, 1952 a 1963, p. 3. (Samba) e

Revista Brasileira – Fase VI – Janeiro/Dezembro – 1980 – Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. Jan. Dez. Ano VI – nº 6. p. 176-177

Sete de Março, Corityba, n. 48, 16 de mar., 1889. p. 2.

Sete de Março, Corityba, n. 48, 16 de mar., 1889. p. 3. Notas e factos.

## **5 - REVISTAS**

Almanach do Paraná para 1900 – (1826 a 1929). Curitiba. p. 139. Festas nacionaes.

Almanak da Provincia do Parana, Curitiba, p. 232.

Almanak da Provincia do Parana, Curitiba, p. 234.

Almanach Paranaense 1900, Curitiba, 1900.

Almanaque Brasileiro Garnier, Rio de Janeiro, 1914.

America Latina (revista de arte e pensamento), Rio de Janeiro, 1919.

“Autores e Livros”, “Autores e Livros”, suplemento literário de A Manhã. Rio de Janeiro, vol. VI, 1944.

A Escola, Curitiba, n. 3, abr., 1906. ano I. O Herói dos Heróis.

A Escola, Curitiba, n. 1, fev., 1906. Noticiário – Dr. Vicente Machado; Colaboração.

A Escola, Curitiba, n. 8 e 9, ago. e set., 1907. p. 127. A Escola-Modelo Anglo-Saxonia.

A Escola, Curitiba, n. 10 e 11, nov. e dez., 1909. O Regulamento de ensino.

A Escola, Curitiba, n. 7 a 12, jul. a dez., 1910. Nossa Revista.

A Escola. Rio de Janeiro, 166/187, p. 275. 1877, Comunicado.

A Escola, Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, 6 jul., 1877. p. 163. Duas palavras sobre instrução pública.

A Escola, Rio de Janeiro, 1877. p. 275. Duas palavras sobre instrução pública.

A Escola. Rio de Janeiro, n. 8, v.8, 23 de fev., 1878. ano II. As filhas brasileiras.

Revista do Paraná, Curitiba, n. 3, 6 nov., 1887. Diário Popular.

La Revista del Plata, Montevideo, n. 1, 28 de nov., 1877. ano 1. p. 371. Dos palabras sobre instrucción pública.

Revista Brasileira, Fase VI. jan/dez – 1980 – Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. n. 6, ano VI, p. 176.

## **5 - LIVROS DIDÁTICOS:**

CARDIM, C. A. G. **As comemorações cívicas e as festas escolares.** São Paulo: Augusto Siqueira & C., 1916.

COELHO, H. **Princípios de Educação Moral e Cívica.** 17ª ed.. São Paulo: Casa Vanordem, 1915.

SOUZA, V. de; SOUZA, L. de. **Pontos de nossa história.** Curitiba: Rocha & Velloso, 1912.

**Pequena História do Brasil.** Rio de Janeiro: FTD, 1918.

POMBO, J. F. da R. **Nossa Pátria:** narração dos factos da história do Brasil, através da sua evolução com muitas gravuras explicativas. 1 ed. São Paulo: Weisflog irmãos, 1917.

POMBO, J. F. da R. **Nossa Pátria:** narração dos factos da história do Brasil, através da sua evolução com muitas gravuras explicativas. 10 ed. São Paulo: Weisflog irmãos, 1920.

POMBO, J. F. da R. **História do Paraná.** (Resumo didactico). São Paulo: Melhoramentos, 1929.

POMBO, J. F. da R. **Nossa Pátria:** narração dos factos da história do Brasil, através da sua evolução com muitas gravuras explicativas. 67 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1932.

POMBO, J. F. da R. **Nossa Pátria:** narração dos factos da história do Brasil, através da sua evolução com muitas gravuras explicativas. 79 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1939.

POMBO, J. F. da R. **Nossa Pátria:** narração dos fatos da história do Brasil, através da sua evolução. 81 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1947.

POMBO, J. F. da R. **Nossa Pátria:** narração dos fatos da história do Brasil, através da sua evolução. 83 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1949.

POMBO, J. F. da R. **Pequena História do Brasil.** Nossa Pátria: narração dos fatos da história do Brasil, através da sua evolução. Revista e atualizada pelo Prof. Lourenço Filho. Ilustrações de Fernando Dias da Silva e Heros Lima. 86 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

POMBO, J. F. da R. **Pequena História do Brasil.** Nossa Pátria: narração dos fatos da história do Brasil, através da sua evolução. Revista e atualizada pelo Prof. Lourenço Filho. Ilustrações de Fernando Dias da Silva e Heros Lima. 88 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1970.

SABÓIA, A. da C.; FERNANDES, H. V. **Antologia didática de escritores paranaenses** (Cursos ginásial, colegial e normal). Tomo I. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1970.

## **6 - OBRAS:**

COUTINHO, A. J. F. **Datas brasileiras.** Porto Alegre: Livraria do Globo, 1939.

**Dicionário Histórico-Biográfico Do Paraná.** Curitiba: Livraria do Chain, 1991.

DORFMUND, L. P. **O Estado do Paraná**: elementos de História e Geografia. Ghignone: Curitiba, 1958.

MURICY, A. **Panorama do conto paranaense**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1979.

NABUCO, J. **O Abolicionismo**. Petrópolis: Vozes, 2012. (Vozes de Bolso)

PARANÁ, S. **O Brasil e o Paraná**: para uso das escolas primarias. 18 ed. Curitiba: Livraria Mundial, 1928.

PILOTTO, W. **Rocha Pombo**. Curitiba: s.d., 1953.

POMBO, J. F. da R. **História do Brasil**. (Curso superior). 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1924.

POMBO, J. F. da R. **História do Brasil**. (Curso superior). Revista e atualizada por Helio Vianna. 7 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

POMBO, J. F. da R. **História do Brasil**. (Curso superior). Revista e atualizada por Helio Vianna. 14 ed.. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

POMBO, J. F. da R. **O Paraná no Centenário**: 1500-1900. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Curitiba: / Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1980.

POMBO, J. F. da R. **Para a história**: notas sobre a invasão federalista no estado do Paraná. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1980.

SABÓIA, A; FERNANDES, H. V. Rocha Pombo. MEIRELLES, E. In: **Antologia de escritores paranaenses**. Tomo I. Curitiba: Vicentina, 1970.

SILVA, A. C. S. da. **O Padre Cicero e a População do Nordeste** (Elementos de defesa, historia, folklore e propaganda). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927

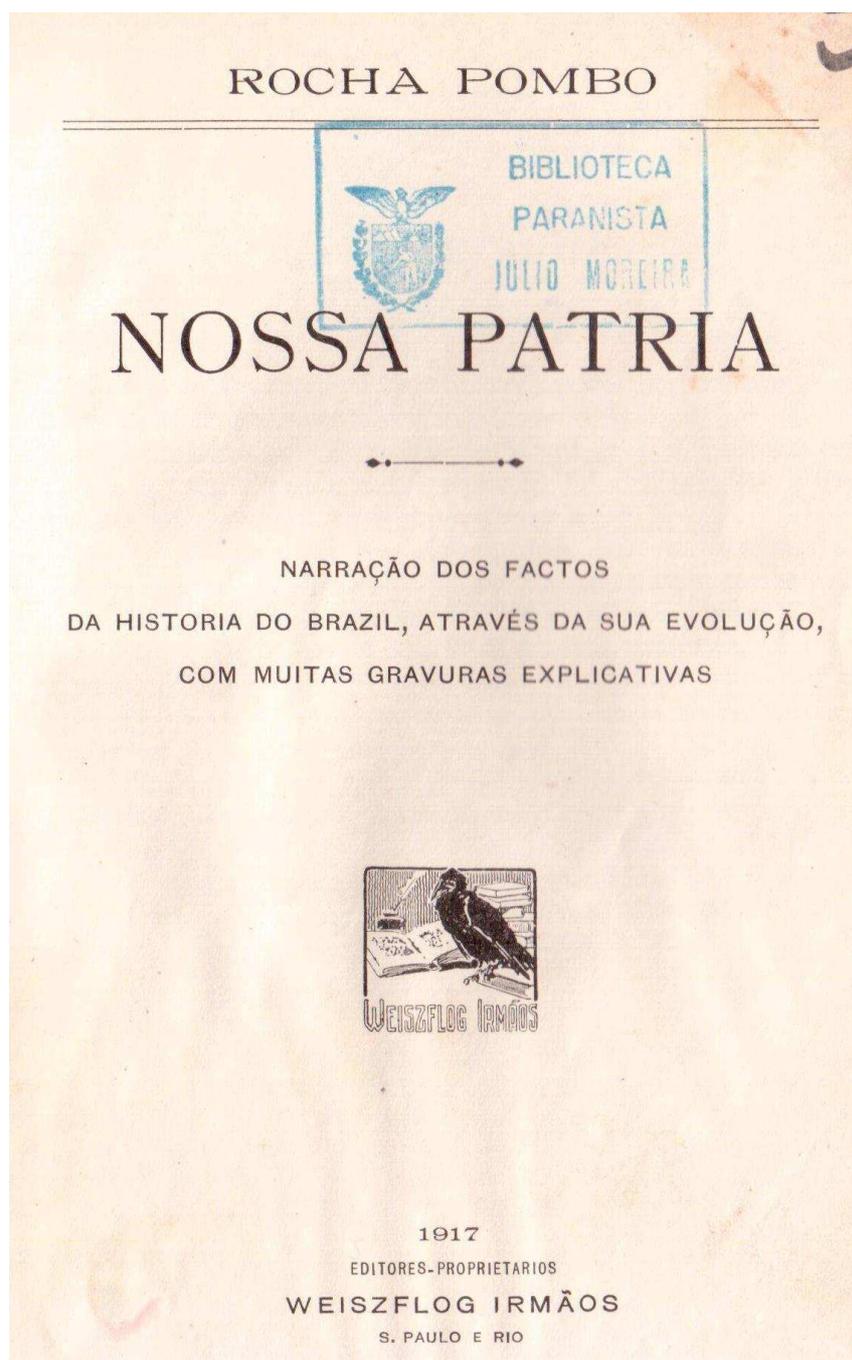
STRAUBE, E. C. **Símbolos do Paraná**: evolução histórica - 1853 a 1984. Curitiba: Imprensa Oficial, 1987.

THOMAS, C. M. **Primeiras lições de História do Brasil**: perguntas e respostas. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1928.

## ANEXOS

## ANEXO A – NOSSA PÁTRIA / 1ª ED. 1917

## A 1 - FOLHA DE ROSTO, DO LIVRO NOSSA PÁTRIA, 1ª ED. - 1917



## A 2 - SINOPSE DO LIVRO NOSSA PÁTRIA, 1ª ED. - 1917

## SYNOPSIS

DOS

## QUATRO SÉCULOS DA NOSSA HISTÓRIA

## PRIMEIRO SÉCULO (XVI)

**Característica geral:** Exploração da costa. — Povoamento do litoral. — Lutas com os índios. — Os Jesuítas. — Repulsa de piratas. — Cidades, villas, povoações, *engenhos*, *fazendas*. — **Economia geral:** assucar, algodão, tabaco, especiarias, madeiras. — Comercio regular com a metropole. — **Cultura:** chronicas da terra (Gabriel Soares, Gandavo, Cardim, etc.); cartas, annuas, e outros papeis dos padres Jesuítas; *diários* de navegação, etc.

<p><b>Antes de 1500</b></p>	<p>Durante quasi todo o seculo XV fizeram os portuguezes o vasto movimento maritimo de que resultou a descoberta da America e em seguida a do Brazil.</p>
<p><b>1500 Descobrimto do Brazil</b></p>	<p>D. Manuel, o monarcha <i>Venturoso</i>. — Pedro Alvares Cabral. — O monte Paschoal. — Caminha; — a sua celebre carta a D. Manuel. — A primeira Missa. — Frei Henrique de Coimbra. — Vera Cruz. — Santa Cruz. — Brazil.</p>
<p><b>A terra</b></p>	<p>Extensão da costa. — Clima. — Natureza. — Características geographicas. — A flora. — A fauna. — As gentes que a habitavam; — origens provaveis; — religião; — familia; — a lingua; — os costumes; — tradições; — lendas; — instinctos dominantes; — industrias.</p>

A 3

154 NOSSA PATRIA		SYNOPSIS DOS QUATRO SÉCULOS DA NOSSA HISTÓRIA 155	
<b>1500 - 1528</b> Primeiras explorações	André Gonçalves ou Gaspar de Lemos (1501). — Gonçalo Coelho. — Americo Vesputio. — Demora da segunda expedição (1503) no Rio de Janeiro. — Christovam Jacques. — E outros que conheceram a costa nos primeiros tempos.	<b>1580</b> Dominio de Hespanha	D. Sebastião. — Guerra aos mouros. — Alcacor-Kibir. — Cardeal D. Henrique. — Filipe I de Hespanha. — As Côrtes de Thomar.
<b>1532</b> Primeiras colonias	Martim Affonso. — Pero Lopes. — Traficantes francezes. — Estação no Rio de Janeiro; primeira entrada no sertão. — Cananea; segunda entrada (Pero Lobo). — Ilha dos Patos. — Rio da Prata. — Volta a S. Vicente. — Fundação da Villa. — João Ramalho. — Piratininga. — Braz Cubas (fundação de Santos).	<b>1583 - 1595</b> Pirataria	Feuton (1583). Withrington. — Cavendish (1591). — Cook. — Morgan (1591). — Lancaster e Venner (1595).
<b>1534</b> Donatarias	S. Vicente. — S. Thomé. — Espírito Santo. — Porto Seguro. — Ilheus. — Bahia. — Pernambuco. — Itamaracá. — Parahyba; e mais tres para o norte. — Lineamentos da futura divisão administrativa.	<b>SEGUNDO SÉCULO (XVII)</b>	
<b>1549</b> Governo geral	Thomé de Souza. — Fundação da Bahia. — Primeiros missionarios. — Duarte da Costa. — O primeiro Bispo. — Obra dos Jesuitas. — Anchieta e Nobrega. — Fundação de S. Paulo.	<b>Caracteristica geral:</b> Defesa da terra contra pretensões de intrusos, principalmente francezes e flamengos. — Expansão do dominio: conquista do interior. — Os <i>bandeirantes</i> . — <b>Economia geral:</b> largo incremento das industrias que se tornaram fundamentais da riqueza: — assucar, algodão, tabaco, cereaes, madeiras, criação, pesca. — <b>Cultura:</b> Collegios dos padres em todas as capitánias; seminário na Bahia. — Fr. Vicente do Salvador. — Simão de Vasconcellos, Rocha Pitta, Gregorio de Mattos, Manuel de Moraes.	
<b>1567</b> Fundação do Rio de Janeiro	Os francezes na Guanabara. — Villegaignon. — Bois le Comte. — Lery. — O forte de <i>Coligny</i> . — Estacio de Sá. — S. Sebastião do Rio de Janeiro. — Mem de Sá. — Confederação dos Tamoiros. — Expulsão dos francezes. — Trasladação da cidade para o morro que se chamou do Castello. — Morte de Estacio de Sá. — Salvador de Sá.	<b>1612 - 1615</b> Francezes no Maranhão	Traficantes francezes nas costas do norte. — Riffault. — Des Vaux. — De la Touche. — Fundação de S. Luiz. — Jeronimo de Albuquerque. — Diogo de Campos. — Expulsão dos francezes. — Castello Branco: fundação de Belem.
<b>1572</b> Dois governos	D. Luiz de Vasconcellos. — Morto em viagem. — Dois governos: Luiz de Brito (norte); — Dr. Salema (sul). — Luctas com os francezes de Cabo Frio.	<b>1624 - 1625</b> Os holandezes na Bahia	Companhia Hollandeza das Indias Occidentaes. — Johan van Dorth. — Jacob Willekens. — Pieter Heyn. — O Bispo D. Marcos Teixeira. — D. Fradique de Toledo. — Restauração da Bahia.
<b>1578</b> De novo um só governo	Luiz de Brito. — Lourenço da Veiga. — Guerra a entrelopos. — Colonização da Parahyba. — Fructuoso Barbosa. — Exploração do rio S. Francisco. — João Coelho de Souza. — Adorno á procura de esmeraldas.	<b>1630 - 1654</b> Os holandezes em Pernambuco	Mathias de Albuquerque. — Lonck. — Waerdenburch. — Desembarque dos holandezes na praia do Pau Amarello. — Olinda. — Salvador de Azevedo. — Antonio Lima (no forte de S. Jorge). — <i>Arraial do Bom Jesus</i> . — Companhias de emboscada. — Ouquendo. — Calabar. — Queda do <i>Arraial do Bom Jesus</i> . — Retirada dos pernambucanos para o sul. — Rojas y Borjas. — Bagnuolo. — Nassau. — A sua obra. — Conde da Torre.

A 4

156 NOSSA PATRIA		SYNOPSIS DOS QUATRO SÉCULOS DA NOSSA HISTÓRIA 157	
<b>Reacção nacional</b>	Restauração de Portugal. — D. João IV. — Insurreição dos maranhenses. — João Fernandes Vieira. — André Vidal. — Dias Cardoso. — Henrique Dias. — Camarão. — Monte das Taboas. — Casa Forte. — <i>Novo Arraial do Bom Jesus</i> . — Guararapes. — Campina do Tabora.	demias no Rio, em Minas, na Bahia, em Pernambuco. — Basilio da Gama, Santa Rita Durão, Claudio Manuel da Costa, Silva Alvarenga, Alvarenga Peixoto, Gonzaga, Itaparica, Antonio José, etc.	
<b>1628 - 1722</b> Expansão geographica	Epoca das grandes bandeiras que devassam todo o continente sul. — Reposo em 1628. — Fernando Dias em 1661. — Mathias Cardoso em 1669. — Paschoal de Araujo em 1672. — Lourenço Taques em 1675. — Paschoal Moreira em 1717. — Antonio Pires de Campos em 1718. — Bartholomeu Bueno — o Anhanguera, pai, em 1682; e filho, em 1722.	<b>1708</b> Guerra dos emboabas	A descoberta das minas produz grandes alvoroços na colonia e na metropole. — Affluencia em tumulto para a região das minas. — Paulistas e <i>emboabas</i> . — Nunes Vianna. — Sabará. — Capão da Traição. — Antonio de Albuquerque.
<b>1680</b> Colonia do Sacramento	Portugal quer o Prata como fronteira. — D. Manuel Lobo vai fundar a colonia do Sacramento. — Ataque e tomada da colonia pelos hespanhoes de Buenos Aires. — Prisão de Manuel Lobo. — Disputas tremendas até a paz de 1801.	<b>1710</b> Guerra dos Mascates	O espirito da terra e os adventicios. — Olinda e Recife. — Castro Caldas. — Vieira de Mello. — O Bispo Alves da Costa. — O novo Governador Felix Machado.
<b>1684</b> Revolta de Beckman	Indisposição dos maranhenses contra monopolos da Companhia de Commercio. — Manuel Beckman. — Lazaro de Mello. — Gomes Freire de Andrade.	<b>1710 - 1711</b> Duclere e Duguay-Trouin	Repercussão, na America, dos dissidios internacionais da Europa. — Expedição de Duclere contra o Rio de Janeiro. — Desembarque em Guaratiba. — Castro Moraes. — Amaral Coutinho. — Fr. Francisco de Menezes. — Sorte de Duclere. — Expedição de Duguay-Trouin. — Cidade entrega-se. — Saque. — Resgate.
<b>1695</b> Palmares	Protestos contra a escravidão. — Quilombos. — Os quilombos de Palmares. — Expedições contra elles mandadas. — Gangazuma. — Domingos Jorge Velho. — Zumbi.	<b>1720</b> Rebellião em Minas	Contra a oppressão colonial. — As fundições de ouro. — Sedições em varios pontos da região mineira. — Pitanguy. — Villa Rica. — Conde de Assumar. — Filipe dos Santos.
<b>TERCEIRO SÉCULO (XVIII)</b>		<b>1750 - 1801</b> Questões de fronteiras	O Tratado de Tordesillas. — As conquistas dos bandeirantes. — Tratado de Madrid. — As Sete Missões do Uruguay. — Gomes Freire. — Valdeiros. — Os Jesuitas. — Marquez de Pombal. — Tratado de Santo Ildefonso. — Paz de 1801.
<b>Caracteristica geral:</b> Seculo do ouro. — A riqueza das minas alevanta o espirito dos colonos. — O sentimento da terra imperioso. — A aspiração da independencia — dominante. — <b>Economia interna:</b> alem da mineração, toma, nas capitánias do norte, a maior importancia a industria do assucar; e as outras que por ali se haviam creado; — nas capitánias do sul, desenvolve-se a industria pastoril. — Extendese e amplia-se o commercio com o exterior. — <b>Cultura:</b> larga ecclosião intellectual nos grandes centros: Villa Rica, Rio de Janeiro, S. Paulo, Bahia, Pernambuco. — Aca-		<b>1789</b> Inconfidencia mineira	Aversão ao regimen colonial. — Minas Geraes — centro de animadversão contra a metropole. — Claudio, Gonzaga, Alvarenga, Andrade. — Tiradentes. — Visconde de Barbacena. — Joaquim Silveiro. — Devassa. — Conde de Rezende.

## A 5 - ÍNDICE DO LIVRO NOSSA PÁTRIA, 1ª ED. - 1917

ÍNDICE	
I . . . . .	Nossa Patria . . . . .
II . . . . .	A bandeira da nossa Patria . . . . .
III . . . . .	A nossa independencia . . . . .
IV . . . . .	José Bonifacio . . . . .
V . . . . .	A Terra e a America . . . . .
VI . . . . .	D. Henrique — o Navegador . . . . .
VII . . . . .	Descobrimto do Brazil . . . . .
VIII . . . . .	A primeira colonia . . . . .
IX . . . . .	Os indios . . . . .
X . . . . .	Os africanos . . . . .
XI . . . . .	Os europeus . . . . .
XII . . . . .	Como se começou a fazer o governo da coloni . . . . .
XIII . . . . .	Os Jesuitas . . . . .
XIV . . . . .	Fundação de cidades e villas . . . . .
XV . . . . .	Como se vivia nas villas . . . . .
XVI . . . . .	A vida nos sitios . . . . .
XVII . . . . .	Quilombos . . . . .
XVIII . . . . .	Tempos que passaram . . . . .
XIX . . . . .	O que era o paiz . . . . .
XX . . . . .	Como a terra foi cobiçada por estrangeiros . . . . .
XXI . . . . .	Tentativas de francezes . . . . .
XXII . . . . .	Tentativas de hollandezes . . . . .
XXIII . . . . .	Sentimento de patria . . . . .
XXIV . . . . .	Os bandeirantes . . . . .
XXV . . . . .	As minas . . . . .
XXVI . . . . .	Como o rei de Portugal governava o Brazil . . . . .
XXVII . . . . .	Os impostos e os abusos . . . . .
XXVIII . . . . .	Como foram os colonos resentindo-se do rei . . . . .
XXIX . . . . .	Como os colonos mostraram os seus resentime . . . . .
XXX . . . . .	Ainda outros males . . . . .

162	ÍNDICE
XXXI . . . . .	Não era possivel continuar . . . . .
XXXII . . . . .	O Rei no Brazil . . . . .
XXXIII . . . . .	Retirada do Rei . . . . .
XXXIV . . . . .	O grito do Ypiranga . . . . .
XXXV . . . . .	Retira-se D. Pedro I . . . . .
XXXVI . . . . .	O governo da Regencia . . . . .
XXXVII . . . . .	O governo de D. Pedro II . . . . .
XXXVIII . . . . .	Pelos nossos vizinhos . . . . .
XXXIX . . . . .	Ainda pelos nossos vizinhos . . . . .
XL . . . . .	Vamos agora libertar o povo paraguay . . . . .
XLI . . . . .	Destruimos a tyrannia de López . . . . .
XLII . . . . .	Progressos do Brazil . . . . .
XLIII . . . . .	As nossas lettras, artes e sciencias . . . . .
XLIV . . . . .	Grandes reformas . . . . .
XLV . . . . .	A abolição . . . . .
XLVI . . . . .	D. Pedro II e a monarchia . . . . .
XLVII . . . . .	A Republica . . . . .
XLVIII . . . . .	Organiza-se o governo republicano . . . . .
XLIX . . . . .	Firma-se a Republica . . . . .
L . . . . .	O que é hoje o Brazil . . . . .
Synopse . . . . .	

**ANEXO C: artigos, obras, demais escritos e atividades de Rocha Pombo**

	Artigos em revistas	Artigos em jornais	Obras: literatura, poesia, ficção, filologia	Obras históricas	Obras didáticas	Escritos diversos: projetos de lei, correspondências	Magistério e outras atividades em diversas instituições
1875							Professor de primeiras letras (Morretes)
1876							
1877	A Escola (DF) La Revista del Plata (Montevideu)						
1878	A Escola (DF)						
1879		O Povo (Morretes)					
1880							
1881	Revista Paranaense Curitiba	Tipografia A Verdade (Curitiba) A honra do Barão (Montevideu )					
1882	Revista Paranaense Gazeta Paranaense Vida Literária A Aurora		Dadá ou a Boa Filha (romance) A Supremacia do Ideal				

	O Itiberé O Paraná Álbum do Paraná.		(Estudo sobre educação)						
1883		Ecos dos Campos (Castro)	A Religião do Belo					Professor primário e secundário	
1884			Ensaio literários e novelas (Ponta Grossa)						
1885									
<b>1886</b>		Gazeta Paranaense					Projeto de Reforma da Instrução Pública		
1887	A vida literária	Diário da Tarde Diário Popular	Nova Crença					Professor Colégio Parthénon Paranaense	
1888		Diário Popular	Visões (contos e poesias),					Confederação Abolicionista Paranaense (Orador) Associação dos Artistas (Presidente)	
1889								Liga Patriótica dos Paranaenses (Orador) Arcadia Paranaense	
1890		Almanaque					Projeto de Reforma da	Plano de colonização do Vale do Ribeira (70 p.) Escola Realista	



1899	O Sapo			Paraná	História da América			
1900	O Sapo Almanach do Paraná para 1900 (13 de Maio)			O Grande Problema; O Paraná no Centenário	História da América			Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
1901		Jornal do Povo (DF)						Associação Promotora da Instrução (Educação feminina)
1902								
1903		Correio da Manhã (DF)			História da América (Primário)			
1904								Universidade Popular de Ensino Livre (DF) Conferência sobre a Guerra Russo-Japonesa Introdução à obra <i>História e Costumes</i> , de Mello Moraes Filho. Rio de Janeiro: Garnier, 1904.
1905			No Hospício	História do Brasil 10 v Paraná-Santa Catarina – questão de limite				Círculo Paranaense (DF)
1906				História do Brasil 10 v				Círculo Paranaense (1º secretário)

1907	A Escola (Paraná) n. 8 e 9 – ago e set.				(600 p.)				Prefácio da obra Intuições, de Saturnino de Meirelles. Rio de Janeiro: J. Fonseca Saraiva
1908					História do Brasil 10 v				
1909					História do Brasil 10 v				
1910					História do Brasil 10 v				Revista brasileira de Sociologia (um único número)
1911				Contos e Pontos	História do Brasil 10 v				
1912					História do Brasil 10 v				Se graduou bacharel em Direito
1913					História do Brasil 10 v				
1914				Dicionário de Sinônimos da Língua Portuguesa	História do Brasil 10 v				Primeiro Congresso de História Nacional
1915					História do Brasil 10 v				
1916	Revista Americana Noções de psicologia				História do Brasil 10 v				Ginásio Pio Americano Centro de Letras do Paraná
1917	Revista Brasileira (colaborador)				História do Brasil 10 v			Nossa Pátria	
1918					Notas de Viagem. Norte do Brasil			História do Brasil (secundári	

1919	A Colmeia								Jéca-Leão. In: America Latina (revista de arte e pensamento). Rio de Janeiro, tomo I, anno I, outubro-novembro, n. 3, 1919.
1920			A grande parábola						"As constituintes ethnograficas do povo brasileiro", conferência apresentada em Curso Jacobina Lacombe  Prefácio de <i>História da nossa história</i> , de Viriato Corrêa.  "Carta Prefácio". In: CASCUDO, Câmara. Histórias que o tempo leva
1921									"Prefácio". In: CORRÊA, Viriato. Histórias da nossa historia. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia. Editores, 1921.
1922	Almanaque do Vigogenio (Curitiba)			História do Rio Grande do Norte (500 p.)					Instituto Varnhagen (DF) Congresso Internacional de História da América (DF) Lições de história do Brasil: para uso das escolas de instrução primaria, de Joaquim Manuel de Macedo, edição de 1922, Consta: "Edição revista e actualizada de 1914 até 1922 pelo professor Rocha Pombo"; prefácio da 1ª ed. e "Advertencia" de 1905 revista

								<p>por Olavo Bilac. <u>Outras edições com acesso aberto</u>: 7.ed., 1890 -; 9.ed., 1907 -; 1905; 10.ed., 1907 -; .</p> <p>Instituto Varnhagen: discurso inaugural proferido na sessão de instalação em 17 de Fevereiro de 1923. Rio de Janeiro: Alvaro Pinto (Anuario do Brasil), 1923.</p> <p>El espíritu municipal en los tempos de la colonia. Imprenta y Casa Editors Coni. Prefácio do livro <i>O reconhecimento da independência do Brasil</i>, de Hildebrando Accioly. 2 ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional</p>
1923								<p>"Um historiador argentino: Ricardo Levene". Terra de Sol: Revista de Arte e Pensamento, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, mar.</p> <p>"Prefácio". In: CASCUDO, C. Histórias que o tempo leva. (Da História do Rio Grande do</p>
1924	Terra de Sol					História do Brasil (superior)		

									Norte). São Paulo: Gráficas de Monteiro Lobato.
1925									Instituto Histórico e Geográfico do Paraná
1926							História do Brasil (superior)		Academia de Letras do Paraná Grandes homens de la historia americana: San Martin. Prefácio da obra Feriados Nacionais, de Carlos Xavier Paes Barreto. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro
1927							Elementos de Instrução Moral e Cívica		Prefácio da obra: O Padre Cicero e a População do Nordeste (Elementos de defesa, historia, folklore e propaganda) Simoens da Silva Antonio Carlos Simoens da Silva
1928									
1929									
1929									
1930						A grande parábola. Imprensa Universidade.	História Universal História do Paraná		Colégio Baptista (DF) Conferência sobre a execução de Tiradentes
1931									Escola Superior de Comércio (DF)

